

Norma da Silva Lopes
Elisângela Santana dos Santos
Cristina dos Santos Carvalho
organizadoras

LÍNGUA E SOCIEDADE: Diferentes perspectivas, fim comum



NORMA DA SILVA LOPES
ELISÂNGELA SANTANA DOS SANTOS
CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO

(Organizadoras)

LÍNGUA E SOCIEDADE:
Diferentes perspectivas, fim comum

Livro produzido pela Linha 2 do PPGEL/UNEB e financiado pelo
PROPÓS/ PPG/UNEB

2019

Blucher

Língua e sociedade: diferentes perspectivas, fim comum

© 2019 Norma da Silva Lopes, Elisângela Santana dos Santos, Cristina Santos de Carvalho (Organizadoras)
Editora Edgard Blücher Ltda.

Diagramação: Laércio Flenic Fernandes

Revisão: Davi Pacheco Alves de Souza

Conselho editorial

Jarbas Vargas Nascimento

Luciana Nascimento

Lúcia Maria de Assis

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Língua e sociedade: diferentes perspectivas, fim
comum / Norma da Silva Lopes, Elisângela Santana
dos Santos, Cristina dos Santos Carvalho (orgs.). —
São Paulo: Blucher, 2019.
226p.

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-401-6 (e-book)

ISBN 978-85-8039-400-9 (impresso)

Open Access

1. Linguística 2. Sociolinguística 3. Língua
portuguesa - Aspectos sociais I. Lopes, Norma da Silva
II. Santos, Elisângela Santana dos III. Carvalho, Cristina
dos Santos

19-1568

CDD 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística : Sociolinguística

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. A CONCORDÂNCIA EM COMUNIDADES AFRODESCENDENTES NA BAHIA: A RELAÇÃO DO FENÔMENO COM A ESTRUTURA LINGUÍSTICA E QUESTÕES SOCIAIS	13
<i>Aline de Sousa Resende</i> <i>Norma da Silva Lopes</i>	
2. FORMAS PRONOMINAIS DE TRATAMENTO NA FALA POPULAR DE AMARGOSA	29
<i>Lorena Cristina Ribeiro Nascimento</i> <i>Marcela Moura Torres Paim</i>	
3. DIVERSIDADE E GÊNERO SOCIAL NO PORTUGUÊS: UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DO SUPERLATIVO NA FALA DE HOMENS GAYS.....	45
<i>Rafael de Almeida Arruda Felix</i> <i>Angélica Rodrigues</i>	
4. PANORAMA DA PALATALIZAÇÃO EM SERGIPE	63
<i>Raquel Meister Ko. Freitag</i> <i>Antônio Félix de Souza Neto</i> <i>Thais Regina Andrade Corrêa</i>	
5. FILOGIA E ONOMÁSTICA: O QUE DIZEM AS FONTES SOBRE OS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO NO CONTEXTO DA BAHIA COLONIAL.....	81
<i>Norma Suely da Silva Pereira (UFBA)</i> <i>Eliana Correia Brandão Gonçalves (UFBA)</i>	
6. A MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA DOS NOMES DAS RUAS DE CACHOEIRA-BA	99
<i>Raquel Fontes Santana</i> <i>Maria da Conceição Reis Teixeira</i>	

7. A SEMÂNTICA COGNITIVA SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS	113
<i>A. Ariadne Domingues Almeida (UFBA)</i> <i>Neila Maria Oliveira Santana (UNEB)</i>	
8. A EVOLUÇÃO DO ATO COMUNICATIVO EM TEMPOS DE INTERNET: UMA VISÃO ECOLÓGICA	133
<i>Eduardo Alves da Silva</i> <i>Paulo Henrique Duque</i>	
9. LINGUÍSTICA FORENSE EM DIACRONIA: APONTAMENTOS TERMINOMÉTRICOS DA VARIAÇÃO DEFLORAMENTO/ESTUPRO NO SERGIPE OITOCENTISTA.....	147
<i>Sandro Marcio Drumond Alves Marengo</i> <i>Natália Larizza Sanches de Souza</i> <i>Mariana Augusta da Conceição Fonseca</i>	
10. CARTAS DE SISAL (BAHIA): UMA ANÁLISE SOCIOPRAGMÁTICA DO SISTEMA DE TRATAMENTO	167
<i>Elane Santos e Santos</i> <i>Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda</i> <i>Zenaide de Oliveira Novais Carneiro</i>	
11. ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NO INSTAGRAM: ANÁLISE DE 3 PUBLICAÇÕES NO PERFIL DE UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE SAÚDE E ESTÉTICA.....	185
<i>Alessandra Lopes Fontoura</i> <i>Gilberto Nazareno Telles Sobral</i>	
12. USOS DE ONDE NA ESCRITA: MULTIFUNCIONALIDADE, ABSTRATIZAÇÃO SEMÂNTICA E GRAMATICALIZAÇÃO.....	197
<i>Ilana Guimarães de Souza</i> <i>Cristina dos Santos Carvalho</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	215

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne textos que apresentam uma descrição de fenômenos da língua portuguesa sob diferentes perspectivas teóricas da ciência da linguagem. Embora alguns dos textos aqui expostos se distingam pelo arcabouço teórico adotado, é possível perceber que todos convergem para um objetivo comum: o de mostrar/explicar, com base em um dado fenômeno linguístico, como pode ser evidenciada a relação entre língua e sociedade.

A interação entre essas duas entidades, ainda que tão propalada por estudiosos e pensadores de diferentes épocas e áreas do saber, nem sempre foi enfatizada ou compreendida com a obviedade que, hoje, as ciências da linguagem lhe atribuem. Sabemos que toda *língua* tem por função primordial facultar a comunicação entre os seres viventes e, por meio desse vínculo linguístico, refletir a identidade dos grupos que a utilizam, de modo que o seu estudo, em uma dimensão social, permite-nos compreender melhor como, por que e em quais situações sociocomunicativas determinados processos linguísticos ocorrem. Em outras palavras, conhecer o contexto sócio-histórico-cultural-pragmático-discursivo em que determinados usos se constroem e se consolidam (ou não) possibilita-nos, em certa medida, entender possíveis variações e mudanças linguísticas experimentadas por uma dada sociedade como resultado de um

processo dinâmico, natural e contínuo, que reflete não apenas as transformações dos grupos sociais que empregam ou empregaram essa língua e suas variedades no devir do tempo, como também possíveis características linguageiras dos sujeitos que delas fazem uso.

Nesse sentido, uma língua é vista como uma entidade não autônoma, situada e integrada a sua sócio-história, uma vez que sua força simbólica se constrói a partir da força do grupo social que a produziu ao longo da sua formação e do que se estabeleceu como norma característica desse grupo. As diferentes classes que compõem tal tecido social são também representadas pelos usos linguísticos de seus integrantes, que tanto podem se reconhecer, como podem se discriminar, por não entenderem ou por não respeitarem as possíveis e esperadas diferenças que as constituem. Nesse último caso, tem-se aquilo que se conhece como preconceito linguístico, comportamento característico de quem estabelece valorações hierárquicas para os usos de uma língua, pautadas em uma tradição gramatical ou gramaticeira e, portanto, reducionista sobre a diversidade linguística e sobre a natureza heterogênea, multifacetada da comunicação humana, que, por ser inevitavelmente plural, complexa, sistêmica, engloba fatores multivariacionais, multidimensionais e multiculturais.

Assim sendo, estudar a língua portuguesa e a sua imbricação com a sociedade brasileira ultrapassa o exclusivo conhecimento dos seus componentes fonético-fonológicos, morfossintáticos, semântico-lexicais, pragmático-discursivos ou histórico-culturais, uma vez que, ao entendê-la como um construto que engloba tudo isso, passamos a ter uma compreensão holística e, portanto, interdisciplinar dos fenômenos linguísticos que se manifestam seja na oralidade, seja na escrita, seja no pensamento, e cuja explicação pode ser dada recorrendo-se a diferentes perspectivas teóricas que, antes de se oporem, complementam-se, evidenciando uma visível convergência de conhecimentos acerca de um mesmo objeto de estudo: a linguagem.

Com esta coletânea, apresentamos uma série de estudos, preliminares ou concluídos por pesquisadores(as) de diferentes instituições acadêmicas brasileiras, incluindo-se orientadores(as) e alunos egressos do Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL-UNEB), que enfocam a relação entre linguagem e sociedade, sob diferentes perspectivas e vertentes teóricas, a saber: Sociolinguística (capítulos 1 a 4), Estudos Lexicais (capítulos 5 e 6), Semântica Cognitiva (capítulo 7), Linguística Cognitiva (capítulo 8), Socioterminologia Diacrônica (Capítulo 9), Linguística Histórica (Capítulo 10), Discurso e Argumentação (Capítulo 11) e Funcionalismo Norte-americano

(Capítulo 12). Essas orientações teóricas e os pressupostos assumidos pelos(as) autores(as) são o embasamento para a compreensão e discussão da relação entre língua e sociedade nos capítulos que descrevem os seguintes objetos linguísticos: concordância nominal, formas pronominais de tratamento, usos de superlativo, palatalização das consoantes /t/ e /d/, processos de nomeação, topônimos e sua motivação, estratégias argumentativas e gramaticalização de *onde*. Em relação a esses objetos linguísticos, os capítulos, como veremos a seguir, apresentam discussões, ora de ordem mais teórica, ora de natureza mais empírica.

No texto *A concordância em comunidades afrodescendentes na Bahia: a relação do fenômeno com a estrutura linguística e questões sociais*, Aline de Sousa Resende e Norma da Silva Lopes descrevem a variação na realização de marcas de plural no sintagma nominal na fala de duas comunidades afrodescendentes (Jatimane e Laranjeiras) com o intuito de identificarem os condicionadores da realização da variante padrão de concordância. Em relação aos dados analisados, as autoras mostram que a variável linguística saliência fônica atua na escolha da variante de concordância nominal de número nas comunidades estudadas e ratificam as restrições já identificadas por Scherre (1988), Andrade (2003) e por Lopes (2001), demonstrando que alguns condicionamentos estruturais da aplicação da regra de concordância não são diferentes nas diversas regiões, sendo, de certa forma, uniformes no português do Brasil. Na análise das variáveis sociais, notam que há grande semelhança entre as comunidades estudadas e a comunidade de Helvécia, também afrodescendente, e uma grande diferença entre essas comunidades e os centros urbanos, como Salvador e Rio de Janeiro. Com base nesses resultados, concluem que os condicionamentos não podem ser os mesmos em todas as comunidades, pois resultam de dados sócio-históricos que as diferenciam.

Em *As formas pronominais de tratamento na fala popular de Amargosa*, Lorena Cristina Ribeiro Nascimento e Marcela Moura Torres Paim apresentam os fatores condicionantes na escolha de *tu* e *você* na fala popular do município baiano estudado. Mostram que, já na segunda metade do século XX, os pronomes pessoais no português do Brasil têm sido objeto de discussão e analisados por diversos pesquisadores, enfatizando desde a utilização dos pronomes em áreas geográficas específicas a tentativas de alcançar resultados de caráter nacional, como propõe Cardoso (2017). No que se refere ao estado da Bahia, as pesquisadoras evidenciam que estudos apontam a variação *tu/você* como marcados pela diatopia, revelando o uso do pronome *tu* na capital baiana (Salvador), mas com a

frequência no uso mais presente no português falado do interior do estado, como observado na fala de Amargosa, conforme expõe Nascimento (2017).

No texto *Diversidade e gênero social no português: uma análise sociolinguística do superlativo na fala de homens gays*, Rafael de Almeida Arruda Felix e Angélica Rodrigues discutem a relação entre língua, identidade de gênero e sexualidade com o intuito de esclarecerem se o uso do superlativo configura um traço linguístico dos homens gays ou se seria uma forma estereotipada de se referir à fala de homens que compartilham a característica de ser *gay*. Para tanto, utilizam, como amostra, entrevistas sociolinguísticas extraídas de um banco de dados de fala de 24 informantes do sexo masculino que se autoidentificam como *gays*, oriundos da cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Os autores mostram que não são todos os adjetivos utilizados por homens *gays* que aparecem na derivação de grau superlativo: os resultados obtidos na análise, mesmo contando com uma quantidade de dados bastante robusta, não permitem afirmar que o uso do superlativo absoluto sintético tem se mostrado uma característica da fala de homens *gays* na dimensão em que sugerem os estereótipos.

Em *Panorama da palatalização em Sergipe*, Raquel Meister Ko. Freitag, Antônio Félix de Souza Neto e Thais Regina Andrade Corrêa descrevem o estado da variação entre as realizações oclusivas e palatais de /t/ e /d/ em ambiente regressivo (como em *tia*, *dia*) e progressivo (como em *oito* e *doido*). Considerando que a palatalização é um fenômeno variável que atua como diferenciador dialetal e social no Brasil, os autores sistematizam os estudos sobre este fenômeno no estado de Sergipe, que passa por um processo de implementação da variante palatal no ambiente regressivo e implementação da realização oclusiva no ambiente progressivo. Mostram que as pesquisas têm sido realizadas sob a perspectiva da produção ou da percepção linguística, em estudos de tempo real ou tempo aparente e têm considerado a dimensão estrutural, social e psicológica do fenômeno. Observam ainda que os trabalhos sobre a variação nas realizações de /t/ e /d/ em Sergipe permitem identificar tanto o valor social da variável nos diferentes grupos identitários da comunidade, assim como as características sociais de quem faz uso de cada uma das variantes e em que contextos.

No texto *Filologia e onomástica: o que dizem as fontes sobre os processos de nomeação no contexto da Bahia colonial*, Norma Suely da Silva Pereira e Eliana Correia Brandão Gonçalves discorrem sobre a importância do estudo de fontes primárias para o conhecimento dos processos de nomeação antroponímicos e toponímicos no contexto da Bahia Colonial. Consideram que, a partir da leitura e edição de documentos sobre a Bahia Colonial, é possível discutir

a relevância do estudo do léxico onomástico, que trata do estudo dos nomes próprios, e evidenciar, a partir da ação de nomear, papéis sociais e culturais que os grupos desenvolvem ao longo das eras, nas diferentes configurações sociais, os quais são revelados por meio de registros linguísticos diversos. Para as autoras, a edição e o estudo do léxico, constantes de documentos notariais baianos, permitem o resgate e a reconstrução da memória das comunidades, que vão sendo demonstrados por meio da aplicação de arcabouço teórico e metodológico transdisciplinar, tomando como ponto de partida a Filologia e a Onomástica, o que possibilita o conhecimento da procedência desse léxico, das práticas culturais envolvidas nesses contextos de nomeação e das relações que tais usos estabelecem com o presente.

Em *A motivação toponímica dos nomes das ruas de Cachoeira-BA*, Raquel Fontes Santana e Maria da Conceição Reis Teixeira apresentam um estudo sobre a toponímia urbana, pautando-se em fatores linguísticos. Para isso, empreendem uma análise dos nomes das ruas que integram a zona do Caquende, primeiro núcleo de povoamento de Cachoeira-BA, e categorizam os topônimos da amostra estudada conforme o modelo de classificação taxionômico proposto por Dick (1990; 1992), que são apresentados por elas em fichas lexicográficas toponímicas. As autoras destacam, também, que a prática da nomeação dos espaços pelo homem é motivada e, por esta razão, acreditam que o estudo toponímico pode revelar muito sobre a língua, a cultura e a sociedade daqueles que nominam os espaços à sua volta, pois é através da nomeação dos topos que um lugar é simbolicamente transformado em um espaço carregado da memória dos seus habitantes e revelador das relações que estes estabelecem com o mundo circundante.

Com foco na interface entre linguagem, sociedade, história, cultura e cognição, encontram-se os próximos três textos da coletânea. Em *A Semântica cognitiva sócio-histórico-cultural: algumas questões epistemológicas*, A. Ariadne Domingues Almeida e Neila Maria Oliveira Santana objetivam discutir como a semântica em Linguística Cognitiva pode ser concebida, considerando a simbiose entre as dimensões social, histórica, cultural, além da dimensão cognitiva, de modo a tratá-la, a partir de uma abordagem holística, compreendendo que seu objeto de estudo, o significado, não pode ser dissociado dessas diferentes dimensões da vida humana, já que é perspectivista, flexível, dinâmico, sendo construído nas variadas interações das quais o ser humano participa no devir da sua vida. Além disso, as referidas autoras fazem uma discussão acerca de algumas dificuldades encontradas para composição de *corpora* em estudos semântico-cognitivos sócio-histórico-culturais, procurando demonstrar que dificuldades,

como delimitação da amostra, podem ser sanadas se entendermos a linguagem como fractal e se adotada a técnica da saturação, já utilizada em outras áreas do conhecimento, como Administração e Saúde, e testada por Santana (2019), no âmbito do estudo do significado em Linguística Cognitiva.

Em *A evolução do ato comunicativo em tempos de internet: uma visão ecológica*, Paulo Henrique Duque e Eduardo Alves da Silva discutem sobre as consequências dos muitos modos de articulação que a sociedade tecnológica atual promove no ato da comunicação, o que envolve articulações de ordem social, cultural e pragmática. Consideram que tal ato está ligado, antes de mais nada, à interação entre os seres humanos, suas obras, predileções, anseios, intersubjetividades, a seus corpos, mentes e ao próprio mundo em que vivemos. Ao longo do texto, destacam que o advento da revolução tecnológica nascida da chamada “sociedade da informação” transformou o aparato eletrônico de uso ferramental para parte integrante da prática comunicativa. Consideram que as redes sociais, os serviços de *streaming*, o uso do computador e videogames parecem estar em consonância, cada vez mais frequente, ao ato da comunicação entre as pessoas. Essa perspectiva influi não apenas o *modus operandi* de como pensamos e praticamos a linguagem, mas influi, ainda da mesma maneira, em como nossos corpos e mentes reagem e evoluem ao uso da tecnologia na sociedade, que tem como único fim comum: o inter-relacionamento comunicativo entre as pessoas.

Na sequência, ainda trazendo a interface mencionada e mostrando, também, a interrelação entre sociolinguística, léxico, semântica e história, o texto intitulado *Linguística Forense em diacronia: apontamentos terminométricos da variação defloramento/estupro no Sergipe oitocentista*, Sandro Marcio Drummond Alves Marengo, Natália Larizza Sanches de Souza e Mariana Augusta da Conceição Fonseca estudam a linguagem usada nos mais diversos tipos de interações dentro do contexto jurídico, em uma abordagem diacrônico-sistemática. O *corpus* é constituído de três processos-crime de defloramento do século XIX, da cidade de Aracaju, estado de Sergipe e o objetivo é apresentar um mapeamento descritivo e quantitativo em tempo real de longa duração da circulação das variantes *estupro/defloramento*, com vistas ao entendimento do fenômeno de variação/mudança léxico-semântica. Para tanto, os autores levam em consideração os usos por agentes especializados da interação (aqueles que têm formação jurídica, como juizes, advogados e promotores de justiça), por agentes semiespecializados (que não têm formação jurídica, mas convivem com grande frequência com os conceitos especializados, como os escrivães e tabeliães/notários) e por agentes não-especializados (aqueles que não têm formação jurídica e

que trazem conformações conceituais dos termos a partir do empirismo, como a ofendida e as testemunhas no processo). Os autores consideram que a proposta terminométrica auxilia no entendimento de como os usos e significados de *estupro/defloramento* se constroem e são construídos, significam e são significados em diferentes segmentos sociais em Aracaju de fins do século XIX.

Em *Cartas de sisal (Bahia): uma análise sociopragmática do sistema de tratamento*, Elane Santos e Santos, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro apresentam uma análise do sistema de tratamento na posição de sujeito em uma documentação epistolar baiana cujos remetentes são redatores semialfabetizados. Explicam que as cartas de Sisal, editadas por Santiago (2012), foram escritas entre 1906 e 2000; são 91 cartas pessoais, produzidas por 43 remetentes em fase incipiente de aquisição da escrita, oriundos da zona rural dos municípios de Riachão de Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Analisam os dados obtidos das cartas de Sisal de acordo com os princípios da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994), com apoio do software *Goldvarb X*. O estudo também considera a relação entre os missivistas, fundamentando-se na teoria da polidez, aliada à dicotomia entre poder e solidariedade, numa análise de natureza sociopragmática.

Em *Estratégias argumentativas no Instagram: análise de 3 publicações no perfil de uma empresa do segmento de saúde e estética*, Alessandra Lopes Fontoura e Gilberto Nazareno Teles Sobral analisam as estratégias argumentativas presentes em três anúncios publicitários de uma empresa do segmento de estética atuante no mercado soteropolitano, publicados no aplicativo *Instagram*. Além dos argumentos presentes, verificaram também o uso de cores que visam transmitir solidez e confiabilidade, tão importantes num processo argumentativo, o que permitiu associar o uso desses elementos a uma necessidade do segmento de minimizar a desconfiança ainda apresentada por parte do auditório acerca da eficácia dos serviços oferecidos.

Por último, em *Usos de onde na escrita: multifuncionalidade, abstratização semântica e gramaticalização*, Ilana Guimarães de Souza e Cristina dos Santos Carvalho analisam os usos - gramaticalizados ou não - de *onde* na modalidade escrita do português brasileiro. Para tanto, norteiam-se por pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico norte-americano, sobretudo aqueles referentes à abordagem da gramaticalização. Baseando-se nos resultados de Souza (2018), as autoras explicam os usos de *onde* em redações de vestibular tendo em vista trajetórias de mudança de deslizamentos semânticos postuladas para o processo de gramaticalização. Corroborando resultados de outros trabalhos (COELHO,

2001; SOUZA, 2003; LIMA; COROA, 2013, entre outros), atestam, em dados de escrita, a multifuncionalidade de *onde* quanto aos seus valores semânticos (espaço físico, espaço virtual ou abstrato, tempo, instrumental, objeto, pessoa, explicação/causa e resultado/consequência); tais valores semânticos podem ser instanciados pelo *onde* representando distintas categorias gramaticais (pronomes relativos, pronomes ou advérbios interrogativos, advérbios relativos e conjunções). Por fim, as autoras evidenciam que, embora a maior parte dos usos encontrados ilustre gramaticalização, abstratização dos sentidos e mudança categorial de *onde*, há usos (os que expressam pessoa e objeto) que constituem contraexemplos da trajetória de abstratização semântica e, por conseguinte, do princípio da unidirecionalidade.

Consideramos que as reflexões aqui apresentadas precisam ser compartilhadas/socializadas com professores e alunos de graduação e de pós-graduação das áreas de Letras e Linguística e áreas afins. Fazemos-lhes, então, um convite a uma interação com os textos desta coletânea e desejamos-lhes uma boa leitura.

As Organizadoras

A CONCORDÂNCIA EM COMUNIDADES AFRODESCENDENTES NA BAHIA A RELAÇÃO DO FENÔMENO COM A ESTRUTURA LINGUÍSTICA E QUESTÕES SOCIAIS¹

*Aline de Sousa Resende
Norma da Silva Lopes*

O FENÔMENO

Este capítulo analisa o fenômeno conhecido como concordância de número no sintagma nominal (SN), na fala das comunidades rurais de Jatimane e Laranjeiras, buscando identificar os condicionadores da escolha da variante de plural padrão nos elementos flexionáveis do sintagma nominal. Tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre a variação linguística em comunidades brasileiras afrodescendentes.

A variação da concordância verbal ou nominal é muito estudada no Português, com destaque o português brasileiro em que se analisam implicações sócio-histórico-culturais para a caracterização das variedades da língua.

¹ Este texto é fruto de parte da dissertação de mestrado intitulada *A variação na realização de marcas de número no sintagma nominal plural em duas comunidades afrodescendentes do estado da Bahia*, de Aline de Souza Resende (RESENDE, 2019), sob orientação de Norma da Silva Lopes.

A pesquisa de que trata este texto utiliza um *corpus* coletado em duas comunidades remanescentes de quilombos, localizadas na Costa do Dendê, na Bahia e busca chegar às seguintes respostas: (i) Em que consiste o mecanismo de variação na marcação de plural nos elementos flexionáveis do SN? (ii) Essas comunidades apresentam alguma particularidade na variação observada, em comparação com outras comunidades já estudadas, resultante da contribuição dos africanos e seus descendentes na história linguística do Brasil?

Toma-se como pressuposto que as variedades linguísticas usadas atualmente pela maioria da população brasileira podem guardar marcas dos processos de variação e mudança desencadeados em situações de contato entre línguas de africanos e crioulos na formação da língua portuguesa no Brasil, diante da quantidade de africanos para cá trazidos nos séculos de escravidão. Lucchesi (2003), considerando o cenário de polarização linguística ocorrido no Brasil, defende a hipótese de um processo de transmissão linguística irregular do tipo leve, resultante da situação de contato linguístico a que foram submetidos os africanos de diversas regiões trazidos ao Brasil, que apreenderam uma língua defectiva, visando à comunicação com o seu dominador. Segundo esse autor, essa variedade de segunda língua foi então implantada no Brasil ao ser passada para os descendentes desses escravos e se apresenta hoje como uma variedade do português, resultante de processos de simplificação morfossintática.

Para este texto, adotou-se a linha teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista, também chamada de Teoria da Variação (LABOV, 2008). Ao se estudar a língua pela abordagem laboviana, assume-se que a língua é heterogênea e passível de variação. Considera-se ainda que a língua não deve ser estudada isoladamente, mas considerando todo o contexto linguístico e social em que ela ocorre.

A variável dependente ou fenômeno linguístico analisado é a presença/ausência de marca de número nos elementos do sintagma nominal, ilustrada pelo exemplo 1, extraído do *corpus* da Comunidade Laranjeiras, remanescente quilombola da Costa do Dendê – Bahia:

- (1) “Então são coisa que eu acostumo dizer pa *oS meuS filhoØ* [ao invés de *oS meuS filhoS*] cada um pra sua área.” (inf. A.J.C – Homem, semianalfabeto, 58 anos).

Este texto está assim estruturado: na seção 1, Estudos linguísticos sobre a concordância no sintagma nominal, faz-se uma revisão de algumas importantes pesquisas realizadas sobre o tema no português brasileiro; na seção 2, Costa do

Dendê, centra-se o foco na região estudada e nas informações sobre as comunidades em observação; na seção 3, Dados coletados e método, apresentam-se informações sobre a metodologia utilizada, *corpus* e variáveis controladas; na seção 4, Condicionamento da realização de marcas de concordância em Jatimane e Laranjeiras, discutem-se os resultados do estudo, do controle feito das variáveis, a partir do material coletado; em seguida, tecem-se algumas Considerações Finais e listam-se as Referências.

1 ESTUDOS LINGÜÍSTICOS SOBRE A CONCORDÂNCIA NO SINTAGMA NOMINAL

Braga e Scherre (1976) foram pioneiras entre os estudos sobre a concordância de número no SN no Brasil, utilizando princípios teóricos e metodológicos da Teoria da Variação Linguística Laboviana. Em seguida, Braga (1977) volta ao mesmo tema em sua dissertação de mestrado e analisa os dados de informantes da classe média e baixa do Triângulo Mineiro. Scherre (1978), em sua dissertação de mestrado, analisa os dados de 10 informantes do Rio de Janeiro e, em 1988, faz uma reanálise dessa variação, na sua tese de doutorado, investigando 64 horas de fala gravada de 64 falantes do Projeto *Censo*, radicados no Rio de Janeiro. Andrade (2003) realiza sua pesquisa no âmbito da concordância nominal em uma comunidade quilombola do município de Nova Viçosa (localizado na microrregião de Porto Seguro), a comunidade de Helvécia, através de dados do *corpus* do projeto *Vestígios de dialetos crioulos de base portuguesa em comunidades afro-brasileiras isoladas* (IL-UFBA). Lopes (2011) observa o mesmo fenômeno em Salvador, Bahia, através do acervo do Programa de Estudos sobre Português Popular de Salvador (PEPP) e do Projeto Norma Urbana Culta de Salvador (NURC). Os resultados das diversas pesquisas sobre a concordância nominal enfocando as variáveis linguísticas e extralinguísticas nos auxiliam a chegar às respostas a que se busca neste texto e, em particular, os de Andrade (2003), por observar uma comunidade afrodescendente.

2 COSTA DO DENDÊ

As comunidades aqui observadas situam-se na Costa do Dendê, na Bahia, região compreendida entre a foz do Rio Jaguaripe e a Baía de Camamu. São 115 quilômetros de litoral, constituídos de muitas praias, baías, manguezais, costões rochosos, restingas, nascentes, lagoas, rios, cachoeiras e estuários. Nesse trecho do litoral baiano, encontram-se localidades turísticas muito conhecidas, como

Valença, Morro de São Paulo, Boipeba, Igrapiúna, Cairu, Camamu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Maraú. (VIVER BAHIA, 2019).

2.1 Jatimane

Jatimane é uma comunidade remanescente quilombola do século passado, está localizada na zona rural do município de Nilo Peçanha, na região do Baixo Sul Baiano. No século XVIII, a cidade de Nilo Peçanha foi uma das grandes produtoras de açúcar da região. Contava com enorme contingente de escravos distribuídos por diversas fazendas, entre elas, a fazenda Mutupiranga, pertencente a Joaquim Pinto da Silva. Segundo depoimento de quilombolas de Jatimane, dessa fazenda fugiam muitos escravos, que foram dando origem à comunidade. O povoado possui 90 casas aproximadamente, o número de habitantes não foi informado, mas, segundo moradores, a comunidade é habitada por mais de 396 pessoas. Por dar acesso às praias turísticas, como Pratigi, Jatimane possui alguns restaurantes, pousadas e bares, tornando-se, assim, hoje uma comunidade muito movimentada por turistas. Jatimane conta com escola de ensino fundamental, mas o Ensino Médio só está disponível na zona urbana de Nilo Peçanha, para onde os alunos deslocam-se utilizando transporte provido pela prefeitura. (DIÁRIO DE SALVADOR, 2019; GOVSERV, 2019).

2.2 Laranjeiras

Laranjeiras é a comunidade quilombola mais antiga da região; localiza-se no município de Igrapiúna no Baixo Sul baiano formado a partir da aldeia jesuítica denominada Igarapí-Uma, que significa em tupi “Pequeno Rio de Águas Escuras”. A comunidade Laranjeiras é formada por uma população pequena, não há muitos moradores, cerca de aproximadamente 200 afrodescendentes. As casas são simples, muitas ainda de taipa, porém já se percebe a modernidade presente em algumas delas, feitas de bloco e cimento, além de ostentarem equipamentos modernos como antena parabólica, sinal de *internet*. Em Laranjeiras, prevalece a economia de subsistência, como a pesca, o seringal e a extração de piaçava. A comunidade quilombola da Laranjeiras é dotada de tradições e práticas culturais ancestrais, como danças e cantos da Zabelinha e o Enrolador; artesanato à base de cipó, como cestos, panacuns, manzuás e samburá; além das práticas agrícolas estabelecidas com base na relação entre cultura e meio-ambiente.

Possui apenas uma escola de nível fundamental, que é muito valorizada pelos moradores e pela prefeitura que, através de projetos voltados para a cultura

local, permite que alguns estudantes possam concluir os estudos em Igrapiúna (MEMÓRIA QUILOMBOLA NO BAIXO SUL DA BAHIA, 2018).

3 DADOS COLETADOS E MÉTODO

A observação da fala das comunidades contou com *corpus* de fala já existente coletado por Equeni Rios em 2016, para a sua dissertação de mestrado intitulada *Estrutura de Informação e Sintaxe em Comunidades Afrodescendentes: Tópico e Foco* (RIOS, 2016). O acervo utilizado para este trabalho se compõe de 8 entrevistas com 40 a 50 minutos de duração por entrevista, do tipo Documentador – Informante, envolvendo falantes de dois níveis de escolaridade (analfabeto e semiescolarizado) e os dois sexos. No todo, são quatro (4) entrevistados, igualmente distribuídos nos dois sexos da comunidade Laranjeiras e mais quatro (4) entrevistados da comunidade Jatimane. Como são comunidades afrodescendentes que se mantiveram com certo isolamento, considera-se que o estudo nessas comunidades pode ajudar a entender como se deu a aquisição do português pelos africanos aqui trazidos como escravos. Dos 8 informantes considerados, 4 de cada comunidade apresentaram menor contato urbano e 4 informantes apresentaram contato urbano maior. O maior contato é considerado quando o informante tem atividades frequentes, de trabalho ou outra, fora da zona rural e menor contato quando o informante não mantém atividades frequentes fora da zona rural. Parte deles tem apenas as noções da escrita e da leitura e não é capaz de ler e escrever correntemente, o restante não tem a habilidade sequer de assinar o nome ou ler palavras avulsas. A variável faixa etária não será analisada, pelo fato de todos os informantes pertencerem a uma faixa etária avançada e muito próxima, entre 55 e 65 anos. As comunidades de fala observadas fazem parte de uma região da zona rural com poucos recursos de locomoção, acessibilidade e tecnologia, oferecendo, assim, muita dificuldade de acesso aos centros urbanos.

Este texto faz análise também do efeito da variável sexo dos informantes de cada comunidade sobre a escolha da variante, pois a variável sexo pode ter grande importância no estudo da variação/mudança. Os estudos sociolinguísticos consideram que, nos grandes centros, as mulheres tendem a optar por variantes conservadoras quando as inovadoras são estigmatizadas; mas quando as inovadoras são prestigiadas, o sexo feminino as utiliza mais do que o masculino (LABOV, 2008). Mas isso pode não ocorrer dessa forma em outras comunidades, por isso deve-se observar qual o papel da mulher em cada comunidade a ser estudada.

3.1 As variáveis controladas

Este estudo controla (i) uma variável linguística, a saliência fônica e (ii) duas variáveis sociais: sexo, saídas da comunidade/nível de contato urbano. A saliência fônica foi utilizada por Scherre (1988), por Lopes (2011), Andrade (2003), dentre outros, nos seus estudos e é considerada em todos como condicionadora importante da variação em estudo. Para esta observação em Jatimane e Laranjeiras, consideramos a importância de tomar como ponto de partida o controle dessa variável linguística trabalhada por esses linguistas.

Na variável Saliência Fônica, são considerados oito fatores, referentes à diferença entre a forma singular e a de plural, que envolvem tonicidade e formação de plural. O quadro 1 apresenta exemplos de fatores dessa variável, coletados nas comunidades estudadas.

Quadro 1 - Exemplos da Variável da Saliência Fônica

SALIÊNCIA	EXEMPLOS
Singular terminado em L	os RESPONSÁVEIS somos nós
Duplo	meus AVÓS
Singular terminado em ão irregular	nessas REUNIÃO
Singular terminado em R	outros LUGARES
Singular terminado em S	tá com seis MESES
Monossílabos tônicos e oxítonos regulares	uns PÉ de pranta; as IRMÃS, a minina
Monossílabos átonos, paroxítonos e proparoxítonos regulares	OS meus pais; esses canais ABERTO; aquelas MÁQUINA pa funcionar
Singular terminado em ão regular	chamei dois IRMÃOS

Fonte: Construção própria.

Acredita-se que os oxítonos (como *irmã*) e os monossílabos tônicos (como *pé*; *pai*), por terem tonicidade na sílaba que vai receber o plural, favoreçam mais a aplicação da regra do que os paroxítonos, como *aberto* etc. e proparoxítonos: *máquina*, cuja sílaba final não é acentuada. Quanto às formas terminadas em S, em ãO, em L, por fazerem o plural com alomorfa, com mais material fônico, espera-se que haja favorecimento da aplicação da regra como, por exemplo, *mês/meses*; *reunião/reuniões*; *responsável/responsáveis*,

em relação aos menos salientes. Da mesma forma, faz-se a previsão de que os plurais duplos, como *avô/avós*, favoreçam a presença de marca de plural, por utilizarem duas marcas de plural (a abertura da sílaba tônica e o -s de plural), em consequência têm o plural mais perceptível, mais saliente.

Entre os plurais regulares (em que o plural se faz apenas com o acréscimo do S), faz-se, neste texto, uma oposição entre oxítonos regulares, de um lado (considerados mais salientes, por terem a última sílaba tônica), e os monossílabos átonos, os paroxítonos e os proparoxítonos, analisados conjuntamente por fazerem o plural de forma regular, com mesmo grau de saliência (só a inserção do S em sílaba não acentuada).

Neste texto, serão apresentados, também, os resultados das variáveis sexo (masculino e feminino), saídas da comunidade (nunca saiu ou passou algum tempo fora), associada a nível de contato urbano (mais contatos e menos contatos com a zona urbana). A seguir, apresentam-se os resultados do estudo realizado.

4 CONDICIONAMENTO DA REALIZAÇÃO DE MARCAS DE CONCORDÂNCIA EM JATIMANE E LARANJEIRAS

Esta seção se dedica a apresentar os resultados da análise da concordância nominal nas comunidades estudadas. Inicialmente, apresentam-se resultados da análise geral, em seguida, discutem-se os resultados quantitativos de cada variável selecionada pelo programa GoldvarbX. Por fim, buscam-se razões de algumas variáveis não terem sido selecionadas.

4.1 Análise Geral

A hipótese que se tinha era de que os membros das comunidades, por serem afrodescendentes, com história de aquisição como segunda língua, apresentariam um baixo índice de concordância diante da história de formação da população, em que a aquisição da língua se deu a partir de modelos mais simplificados, defectivos, situação que, como já mencionado, Lucchesi (2003) caracteriza como transmissão linguística irregular. A tabela 1 apresenta os primeiros resultados, com os dados coletados nas duas comunidades observadas.

Tabela 1 - Frequência de marca de plural nos sintagmas nominais nas comunidades de Laranjeiras e Jatimane - Análise geral dos dados

Presença de marca/total	%
790/1120	70,5%

Fonte: Resende (2019, p. 67)

A partir de análises quantitativas dos dados acerca da concordância nominal, com a utilização do programa de análise estatística, observou-se que houve 70,5% da presença de marca da concordância nominal. Esse resultado não era o esperado, pois acreditava-se haver uma menor frequência da concordância, diante de ser uma comunidade quilombola, formada por homens e mulheres com história de aquisição do Português como segunda língua. Apesar de a região atualmente ser visitada por turistas, por muito tempo, os habitantes viveram de forma semi-isolada e a maior parte dos moradores não teve acesso à escolarização; um outro aspecto a considerar é que os moradores da comunidade observados habitam na zona rural e têm uma idade avançada.

Na observação do condicionamento das variáveis independentes, dentre as variáveis tratadas neste texto, foram selecionadas as variáveis saliência fônica e sexo, apresentadas nas seções que se seguem.

4.2 Variável Saliência fônica

A Saliência fônica foi a primeira variável selecionada pelo programa, o que indica que, dentre todos os grupos de fatores é o que mais contribui para a marcação de plural nessas comunidades. Nesta seção, analisam-se os resultados. Essa variável, como já se observou, envolve traços relativos a processos de formação de plural e de tonicidade. A tabela 2 apresenta o resultado do controle dessa variável.

Tabela 2 - Condicionamento da variável Saliência Fônica sobre a realização de marcas de plural no sintagma nominal nas comunidades Laranjeiras e Jatimane

Saliência	Marca/Total	%	P. R.
Singular terminado em L	22/24	91,7%	0,947
Duplo	2/3	66,7%	0,690
Singular terminado em ão irregular	11/17	64,7	0,649
Singular terminado em R	17/30	56,7%	0,605
Singular terminado em S	35/63	55,6%	0,585
Monossílabos tônicos e oxítonos regulares	29/38	76,3%	0,531
Monossílabos átonos, paroxítonos e proparoxítonos regulares	672/941	71,4%	0,468
Singular terminado em ão regular	1/1	100%	

Fonte: Construção própria

Na tabela 2, apresenta-se, conjuntamente nas comunidades estudadas, o efeito da saliência fônica na concordância de número no sintagma nominal. Os resultados confirmam a previsão de mais marcação de plural nos itens com maior saliência, ou com mais material fônico, como os com final /l/ (0,94), os de plural duplo os terminados em ão irregular (0,64), os em /r/ (0,60), em /s/ (0,58).

Os oxítonos regulares (0,53), e os outros regulares (0,46), que fazem o plural com menor saliência, têm menor peso relativo de presença de marca de plural. As formas com singular com final /l/ são as que têm maior peso relativo (0,94). Os duplos, apesar do pouco número de dados, apresentaram um peso que indica favorecimento desse fator. Nessas formas, em que o plural se faz com mais material fônico, o plural se faz com alomorfias, ou seja, o plural não é regular, o morfema de plural sofre modificações, por isso, os falantes percebem mais o morfema de plural e se faz mais a sua utilização (SCHERRE, 1988).

As formas em que o peso relativo é menor são exatamente as que fazem o plural regular e, dentre essas, as menos salientes em tonicidade (aquelas em que a sílaba em que recai a marca de plural não é a tônica, como nos monossílabos átonos, paroxítonos e proparoxítonos). Dentre os itens de plural regular, com o plural feito apenas com o acréscimo do morfema -/s/, a análise

faz a distinção entre os oxítonos e monossílabos tônicos (mais salientes por receberem a marca de plural em sílabas tônicas) e os monossílabos átonos, paroxítonos e proparoxítonos (considerados menos salientes, por receberem a marca de plural em sílabas átonas). Os resultados da Saliência fônica em Jatimane e em Laranjeiras ratificam o que é encontrado em todas as comunidades estudadas pelos pesquisadores da concordância aqui referidos (SCHERRE, 1988; LOPES 2011; ANDRADE, 2003): os regulares oxítonos e monossílabos tônicos apresentaram peso relativo de marca de plural de 0,53 e os monossílabos átonos, paroxítonos e proparoxítonos apresentaram um peso de 0,46. Os pesos foram aproximados, os dois próximos do ponto neutro (0,5), mas registra-se que a tonicidade contribuiu para maior condicionamento, apesar de pequeno, para a realização de mais marca.

4.3 Variável Sexo

A variável Sexo foi selecionada pela análise quantitativa de regras variáveis. A tabela 3 apresenta os resultados dessa variável em Jatimane e Laranjeiras e a comparação com Helvécia, comunidade afrodescendente (ANDRADE, 2003), em cujo estudo essa variável também foi selecionada.

Tabela 3 - Condicionamento da variável Sexo sobre a presença de marcas de plural no sintagma nominal nas comunidades de Laranjeiras e Jatimane e Helvécia

Jatimane e Laranjeiras				Helvécia
Sexo	Marca/total	%	Peso relativo	Peso relativo
Masculino	422/579	72,9%	0.65	0.57
Feminino	368/541	68,0%	0.42	0,43
Total	790/1.120	70,5%		

Fonte: Resende (2019, adaptado)

Os resultados mostram os homens à frente na marcação de plural e revelam que o sexo masculino favorece a escolha da variante marcada na variação estudada em Jatimane e Laranjeiras. Enquanto as mulheres têm o peso relativo de 0,42 na realização de marca de plural no SN, o sexo masculino tem o peso de 0,65. Tomando por base o resultado dessa variável em contextos urbanos (LOPES, 2011), o resultado do efeito da variável sexo nas comunidades aqui estudadas poderia ser considerado distante do esperado. No contexto de zona rural,

contudo, as mulheres têm um papel social diferente do que ocorre nas zonas urbanas e principalmente das grandes cidades. Em contexto como nas comunidades observadas, os homens saem do ambiente familiar, em busca de trabalho, têm redes mais ampliadas. As mulheres, no entanto, restringem-se à casa ou, no máximo, trabalham na roça, com raras exceções. Dessa forma, a sua variedade é conservadora, pelo mais isolamento, mais distante da fala comum urbana que os homens. Este fato também ocorre no dialeto de Helvécia, em que, segundo Andrade (2003), os homens favorecem a utilização da morfologia flexional de número, e as mulheres a desfavorecem. Os resultados de Andrade evidenciam as mesmas tendências reveladas no estudo em Jatimane e Laranjeiras, o que indica que o contexto social vivenciado pelas comunidades é muito semelhante.

Na pesquisa feita por Lopes (2011), com dados de zona urbana, de Salvador, capital do estado, a autora percebeu uma leve tendência das mulheres à realização de mais formas com o morfema de plural que os homens. Porém, o mesmo não aconteceu com as mulheres das comunidades quilombolas analisadas, pelo seguinte: as mulheres dessas comunidades tiveram, ou têm ainda, pouco contato linguístico com outras pessoas fora das suas comunidades; seus trabalhos são em maior parte domésticos ou na zona rural da própria comunidade. Ao contrário dos homens que, na sua maioria, saem da comunidade para trabalhar, como vender os artesanatos que as mulheres fazem em casa, principalmente da piaçava, que é uma fonte de renda da região; outros saem da comunidade para trabalhar em bares e restaurantes ao redor das comunidades próximas das praias do Baixo Sul baiano; outros exercem a função de líderes das comunidades e saem delas para reuniões, dar palestras e participar de eventos até mesmo fora do estado da Bahia.

A variável Saídas da comunidade/Nível de contato urbano não foi selecionada. Apesar disso, diante da relação observada entre a variável Sexo e essa variável, considerou-se importante que se fizesse uma discussão maior sobre os resultados em comparação com os achados por Andrade (2003), no estudo da concordância em Helvécia, que tem semelhanças com as comunidades aqui estudadas por ser também afrodescendente, com história de transmissão linguística irregular. A tabela 4 apresenta os resultados da variável Saídas das comunidades/Nível de contato urbano, estabelecendo uma comparação entre Jatimane e Laranjeiras e Helvécia (ANDRADE, 2003).

Tabela 4 - Variável Saídas das Comunidades sobre a presença de marcas de plural no sintagma nominal das comunidades Laranjeiras e Jatimane X Helvécia

Jatimane e Laranjeiras			Helvécia
Saídas	Marca/total	%	Peso Relativo
Nunca saiu	231/333	69,4%	0,42
Passou algum tempo fora	559/787	71,0%	0,61

Fonte: Resende (2019, p. 82)

Apesar de a variável Saídas das comunidades não ter sido selecionada nas comunidades ora estudadas, nota-se, pela análise em Helvécia, a importância de haver contato extra comunidade para a realização de marcas. Na comunidade de Helvécia, os homens vivem suas vidas de forma bastante semelhante aos homens das comunidades Laranjeiras e Jatimane, eles possuem uma vida social mais ativa que as mulheres, o que possibilita, portanto, um maior contato com a variante padrão. Os resultados indicam que o mesmo que acontece na comunidade de Helvécia ocorre nas comunidades aqui analisadas. O estudo parece revelar que, em comunidades afrodescendentes brasileiras, o maior isolamento das pessoas reduz a possibilidade de utilizar o morfema de plural no sintagma nominal.

Esses resultados nos fornecem elementos para que constatem o papel importante dos condicionantes sociais (o sexo) na variação linguística. Nas comunidades estudadas, conclui-se que os homens utilizam mais marcas, eles também são os que estabelecem mais contatos com a zona urbana, semelhante ao que ocorre em Helvécia, segundo a pesquisa de Andrade (2003.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No amplo campo de debates acerca da existência da variação da concordância no sintagma nominal no português do Brasil, este capítulo procurou buscar meios de dar sua contribuição. A primeira conclusão a que chegamos é que a variável linguística observada, a saliência fônica, atua na escolha da variante de concordância de número nas comunidades estudadas neste texto, e ratificam-se as restrições já identificadas por Scherre (1988), no Rio de Janeiro, Andrade (2003), em Helvécia – Bahia, e também por Lopes (2011) na pesquisa feita em Salvador - Bahia, parecendo mostrar que alguns condicionamentos da aplicação

ou não da regra de concordância não são diferentes nas diversas regiões, sendo, de certa forma, uniformes no português do Brasil. A análise da variação da concordância nominal de número no SN em Jatimane e Laranjeiras permite concluir que, a depender da quantidade de material fônico na oposição entre o singular e o plural – ou saliência fônica - há mais ou menos presença de marca de plural. Em relação à saliência fônica, a conclusão é a mesma já observada pelos mais diversos trabalhos que abordaram esta variável, como já exaustivamente observado: formas mais salientes são mais perceptíveis e, por este motivo, são mais marcadas. Os itens mais salientes são, pois, mais alvo de concordância.

Na análise de algumas variáveis sociais, nota-se que as tendências não são as mesmas em todas as comunidades, como, por exemplo, a variável sexo, que, nos estudos de Lopes (2011), Scherre (1988), apresentou resultados contrários aos realizados em Helvécia, Jatimane e Laranjeiras. As variáveis Saídas das comunidades e Contato urbano (aqui referidas conjuntamente) não foram selecionadas na pesquisa aqui apresentada, principalmente porque são os homens que saem da comunidade e que têm maior contato urbano. Identifica-se, assim, superposição entre as variáveis, por essa razão apenas a variável sexo foi selecionada. Entre o estudo de Andrade (2003), em Helvécia, comunidade afrodescendente e no estudo em Jatimane e Laranjeiras, notam-se algumas semelhanças nos resultados, pelas características das histórias e estrutura social de suas comunidades. Os resultados indicam a importância da observação de variáveis sociais na análise de estudo da variação linguística, especialmente em comunidades afrodescendentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patrícia Ribeiro. *Um fragmento da constituição sócio histórica do português do Brasil - variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003 (Dissertação de Mestrado).

BAHIA. Disponível em: <<http://www.bahia.com.br/destinos/costa-do-dende>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRAGA, Maria Luiza; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1976.

BRAGA, Maria Luiza. *A concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro*. – Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1977. 88 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa).

DIÁRIO DE SALVADOR. *O mundo de Salvador e outros mundos*. Disponível em: <<https://diariodesalvador.com/voce-ja-ouviu-falar-em-jatimane/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

GOVSERV, *Jatimane*. Disponível em: <<https://www.govserv.org/BR/Nilo-Pe%C3%A7anha/356407847893237/Jatimane>>. Acesso em: 16 jun.2019

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno; Maria Pereira Scherre; Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LOPES, Norma da Silva. *A fala baiana em destaque: a concordância nominal em Salvador*. München: Peniope, 2011.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro, 2003.

MEMÓRIA QUILOMBOLA NO BAIXO SUL DA BAHIA. *Quilombolas da Laranjeiras*. Disponível em: <<https://www.quilombolasdalaranjeira.com.br/>>. Acesso em: 10 dez.2018.

RESENDE, Aline de Souza. *A variação na realização de marcas de número no sintagma nominal plural em duas comunidades afrodescendentes do estado da Bahia*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, 2019. (Dissertação de Mestrado)

RIOS, Equeni. *Estrutura de informação e sintaxe em comunidades afrodescendentes: tópico e foco*, Salvador: Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, 2016. (Dissertação de Mestrado)

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Reanálise da concordância nominal em português*. UFRJ, Rio de Janeiro, 1988. 554p. 2v. Tese de Doutorado.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *A regra da concordância de número no sintagma nominal de Porto Alegre*. 1978, 158 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

VIVER BAHIA. *Costa do Dendê*. Disponível em: <<http://www.bahia.com.br/destinos/costa-do-dende/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

AS FORMAS PRONOMINAIS DE TRATAMENTO NA FALA POPULAR DE AMARGOSA

*Lorena Cristina Ribeiro Nascimento
Marcela Moura Torres Paim*

INTRODUÇÃO

Existem muitas variantes que coexistem, no português brasileiro, a exemplo dos pronomes *tu/você*, em função de sujeito, no sintagma nominal. Como confirmam trabalhos, como os de Cardoso (2017), Nogueira (2013) e Lopes e Duarte (2003), *Você* é resultado de um processo de pronominalização da forma de tratamento *Vossa Mercê*, e talvez por isso ainda seja considerado pelas gramáticas como um exemplo de forma de tratamento, embora seja amplamente utilizado como pronome da segunda pessoa do singular, concorrendo com o pronome *tu* (esse geralmente apontado como único pronome pessoal do caso reto de segunda pessoa do singular nas gramáticas prescritivas).

Na segunda metade do século XVIII, como expõem Lopes e Duarte (2003), o pronome *tu* foi bastante utilizado (concorrendo, na época, com os tratamentos *Vossa Mercê* e *vós*), mas sofreu um declínio logo depois, voltando a ser utilizado no final do século XIX. *Você*, por sua vez, começa a ser foco na metade do século XVIII, quando passa a concorrer com *tu*.

Na Bahia, a variação *tu/você*, segundo revelam estudos como o de Nogueira (2013), é marcada pela perspectiva diatópica. O pronome *tu* está sendo utilizado

na capital baiana (Salvador), mas a frequência no uso desse pronome está mais presente no português falado do interior do estado, como observado, por exemplo, na fala de Amargosa.

Esse fato é frisado também por Faraco (1996, *apud* Nogueira, 2013), que declara que no Português Europeu o “[...] *tu* é ainda de uso corrente no tratamento íntimo e *você* é usado em tratamento entre iguais não solidários, ou mesmo no tratamento não solidário de um interlocutor de *status* social inferior”. Já no Português Brasileiro, o autor afirma que *você* é mais comumente utilizado no dia a dia, enquanto *tu* é mais específico e característico de determinadas regiões (variedades regionais).

Conforme expõem pesquisas realizadas sobre o tema aqui proposto, além da variação diatópica, um fator condicionante muito relevante, na escolha de *tu* e *você*, é o teor de intimidade entre os falantes (aspecto também presente no Português Europeu, mencionado na citação de Faraco). Em algumas regiões, o *tu* caracteriza mais intimidade entre o falante e o interlocutor, assim como *você* demonstra ser um termo genérico, escolhido em situações em que o locutor e o ouvinte são menos próximos.

Tarallo (1997) afirma que toda língua é heterogênea e diversificada, e que essa diversidade linguística é sistematizada, pois é através da sistematização que as comunidades de fala podem alcançar a comunicação efetiva. A partir desse pressuposto, pretende-se analisar como o fator grau de intimidade pode condicionar a utilização de *tu* e *você* na fala popular da cidade de Amargosa, no estado da Bahia. O conceito de fala popular aqui utilizado se baseia na conceituação de Callou e Leite (2002), que consideram como normas vernáculas/populares aquelas oriundas dos usos linguísticos das comunidades menos escolarizadas (nesta pesquisa, as escolaridades fundamental e média).

Este texto analisa a língua falada em situações reais de uso, como toda pesquisa de base Sociolinguística Variacionista: a língua vernácula, segundo Labov (2008). A variação nos usos dos pronomes *tu/você* na fala baiana é carregada de marcas regionais, e foi observado o uso elevado do pronome *tu* em lugar de *você* na fala de indivíduos do município de Amargosa, interior da Bahia. Por esse motivo, a fala amargosense foi escolhida para análise.

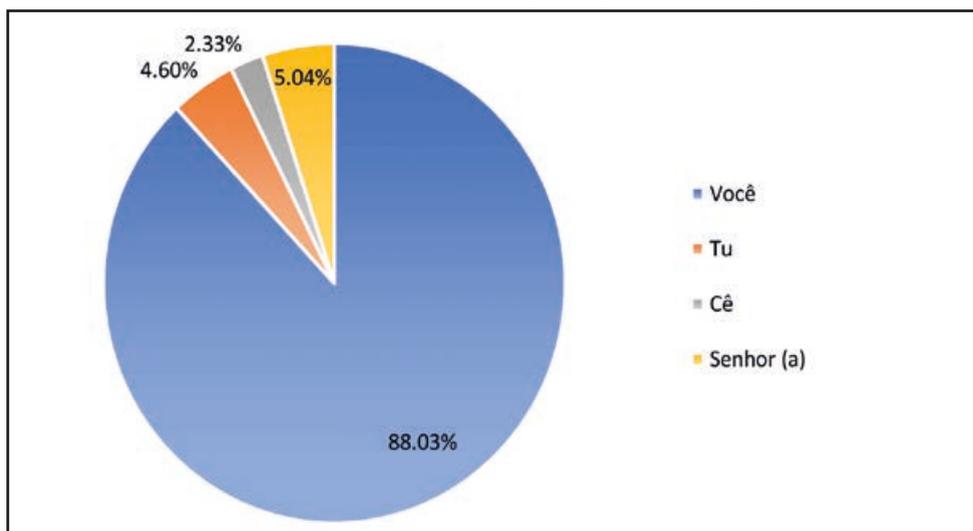
Embora os estudos acerca da variação *tu/você* na Bahia sejam frequentes, como exemplo da pesquisa de Nogueira (2013), que avalia o fenômeno contrastando os usos entre as cidades de Salvador e Feira de Santana, não foi encontrado trabalho algum sobre esse tema em Amargosa, que é, como Feira de Santana, marcada pelo uso de *tu* na fala vernácula.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Português brasileiro é uma língua altamente heterogênea. Cada região do país possui características linguísticas bastante particulares e, por esse motivo, foram (e continuam sendo) realizados diversos estudos acerca dos usos de *tu* e *você* em posição de sujeito na segunda pessoa do singular. A fim de compreender como funcionam as escolhas dos falantes brasileiros com relação aos usos dos pronomes pessoais e/ou de tratamento, apresentamos alguns estudos dentro do âmbito da Sociolinguística Variacionista, com o intuito de traçar perfis da variação *tu/você* no país.

Nogueira (2013) estuda como os falantes dos municípios de Feira de Santana e Salvador tratam o seu interlocutor. A pesquisa documentou a frequência da escolha pelo pronome *você* em 88,3%, como podemos conferir no Gráfico 01, embora seja sabido na Bahia, que o pronome *tu* é bastante notório na fala feirense.

Gráfico 01 - Percentuais de referência à segunda pessoa nos *corpora* analisados



Fonte: Nogueira (2013, p. 86)

A autora amalgamou os dados encontrados de *você* e *cê*, desconsiderou os casos de *senhor (a)* (pelo interesse da pesquisa se concentrar na variação *tu/você*).

Considerando o fator localidade, em Feira de Santana, o uso de *tu* é mais frequente que em Salvador, fato que é possível ser conferido através da pesquisa

de Nogueira (2013). Nascimento (2017) e Nogueira (2013) apontam que, na capital baiana, o pronome *tu* se mostra muito pouco presente; também, que, na Bahia, os mais jovens tendem a utilizar mais a forma pronominal considerada como a mais inovadora (*tu*), ao passo que *você* é mais usado pelos informantes mais velhos.

Com o intuito de compreender o motivo pelo qual o *tu*, que é característico de Feira de Santana, “sumiu” nos inquiridos disponíveis, Nogueira (2013) decidiu coletar dados complementares. Através das “gravações secretas” (gravações sem o conhecimento prévio do informante), a autora em questão encontrou uma presença muito maior do pronome *tu* (agora com 42,2% dos dados, tendo antes 9% de frequência), pois os falantes estavam monitorando as escolhas em frente ao gravador, por julgarem, supunha-se, o pronome *você* como de maior prestígio social. “Sendo assim, embora não seja a forma com maior frequência, podemos dizer que o pronome *tu* é amplamente utilizado em conversações espontâneas pelos falantes desta cidade”. (NOGUEIRA, 2013, p. 107).

Pode-se considerar, portanto, que, nas regiões brasileiras estudadas, o pronome *você* prevalece, embora *tu* se apresente bastante evidente em falas vernáculas/espontâneas. *Tu* foi encontrado em maior constância na fala de indivíduos mais jovens, enquanto *você* se mostrou comum nos usos de falantes mais velhos.

Esse fato pode justificar a realidade linguística do Brasil, em que vimos o pronome *tu* sendo comumente estigmatizado. Foi possível verificar que, no falar de indivíduos de todas as regiões do país, o pronome *tu* sofre estigma (mesmo que pouca). Os informantes, mesmo de maneira involuntária, priorizam o pronome *você* em situações mais formais. Essa observação nos leva a uma das constatações mais relevantes na maioria dos resultados das pesquisas elencadas: o fator intimidade atribui excessiva influência na escolha por *tu* ou *você*. É notório que nas cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste), *tu* é utilizado entre pessoas mais íntimas e/ou em situações informais, e *você* segue sendo usado em conversas entre pessoas estranhas e/ou em situações mais formais. Tal afirmação pode ser confirmada através de pesquisas como as de Menon (2000), Loregian-Penkal (2005), Mota (2008), Franceschini (2011), Scherre *et al.* (2011), Alves (2012), Costa (2013), Gomes e Lopes (2014), Silva (2015) e Franceschini e Loregian-Penkal (2015).

Dessa forma, torna-se improcedente a afirmação de Cunha e Cintra (2008), de que praticamente em todo o território brasileiro é evidente que *tu* foi substituído por *você* como forma de intimidade.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este texto toma como base o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Quantitativa, constituído pelo sociolinguista William Labov. De acordo com Tarallo (1997), toda língua é heterogênea e diversificada; essa diversidade linguística é sistematizada, pois é através da sistematização que as comunidades de fala podem alcançar a comunicação efetiva. A Sociolinguística Quantitativa/Variacionista estuda o fenômeno linguístico correlacionando-o com aspectos estruturais e sociais que podem influenciar na escolha da variante.

A pesquisa quantitativa é baseada em hipóteses, números e verificações. Segundo Labov (2008), o ponto de partida para uma análise sociolinguística é o uso linguístico, o vernáculo. O referido autor defende que o vernáculo é a língua falada sem a preocupação do *como*, a fala descontraída. Portanto, partimos desse pressuposto para analisar a variação dos pronomes de segunda pessoa do singular (tu/você) com o intuito de verificar como o fator intimidade pode condicionar a utilização da variante na fala popular do município de Amargosa a partir da gravação de 12 entrevistas¹, no ano de 2016, seguindo os mesmos critérios adotados pelo *Programa de Estudos do Português Popular Falado de Salvador* (PEPP)².

Os informantes selecionados foram seis homens e seis mulheres, seis de nível de escolaridade fundamental e seis de nível médio, distribuídos equitativamente em três faixa etárias, a saber: 1 (15 a 24 anos), 3 (45 a 55 anos) e 4 (65 anos em diante).

Para conseguir extrair o *tu* ou *você* dos informantes durante as gravações em Amargosa, recorreremos a três perguntas utilizadas no Questionário Morfosintático do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)³ (que foram por nós adaptadas); a primeira, questionando ao informante como ele perguntaria a um amigo com uma mala na mão para onde esse amigo iria (a depender do informante, foi questionado primeiro o que ele perguntaria, depois, como); a segunda pergunta faz referência a receitas que o indivíduo possa conhecer e queira compartilhar; e a terceira, sobre simpatias, para que o informante também ensine como fazer. Essas táticas foram muito bem aproveitadas, e os resultados foram satisfatórios, porque a maioria das pessoas entrevistadas respondeu aos questionamentos, exceto pela terceira pergunta (ninguém, dos 12 informantes acredita ou conhece alguma simpatia).

¹ A constituição do *corpus* foi aprovada pelo comitê de ética.

² LOPES, SOUZA e SOUZA (2009)

³ CARDOSO *et al* (2014)

3 REVELAÇÃO DOS DADOS

A fim de apresentar os resultados obtidos, apresentamos a seguir alguns fragmentos com ocorrências dos pronomes pessoais de segunda pessoa do singular na fala amargosense:

Exemplo 1:

Inquiridora: Quando você vê um amigo com uma mala e quer saber pra onde ele vai. Como é que você pergunta?

Informante: Quando eu vejo um amigo com uma mala e quero saber pra onde ele vai?

Inquiridora: Qual é a pergunta que você faz?

Informante: Pra onde *tu* vai? *Tu* vai pra onde?

(Homem, faixa etária 1, nível médio)

Exemplo 2:

Inquiridora: Quando se vê um amigo com uma mala e quer perguntar pra onde ele vai, como é que é essa pergunta? Aqui em Amargosa.

Informante: *Tu* vai pra onde, criatura? (risos) É bem brabo assim. (risos) A gente tem esse sotaque brabo. “Tá indo pra onde?” É bem assim mermo. (Mulher, faixa etária 3, nível médio)

Exemplo 3:

Inquiridora: Tem algum prato que você saiba fazer, que queira contribuir com a receita?

Informante: Eu sou bem danada na cozinha, viu?! Mas eu faço um bobó de frango, que onde vai, é sucesso. E é bem facinho de fazer, e o pessoal ama. Porque a gente tá acostumado a ver fazer o bobó de camarão, né?! E a gente troca o camarão pelo frango, e *tu* come de boa, achando que é camarão. Muito bom.

Inquiridora: Como é mais ou menos pra fazer?

Informante: É o mesmo procedimento [...] Depois *tu* cozinha separado o aipim. E bate esse aipim com o caldo que *tu* cozinhou o frango. Mistura ali e fica maravilhoso.

(Mulher, faixa etária 3, nível médio)

A inquiridora, também, para demonstrar interesse na região e fazer com que, como sugere Tarallo (1997), a conversa fluísse de maneira mais descontraída possível, questionou também sobre quais lugares no município poderiam ser visitados por ela e como ela poderia chegar a eles, já que temos como hipótese que, ao indicar/instruir algo, o informante vá utilizar bastante o pronome de segunda pessoa do singular. Essa tática também foi bem-sucedida; foi possível obter, inclusive, a maior parte dos dados através dessas narrativas. Como é possível notar nos exemplos 4 e 5:

Exemplo 4:

Inquiridora: Esses são os programas que você faz pra se divertir. E pra mim, por exemplo? O que você acha que eu poderia fazer?

Informante: Aqui?

Inquiridora: Hã.

Informante: Hum... Ir no parque, se *tu* gostar. (risos) Ir no barzinho, no beiju, como *tu* já conhece. No milk-shake. É o que tem. E se *tu* for católica, ir na igreja também, e tal.

(Mulher, faixa etária 1, nível fundamental)

Exemplo 5:

Inquiridora: E daqui pro Maracanã, eu faço o que? Eu não sei onde é.
(risos)

Informante: Maracanã... Maracanã *tu* pegar.. *tu* pegar um avião pra ir pro Rio.

(risos)

Inquiridora: Tu não falou Maracanã?

Informante: Maracanã é cá, um... um Largo que tem aqui em baixo. Perto do Bosque.

Inquiridora: E me ensine como é pra chegar lá.

Informante: Ah!!! Ensinar, né?! *Cê* sai daqui, vira a direita. Passa pela praça do Bosque... ô... do do da.. do Cristo. Vira a esquerda e segue direto. Lá em baixo tem o largo. Pronto! Ali é o Largo do Maracanã.

(Homem, faixa etária 4, nível médio)

Embora tenhamos encontrado alguns casos de *tu* em Amargosa, a maioria dos usos apontou para uma frequência muito maior de *você* que de *tu*, o que não era esperado, já que a hipótese inicial dessa pesquisa apontava para um grande uso de *tu* pelos falantes amargosenses. Isso aconteceu também com Nogueira (2013); na pesquisa da referida autora, os informantes do município de Feira de Santana utilizaram muito mais *você* que o previsto; o *tu* em maior número foi alcançado somente através das gravações secretas, quando os informantes não sabiam que estavam sendo gravados.

Esse resultado aponta para o fato de que há uma consciência linguística entre os falantes dessas regiões, onde é sabido que o pronome *tu* é comum no vernáculo. Como um pronome acaba sendo mais valorizado que outro, na fala monitorada uma das variantes acaba sendo preferida em lugar da outra, por mais descontraída que se torne a conversa. Na situação de uma entrevista, por existir um gravador entre informante e inquiridora, há um monitoramento, mesmo que mínimo.

Enquanto alguns informantes apontam a diferença linguística entre Salvador e Amargosa marcada, principalmente, pelo uso de *tu* no interior e *você* na capital, como no exemplo 6, outros falantes amargosenses julgam não existir essa variação linguística, sendo “tudo igual”, pelas palavras dos próprios indivíduos, como pode-se notar no exemplo 7.

Exemplo 6:

Inquiridora: O que você acha na fala de Salvador e de Amargosa, que tem de diferente?

Informante: [...] mas, por exemplo, algumas coisas ... fala *tu* em Amargosa, é normal se *você* fala: *tu* vai pra onde? *Tu* quer o que? Em Salvador, o pessoal fala mais *você*. Mas eu acho que não seja uma diferença tão absurda assim. Porque tem o pessoal, tem gente de Salvador que fala *tu* também e fica por isso mesmo.

Inquiridora: E alguma coisa na sua fala mudou desde que você chegou aqui [em Salvador]?

Informante: [...] Eu acho que não. Eu não falo “meu rei”, ainda. (risos) [...] Eu acho que... só isso... Pernambués [com o /S/ palatal].

Inquiridora: Pernambués? O S?

Informante: [...] e às vezes eu falo puxando o S e foi depois que eu vim pra Salvador, mas não sei se tem a ver. Eu acho que puxa o S.

(Homem, faixa etária 1, nível médio)

Exemplo 7:

Inquiridora: Aqui usa muito tu?

Informante: Não. Aqui o *tu* já passou. Antigamente nego usava [...] hoje ninguém usa mais *tu*. *Tu* ficou fora de moda. Hoje é *você* mesmo. [...] Hoje, é... não sei porque ele tá... por causa da mídia, pode ser.

(Homem, faixa etária 3, nível médio)

O *você* é mais valorizado que o *tu*. Em algumas conversas, foi possível discutir acerca dessa questão, como é possível verificar nos exemplos 8 e 9, principalmente no exemplo 9, em que o informante, no decorrer da gravação, chegou a afirmar que falar *você* é “mais bonito/mais certo” que falar *tu*. A partir desses fragmentos, nós podemos compreender melhor, também, acerca dos usos de *tu/você* quanto à formalidade e informalidade.

Exemplo 8:

Informante: Tipo, interior fala muito *tu*. Isso eu não perdi. Eu falo até hoje *tu*. [...]

Inquiridora: E você fala *tu* com quem? Porque você falou *você* o tempo todo.

Informante: Foi?

Inquiridora: Foi. (risos)

Informante: Eu acho, então, que eu falo menos *tu*, mas ainda falo. Depende da frase. A que eu acho que se encaixa melhor *tu*, eu falo *tu*. E a que eu acho que se encaixa melhor *você*... tipo: “*tu* vai pra onde?” Eu pergunto. Depende. Vai do momento. Às vezes sai o *tu*, às vezes sai o *você*. [...] Eu acho que quando é uma linguagem mais informal, eu acho que eu falo *tu*, eu acho que quando é mais formal, assim, como eu tô respondendo aqui, eu acho que eu falo mais *você*. Depende. É inconsciente [...]

Inquiridora: A questão de ser formal? Você acha que o *você* tem mais prestígio que o *tu*?

Informante: Acho.

Inquiridora: Por quê?

Informante: Eu acho que quando, tipo, no caso, tem mais prestígio aqui, né [em Salvador]?! Depende do lugar. Lá [em Amargosa] o *tu* eu acho que é comum. Aqui por não ser tão comum, tem menos prestígio. Entendeu? As

pessoas estranham quando *você* fala *tu*. Por exemplo, fala “*tu*”, as pessoas falam “Ah! É do interior”. Eu acho que é por causa desse distanciamento.

[...]

Inquiridora: Mas lá em Amargosa você já falava você, ou... ?

Informante: Também. Já. Lá eu falava mais *tu*, eu acho. Mas lá sempre teve o *você* também. [...]

Inquiridora: Tem a questão da intimidade também, que o pessoal fala, né?!

Informante: É, isso, tem.

Inquiridora: E como é que funciona?

Informante: Eu acho que quando *você* é mais íntimo, porque às vezes *você* soa como... uma coisa assim, mais mesmo formal. E um *tu* eu acho que é mais íntimo também. E depende da situação.

(Mulher, faixa etária 1, nível médio)

Exemplo 9:

Informante: Aqui muita gente fala *tu*, se lá... lá eles fala *você*. Se a pessoa chegar aqui... lá.. e falar... falar *tu*, eles quer caçá gozação com a cara da pessoa. Rola muito isso lá.

[...]

Inquiridora: Rum... você acha que é errado falar *tu*?

Informante: É.

Inquiridora: Por que?

Informante: Sei lá... é... aqui já é o costume... é o costume da cidade, das pessoas.

Inquiridora: E você acha que fala o que? *Tu* ou *você*?

Informante: Eu? Eu falo mais *você*, mas quando eu tô com os amigos assim, quando eu tô falando assim, que é um assunto meio bobo assim, eu falo *tu* também. Mas eu uso mais *você*. [...] quando a pessoa tá conhecendo uma menina só fala *você*. Pelo Facebook, WhatsApp. Muitas pessoas assim fala comigo *tu*, mas eu mesmo só falo *você*.

(Homem, faixa etária 1, nível fundamental)

A informante do inquérito 07 (com fragmento de fala exemplificado no exemplo 8) está morando em Salvador há aproximadamente cinco anos, fazendo

cursinho pré-vestibular, e já tinha contato anterior com a inquiridora. É interessante o depoimento dela acerca da variação *tu/você*, inclusive, porque um dia antes da gravação do inquérito, ao ser convidada, via WhatsApp, para participar da pesquisa, a mesma enviou um áudio utilizando *tu*, mas durante a gravação, que ela julgava ser algo mais formal, usou em momento nenhum *tu*, mas sim o *você* categórico. O conteúdo supramencionado (autorizado para ser divulgado) pode ser conferido a seguir:

Exemplo 10:

Oi, L. Claro que pode. *Tu* quer gravação, gravação voz? Tipo, *tu* me entrevistando? Ou como é? Posso sim, viu?!

(Mulher, faixa etária 1, nível médio)

Já com o informante do Inquérito 01, temos um exemplo de variável muito estudada em pesquisas sobre variação pronominal/de tratamento, que é o fator Intimidade. Tal falante utilizou durante toda a pesquisa o pronome *você*, mas ao ser questionado como se portaria frente a um amigo (com maior grau de intimidade que a inquiridora em relação a ele), o mesmo utilizou o *tu*, como foi possível observar no exemplo 1. Ele também utilizou *tu* ao se referir à fala com sua irmã. Conseguimos uma gravação extra, realizada sem que o informante soubesse que estava sendo gravado (mas com devida autorização para divulgação, posteriormente) de uma conversa entre ele e a irmã. Quando se refere a alguém genérico, o informante do Inquérito 01 utiliza *você*, mas ao falar especificamente com sua irmã, ele utiliza o *tu*, como podemos conferir no exemplo 11. É interessante, o fato de ela se comportar linguisticamente da mesma forma. A identificação por “L.” representa a Mulher, de Escolaridade Média e Faixa Etária I (a irmã); “S.” representa o Homem, Escolaridade Média, Faixa Etária I (informante da entrevista 01 dessa pesquisa).

Exemplo 11:

L.: *Tu* achou o que da redação [do ENEM]?

S.: O tema?

L.: Rum. Melhor que o outro, né?!

S.: Melhor do que o primeiro. Porque o religioso é um negócio meio assim...

L.: Meio assim como?

S.: Meio assim... *você* às vezes... *você* fala de uma... *você* fala, tipo assim, de situação. Se *você* falar... cair pro lado de de... *você* sempre vai tender a

falar de alguma coisa, de alguma religião específica, entendeu?! [...] aí *você* sempre vai tender a falar... mesmo que *você* não cite. Mas *você* vai sempre tender a falar dos preconceitos que tem como isso, entendeu?! E... com raça é raça, entendeu?

L.: Mas também, por outro lado, se *você* for negro e tiver escrevendo a redação, *você* vai...

S.: Não! Mas se *você* for negra...

[...]

L.: Eu não sei, eu tô com medo.

S.: Medo de quê, fia? *Tu* já tá passada, já...

L.: Mas eu queria tirar uma nota boa.

S.: Queeee m**** nenhuma, rapaz! Porcaria nenhuma...

(risos)

L.: *Tu* tem aula que dia? De tarde.

S.: Tá tirando foto minha, é, Ninha?

L.: Não. Por quê?

S.: Eu tô vendo *tu* me gravando.

(risos)

(Gravação Extra, Conversa estilo D2, Homem e Mulher da Faixa Etária I, Escolaridade Média, de Amargosa)

Aconteceu, durante a gravação do Inquérito 10, algo também interessante. O senhor, de Faixa Etária 03, Escolaridade Fundamental, utiliza *você* durante toda a conversa, que foi gravada no pátio da escola onde ele estuda, mas quando um colega de classe aparece para cumprimentá-lo, ele usa *tu*, como é possível conferir a seguir, e somente nesse momento, depois volta a usar *você* até o final da conversa.

Exemplo 12:

Tu falou com ela ali? [...] Ein, V.?! Por que não levou *tu* pra fazer entrevista também? [...] Pra *tu* fazer entrevista.

(Homem, faixa etária 3, nível fundamental)

Portanto, foi possível compreender e confirmar a hipótese levantada em pesquisas anteriores a essa, que o fator intimidade é um forte condicionante na escolha do tratamento pronominal do português popular falado na Bahia. É em

contextos de maior intimidade e informalidade que o *tu* se mostra mais facilmente, e como o método de gravação sociolinguístico ainda se mostra, para a maioria dos informantes, como um contexto formal, *você* teve muito mais ocorrências que o esperado inicialmente nessa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pronomes *tu* e *você* são avaliados de forma diferente pelos falantes: *você* é mais valorizado pelos falantes baianos, enquanto *tu*, por ser marca de um falar interiorano e julgado como de menor prestígio, é visto como “menos correto/bonito”.

Um fator que se mostrou muito importante na escolha entre *tu* e *você* na fala popular de Amargosa foi a variável *Intimidade*, muito observada no decorrer das gravações e levantamento dos dados.

Tu demonstrou ser muito mais frequente em Amargosa do que foi possível registrar nas gravações, visto que o método de entrevista sociolinguística pode ter inibido e influenciado na automonitoração da fala dos informantes. Mas esses, ao se referirem a pessoas próximas, demonstraram usar o pronome *tu* em lugar de *você* com bastante facilidade, evidenciando que o grau de intimidade entre locutor e interlocutor é um forte condicionante desses usos.

Os resultados desta pesquisa se assemelham aos resultados obtidos por Nogueira (2013) no município de Feira de Santana, também na Bahia, que realizou escutas extraoficiais e constatou que os pronomes *tu* e *você* coexistem e são condicionados, entre outros aspectos, pelo grau de intimidade entre os falantes. Esse estudo, por isso, deve ser ampliado a partir de novas gravações, com discursos estilo D2, entre informantes com diferentes níveis de proximidade, a fim de analisar a influência desse fator no processo de variação pronominal na fala amargosense.

Ao concluir essa pesquisa, julgamos que os resultados aqui apresentados se configuraram importantes, visto que não havia estudo anterior quanto a esse fenômeno em Amargosa. Portanto, ambicionamos que tal trabalho venha a contribuir com futuros projetos sobre a variação entre *tu* e *você* na Bahia, e colabore para uma melhor compreensão acerca do funcionamento da variação entre os pronomes de segunda pessoa na fala, especificamente, na cidade do interior do estado aqui analisada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cibelle Corrêa Béliche. “Por onde tá ‘o tu’?” no português falado no Maranhão. *Signum: Estudos da linguagem*. Londrina, PR, v. 15, n. 1, p. 13-31, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/11776/11181>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARDOSO et al. *Atlas linguístico do Brasil: introdução*. Londrina: Eduel, 2014.

CARDOSO, Suzana Alice M. *Caminhos dos pronomes pessoais no português brasileiro: considerações a partir de dados do projeto ALiB*. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/09_3.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

COSTA, Lairson Barbosa da. *Variação dos pronomes “tu”/“você” nas capitais do Norte*. Belém, 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FRANCESCHINI, Lucelene Teresinha. *Variação pronominal nós/a gente e tu/você em Concórdia – SC*. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Letras) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2011. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/32629/R%20-%20T%20-%20LUCELENE%20TERESINHA%20FRANCESCHINI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 set. 2016.

FRANCESCHINI, Lucelene Teresinha; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. A variável sexo/gênero e o uso de tu/você no sul do Brasil. *Signum: Estudos da linguagem*. Londrina, PR, v. 18, n. 1, p. 182-205, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/20205/16677>>. Acesso em: 20 set. 2016.

GOMES, Valeria Severina; LOPES, Célia Regina dos Santos. Variação entre formas dos paradigmas de tu-você em cartas pernambucanas dos séculos XIX e XX. *Revista do GELNE*. Natal, RN, v. 16, n. 1 e 2, p. 19-45. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11626>>. Acesso em: 22 set. 2016.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOPES, Célia Regina dos S.; DUARTE, Maria Eugênia L. De Vossa Mercê a você: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; MOTA, Maria Antónia. (Org.). *Análise contrastiva de variedades do português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro, 2003, v. 1, p. 61-76.

LOPES, Norma da Silva. SOUZA, Constância Maria Borges de Souza e SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de Souza. *Um estudo da fala popular de Salvador*: PEPP. Salvador: Quarteto, 2009.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi. Alternância tu/você em Santa Catarina: uma abordagem variacionista. *Revista Estudos Linguísticos*. v. 4, p. 362-367, 2005. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/alternancia-tu-voce-411.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

MENON, Odete Pereira da Silva. Pronome de segunda pessoa no sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, RS, v. 35. n. 1, p. 121-164, 2000. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14762/9828>>. Acesso em: 05 out. 2016.

MOTA, Maria Alice. *A variação dos pronomes 'tu' e 'você' no português oral de São João da Ponte (MG)*. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/>

handle/1843/AIRR-7DHJPA/mariaalice_mota_diss.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 fev. 2016.

NASCIMENTO, Lorena Cristina Ribeiro. *A variação pronominal na Bahia: condicionadores de tu e você na fala popular de Salvador e Amargosa*. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26660/1/LORENA-Nascimento_DISSERTAÇÃO_COMPLETA_DEFINITIVA.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

NOGUEIRA, Francieli Mota da S. B. *Como os falantes de Feira de Santana e Salvador tratam seu interlocutor?*. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24473/1/Francieli%20%20Motta%20da%20Silva%20Barbosa%20Nogueira.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *et al.* Tu, Você, Cê e Ocê na variedade brasiliense. *Papia: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*. São Paulo, SP, v. 21, p. 117-134, 2011. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1698/1509>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SILVA, Ivanilde da. *Em terras de você o natural é misturar pronomes de segunda pessoa do singular: estudos dos pronomes tu e você no Português Popular do Brasil*. 2015. 325 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-22122015-095409/pt-br.php>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1997.

DIVERSIDADE E GÊNERO SOCIAL NO PORTUGUÊS

UMA ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA DO SUPERLATIVO NA FALA DE HOMENS GAYS

*Rafael de Almeida Arruda Felix
Angélica Rodrigues*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É princípio da sociolinguística que língua e sociedade são duas realidades que se inter-relacionam e que são indissociáveis. É justamente por isso que podemos perceber a enorme variabilidade dos fatos linguísticos que configuram a chamada “realidade linguística” de determinada língua. Além disso, no que tange ao atual contexto sociocultural e político do país, vivemos, no Brasil, um momento de intensas discussões e reivindicações pela liberdade sexual juntamente com a busca pela igualdade de direitos dos homossexuais, como a criminalização da homofobia em junho de 2019, após votação no Supremo Tribunal Federal. Como consequência dessas reivindicações, podemos ver uma consolidação cada vez maior da comunidade LGBTI¹ e sua maior atuação e posicionamento na sociedade. Se, por um lado, o aumento dos movimentos em favor dos direitos e do respeito aos homossexuais se justifica pela forte repressão social e cultural de que são vítimas, por outro, percebemos cada vez mais o

¹ Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais. Existem muitas outras siglas, mas optamos por utilizar essa por ser a mais frequentemente empregada por órgãos nacionais e internacionais

aparecimento de palavras originalmente utilizadas somente nas comunidades em questão (*bofe*, *babado*, *uó*, etc.) no dia a dia de uma parcela significativa de falantes do português do Brasil. Embora o contexto de uso desse vocabulário sociolinguisticamente marcado por parte da população feminina e masculina apresente motivações diversas, a incorporação de palavras próprias do que podemos chamar, a critério de ilustração, de “fala *gay*” nunca se faz sem referência a esse grupo, seja para sinalizar empatia ou marcar identidade de gênero e até mesmo preconceito.

Logo, passa a ser inegável o fato de essa comunidade, assim como sua linguagem já fazerem parte da realidade linguística do português do Brasil. Conseqüentemente cresce também na academia o interesse em estudar a fala dessa parcela da população, como em Gonçalves (2003) e Mendes (2011, 2012). Esses estudos se desenvolvem na comparação e aproximação entre o falar *gay* e o falar feminino, uma vez que estudam os fatos linguísticos como marcadores de sexo/gênero.

Tendo em vista, portanto, esses contextos, o objetivo deste capítulo é apresentar uma descrição e análise a partir da observação do estereótipo linguístico de *gays*, aventada em outros trabalhos (GONÇALVES, 2003) e depreendida principalmente de personagens midiáticos (TV, cinema e *blogs*), de que o uso de adjetivos com derivação de grau superlativo, quando usado por homens, pode indicar a homossexualidade do falante. Esse fato linguístico não foi aleatoriamente escolhido, uma vez que o uso excessivo de adjetivos com derivação de grau superlativo já faz parte do imaginário do que seria, para uma grande parcela da sociedade, o “falar *gay*”. Ao digitar, por exemplo, “superlativo *gay*” no *site* de buscas *Google*, podemos encontrar, nos dois primeiros resultados, uma lista² em que constam dez dicas para descobrir se um homem é *gay* e o primeiro item da lista é o seguinte:

- (1) “Usa superlativo sintético. Homem de verdade não fala ‘isso está chiquérrimo’ ‘estou atrasadíssimo’ ‘que caríssimo’ ‘você está lindérrima’ Se o cara que você quer usa essas expressões, caia fora amiga! Esse pitbull é Lessie!”

Embora o teor do texto seja de humor duvidoso e repleto de preconceitos, fica evidente que o uso de adjetivos com derivação de grau superlativo não é

² A lista toda pode ser encontrada na página do Facebook chamada Piadorama, disponível em: <<https://www.facebook.com/Piadorama.com.br/posts/290475537779416>>. Acesso em: 13/07/2019

associado à fala de homens que se identificam como heterossexuais, sendo, portanto, associado à fala de homens *gays*.

A fim de oferecer um estudo sistemático desse aspecto frequentemente relacionado à fala *gay*, analisamos amostras de fala de 24 entrevistas sociolinguísticas feitas com homens assumidamente *gays*, visando a conferir a frequência de uso dos adjetivos com derivação de grau superlativo e os possíveis fatores linguísticos e extralinguísticos que poderiam estar associados ao uso dessas formas. Observando nossos resultados preliminares, formulamos a hipótese de que, por se tratar de uma forma linguística fortemente estigmatizada e estereotipada, o uso do superlativo estaria relacionado a questões de identidade e estilo.

Este capítulo está organizado da seguinte forma. Na seção 1, apresentamos os embasamentos teóricos que serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa. Na seção 2, apresentamos a metodologia que foi utilizada para coleta e análise dos dados. A seção 3 abarca a descrição e análise dos dados obtidos com as entrevistas, juntamente com o questionamento de como os papéis sociais que se espera que uma pessoa siga podem interferir em sua maneira de falar. Por fim, na seção 4, apresentamos a conclusão de nossa análise e, em seguida, as referências.

1 OS ADJETIVOS NO PORTUGUÊS

Castilho (2010, p. 511) afirma que, diferentemente da gramática latina, os gramáticos das línguas românicas passaram a tratar o adjetivo separadamente do substantivo tendo por premissa os seguintes argumentos: (a) o adjetivo aceita derivação de grau, expressa pelos sufixos *-íssimo*, *-érrimo*, *-ímo*, por exemplo; por terminações que são vestígios do latim como em “menor”, “melhor”; ou por especificadores e complementadores: [mais Adj do que X], [tão Adj como X], [o mais Adj dos X]; (b) o fato de os adjetivos poderem ser criados por derivação de modo, expressa por [-vel], como em amável; ou a derivação por [-mente], formando advérbios; e ainda a derivação por quantificação expressa por [-oso, -al]. Além desses critérios pautados na morfologia, Castilho (2010) traz outros de cunho sintático para definir a categoria dos adjetivos e destaca que:

são adjetivos as expressões que (i) ocorrem na função atributiva, como constituintes de um sintagma nominal, como em [um livro caro]; (ii) ocorrem na função predicativa, como constituintes de sintagma verbal, como em [o livro é caro]; (iii) podem ser pré-modificados pelo intensificador muito, como em [um livro muito caro]; e finalmente, (iv) podem assumir formas comparativas e superlativas, como em [um livro mais caro que um caderno], [livro caríssimo]. (CASTILHO, 2010. p. 512)

Castilho (2010) mostra que a predicação é um traço relevante para a postulação do estatuto categorial dos adjetivos e os distingue, portanto, como: (a) adjetivos predicativos que predicam o substantivo ou toda uma sentença e que exibem derivação de grau, concordando em gênero e número com o substantivo a que se aplicam (quadros *lindos*. – quadros muito *lindos*; - quadros *lindíssimos*); e (b) adjetivos não predicativos que classificam o referente dos substantivos (jornal *mensal*. -*jornal muito *mensal*; *jornal *mensalíssimo*).

Uma vez que trataremos aqui do uso de adjetivos no superlativo, que correspondem a adjetivos predicativos, passamos a seguir à sua análise.

1.1 O superlativo de adjetivos no português

Bechara (2009, p. 148-149) elenca três tipos de gradação na qualidade que o adjetivo expressa: (a) positivo, que não se constitui a rigor numa gradação, enuncia simplesmente a qualidade; (b) comparativo, que compara qualidade entre dois ou mais seres estabelecendo uma igualdade; (c) superlativo, que será mais bem detalhado a seguir.

Bechara (2009) divide o superlativo de adjetivos em dois tipos: superlativo relativo e superlativo absoluto. O primeiro ressalta, com vantagem ou desvantagem, a qualidade do ser em relação a outros seres e pode ser realizado através de *o mais/menos...que/do que*. O segundo indica que a qualidade do ser ultrapassa a noção comum que temos dessa mesma qualidade. Este pode ainda ser analítico, quando se acrescenta uma palavra intensiva como *muito*, *extremamente*, etc., ao adjetivo, ou sintético quando se acrescenta os sufixos derivacionais –íssimo, –ésimo, –érrimo.

Aqui tratamos, desde o início, a expressão de grau nos adjetivos como um fenômeno derivacional, enquanto que a gramática tradicional o trata como um fenômeno flexional. Câmara Jr. (2004) discorda da atribuição do grau ao processo de flexão, uma vez que não há obrigatoriedade de se adotar o adjetivo sufixado que expressa o superlativo, que está muito mais relacionado a uma questão de estilo.

Podemos citar a fala de personagens *gays* de televisão que utilizavam muito frequentemente desses afixos como, por exemplo, o Seu Peru, personagem de Orlando Drumond no programa humorístico *Escolinha do professor Raimundo* (1990-1995), que, em um dos episódios, por exemplo, diz o seguinte:

- (2) “Estou *tristíssimo*, teacher, *tristíssimo*. Estou um caco... estou arrasada. É *gravíssimo*, teacher, não sei o que fazer da minha vida”.

Seja com a intenção de ridicularizar ou de dar maior visibilidade para a comunidade, muitos personagens *gays*, como o Seu Peru, já existiram e ainda existem na televisão brasileira. Muitas vezes, porém, esses vêm como uma espécie de caricatura do grupo como um todo. Vale lembrar que a caricatura enfatiza e exagera as características de uma pessoa ou de um grupo, acentuando gestos, vícios e hábitos particulares deles. Ou seja, a caricatura parte sempre da observação de características reais percebidas no indivíduo ou no grupo, o que configuraria mais uma prova da hipótese levantada aqui.

2 ESTUDOS PRÉVIOS ACERCA DA FALA DE HOMENS *GAYS*

Foi Silva (1959) que escreveu o que parece ser o primeiro estudo sociológico que tematizou a homossexualidade na cidade de São Paulo. Embora os interesses de Silva não fossem de cunho linguístico (o pesquisador buscou analisar a formação da identidade da comunidade *gay* na cidade de São Paulo), ele nota, por exemplo, que mesmo que dois indivíduos não se conheçam, mas sejam pertencentes ao mesmo grupo, são capazes de identificar-se por “[...] particularidades de comportamento como gestos, *maneira de falar* ou andar, companhias preferenciais, roupas que usam, fatos, objetos e situações que atraem a atenção” (SILVA, 1959 – grifo nosso). Essa avaliação parece apontar para a percepção da criação de uma possível identidade do grupo *gay*, relacionada à existência de “alguma coisa” no modo de falar do homossexual que marque o “ser *gay*”.

Um estudo da *indexicalidade* desses usos linguísticos já foi feito por Trudgill (1974), Milroy (1980), Bell (1984) e, mais atualmente, por Gonçalves (2003), que buscou estudar a função *indexical* do uso de adjetivos com derivação de grau superlativo.

Segundo Dressler e Kiefer (1990 *apud* GONÇALVES, 2003), a intensificação revela ainda um relacionamento entre Morfologia e Pragmática, já que formas como *chiquérrimo*, *lindíssimo*, *bacanérrimo* servem como indício para o reconhecimento dos propósitos comunicativos do falante frente à audiência.

Gonçalves (2003) afirma, desse modo, que as formas sufixadas em *-íssimo*, *-érrimo* e *-ésimo* têm, além de função semântica e discursiva, a função *indexical* e que, dessa maneira, o falante não só revelaria seu parecer sobre o que diz, como também seria revelado pelas formas que produz, mostrando, através desses processos morfológicos, traços de sua identificação sociocultural. Gonçalves (2003) também mostra que o uso feito por falantes do sexo masculino de adjetivos com

derivação de grau superlativo é, muitas vezes, considerado como uma marca *gay*, *efeminada* de se falar, o que indicaria uma possível marca de gênero e sexualidade na fala dos homens *gays* falantes do português do Brasil. Gonçalves (2003), porém, refere-se ao que chama de “fala *gay*”, com base na fala estereotipada de pessoas com essa característica. Além disso, o autor também faz sua análise priorizando a percepção que homens heterossexuais, que representam um grupo dominante na sociedade, têm acerca da fala de homens *gays*.

O autor adota metodologia controversa para apresentar o que seriam duas supostas evidências de que os sufixos intensivos –íssimo(a), –érrimo(a) e –ésimo(a) são indexados à “fala *gay*”, mesmo que de forma caricaturesca. A primeira é a descrição de uma conversa informal entre homens, tidos como heterossexuais, que, em uma mesa de bar, descreviam o comportamento de um homem *gay* que eles conheciam. Em determinado momento, um deles diz:

- (3) O cara né, gozadão... Nem um pouco discreto... O cara vive soltando a franga. Lá na faculdade, ele vai todo afetado dizendo pras meninas: (mudança de voz com trejeitos) “ái eu cheguei ar-ra-san-do, de salto, chiquésima, elegantíssima, ma-ra-vi-lho-sa” (risos) (GONÇALVES, 2003, p. 54).

Segundo o autor, o rapaz, ao buscar reproduzir a “fala *gay*” desse conhecido, utilizou os sufixos intensificadores –ésimo e –érrimo, o que reforçaria a ideia de que essas podem ser formas específicas da fala desse grupo. A segunda evidência que ele apresenta foi um teste de avaliação/percepção que ele fez com cinco indivíduos do sexo masculino, todos heterossexuais. Foi pedido que eles avaliassem dez enunciados contendo o uso dos sufixos intensificadores, lidos por um homem (sem “traços efeminados”), e por uma mulher. Ele destaca quatro depoimentos, dos quais é relevante destacarmos aqui os seguintes:

- (4) Sinceramente, eu não acho legal um homem falar assim não. Fica muito esquisito. Sabe de uma coisa: fica é ridículo mesmo. Esquisição falar assim meio alongado, mole. Não pega muito bem não.
- (5) Eu não falo assim não. É exagerado demais... será que é tudo tão –érrimo (mudança na qualidade de voz, com alongamento excessivo da tônica) assim? Acho mais legal o *irado*. (GONÇALVES, 2003, p. 55).

Pelos comentários, notamos que o uso de adjetivos com derivação de grau superlativo foi avaliado negativamente pelos participantes da pesquisa, mostrando que são estigmatizadas quando emitidas por um homem, pois pode indexar a homossexualidade do falante. Essas evidências, então, mostram que

há uma imagem, um estereótipo acerca da imagem do homem *gay* no contexto sociocultural no Brasil o que nos leva a buscar se isso, de fato, poderia configurar uma possível marca de gênero na fala dos homens *gays* falantes do português brasileiro.

Ainda que esse experimento possa trazer luz às questões concernentes à nossa análise, consideramos que analisar a fala de homens *gays* a partir da visão de homens que se descrevem como heterossexuais pode levar à caracterização do grupo minoritário com base em seus estereótipos, com apelo à comicidade e com menor respeito. Por mais que eles possam identificar alguns traços comuns da fala de homens que compartilhem a característica de serem *gays*, são sempre estereotipados. Neste trabalho, buscamos, através de entrevistas sociolinguísticas, verificar, como base na fala de homens assumidamente *gays*, se o uso de superlativos sintéticos é próprio da fala desse grupo, levando em conta principalmente a perspectiva dos sujeitos de pesquisa.

3 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O objetivo da pesquisa Sociolinguística Laboviana é descrever e analisar padrões gerais de uso linguístico numa comunidade de fala. Por consequência, a partir da percepção da relação entre sociedade e língua, a coleta de dados é feita através de entrevistas sociolinguísticas que tentam reproduzir um retrato o mais fiel possível da comunidade de fala.

Como até o momento de constituição de nosso *corpus* não havia ainda nenhum banco de dados da fala de homens *gays* falantes de português no Brasil, houve a necessidade de criarmos tal amostra. Para sua elaboração, foram seguidos os preceitos básicos da Sociolinguística Laboviana. O conjunto de entrevistas representa a fala de indivíduos *gays* do sexo masculino. Por isso, ao contrário das pesquisas sociolinguísticas clássicas, o sexo não é uma variável para a análise. Foram levadas em consideração variáveis sociais que são comprovadamente relevantes para os estudos sociolinguísticos (cf. MOLLICA; BRAGA, 2003), com as quais visamos garantir a representatividade do censo linguístico, e entrevistamos 4 informantes para os 6 perfis sociolinguísticos resultantes das variáveis sociais selecionadas: a) sexualidade/gênero: *gay*; b) faixa etária; c) escolaridade.

No total, tivemos 24 informantes todos oriundos de Ribeirão Preto ou que já habitavam na cidade por mais de 5 anos. As entrevistas tiveram duração prevista de uma hora e os informantes deveriam produzir textos orais, de acordo com os

gêneros discursivos definidos: a) narrativa de experiência pessoal; b) narrativas recontadas; c) texto descritivo; d) relatos de opinião. As entrevistas foram conduzidas de uma maneira bem descontraída e natural, buscando anular, ou pelo menos minimizar, o que Labov (2008) define como o “paradoxo do observador”.

Todas as entrevistas foram transcritas integralmente e, em seguida, fizemos o levantamento de todos os adjetivos que apareceram em cada uma delas para, enfim, fazermos nossa análise da frequência de uso dos adjetivos com derivação de grau superlativo. Feita a seleção dos adjetivos, esses foram codificados de acordo com os grupos de fatores controlados e, em seguida, rodados no *Goldvarb*.

Os grupos de fatores linguísticos controlados foram: a) tipos de sequência textuais: narrativa de experiência, narrativa recontada, descritiva (a respeito de lugares, pessoas e procedimentos) e de opinião, (b) posição do adjetivo; (c) concordância de gênero; (d) concordância de número; e (e) função sintática. Os fatores extralinguísticos controlados, por sua vez, são: a) escolaridade: médio, superior; b) idade: 18 a 30, 31 a 40, acima de 40.

Após a análise piloto, a qual não descreveremos aqui devido à limitação de espaço, decidimos por considerar e codificar somente os adjetivos de grau neutro e superlativo absoluto sintético, para que uma análise mais cuidadosa pudesse ser feita dos adjetivos nessa derivação. Uma vez que tínhamos todos os dados codificados de nossas entrevistas e aquelas do grupo controle, fizemos a rodada no *Goldvarb*, tendo como variável dependente o grau do adjetivo. Essa análise se deu com o intuito de verificar se esse é um dos traços que poderia definir a identidade linguística dos homens *gays* falantes do português.

Todos os informantes gravados assinaram um termo de livre consentimento autorizando que os dados fossem utilizados para pesquisas sociolinguísticas, atendendo, assim, às normas de ética em pesquisa.

4 NOSSOS RESULTADOS

Após a seleção e codificação de todos os adjetivos em todas as entrevistas, utilizando o programa *Goldvarb*, chegamos ao resultado de 3170 dados de adjetivos. Desse total, 90,9% (2882 ocorrências) dos adjetivos levantados foram utilizados no grau neutro (sem intensificação) enquanto que 9% (288 ocorrências) dos adjetivos apresentavam derivação de grau superlativo absoluto sintético. Nos exemplos (6-7), podemos ver adjetivos neutros encontrados nas entrevistas, ou seja, adjetivos sem qualquer marca de intensificação:

(6) A experiência de estar num outro lugar, de uma outra cultura foi... foi assim *marcante*. (G1)

(7) Eu sempre gostei de coisas *exotéricas*. (G3)

Já nos adjetivos dos exemplos (8-9), temos ocorrências de adjetivos com derivação de grau superlativo absoluto sintético que, em sua grande maioria (25,7% [74 ocorrências]), apareceram sufixados em “-íssimo(a)”:

(8) Minha mãe ficou super tipo “af L. porque você fica falando com essa pessoa? Aí ó vai processar a gente” minha mãe é *medrosíssima* eu num tenho medo não gata a pessoa não tem dinheiro pra comprar um sabonete... ele era *pobríssimo*. (G2)

(9) É muito legal quando cê tá falando com uma *drag* e de repente ela tem uma voz *grossíssima*. (G2)

Além dos adjetivos sufixados por -íssimo, foram utilizados 7 adjetivos sufixados em -érrimo, o que corresponde a 2,4% do total dos dados de superlativo absoluto sintético, porém nenhum deles foi utilizado com o intuito de descrever alguma coisa, mas sim em resposta para quando perguntamos a eles o que, na fala de um homem, chamaria a atenção para o fato de ele ser *gay*, como nos seguintes exemplos:

(10) Ai isso é massa isso é legal ou o gay tipo nossa isso é *chiquérrimo* entendeu? (G6)

(11) Quando eu ouço alguma coisa desse tipo né *lindérrima* né então assim cê percebe que os bofes da minha família ou os que eu conheço jamais usariam esses termos. (G21)

Também ocorreram 3 adjetivos, correspondentes a 1% do total dos dados de adjetivos superlativados, sufixados em -ésimo, como em:

(12) Eu tenho um amigo [...] ele é todo assim *feminininésima feminininésima*. (G19)

É necessário acrescentar que adjetivos com os sufixos diminutivos (13) e aumentativos (14-15) também foram considerados superlativos absolutos sintéticos, uma vez que também intensificam o valor do adjetivo seja para menos como para mais e representaram, respectivamente, 44% (127 ocorrências) e 7,6% (22 ocorrências) do total dos adjetivos com derivação de grau superlativo:

(13) A minha família sempre foi tipo... *fechadinha*. (G2)

(14) E aí tinha um lugarzinho tipo um quiosque *grandão*. (G3)

(15) Ele tá mais bonito bonita também agora *velhona* cheia das plástica. (G2)

Também foram registrados casos em que o falante utilizou uma palavra intensificadora juntamente com um adjetivo com derivação de grau superlativo absoluto sintético, como em (16-17), porém categorizamos esses casos tomando por base o sufixo, logo, eles estão inclusos na porcentagem de cada sufixo:

(16) Ai ela era *muito novinha* né tinha dezesseis dezessete no máximo. (G4)

(17) A maioria são *muito* tipo *coloridíssimos* e eu não faço coisa muito colorida. (G2)

Além das ocorrências já supracitadas, selecionamos mais 55 dados de adjetivos (19,1%) com a derivação de superlativo absoluto sintético irregular, sendo em todos esses casos o superlativo de “bom” ou “mau”, ótimo e péssimo, respectivamente, como ilustramos em (18-19):

(18) Nós pedimos esse dadinho de tapioca e tava *péssimo péssimo*. (G22)

(19) Eu escolho o que eu vou ver né e tenho ótimos exemplos de filmes que tratam pra uma mídia que também é de massa que passa em lugares públicos. (G21)

A tabela a seguir representa um resumo das ocorrências de adjetivos com derivação de grau superlativo absoluto sintético em nosso *corpus*:

Tabela 1 - Adjetivos com derivação de grau superlativo absoluto sintético

	Corpus da fala de homens gays	
	Nº	%
Sintéticos irregulares	55	19,1
Sintéticos “-íssimo(a)”	74	25,7
Sintéticos “érrimo(a)”	7	2,4
Sintéticos “ésimo(a)”	3	1
Sintéticos “-ão/-ona”	21	7,3
Sintéticos “inho(a)”	143	49,6
TOTAL sintéticos	288	100

Fonte: Elaboração própria

Considerando o total de adjetivos levantados, 3170, e as ocorrências de grau superlativo absoluto sintético, 288 (9%), uma primeira conclusão da nossa pesquisa é, portanto, que a frequência de uso do superlativo sintético é relativamente baixa, o que pode indicar que, ao contrário do que sugere o estereótipo, *gays* não utilizem tanto adjetivos com derivação de grau superlativo absoluto sintético.

Para complementar nossa análise, ao final de cada entrevista perguntamos aos informantes: “Qual a sua opinião sobre os personagens *gays* que aparecem nas novelas, revistas, enfim, mídias em geral?” Com essa pergunta, pretendíamos verificar o grau de empatia dos falantes com os estereótipos de *gays* e, por consequência, verificar se o falante tinha por intenção se aproximar dele para afirmar sua identidade como *gay* ou se afastar dele para negá-la. As respostas obtidas foram várias, mas, em geral, os informantes concordaram no mesmo ponto: os personagens são afeminados demais. O informante G1, por exemplo, afirma que:

- (20) sempre que trazem o homossexual ele é muito afeminado, né? Nesses programas. Ele é muito afeminado, tem algumas uns jargões.. como se fosse assim... ge..geral né pra todos e eu não acho interessante porque... [...] eu acredito assim que tornar a questão do homossexual uma coisa jocosa ou engraçada ou é... que se possa fazer piada é uma forma de diminuir a situação da pessoa homossexual a uma piada, né? Então não dá credibilidade né? (G1)

Esse informante, portanto, teme que essa visão “afeminada” sobre os *gays* descredibilize suas vozes e as reduza à piada. Logo, para ele, essa representação de homens *gays* é feita de forma negativa, o que poderia motivá-lo a querer escapar desse estereótipo. Vale comentar que, na fala desse informante, não foi encontrado nenhum adjetivo com derivação de grau superlativo absoluto sintético. O informante G2, por sua vez, afirma que:

- (21) muita gente deve achar que é estereotipada eu acho real[...]na real to pouco me fudendo pressas bixas cisgênera que ficam “ai mas eu não sou viado desse jeito” problema é seu gata cê... se fudeu cê podia ter nascido mais legal sabe (G2)

Diferentemente de G1, esse informante avalia negativamente as “bixas cisgêneras” que criticam as representações de homens *gays* afeminados. Aliás, durante toda a entrevista, G2 faz questão de pontuar sua sexualidade. Foi também nessa entrevista que o informante utilizou maior número de adjetivos

com derivação de grau superlativo absoluto sintético, sendo responsável por 19 das ocorrências de um total de 288, ou seja, 6,6% das ocorrências. Se é intenção do falante explicitar sua orientação sexual, parece natural que ele vá utilizar as formas marcadas atreladas a esse grupo mais frequentemente.

Destacamos outras observações feitas pelos informantes porque, a partir delas, podemos discutir a visão do estereótipo *gay*. Ao final da entrevista, inspirados no trabalho de Mendes (2011), perguntamos: “O que chama sua atenção na fala de um homem que faz você questionar o fato de ele ser ou não *gay*?”. As respostas são variadas como: a) um falar mais agudo/anasalado; b) rebuscar excessivo das palavras; c) prolongamento de sílabas; d) maior uso de diminutivos e superlativos; e) conteúdo da fala muito frequentemente relacionado a sexo. Em (d), observamos que o uso do superlativo também é destacado. Quando questionados a respeito do uso desse superlativo e da intensificação em geral, obtivemos respostas, como (22):

(22) cê perguntou se a gente consegue identificar a fala de gay? eu acho que gay fala tudo no muita principalmente se tiver junto com gay é belíssimo é tudo no superlativo nossa é belíssimo é maravilhoso o hétero pode falar maravilhoso falar incrível o hétero fala ai é incrível gay fala é IN-CRÍ-VEL é muito. (G24)

Por outro lado, a grande maioria fez questão de pontuar que, embora acredite que *gays* utilizem muito os superlativos, a frequência desse uso está atrelada a situações de interação específicas:

(23) é vai de grupo vai de de não dividindo as gays mas é.. tem o trejeito mais afeminado tem o superlativo tem uma frase um pouco mais extensa uma palavra tipo assim “adoooooooooo” sabe tem uns que fazem sabe essa parte tem as gays cool que que usam meme no dia a dia.(G3)

(24) eu falo algumas coisas que já tão no meu vocabulário que eu falo assim quando eu vi já falei mas eu procuro não fala muito assim mais quando eu tô entre amigos mesmo(G5)

Tais comentários poderiam explicar a baixa frequência do uso de adjetivos no superlativo absoluto sintético, uma vez que a situação de entrevista socio-linguística entrevistador-entrevistado é bastante diferente da situação de fala espontânea de uma pessoa em seu grupo de amigos.

No que concerne à identidade, todos os informantes, mesmo concordando que *gays* falam de determinada maneira, fizeram questão de frisar que existem

vários tipos de *gays*, que podem agir de diversas maneiras. O informante G2, por exemplo, descreve sua insatisfação com uma série norte-americana, pois, segundo ele:

(25) só tem personagem machinho nessas séries se você for reparar não tipo...
repare... (G2)

Tais afirmações corroboram os estudos mais recentes da Sociolinguística chamados de estudos de terceira onda descritos por Eckert (2012), que buscam analisar as práticas estilísticas como fator crucial para a significação social da variação. Campbell-Kibler *et al* (2001) afirmam que “[e]stilo permeia a linguagem não como um componente ou dimensão, mas como um bloco para construir e perpetuar significados sociais”.³(CAMPBELL-KIBLER *et al*, 2001, p. 178, tradução nossa).

Ou seja, para os autores, o próprio estilo é sempre um trabalho em progresso. Os pesquisadores ainda afirmam que “assumir a existência de uma única forma *gay* de se falar homogeneiza a diversidade dentro da comunidade *gay*, apagando ou tratando como não importante para o debate sociolinguístico as várias subculturas que compõem a comunidade *gay*”⁴ (CAMPBELL-KIBLER *et al*, 2001, p. 177, tradução nossa).

No português do Brasil, como já demonstrado, o superlativo absoluto sintético é muito fortemente associado ao estereótipo de *gays*, que é o papel do *gay* bastante afeminado. Cumpre destacar que o papel de *gay* afeminado é também muito fortemente reprimido dentro da própria comunidade *gay*, como aponta Nogueira (2011), que, ao analisar cinquenta perfis de homens procurando por sexo com outros homens no *site disponível.com*, afirma que, em sua grande maioria, os perfis explicitam o seu não interesse por *gays* afeminados.

É notório que “ser *gay*” ainda não é completamente aceitável na sociedade, sendo ainda um grupo muito estigmatizado. Almeida (2008) lembra que, socialmente, é desejável que um homem não seja *gay*. Essa hostilidade resultante da manutenção, e propagação, dos estereótipos *gays* como engraçados, promíscuos e superficiais, segundo nossa hipótese, pode ter influenciado a fala dos nossos

³ Style permeates language not as a separate component or dimension but as a building block for creating and perpetuating social meaning. (CAMPBELL-KIBLER *et al*, 2001, p. 178)

⁴ the assumption that there is a singular gay way of speaking homogenizes the diversity within the gay community, erasing or at least deeming unimportant to sociolinguistic inquiry the many subcultures comprising the community(CAMPBELL-KIBLER *et al*, 2001, p. 177)

entrevistados. Como exemplificado, os falantes *gays* afirmam saber onde têm a liberdade de ser *gay*. A respeito disso, o informante G24 diz:

- (26) eu acho que a gente num sei se são todos os gays que são assim mas a gente separa muito tipo o lugar que eu posso falar do jeito que eu quiser que eu posso zoar que eu posso brincar e o lugar que eu tenho que segurar meu vocabulário. (G24).

O mesmo informante ainda afirma que, no seu meio de trabalho, evita demonstrar a sua homossexualidade, temendo uma repressão de seus alunos:

- (27) eu dou aula a noite em cursos de informática as vezes eu eu acabo exercendo preconceito porque eu fico com medo de postar alguma coisa e meus alunos verem e de repente isso virá alguma coisa contra mim então as vezes eu fico meio que me protegendo é.. mas num sei talvez essa seja uma forma de preconceito minha né. (G24).

Fica evidente, através dessa fala, que a avaliação social e a frequente repressão aos *gays* influenciam como o ser humano *gay* se coloca no mundo. Ele deve estar sempre vigilante, pois o fato de ele ser *gay* pode inclusive se virar contra ele.

As falas dos informantes podem ser analisadas tendo em vista a Teoria do Design de audiência de Bell (1984), uma vez que os informantes se mostram bastante conscientes com relação ao seu ser e ao seu falar e afirmam moldar o seu comportamento e, conseqüentemente, sua fala dependendo da audiência a que se dirige. Ou seja, os informantes falam claramente a respeito da construção de sua identidade linguística e como ela pode variar de contextos a contextos. É justamente isso que a teoria de Bell (1984) nos permite observar. Os informantes G24 e G14, por exemplo, afirmam buscar um afastamento do seu estilo *gay* quando em contextos de trabalho ou em meio a homens heterossexuais, porém lançam mão desse estilo quando estão com seus amigos também *gays*. O uso de adjetivos superlativos em –íssimo, –érrimo e –ésimo, poderíamos dizer, faria parte desse estilo *gay* de fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, discutimos a respeito do estereótipo de homem *gay*, lançando uma luz em como essa estereotipia pode afetar a performance social e linguística dos falantes homens que compartilham, ou não, a característica de serem *gays*.

Mostramos que, como se esperava, não são todos os adjetivos utilizados por homens *gays* que aparecem nessa derivação. Poderíamos dizer que os resultados obtidos por esta análise, mesmo contando com uma quantidade de dados bastante robusta, não nos permitem afirmar que o uso do superlativo absoluto sintético tenha se mostrado uma característica da fala de homens *gays* na dimensão que sugerem os estereótipos ou as afirmações feitas em Gonçalves (2003), por exemplo.

Não podemos deixar de levar em conta também o fato de que o uso do superlativo na fala *gay* representa um estereótipo que, certamente, teve impacto na sua produção por parte dos informantes *gays*, uma vez que a comunidade LGBTI ainda sofre uma forte repressão pela sociedade.

Todavia, este texto, certamente, não esgota as possibilidades de análise e discussões sociolinguísticas acerca da fala *gay* e inclusive apontamos para a necessidade de análise da fala de *gay* por outras perspectivas e a partir de diferentes técnicas de coleta de dados. O que fica da nossa reflexão é que a desconstrução de estereótipos, ainda que não seja uma prerrogativa da sociolinguística, pode ser fundamentada em pesquisas como a apresentada aqui na medida em que nos permite discutir, à luz de dados empíricos, a validade de afirmações genéricas e superficiais acerca de um grupo socialmente estigmatizado por identidade de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniel Mazzaro Vilar de. *Gosto se discute? análise de perfis de um site de relacionamento gay*. Monografia (Bacharelado em Português) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BELL, Allan. Language style as audience design. *Language in society*, v. 13, p. 145-204, 1984.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 25 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CAMPBELL-KIBLER *et al.* Sharing resources and indexing meanings in the production of gay styles. In: *Language and Sexuality: Contesting Meaning in Theory and Practice*. Stanford, CA: CSLI Publications, 2001: 175-189.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

ECKERT, Penelope. Three Waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation. *Annual Review of Anthropology*. 41. 87-100. 10.1146/annurev-anthro-092611-145828, 2012.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. A função indexical das formações X-íssimo, X-ésimo e X-érrimo no português do Brasil. *Veredas* (UFJF), Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 47-59, 2003.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDES, Ronald. Beline. Gênero/sexo, Variação Linguística e Intolerância. In: Diana Luz Pessoa de Barros. (Org.). *Preconceito e Intolerância: reflexões linguístico discursivas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

MENDES, Ronald. Beline. Diminutivos como marcadores de sexo/gênero. *Revista linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 8, número 1, junho de 2012. ISSN 1808-835X 1.[<http://www.letas.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>].

MILROY, Lesley. *Language and Social Networks*. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (orgs). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NOGUEIRA, Gilmaro. *Ânus rebeldes – gêneros normativos*. In: *VII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2011, Salvador, Bahia. Disponível em: <<http://politicadocus.com/index.php/downloads/category/1-artigos?download=30:anus-rebeldes-genero-normativos&start=20>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

PIADORAMA. *Como reconhecer um gay*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Piadorama.com.br/posts/290475537779416/>>. Acesso em: 13 jul. 2019. SILVA, José Fábio Barbosa da. Aspectos sociológicos do homossexualismo em São Paulo. *Sociologia*, v. 21, n.4, p. 350-60, out. 1959.

TRUDGILL, Peter. *The social stratification of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

PANORAMA DA PALATALIZAÇÃO EM SERGIPE

*Raquel Meister Ko. Freitag
Antônio Félix de Souza Neto
Thais Regina Andrade Corrêa*

INTRODUÇÃO

A variação social da língua pode ser observada pelo contraste entre diversas amostras de uma dada população, representativas dos diferentes grupos que a compõem, a partir da qual se determina o valor social da variável para cada grupo, de modo a definir o tipo de fala que é esperada para determinado grupo nessa comunidade; ou, então, pode ser observada a partir da determinação do padrão de distribuição da variável na comunidade e identificar as características sociais de quem fala daquele jeito, de modo a definir de que grupo é percebido esse modo de falar (LABOV, 2006 [1967]).

Estudos nessa direção têm contribuído para a descrição de uma norma linguística brasileira do português, que se configura em prescrições nas gramáticas contemporâneas brasileiras, se desligando de uma tradição lusitana, e no estabelecimento de frequências que validam as fronteiras dialetais constituídas na comunidade de fala brasileira.

Um fenômeno linguístico que tem sido amplamente estudado na comunidade de fala brasileira é a variação entre as realizações oclusivas e palatais de /t/ e /d/, cujos resultados permitem o delineamento de fronteiras dialetais e

sociais. Estudos de orientação sociolinguística e dialetológica (cf. ABAURRE; PAGOTTO, 2002; MAURI, 2008; DUTRA, 2007; BATTISTI *et al*, 2007; BATTISTI, 2011; BATTISTI; DORNELES-FILHO, 2015; PAULA, 2006; PIRES, 2007; MOTA, 2008; CARDOSO *et al.*, 2014, dentre outros) sinalizam a preferência e o predomínio da variante palatal diante da vogal /i/, o que é abonado por instrumentos normativos contemporâneos do português brasileiro, como ilustram os excertos abaixo:

Por ser amplamente distribuído no território brasileiro, e por constituir **pronúncia de prestígio**, essa palatalização não é repelida por ninguém. Ao contrário, **a pronúncia [di] e [ti], sem palatalização, que é tida como 'regional'** (nordestina ou 'caipira', por exemplo). (BAGNO, 2013, p. 325, grifos nossos).

Em português, [tʃ] é apenas 'outra pronúncia', isto é, um alofone do fonema /t/, **usual em certas áreas do Brasil, como o Rio de Janeiro**, quando /t/ precede /i/, oral ou nasal. (AZEREDO, 2008, p. 375, grifos nossos).

As linguodentais /t/ e /d/ seguidas de i podem palatalizar-se: tinta e digna podem soar /txinta/ e /djigno/. **Evite-se o exagero dessas palatalizações.** (BECHARA, 2009, p.70, grifos nossos).

Como podemos ver nos textos citados, as gramáticas contemporâneas do português brasileiro (PB) estabelecem que a variante palatal é reconhecida como a forma prestigiosa e a ocorrência da variante oclusiva é associada à região Nordeste do Brasil. No entanto, do ponto de vista sociolinguístico e dialetológico, não há homogeneidade quanto ao uso da variante oclusiva na região Nordeste, como mostram os resultados do estudo de Mota (2008): enquanto Maceió (8%) e Recife (13%) apresentam predomínio da variante oclusiva, Salvador (100%) tem uso categórico da variante palatal; Aracaju (21%), geograficamente entre as duas regiões dialetais, vem passando por um processo de mudança em direção à variante palatal.

O objetivo deste texto é apresentar o estado da variação entre as realizações oclusivas e palatais de /t/ e /d/ em Sergipe, considerando os aspectos fonológicos e sociais que condicionam esta variação. Inicialmente, postulamos o recorte arbitrário da variável em questão, apresentando o gradiente de palatalização; em seguida, apresentamos, em um estudo da variação em tempo real, o estágio da mudança linguística em relação às variantes no estado de Sergipe, sob a perspectiva da produção e da percepção linguística. Por fim, apresentamos uma agenda de trabalho para uma melhor compreensão do fenômeno da palatalização e sua correlação com fatores internos e externos – inclusive psicológicos – envolvidos na variação.

1 PROCESSO DE PALATALIZAÇÃO: GRADIENTE E ARBITRARIEDADE

Embora se considere do ponto de vista fonológico e perceptual que a variação nas realizações de /t/ e /d/ seja binária, na oposição entre oclusivas e palatais, do ponto de vista fonético-articulatório, a realização é gradiente, num contínuo com cortes arbitrários para as realizações oclusivas plenas ([t] e [d]), palatalizadas ([tʲ] e [dʲ]), africadas alveolares ([tʃ] e [dʒ]) e alveopalatais ([tʃ̺] e [dʒ̺]) (FREITAG; SOUZA, 2016; SOUZA NETO, 2019). Contudo, os estudos das realizações de /t/ e /d/ no PB geralmente identificam palatalizadas e africadas palatais como duas denominações de um mesmo fenômeno, engatilhado por uma vogal /i/ adjacente.

De acordo com Pike (1971 [1947]), uma africada não deve ser interpretada como realização de mais de um segmento fonêmico ou resultado de processo, mas como uma única realização fonêmica. As africadas alveolares ([tʃ] e [dʒ]) são segmentos de realização “homorgânica” e as africadas palatais ([tʃ̺] e [dʒ̺]) como segmentos passíveis de realização “homorgânica” e/ou “heterorgânica”; nos termos de Pike (1971 [1947]), a oclusiva seguida imediatamente de fricativa pode ocorrer: 1) no mesmo ponto – nos alvéolos, caso de [tʃ] e [dʒ]; 2) na região pós-alveolar, caso de [tʃ̺] e [dʒ̺]; ou 3) em pontos distintos – oclusão nos alvéolos seguida de fricção na região pós-alveolar, caso de [tʃ̺] e [dʒ̺] (cf. SOUZA NETO, 2019). Por isso, adotamos a mesma representação formal das realizações africadas pós-alveolares que a das africadas palatais.¹ Na produção dos sons africados, há dois ou três tipos de fontes conjugadas: fonte de ruído transiente (correspondente à fase oclusiva), fonte de ruído contínuo (correspondente à fase fricativa) e fonte de voz (caso das vozeadas) (BARBOSA; MADUREIRA, 2015). Barbosa e Madureira (2015) distinguem as realizações africadas do português brasileiro como segmentos com duas fases distintas (oclusiva e fricativa), cada uma das quais com características acústicas próprias.

Essa gradiência fonética se traduz em recortes fonológicos que são resultados de um processo denominado de **palatalização** e é condicionado pelo am-

¹ Africadas são oclusivas cuja soltura da constrição é modificada de modo a produzir uma subsequente fricção prolongada (LADEFOGED; MADDIESON, 1996). Essa concepção da africada [tʃ] reduz a fase fricativa da africada a uma realização específica da oclusiva com uma soltura prolongada. Para Ladefoged e Johnson (2011); nem toda sequência de oclusiva seguida de fricativa pode ser interpretada como africada: são palato-alveolares (alveopalatais, mais precisamente, porque realizam duas fases distintas no contínuo entre alvéolos e palato duro) as africadas [tʃ̺] e [dʒ̺] e as realizações palatalizadas são produto de articulação secundária.

biente circunvizinho: quando os fonemas /t/ e /d/ são antecidos por semivogal /y/ ou quando seguidas da vogal alta /i/, vogal média /e/ átona em posição elevada [i], vogal fonológica, da vogal fonética, respectivamente, ou da semivogal /y/, eles podem ser realizados como oclusivas ([t] e [d]), palatalizadas ([tʲ] e [dʲ]), africadas alveolares ([t͡s] e [d͡z]) e africadas alveopalatais ([t͡ʃ] e [d͡ʒ]). Nos demais contextos, a realização de /t/ e /d/ é oclusiva [t] e [d], como em [t]apa, [t]oalha, [t]eto, a[t]acado.² Ao primeiro processo, denominamos de palatalização progressiva (gatilho anterior), e ao segundo, palatalização regressiva (gatilho posterior). O quadro 1 ilustra cada uma das realizações; embora exista a gradiência do ponto de vista fonético, do ponto de vista fonológico, o recorte das variantes se dá na oposição oclusiva/palatal, considerando que a realização palatal contempla todos os matizes fonéticos explicitados anteriormente.

Quadro 1- Realizações variáveis das consoantes /t/ e /d/ no português brasileiro

Palavra	Consoantes /t/ e /d/ realizadas como oclusivas	Consoantes /t/ e /d/ realizadas como palatais	Ambiente
Doido	doi[d]u	doi[d͡ʒ]u	Antecedida por glide [y]
Oito	oi[t]u	oi[t͡ʃ]u	Antecedida por glide [y]
Dia	[d]ia	[d͡ʒ]ia	Seguida por vogal alta fonológica [I]
Tia	[t]ia	[t͡ʃ]ia	Seguida por vogal alta fonológica [I]
Pote	po[t]i	pó[t͡ʃ]i	Seguida por vogal fonética [I]
Pode	po/d/i	po/d͡ʒ/i	Seguida por vogal fonética [I]
Pátio	pa[t]iu	pa[t͡ʃ]iu	Seguida por semivogal [y]
Rádio	ra/d/io	ra/d͡ʒ/io	Seguida por semivogal [y]

Fonte: Elaboração própria.

Historicamente, o português teria apenas consoantes oclusivas, tendo as africadas alveopalatais surgidas em decorrência do processo de palatalização, processo que distingue a variedade brasileira das demais variedades do português, como apontam Cristóvão-Silva *et al.* (2012). Segundo os autores, embora

² Exceto palavras estrangeiras como *tchau*, *jazz*, e na região dialetal mato-grossense (Cuiabá), com realizações palatais (CRISTÓFARO-SILVA, 1999).

a palatalização de /t, d/ seja relativamente recente no português brasileiro, já tem sido caracterizada “com um caso bastante rico e multifacetado para o estudo da variação e mudança sonora” (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012, p.61). No entanto, as realizações africadas alveolares e palatais já existiam com valor fonêmico desde o galego-português, ainda que restritas a algumas áreas dialetais de Portugal (TEYSSIER, 2001), assim como no substrato etnolinguístico das comunidades de fala existentes no território onde hoje é Sergipe.³ O fator geográfico e os condicionamentos do substrato etnolinguístico exercem forte influência no processo de variação, pois mesmo que os contextos linguísticos sejam propícios à realização das variantes palatalizadas, a sua ocorrência não apresenta distribuição regular em todas as variedades dialetais brasileiras.

Nas variedades em que as consoantes /t/ e /d/ estão em processo de variação entre oclusivas alveolares [t] e [d] e palatalizadas [tʃ] e [dʒ] diante da vogal alta /i/, [i] ou semivogal /y/, as variantes palatalizadas são mais recorrentes na fala dos mais jovens, dos mais escolarizados, das mulheres, configurando um comportamento de marcador linguísticos. No estado de Sergipe, a palatalização das consoantes /t/ e /d/ ocorre nos ambientes progressivo e regressivo e a maior ou menor frequência de uso da realização de [tʃ] e [dʒ] em um ambiente ou no outro é condicionada pelos fatores sociais (SOUZA NETO, 2014 [2008]; FREITAG, 2015a,b; SOUZA, 2016; CORRÊA, 2019).

2 PALATALIZAÇÃO EM SERGIPE

Por estar em uma região de fronteira dialetal, como evidenciam os dados dialetológicos do projeto Atlas Linguístico do Brasil (CARDOSO *et al.*, 2014), o estudo da palatalização em Sergipe mostra-se particularmente produtivo, pois é possível identificar a influência dos condicionadores externos e psicológicos desta mudança.

³ Atestam-se as realizações africadas alveolares e palatais nas línguas indígenas, como o *kipeá* da língua *kiriri* (AZEVEDO, 1965), e nas línguas de africanos escravizados trazidos ao Brasil pelo colonizador português e que, assim como as línguas indígenas faladas nas terras onde hoje é Sergipe, constituem o substrato da origem histórica do Português Brasileiro (LUCCHESI; BAXTER, 2006; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Africadas alveopalatais ([tʃ] e [dʒ]) são também documentadas em outras línguas com histórico de colonização semelhante ao Brasil, a exemplo das línguas crioulas de base portuguesa, tais como *guineense* (SCATAMBURLO, 2007), *santome* (FERRAZ, 2001), *angolar* (MAURER, 1995), *fá d’ambô* (SERGOBE, 2010), *kabuverdianu* (CARDOSO, 1989), *papiamentu* (KOUWENBERG; MURRAY, 1994) etc.

Em linhas gerais, no ambiente regressivo (como em *tia, dia*), nos estudos de produção, a variante palatal está em um processo em incremento de uso na comunidade, liderado por falantes de maior escolarização e em regiões urbanas (SOUZA NETO, 2014 [2008]; SOUZA, 2016; PINHEIRO; SILVA; CARDOSO, 2018; CORRÊA, 2018, 2019). É uma variante que é alvo de prestígio aberto na comunidade, o que se manifesta por metacomentários avaliativos do uso (“*falando como carioca, cheio de tchi, tchi, tchi*”) e que é amparado por instrumentos normativos, como vimos na introdução (FREITAG, 2019a). Já no ambiente progressivo (como em *oito e doído*), os estudos evidenciam um processo de decréscimo de uso na comunidade, com a variante palatal sendo mantida por falantes de menor escolarização e em regiões não urbanas (FREITAG, 2015a,b; EVANGELISTA; SANTANA; ANDRADE, 2016; PINHEIRO; SILVA; CARDOSO, 2018; CORREA, 2018). É uma variante que não tem prestígio aberto, o que também se manifesta em metacomentários avaliativos do uso (“*O povo do interior, sem muita cultura, é que fala petcho*”). Considerando que a avaliação da língua é determinante para a constituição da identidade linguística dos falantes, e que em termos de apreciação social, nos termos de Labov (1972), as variáveis que são socialmente marcadas de forma consciente pelos falantes são caracterizadas como estereótipos, em Sergipe, as pistas de produção sugerem que a variante palatal, em ambiente progressivo é um estereótipo negativo, enquanto a variante palatal, em ambiente regressivo, é um estereótipo positivo.

Souza Neto (2014 [2008]) investigou a variação de /t/ e /d/ na comunidade de fala de Aracaju, capital do estado de Sergipe, em ambiente com o gatilho (a vogal /i/) precedente e seguinte, em uma amostra constituída por 36 entrevistas, em situações de uso espontâneo. Das 3719 ocorrências, 7% se referem à realização palatal em ambiente regressivo, que é linguisticamente condicionado pelo vozeamento da consoante, com efeito de sexo/gênero (maior uso por homens), faixa etária (os mais jovens, entre 8 e 25 anos) e renda familiar (renda acima de 10 salários mínimos).

O estudo de Souza (2016) ampliou o escopo geográfico da investigação da variação de /t/ e /d/ para, além da comunidade de fala de Aracaju, incorporando Itabaiana e Lagarto, mas restringindo o grupo de falantes ao perfil universitário. A amostra foi constituída por 60 entrevistas sociolinguísticas do banco de dados Falares Sergipanos (FREITAG, 2013; 2017), com 20 falantes de cada comunidade. Para fins de análise, foram consideradas as primeiras 50 ocorrências do fenômeno em cada uma das 60 entrevistas, totalizando 3000 dados. A taxa de palatalização identificada foi de 12%, com efeitos de sexo/gênero (as mulheres

foram as que fizeram maior uso da variante palatal, com 14,5%, contra 9,5% dos homens), região geográfica (em Aracaju a realização palatal foi de 21,7%, enquanto os grupos geográficos Itabaiana e Lagarto apresentaram frequência muito mais baixa de aplicação, com 7,7% e 6,6%, respectivamente). Comparando o resultado dos dois estudos, evidencia-se o aumento no uso variante palatal na capital do estado em um intervalo de aproximadamente 10 anos, passando de 7% para 21%.

Mudando o escopo de comunidade de fala para comunidade de práticas, Corrêa (2019) também investigou a variação na realização de /t/ e /d/, em uma amostra constituída na comunidade de práticas da Universidade Federal de Sergipe, no *campus* de São Cristóvão (sede da instituição, na região da Grande Aracaju), considerando os efeitos do deslocamento dos estudantes e do tempo de curso e a sua integração às práticas da comunidade. A amostra é constituída por 64 entrevistas com estudantes estratificados quanto a seus deslocamentos: I) moradores da grande Aracaju (nascidos e criados); II) moradores do interior do estado (nascidos e criados) que se deslocam no movimento pendular para estudar na universidade; III) nascidos e criados no interior, mas que vieram morar na capital por causa da universidade; IV) nascidos e criados em outros estados, mas que vieram morar em Aracaju por causa da universidade. Foram analisados 200 contextos de ocorrência do fenômeno (100 do início e 100 do final da entrevista) de cada entrevista, totalizando 12.800 dados. A frequência global da realização palatal é de 27% das ocorrências; no entanto, quando considerado cada tipo de deslocamento, os resultados são diferentes: a variante palatal ocorreu com maior frequência no deslocamento IV (68%), relativo aos falantes que são de outros estados; no deslocamento I, referente aos falantes da capital, a taxa de realização da variante palatal é de 17%; já nos deslocamentos II e III, relativos aos falantes do interior do estado, a diferença não é significativa, com 10,5% e 11%, respectivamente. Em relação ao sexo/gênero, o estudo apontou que os homens são os que mais usam a variante palatal, seguindo o que identificou Souza Neto (2014 [2008]) em Aracaju.

Um resultado importante verificado pela coleta na comunidade de práticas da Universidade Federal de Sergipe é o que evidencia o efeito do tempo de curso na taxa de realização palatal: na tabulação cruzada entre o deslocamento e o tempo de curso, há aumento no uso da variante palatal nos deslocamentos I (de 15,6% para 18%), II (de 10% para 11%) e IV (62% para 74,5%). O aumento foi mais acentuado entre falantes de sexo/gênero feminino, denotando a sua sensibilidade ao valor social atribuído variante. Tais resultados sinalizam que, no

ambiente regressivo, a mudança em Sergipe está mais adiantada na capital do estado em relação às cidades do interior e que o contato propiciado pela mobilidade potencializa e dinamiza a mudança, embora ainda incipiente, da variante que é estereótipo positivo na comunidade.

No ambiente com o gatilho no contexto precedente, Souza Neto (2008) identificou 478 ocorrências, com aplicação de 44% da realização palatal, na capital, Aracaju. Em um estudo em uma comunidade de práticas religiosas na região rural de Lagarto, no interior do estado, Freitag (2015a,b) identificou 775 ocorrências do fenômeno, com aplicação de 23% da realização palatal. O estudo evidenciou, no entanto, que a palatalização é sensível à dimensão estilística, com presença da variante em estilos de fala como em entrevistas (31,5%) e fala formal (30,5%), mas sem realizações em situação de leitura e de oração. Na fala de universitários, a realização palatal em ambiente progressivo não é estatisticamente significativa, e quando ocorre, é reparada, o que, juntamente com o fato de ser associada ao interior e pouca escolarização, reforçam o caráter de estereótipo negativo da variante. O efeito da escola no fenômeno pode ser também observado em um estudo sobre processos variáveis da fala que passam à leitura (PINHEIRO et al., 2017), realizado com estudantes da educação básica de escolas públicas de Aracaju, que constatou que a palatalização em ambiente progressivo é restringida na leitura (0,3% de ocorrências), enquanto a palatalização em ambiente regressivo passa à leitura em taxa de realização muito próxima do que é encontrado na comunidade em estudos de fala (12%).

O julgamento das variantes, em estudos de percepção, provê mais evidências da caracterização de estereótipo positivo para a variante palatal em ambiente regressivo e estereótipo negativo, em ambiente progressivo.

A partir da técnica de *verbal guise*, participantes universitários de Aracaju avaliaram características pessoais e linguísticas a partir de estímulos auditivos autênticos também de falantes universitários de Aracaju, em uma escala binária de características estéticas (agradável, desagradável, bonita, feia), características dialetais (fala cantada, não cantada, lenta, rápida), estilísticas (confusa, clara) e características geográficas (interior, capital) e de origem dialetal (baiana, sergipana ou pernambucana) (FREITAG, SANTOS, 2016). Os resultados do julgamento produzido por 19 participantes universitários no *verbal guise* foram submetidos a uma análise de componentes principais, uma técnica para identificar variáveis de grupo subjacentes a um conjunto de medidas que parte do princípio de que a variância pode ser amplamente explicada por um número menor de fatores subjacentes, com cada fator consistindo de

várias variáveis. Para os dados de julgamento em questão, a análise de componentes principais apontou três conjuntos de características: estética, rítmica e regional. A variante palatal no ambiente regressivo é considerada mais agradável, mais bonita, e da capital. Já no ambiente progressivo, é menos agradável e menos bonita, e associada ao interior.

Para identificar os gatilhos de mudança no ambiente regressivo, em que homens e mulheres têm padrões de realização da variante palatal diferentes, a avaliação do grau de concordância entre os julgamentos masculino e feminino pode trazer evidências adicionais da direção da mudança. Além do percentual de julgamentos, apresentado por Freitag e Santos (2016), o teste *Kappa* permite medir o quanto os falantes-juizes de ambos os sexos concordam com um dado julgamento (FREITAG, 2019a).

A fórmula do teste *Kappa* considera a porcentagem de concordância esperada e a observada. A porcentagem observada é a proporção de julgamentos em que os falantes-juizes de ambos os sexos estão de acordo; e a esperada é a proporção de julgamentos que seriam esperados por conta do acaso, ou seja, se os dois falantes-juizes estão atribuindo notas aleatoriamente. Os resultados do teste *Kappa* expressam níveis de concordância entre os falantes-juizes, já que a concordância perfeita não acontece; no caso do julgamento de um traço em mudança em progresso, como é o caso da variante palatal no ambiente regressivo, a não concordância entre juizes homens e mulheres aponta para as características convergentes na comunidade.

Em ambiente regressivo, há maior convergência nos julgamentos das mulheres do que entre os julgamentos dos homens; já em ambiente progressivo, o resultado *Kappa* aponta para concordância mínima-fraca para a característica estética “clara” e a característica rítmica “rápida” entre homens e mulheres. As juizes-mulheres apresentam o mesmo padrão mostrado em ambiente regressivo, mas o mesmo não pode ser dito sobre os juizes-homens, com julgamentos mais altos para a variante que é estereótipo negativo.

Em um teste do tipo *matched guise*, Corrêa e Ribeiro (2018) ampliaram o estudo de reação subjetiva com falantes sergipanos em relação às variantes de /t/ e /d/ em ambiente regressivo e progressivo, com participantes tanto da capital como do interior de Sergipe. A variante palatal em contexto regressivo é considerada mais prestigiosa, com médias mais altas do que a nota dada à realização oclusiva. Ao contrário, a variante oclusiva em contexto progressivo é considerada mais prestigiosa do que a variante palatal. Esta percepção é a mesma, tanto por parte dos falantes-juizes residentes na capital quanto no interior.

Como vimos, a variação, em ambiente regressivo, é liderada por falantes mais escolarizados e da capital. Assumindo a proposta de “monitor sociolinguístico” (LABOV et al., 2011), segundo a qual o julgamento de uma variável linguística depende da frequência de sua ocorrência, Freitag (2019b) realizou uma abordagem experimental a fim de desvelar a relação entre saliência cognitiva e consciência social em estudos de percepção sociolinguística, a partir do monitor sociolinguístico, tarefa que consiste na apresentação de um conjunto de estímulos com diferentes gradações de uma variável sociolinguística (100% - 70% - 50% - 30% - 0%). Neste estudo, a tarefa dada ao participante foi julgar o conjunto de estímulos auditivos quanto ao profissionalismo do locutor em escala Lickert de 7 pontos. Todos os estímulos foram gravados pela mesma locutora, com diferentes gradientes de realização palatal, aleatoriamente no conjunto de dados a serem avaliados. Os resultados apontam que a gradiência da frequência da variante palatal em ambiente regressivo não é significativa para a avaliação social na comunidade. Há diferenças quanto ao nível de escolarização: quanto maior a escolarização, mais estável o julgamento. A variante que é estereótipo positivo não apresenta sensibilidade de julgamento quanto à sua frequência, e demanda maior tempo de resposta. Ao contrário, a ocorrência de uma única realização palatal em ambiente regressivo faz com que a diferença nas médias de julgamento apresente um padrão curvilíneo, aos moldes do que Labov et al. (2011) encontraram para os padrões de frequência das variantes de *-ing*. A variante que é estereótipo negativo é sensível à frequência e demanda menor tempo de resposta, padrão que se repete em demais fenômenos variáveis em que uma variante é considerada estereótipo negativo (como é o rotacismo, por exemplo).

Os estudos sobre a variação nas realizações de /t/ e /d/ em Sergipe permitem identificar tanto o valor social da variável nos diferentes grupos identitários da comunidade, assim como as características sociais de quem faz uso de cada uma das variantes e em que contextos. O fato de o fenômeno estar em processo de mudança permite propor uma agenda de investigação que possibilita ampliar o poder explanatório da teoria sociolinguística, considerando a gradiência e os efeitos dos contatos na acomodação linguística.

3 AGENDA DE PESQUISA

O estudo de um processo de mudança em curso, com direcionais delineados por estudos de tempo aparente e por tempo real, considerando a diversidade de contextos estilísticos e dialetais, possibilita o desenvolvimento de novas técnicas

de coleta e de análise de dados que podem contribuir para o aprimoramento do modelo teórico.

Na abordagem de produção, o modelo de análise quantitativa que se consolidou na sociolinguística (regressão logística), implementado pelo *software* Varbrul e sucessores, tem sido substituído por outras modelagens estatísticas, mais apropriadas para variáveis contínuas, como é o caso da palatalização enquanto processo, com a gradiência das realizações de oclusivas plenas ([t] e [d]), palatalizadas ([t^j] e [d^j]), africadas alveolares ([t̃s] e [d̃z]) e alveopalatais ([t̃ʃ] e [d̃ʒ]). O controle de aspectos acústicos tais como os apontados por Barbosa e Madureira (2015), como o ruído transiente (correspondente à fase oclusiva), ruído contínuo (correspondente à fase fricativa) e voz (caso das vozeadas) enquanto fatores contínuos permite a implementação de modelos de regressão lineares, que possibilitam o desvelamento do espectro da palatalização e sua expansão em um processo de mudança linguística. A adoção de uma análise que considere a variável como contínua (e não discreta e binária), aliada às ferramentas de georreferenciação, permite também que os resultados da palatalização sejam utilizados em uma técnica de interpolação para a determinação da variação no escopo geográfico conhecida como *krigagem* (GRIEVE, 2017).

Do mesmo modo, a abordagem de percepção pode se valer de estratégias como a do monitor sociolinguístico (LABOV et al. 2011), que considera o quão sensíveis são os falantes às diferenças quantitativas na produção das regras variáveis, mas não só quanto à variante binária (percentual de presença de cada variante), mas sim a gradiência da palatalização (oclusivas plenas ([t] e [d]), palatalizadas ([t^j] e [d^j]), africadas alveolares ([t̃s] e [d̃z]) e alveopalatais ([t̃ʃ] e [d̃ʒ]).

Os efeitos de situações de contato linguístico no condicionamento da variação, seja pela acomodação à fala (em função de origens dialetais diferentes), seja pelo tempo de exposição (convívio na comunidade), evidenciados na variação de /t/ e /d/ em ambiente regressivo, permitem que sejam explorados aspectos relativos à mobilidade dos falantes e a constituição de uma norma linguística em situação de contato, especialmente na comunidade de práticas universitária, espaço em que se estabelece a modalidade culta da língua e os usos modelares. Tais linhas de trabalho, na agenda de pesquisa do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade – Gelins, podem contribuir para o crescimento e expressividade da sociolinguística não só português nordestino (LOPES; ARAÚJO; FREITAG, 2016), assim como do português brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Bernadete; PAGOTTO, Emilio Gozze. Consoantes em ataque silábico: palatalização de /t, d/ In: ABAURRE, Maria Bernadete. (Org.) *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção fonológica da palavra*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 195-236.

ANDRADE, Thaís Regina Conceição; EVANGELISTA, Flávia Regina Santana; SANTANA, Rebeca Rodrigues de. A palatalização das oclusivas dentais [tʃ] e [dʒ] antecedidas por glide em São Cristóvão/SE. *Web-Revista Sociodialeto*, v. 6, p. 622-637, 2016.

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

AZEVEDO, Gilda Maria Correa de. *Língua kiriri: descrição do dialeto Kipeá*. Dissertação. Mestrado em Letras. Universidade de Brasília, 1965.

BAGNO, Marcos. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2013.

BARBOSA, Plínio; MADUREIRA, Sandra. *Manual de fonética acústica experimental: aplicações a dados do português*. São Paulo: Cortez, 2015.

BARRENA, Rvdo. Natalino. *Gramática annobonesa*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.

BATTISTI, Elisa. et al. Palatalização das oclusivas alveolares e a rede social dos informantes. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 5, n. 9, p. 1-29, 2007.

BATTISTI, Elisa. Variação, mudança fônica e identidade: a implementação da palatalização de /t/ e /d/ no português falado na antiga região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Diadorim: *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, n.8, 2011. p. 103-124.

BATTISTI, Elisa; DORNELLES FILHO, Adalberto Ayjara. Análise em tempo real da palatalização de/t/e/d/no português falado em uma comunidade ítalo-brasileira. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 1, 2015.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARDOSO, Eduardo Augusto. *O crioulo da Ilha de São Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et. al. *Atlas linguístico do Brasil*. Londrina: EDUEL, p.123, 2014.

CORRÊA, Thais Regina Andrade; RIBEIRO, Cristiane Conceição Santana. Avaliação social da palatalização de /t, d/ em Sergipe. *A Cor das Letras*, v. 19, p. 109-123, 2018.

CORRÊA, Thais Regina Andrade. *A variação na realização de /t/ e /d/ na comunidade de práticas da UFS: mobilidade e integração*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Sergipe, 2019.

CORRÊA, Thais Regina Andrade. Estereótipo, estigma e preservação de faces: a realização africana de oclusivas alveolares seguidas de glide palatal em uma comunidade escolar de Aracaju/SE. *Caderno Seminal*, v. 30, n. 30, p.316-344, 2018.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português*. São Paulo: Contexto, 1999.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís; BARBOZA, Clerton; GUIMARÃES, Daniela; NASCIMENTO, Katiene. Revisitando a palatalização no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 20, n. 2, p. 59-89, 2012.

DUTRA, Eduardo de Oliveira. *A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ no município do Chuí, Rio Grande do Sul*. 2007. Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

FERRAZ, Luiz Ivens. *The creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 2001.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; SOUZA, Gládisson Garcia de Aragão. O caráter gradiente vs. discreto na palatalização de oclusivas em Sergipe. *Tabuleiro de letras*, v. 10, n. 2, p. 78-89, 2016.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Socio-stylistic aspects of linguistic variation: schooling and monitoring effects. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 37, n. 2, p. 127-136, 2015a.

FREITAG, Raquel Meister Ko. (Re)discutindo sexo/gênero na sociolinguística. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski (Org.). *Mulheres, Linguagem e Poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blücher, 2015b. p. 17-74.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Banco de dados falares sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 14, n. 2, p. 156-164, 2013.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Kappa statistic for judgment agreement in Sociolinguistic. *Revista de Estudos da Linguagem*, 2019a.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Effects of the on-line linguistic processing: palatals in Brazilian Portuguese. *Upenn Working Papers in Linguistics*, 2019b.

FREITAG, Raquel Meister Ko. et al. Avaliação e variação linguística: estereótipos, marcadores e indicadores em uma comunidade escolar. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine Gorski; GORSKI, Edair Maria. (org). *Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blücher, 2016, p. 141-160.

FREITAG, Raquel Meister Ko.; SANTOS, Adelmileise de Oliveira. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. In: LOPES, Norma da Silva; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. (org.). *A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia*. São Paulo: Blücher, 2016, p. 109-122.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Saliência estrutural, distribucional e sociocognitiva. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 40, n. 2, e41173, 2018.

GRIEVE, Jack. Spatial statistics for dialectology. In: BOBERG, Charles; NERBONNE, John A.; WATT, Dominic James Landon (Ed.). *The handbook of dialectology*. Oxford: Willey, 2017, p. 415.

KOUWENBERG, Silvia; MURRAY, Eric. *Papiamentu*. München: Europa, 1994.

LABOV, William, et al. Properties of the sociolinguistic monitor. *Journal of Sociolinguistics*, v. 15, n. 4, p. 431-463, 2011.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. *The social stratification of English in New York city*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LADEFOGED, Peter; JOHNSON, Keith. *A course in phonetics* (6th ed.). Boston: Cengage, 2011.

LADEFOGED, Peter; MADDIESON, Ian. *The sounds of the world's languages*. Oxford: Blackwell, 1996.

LOPES, Norma da Silva; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. *A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia*. São Paulo: Blucher, 2016.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan Norman. Processos de criouliização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra; MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 163-218.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MAURER, Phillippe. *L'angolar: un créole afro-portugais parlé à São Tomé: notes de grammaire, textes e vocabulaires*. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1995.

MAURI, Cristina. *Palatalização das oclusivas alveolares e práticas sociais em capelas de Forquetas, Caxias do Sul (RS)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul, 2008.

MOTA, Jacyra. Como fala o nordestino: a variação fônica nos dados do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia et al. (Org.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

PAULA, Alice Telles de. *A palatalização das oclusivas dentais /t/ e /d/ nas comunidades bilíngues de Taquara e de Panambi RS análise quantitativa*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PIKE, Kenneth. *Phonemics a technique for reducing language to writing*. 12 ed. Ann Arbor/The University of Michigan Press, 1971 [1947].

PINHEIRO, Bruno Felipe Marques, et al. Processos fonológicos que passam da fala para a leitura. In: AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de, ROIPHE, Alberto (Orgs.). *Leitura, escrita e literatura: interseções e convergências*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017, p. 10-25.

PINHEIRO, Bruno Felipe Marque; SILVA, Lucas Santos; CARDOSO, Paloma. Batista Como estudantes do ensino médio acham que falam? crenças sobre a palatalização de oclusivas e expressão da 1ª pessoa do plural. *A Cor das Letras*, v. 19, n. 41, p. 180-195, 2018.

PIRES, Lisiane Buchholz. A palatalização das oclusivas dentais em São Borja. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Edição especial n. 1, 2007.

SCATAMBURLO, L. *Dicionário do guineense*: volume I: introdução e notas gramaticais. Lisboa: Edições Colibri, 1699.

SERGOBE, A. Z. *Gramática descriptiva del fá d'ambô II*. Barcelona: CEIBA Ediciones, 2010.

SOUZA NETO, Antônio Félix de. *Realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju Sergipe*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Alagoas, 2008.

_____. Realizações Palatalizadas de /t/ e de /d/: segmentos de contorno ou segmentos complexos? o caso de Sergipe. *Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v.10, n. especial, 2010, p. 141-149.

_____. *Realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju-SE*. Editora da UFS, 2014.

_____. *Realizações palatalizadas (/t^j/ e /d^j/) e/ou africadas palatais (/tʃ/ e /dʒ/) e sua correlação com ditongos no nordeste do Brasil*. In: LOPES, Norma da Silva; OLIVEIRA, Josane Moreira; PARCERO, Lúcia Maria de Jesus. *Estudos Sobre o Português do Nordeste*. São Paulo: Blucher, 2017, p. 107-130.

_____. *Realizações oclusivas plenas ([t] e [d]), palatalizadas ([t^j] e [d^j]) e africadas alveopalatais ([tʃ] e [dʒ]) em contexto de ditongo, no português falado em Sergipe*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SOUZA, Gládisson Garcia Aragão. *Palatalização de oclusivas alveolares em Sergipe*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Sergipe, 2016.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FILOLOGIA E ONOMÁSTICA

O QUE DIZEM AS FONTES SOBRE OS PROCESSOS DE NOMEAÇÃO NO CONTEXTO DA BAHIA COLONIAL

Norma Suely da Silva Pereira (UFBA)
Eliana Correia Brandão Gonçalves (UFBA)

INTRODUÇÃO

A Filologia, ao estudar o texto, ocupa-se tanto de sua materialidade como de seu conteúdo, possibilitando diferentes perspectivas de mediação, o que requer, no mais das vezes, a integração de múltiplas áreas do conhecimento, de acordo com as características do objeto em análise, bem como em função dos objetivos delineados. Os estudos de Onomástica desenvolvidos a partir de fontes notariais do passado, por suas características específicas, exigem do filólogo o estabelecimento de um diálogo transdisciplinar que inclui, além da base teórica específica, outras disciplinas que ampliam o conhecimento acerca do contexto sócio-histórico, e linguístico-cultural do documento, visto que, como registros das práticas e cultura de um povo, revelam ações, atividades, valores e aspectos do cotidiano de um determinado grupo. O ato de nomear, conforme define Dick (1998b), é enriquecido por traços sêmicos emblemáticos e simbólicos, expressando representações e interferências culturais que refletem os conhecimentos, interesses e ideologias, em especial aquelas pertencentes aos povos dominadores em cada sociedade.

A Bahia colonial exerceu um papel de relevo como capital da América portuguesa até a primeira metade do século XVIII. Cabeça do Estado, detinha

três importantes papéis na organização colonial: era sede do governo administrativo e religioso do Estado do Brasil, e funcionava como redistribuidora de mercadorias, pois no seu porto, o principal do Atlântico, tanto chegava o que vinha da Europa, da África e da Ásia, destinando-se às várias partes da Colônia portuguesa, como distribuía a produção vinda do Recôncavo e que seguia para exportação. A economia de base agrária, mantida às custas do trabalho escravo, destacava-se na produção de açúcar, mandioca, tabaco, algodão e madeiras, além de contribuir com outras importantes fontes de proventos para a Coroa por meio da produção e comércio do couro e pelo tráfico de escravos (TAVARES, 2001; ANDRADE, 2013; NUNES, 2017).

O núcleo urbano, implantado em meados do século XVI, com o objetivo principal de ocupar e proteger as posses do colonizador português na América, conheceu grande expansão nos séculos seguintes, em função do desenvolvimento da produção agrícola de cana-de-açúcar e fumo, sobretudo no Recôncavo que, em meados do século XVIII, já possuía importantes vilas, como as de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaripe. A arquitetura da cidade do Salvador e das principais cidades do Recôncavo guardam ainda a imagem do fausto vivido no período (ANDRADE, 2013).

Desse modo, dada à importância da Capitania da Bahia no período colonial, seus documentos apresentam-se como importantes fontes para o conhecimento social, cultural e linguístico de nosso povo. Como assinala Acioli (1994), esses documentos, guardados em arquivos públicos e/ou privados, apresentam registros diversos que guardam a história do Brasil. Assim, compreende-se que, a partir da edição de fontes primárias, é possível analisar o léxico onomástico que os grupos sociais utilizaram para nomear os nomes próprios de pessoas e de lugares, evidenciando os rastros de suas práticas, valores e história. A propósito, Biderman (1998) destaca o léxico como um patrimônio que nomeia as realidades, destacando que “esse patrimônio constitui um tesouro cultural abstrato, ou seja, uma herança de signos lexicais herdados e de uma série de modelos categoriais para gerar novas palavras [...]” (BIDERMAN, 1998, p. 12).

1 REFLEXÕES SOBRE A TOPONÍMIA NA BAHIA COLONIAL

O léxico, como se disse, constitui-se como patrimônio cultural das comunidades e o topônimo, que é objeto de estudo da Toponímia, refere-se à nomeação, identificação e distinção dos acidentes de espaços geográficos e de espaços sociais e culturais (DICK, 1990). Nesse sentido, enfatiza-se a relevância dos estudos toponímicos para o conhecimento da “configuração da realidade extralinguística”

(VILELA, 1994, p. 6) e das práticas culturais na Bahia, que levaram a processos de nomeação de lugares do passado que sobrevive até o presente, reafirmando-se, portanto, na composição do sistema onomástico a articulação “de vários fatores necessários a uma sequência expressiva: apreensão do objeto no espaço, conhecimento e percepção de seus detalhes ou constituintes, representatividade linguística do traço percebido, [...] manifestação denominativa”, conforme assinala Dick (1998a, p. 78-79).

Nesse contexto, para Gonçalves (2018a), o estudo dos topônimos, a partir de documentos históricos, revela uma riqueza lexical, pois a nomeação de lugares evidencia a composição do léxico comum de uma língua e, portanto, contextos linguísticos e culturais das comunidades. Assim,

[...] a pesquisa com o léxico toponímico considera reflexões preliminares sobre a descrição e a análise de aspectos atinentes à toponímia do território baiano, em edições filológicas [...], reiterando-se a relevância desse estudo para o reconhecimento das significações e das diversas motivações dos nomes de lugar (DICK, 1990, 1998, 2006) e para a interpretação dos contatos linguístico-culturais e dos rastros político-sociais da colonização e seus desdobramentos (GONÇALVES, 2018a, p. 399).

O léxico toponímico registra a história de uma língua, os contatos linguísticos que marcaram suas fases (SEABRA, 2006). Nessa perspectiva, os topônimos baianos localizados em documentos notariais evidenciam a importância de se estudar os nomes de lugares e seus aspectos geográficos e culturais. “Esses documentos apresentam “áreas geográficas de dimensões diferentes” e são correspondentes a distintas circunscrições administrativas dos poderes administrativos, jurídicos e religiosos [...]”, relacionando o léxico toponímico baiano a “elementos geográficos, hidrográficos, geológicos e aos assentamentos das populações” e permitindo o conhecimento da motivação ou da história dos topônimos (GONÇALVES, 2018a, p. 400).

Em relação à história toponímica, destaca-se a nomeação da cidade de Salvador, colonizada pelos portugueses e construída para ser a Capital de um Estado da América Portuguesa. Considerada como marca de um povo e de sua língua, no tempo e no espaço, “a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal” (DICK, 1999, p. 22).

Atualmente, no Brasil, os estudos toponímicos seguem, no geral, o modelo teórico-metodológico proposto por Dick (1990; 1998a; 2006) e Dauzat (1926), enfatizando-se o espaço e a ação dos atores envolvidos no ato denominativo ou taxionômico. Desse modo, analisamos, atualmente, as motivações das

nomeações próprias do lugar, considerando a classificação taxionômica do designativo e dados contextuais do topônimo nas fontes primárias e históricas, com vistas a contribuir para o estudo dos usos linguísticos que marcaram a sociedade.

Os topônimos baianos evidenciam diversos contextos políticos e sócio-históricos, nos quais surgem os atos de nomeação e, dessa forma, análises embasadas em considerações históricas sobre os nomes de lugares baianos podem trazer subsídios para elucidar as motivações dos nomes de lugares. Portanto, foram selecionados dois topônimos localizados nas fontes documentais, com o fim de tecer algumas considerações toponímicas, a saber: Cachoeira e Valença.

Com base na análise das fichas toponímicas (DICK, 1990; 2006), nota-se que os dois topônimos apresentam uma estrutura simples, origem portuguesa, fato que afirma a relevância do estudo do processo de colonização portuguesa e dos contextos das práticas culturais para o conhecimento dos topônimos baianos. Destaca-se ainda, a importância dos aspectos naturais para a ocupação de um lugar. Assim, observa-se que Cachoeira é um topônimo de natureza física e Valença é um topônimo de natureza antropocultural.

O Recôncavo baiano, região paisagística e turística, marcada pelo seu grande patrimônio cultural, passou por várias mudanças ao longo do tempo, expandindo-se para norte, oeste e sul, no decorrer do século XIX. Para Azevedo (2011),

com o nome de Recôncavo é conhecida desde o século XVII a faixa de terra formada por mangues, baixios e tabuleiros que contornam a Baía de Todos os Santos. Um “anfiteatro” com três degraus, tendo como palco a cidade do Salvador e como “orquestra” a Baía de Todos os Santos. O Recôncavo é uma região de topografia baixa, com exceção da zona de Cruz das Almas, onde a altitude média é de 200m. (...)

No final do século XVII, são elevados à vila os principais portos da região: Jaguaripe em dezembro de 1697, Cachoeira em janeiro de 1698 e S. Francisco do Conde em fevereiro do mesmo ano (AZEVEDO, 2011, p. 207; 209).

Uma das principais cidades do Recôncavo baiano, o município de Cachoeira é recortado por várias bacias hidrográficas, apresentando um clima tropical. Nesse contexto, o topônimo Cachoeira pode ser classificado como

(...) hidrotopônimo localizado próximo aos espelhos d’água presentes na cabeceira do Rio Paraguaçu. Cidade marcada pelo processo colonizatório português, datado do século XVI, pela presença africana e pelas lutas da Independência, Cachoeira teve por base a cultura de exportação da cana de açúcar e do fumo, sendo responsável pelo sustento da colônia, por meio da farinha de mandioca e constituindo-se como *topos* importante do ponto de vista político e cultural para a historiografia baiana (GONÇALVES, 2018a, p. 402) [grifo da autora].

Atualmente, um dos núcleos urbanos mais importantes da Bahia, o hidrotônimo Cachoeira passou a contemplar novos sentidos. Dada a sua importância como uma das cidades do Recôncavo de grande destaque pela prosperidade dos engenhos de cana-de-açúcar e pela importação de escravos da África, foi um dos lugares históricos, no qual, durante o século XIX, ocorreram várias revoltas escravas na Bahia, sendo a cidade um dos principais núcleos de movimentos emancipatórios, durante os movimentos pela independência da Bahia (CASTELLUCI JÚNIOR, 2011). Desse modo,

as rebeliões eram encabeçadas por escravos insurgentes, como forma de enfrentamento das condições aterrorizantes da escravidão. Após ataques sucessivos, ocorreram algumas rebeliões, no interior do Recôncavo Baiano, em 1807, em São Francisco do Conde, e em 1809, nas proximidades de Nazaré das Farinhas, com a presença de rebeldes, no geral escravos hauçás, alguns dos quais adeptos do islamismo e fugidos de Salvador e dos engenhos do Recôncavo (REIS, 1992). Assim, diante das conspirações e rebeliões, que ainda estavam em curso, como as ocorridas em várias cidades do Recôncavo baiano (DANTAS, 2011), o governo redobrava a vigilância e adotava medidas repressivas e punitivas, em especial em Cachoeira, enviando tropas de Salvador, na tentativa de manter a ordem e conter os movimentos insurgentes, promovendo também perseguições e punições extremas por parte das milícias locais (GONÇALVES, 2018b, p. 156-157).

Várias fontes documentais testemunham a ocorrência de revoltas escravas em Cachoeira. No excerto abaixo, são exemplificadas ações de punição e violência por parte das autoridades governamentais e policiais, com o objetivo de tentar conter esses movimentos de resistência. Nesse sentido, são observados no excerto do texto com base na edição da Resolução datada de 28 de outubro de 1822 (f. 1 v, L. 2 – 5; 9-14),

que as Patrulhas e rondas de Policia dentro das Villas e Povoaçãoz/ prendaõ a todos os escravos pretos, que andarem sem bilhete dos senho=/ res pelas ruas depois do toque de nove horas da noite, e os remettaõ pre=/zos ao Juis para os fazer punir [...]/ As Authoridades Civis e Militares a quem o conhecimento desta/ pertencer o tinhaõ assim entendido, e façaõ executar ficando respon=/ saveis a Sua Magestade Imperial e Constitucional por qual=/ quer omissaõ no exacto cumprimento desta salutar Providencia./ Salla das Secçoens na Villa da *Caxoeira* [grifo nosso] em vinte e oito de No=/ vembro de mil oitocentos vinte e doiz [...] (GONÇALVES, 2018, p. 165).¹

Em relação a Valença, atualmente um dos municípios do Baixo Sul da Bahia, pertencente ao domínio da Mata Atlântica, que foi uma das primeiras

¹ Nas citações de excertos de documentos será estabelecida a fronteira de palavras, mantendo-se, contudo, as características da *scripta* do período.

áreas de ocupação do Brasil, já no século XVI, através dos municípios de Cairu e Valença, pode-se afirmar que

o atual território do município de Valença, por ocasião do descobrimento do Brasil, era habitado por indígenas tupiniquins, de índole relativamente pacífica. Quando D. João III, rei de Portugal, em 1534, dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias, aquela área ficou pertencendo à Capitania de Ilhéus; sob a jurisdição da vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu, local onde se fez o primeiro povoamento. Entre as pessoas que vieram povoar, - provavelmente no governo de Mem de Sá, de 1557 a 1571 -, o território em aprêço, ocupava lugar proeminente Sebastião Pontes, homem rico e prestigioso que já possuía dois engenhos de açúcar no Recôncavo da Bahia. Valiosos empreendimentos, para a época, promoveu Sebastião de Pontes no território: fundou um curral no local que ainda hoje conserva o mesmo nome - Ponta do Curral - defronte a vila extremidade da ilha de Tinharé; onde se localizava a vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu; construiu na primeira cachoeira do rio Una, a duas léguas de sua foz, um novo e grande engenho de açúcar, muito bem servido de casas de vivenda e de purgar, e também, uma formosa igreja, sob a invocação de São Gens, com três capelas de abóbada (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1958, v. XXI, p. 410).

A propósito, em fontes documentais estudadas, nos chama atenção uma Carta Régia em que o Príncipe Regente comunica ao Conde dos Arcos ter aprovado sua proposta de criar três Regimentos de Infantaria de Milícias, um nas Vilas de *Valença* [grifo nosso] e Cairu e dois na Comarca de Sergipe D'El Rei, na Capitania da Bahia (CARTA Régia, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1811, 1 f - Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos – Série - II - 33. 21. 25).

Valença faz referência ao povoado colonizado entre 1557 a 1571 e habitado pelos povos indígenas. Inicialmente, podia ser situado como parte da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, que, por sua vez, estava vinculado à vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu. Posteriormente, foi desmembrado da Vila de Cairu e transformado em Vila de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus, conforme se registra em Carta Régia de 23 de janeiro de 1799, visto que o distrito Santíssimo Coração de Jesus de Valença só foi criado em 26 de setembro de 1801. Vale lembrar que Valença só alcançou o *status* de cidade pela lei provincial de 10 de novembro de 1849. Portanto, só a partir do estudo dos contatos culturais, históricos e linguísticos do corotopônimo Valença é possível conhecer as motivações de nomeação desse lugar.

2 A ANTRPONÍMIA E OS PAPÉIS SOCIAIS NA BAHIA ESCRAVOCRATA

A adequada interpretação das fontes notariais, obtida por meio da análise filológica que permite ampliar o conhecimento acerca dos aspectos históricos

e culturais de cada período, possibilita também a reflexão acerca dos perfis e papéis sociais em cada contexto sócio-histórico específico. Ao analisar-se documentos notariais da Bahia colonial, datados entre os séculos XVI e XIX, observa-se que diferentes aspectos orientam os processos de formação dos nomes de pessoas na sociedade colonial, conforme o papel desempenhado por cada um de seus membros. A constituição de suas estruturas que é de base rural, católica, patriarcal e escravocrata se reflete na construção dos processos antroponímicos e em suas relações com as práticas culturais do período.

Os estudos de Onomástica, conforme assinala Dick (1998b), demarcam traços ideológicos, revelam marcas culturais, nem sempre explícitas, as quais, inseridas num dado contexto, explicitam os costumes, hábitos e práticas de uma sociedade, constituindo-se em reflexo das relações instituídas no passado entre dominantes e dominados e que se refletem nas práticas sociais do presente. Assim, os estudos de Antroponímia, que examinam os processos de formação dos nomes individuais, incluindo aí os sobrenomes, apelidos e epítetos de natureza *vária*, conforme assinalado por Carvalhinhos (2007), ajudam a esclarecer os sentidos possíveis e as motivações para as diversas formas de nomeação dos indivíduos nos contextos das mais diversas culturas e épocas. Em períodos préteritos, diferentemente dos dias atuais, como ressalta a mesma autora, os nomes próprios cumpriam função semântica específica, distintiva num dado contexto.

Embora constituída de documentação de caráter jurídico, as fontes apresentam, muitas vezes, uma linguagem coloquial, o que permite melhor tradução dos sentidos e experiências culturais envolvidas em cada contexto e confere maior clareza no entendimento das práticas culturais. No exame da documentação colonial, é notória a distinção dos processos de formação antroponímica, conforme a inserção social de cada indivíduo, e os perfis e papéis sociais que desempenhados por cada um naquele contexto escravocrata.

O colonizador, nesse contexto ocupando a classe dos “homens bons”, apresenta-se pela ostentação de um título nobiliárquico, o qual indica a “limpeza de sangue”, ou seja, afirma possuir um *status* diferenciado, o que lhe possibilita obter privilégios, cargos públicos, isenção de impostos, fazer bons casamentos, informações que antecipam a sua identificação com nome e sobrenome, sendo o prenome, na maioria absoluta das situações, de motivação católica, o qual é escolhido pelos pais em função do santo do dia no calendário católico, ou em homenagem ao santo da devoção da família. É o que se observa, por exemplo, em um documento do século XVIII, o Requerimento do cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Raimundo Maciel Soares, encaminhado ao rei [D. José] para provisão de licença autorizando a criação de um recolhimento na cidade da Bahia, em que o suplicante apresenta-se com nome e sobrenome, precedidos de sua titulação, indicando reunir as condições necessárias para obter a mercê solicitada (REQUERIMENTO, 1752 [grifos nossos]).

Já com relação aos povos dominados, aí incluídos os nativos, indígenas e os negros, tanto aqueles que foram alvo do processo de imigração forçada, na diáspora África-América, quanto aqueles nascidos aqui, diversamente do que se observa para o colonizador, o primeiro movimento é o de desumanização, seguido da coisificação e animalização de pessoas. Na análise que se segue, dar-se-á enfoque específico às estratégias utilizadas para nomeação dos povos negros que foram escravizados na América portuguesa.

Sequestrados de forma violenta de um continente para outro, os negros, principais responsáveis pelo desenvolvimento do projeto colonial na América portuguesa, uma vez capturados pelo tráfico, já de partida são espoliados de suas identidades e de outros traços culturais, perdendo tanto seus nomes de origem, quanto as relações e sentidos de territorialidade e laços de família. Aculturados à força, recebiam, com o sacramento do batismo católico-cristão, um novo nome em língua portuguesa, em geral, um hierônimo, ou seja, nome de motivação católica ou cristã, ou, outras vezes, nomes que remetem à tradição pagã, grega ou romana, conforme o uso já sedimentado na cultura portuguesa. Após isso, uma vez inserido no contexto coletivo da senzala, para sua melhor identificação, recebe um epíteto especificador, como se pode observar no excerto retirado de uma escritura de dote do século XVII: “[...] e para ajuda dos encargos do matrimonio, lhe dotaõ as couzas seguintes, a saber: Vinte *peças do gentio de Guiné, e Crioulos*, entre grandes, e pequenos, onde entraõ *quinze machos, e cinco femias* [...]” (*LIVRO II DO TOMBO...* f. 39r, L. 35- 39v., L. 1, 1653). Conforme assinala Pereira (2018), tais epítetos não tinham o propósito de identificar pessoas, ao invés disso, serviam de fato para classificar os escravizados, distinguindo-os num contexto coletivo por critérios que incluíam elementos como a raça, o gênero, a idade e a origem, se nativos, ou se negros, em que se diferenciam os africanos dos nascidos na América, e ainda a situação civil, se cativos ou forros.

Dentre os epítetos utilizados no período para denominação dos povos escravizados, cabe de início esclarecer sobre o sentido do termo *negro* que se refere à condição de cativo, podendo também ser utilizado o termo *escravo*. Em oposição, figuram os designadores *liberto*, ou *forro*. Outra forma corrente de identificação das pessoas escravizadas no período dizia respeito às diferenças étnicas, com destaque para o traço de origem: quando vinham da África, eram chamados de *africanos* ou *pretos*, mas quando nascidos na colônia, conforme

² Para melhor compreensão do leitor, nas citações dos trechos de documentos coloniais será estabelecida a fronteira de palavras. Contudo, serão mantidas outras características da *scripta* do período.

o tipo de miscigenação, poderiam ser denominados por *mulatos*, *crioulos*, ou *cabras*³. Já no caso dos índios (nativos), quando escravizados, a combinação de aspectos gera uma lexia complexa para dar conta do tipo específico de escravidão: *negros da terra*.

Considerando-se as possibilidades de combinação dos aspectos acima citados, outras construções complexas e aparentemente contraditórias surgem na documentação colonial, como no exemplo: “Deixo aminha *negra crioulla* Felippa *forra* [...]” (*LIVRO I DO TOMBO... f.º 229v.º, L. 23, 1687* [grifos nossos]), em que ao prenome *Felippa*, feminino de Felipe, nome de origem grega que significa “aquele que gosta de cavalos”, é acrescentado o epíteto *negra*, que se refere à condição de escrava, e mais outro epíteto, *crioulla*, que alude à origem: mestiça afrodescendente nascida na América. A aparente contradição entre *escrava* e *forra* se esclarece quando se observa que a liberdade efetiva do cativo só se concretizava após a morte do seu proprietário.

A alforria era em geral conquistada à custa de longos e penosos sacrifícios, pois além do trabalho forçado, o cativo precisava ser diligente e prestimoso ao senhor, para fazer-se “merecedor” e, além disso, acumular um alto pecúlio para a compra da alforria, trabalhando como escravo “de ganho”, dentro do regime de coartação, pelo qual o escravizado podia ficar com uma parte dos rendimentos auferidos com seu trabalho externo (SILVA JÚNIOR, 2012). Ainda assim, a emancipação estava comumente condicionada à morte do senhor, isto porque, como assinala Machado (2018), o senhor cuidava de garantir, por essa estratégia, que a mão de obra principal para a manutenção do patrimônio e geração de sua riqueza não lhe fosse subtraída enquanto vivesse: “declaro, queo meo mulato Ferreiro Caetano Fagundes, o deixo cortado em setenta mil reis por meo falecimento [...]” (*LIVRO II DO TOMBO..., 1732, f.42v.*).

Conforme já assinalado por muitos historiadores, antes do embarque nos navios negreiros, em África, ou logo após o desembarque aqui na América, atendendo à ideologia vigente, cujo objetivo era legitimar a escravidão pelo argumento da evangelização, os escravizados recebiam o sacramento do batismo e prenomes em língua portuguesa, com os quais eram relacionados nos livros de notas dos agentes do tráfico. O *corpus* examinado ratifica o que já tem sido observado em outros estudos: no cotidiano das senzalas, para a melhor identificação e desambiguação, era, em geral, acrescentado ao prenome do escraviza-

³ Epíteto para o qual ainda não há um consenso na definição: para Moura (2005), trata-se dos nascidos de mulato com negro; e para Paiva (2015), o termo refere-se aos nascidos de índias com africanos.

do um epíteto, mais comumente um adjetivo gentílico: Angola, Ardra, Banto, Congo, Cassange, Jeje, Moçambique e Mina são algumas das alcunhas mais frequentes nas fontes coloniais. Contudo, tais indicações podem variar de acordo com a compreensão e informações disponíveis ao *scriptor*:

Escravos = Joaquim moleção da *costa da mina* de nação que avaluaraõ os ditos avaluadores em noventa mil reis = Manoel da *Costa da mina* que avaluaraõ os ditos avaluadores em setenta mil reis = Joaõ *Mina* que avaluaraõ os ditos avaluadores em sincoenta mil reis = Manoel *Angolla de nação* que avalluadores em seçenta mil reis = Valentim da *Ilha do Príncipe* avaluaraõ os ditos avaluadores em seçenta mil reis = Manoel *Nagô* que avaluaraõ os ditos avaluadores em quarenta mil reis = Luis de *nação nagô* que avaluaraõ os ditos avaluadores em quarenta mil reis = [...] (*LIVRO I DO TOMBO...*, f. 268v, L. 22-29, 1764) [grifos nossos].

Contudo, é preciso atentar para o fato de que, conforme alerta Matory (1999), o epíteto de “nação” pode fazer referência ao porto de embarque em África, no qual eram às vezes reunidas pessoas capturadas em diversas regiões, podendo não corresponder exatamente ao local de nascimento do africano.

Além do designativo de origem ou “nação”, empregados para os africanos, outras formações antroponímicas observadas nos documentos demonstram as práticas culturais, valores, interesses e conflitos vividos pela sociedade colonial. Como motivações aparecem outros aspectos referentes ao contexto da escravidão, quais sejam as relações étnicas, para os mestiços; a informação acerca dos ofícios e profissões ocupadas pelos cativos, e ainda as condições físicas, de idade, de saúde, ou de comportamento, condições importantes no processo de mercantilização do escravizado:

Escravos = Mathias *mulato* que pareceo de vinte e sinco annos, *official de sapa-teiro* avaliada em trezentos e sincoenta mil reis = Vitoria *de Guine* que pareceo de sessenta annos *doente* avaliada em quarenta mil reis = Gracia *de guine* que pareceo de sincoenta annos *do serviço da caza doente de baixo* avaliada em noventa mil reis = Francisca *crioula* pareceo de vinte e dous annos, *rendeira*, avaliada em cento e sessenta mil reis = Feliciano *crioula* que pareceo de vinte annos, *rendeira*, avaliada em sento e sessenta mil reis = Maria *de Guine*, que pareceo de quarenta annos *cozinheira com lezaõ em hum braço* avaliada em sem mil reis = [...] Catharina *de Guiné* filha de Maria de dezoito annos, *custureira*, avalia da em sento e sessenta mil reis = Luzia *de Guiné* que pareceo de sessenta annos em quarenta mil reis = Luzia *mina* que pareceo de doze annos *asmatica* avaliada em sincoenta mil reis = Maria *mulata* que paresseu de vinte annos *com principios de custureira* avaliada, em trezentos mil reis = Manoel Vellozo *mulato* que pareceo de trinta e oito annos, *official de alfayate* [...] = Domingos *de Guine*, que pareceo de sessenta annos *com hum pé inchado* em oitenta mil reis = Joaõ *crioulo* de trinta annos *fujaõ*, avaliada em cento e sincoenta mil reis = Igação *Mina* de catorze annos *doente*

emagro em quarenta mil reis= Antonio *crioulinho* de sinco annos em quarenta mil reis= [...] (*LIVRO I DO TOMBO...*, 1706, f. 273v, L. 33-41 e f. 274r, L. 1-16) [grifos nossos].

No excerto acima, exemplificam-se algumas das possibilidades de caracterização das pessoas escravizadas. Como se trata de um Inventário, e por ser o avaliador em questão bastante criterioso, o que nem sempre acontece, a riqueza de detalhes dá a perceber quais os aspectos que eram privilegiados na comercialização dos cativos. Nesse sentido, observa-se que possuir um ofício é critério importante de valorização mercantil, estando em segundo lugar a juventude, em função dos serviços que poderão prestar. Note-se, assim, que a cativa *Gracia de guine* que parece ter cinquenta anos, mesmo *doente de baixo*, é avaliada em noventa mil reis, por ser *do serviço da caça*. Diminuindo a faixa etária e mantendo a especialização, a avaliação é praticamente dobrada, como são exemplos os casos de *Francisca* e *Feliciana crioulas rendeiras*, ambas na faixa dos vinte anos, avaliadas em cento e sessenta mil reis. Outro aspecto digno de nota no Inventário citado acima é o registro da profissionalização feminina, *mucamas, cozinheiras costureiras, rendeiras* o que não é tão comum em documentos da mesma espécie. O que se observa, em geral, é a menção apenas aos ofícios masculinos.

Do detalhamento observado no Inventário supracitado, pode-se inferir o cuidado e especialização do avaliador, conforme já apontado acima, e também a perspicácia da falecida, cujos bens são relacionados no documento, que cuidou de dar ofício à maioria dos escravizados que detinha, colocando-os ao ganho, o que, certamente, contribuiu em muito para a expansão do seu patrimônio, e pode ter, possivelmente, facultado aos cativos a condição de compra da alforria em algum momento.

Pela característica do formulário no fragmento trazido acima, a título de ilustração, em um inventário, nem sempre fica clara a utilização dos vários atributos como epíteto antroponímico, o que é melhor evidenciado em outras espécies documentais, a exemplo das Escrituras de venda: “[...]vaÿ e vem de ferro com vinte e tres escravos a saber *Joaõ molato, Manoel molatinho, Cosme crioullo, Vidal crioullinho, Ventura, Miguel gege, Silvestre gege* [...]” (*LIT*, 1739, f. 172v., L. 28-29) e Testamentos, “[...] declaro que eu tenho tantos escravos e escravas a saber *Fellipe, André, Antonio, Matheus, Joaõ Domingos, Manoel Barbeiro, Manoel mina, Pascoal, Ambrozio* [...]” (*LIVRO I DO TOMBO...*, 1682, f. 170r, L. 11-13) [grifos nossos].

Os exemplos anteriormente destacados revelam também a utilização corrente dos epítetos como informação relativa à faixa etária dos escravizados, demarcando a infância e a adolescência, “Antonio *crioulinho* de cinco anos”, “*Manoel molatinho*”, “*Joaquim molecão da costa da mina*”, ou a velhice, que pode ser informada de forma literal: “[...] Manoel mullato Barbeyro *ançiaõ* [...]” (*LIVRO I DO TOMBO...*, 1690. f. 232r, L.23.), *Maria velha* (*LIVRO I DO TOMBO...*, 1687, f. 229v., L. 34.), ou ainda por meio de figuras, como em Pedro *cachaba*⁴ [grifos nossos], em cujo registro não fica informada a idade aproximada, mas que, pela baixa avaliação, vinte mil réis, infere-se ser já alguém de muita idade, com a saúde muito comprometida, e sem especialização, a julgar pela diferença de avaliação que alcançou o ancião Manoel Barbeiro, avaliado em setenta e cinco mil réis.

Além dos aspectos já apresentados, observam-se, entre os elementos antroponímicos, a referência a aspectos físicos, como destacado no trecho abaixo, em que, já havendo sido relacionado um cativo chamado *Manoel*, o segundo é identificado pelo apelido *Bigode*; e ainda os epítetos que demonstram os laços de família, muito comuns para relacionar os casados e as mães com seus respectivos filhos. Estes podem, às vezes, denotar uma preocupação em não separar os escravizados membros de uma mesma família, em processo de comercialização:

Declaro que os negros que pessuaõ são os seguintes = Joaquim = Bertholomeu = Bernardo = Antonio = Mathias = Salvador = *Manoel* = Fellipe = Izidorio = Gertrudes = Jozé = Antonio = Anna = Marequita = Matheus = e duas crias huã por nome *Maria filha de Apollonia*, e *Maurício filho de Gertrudes*, e *Manoel Bigode* (*LIVRO I DO TOMBO...*, f. 223v, L.24-28, 1762) [grifos nossos].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise filológica em documentos notariais revela aspectos do contexto sócio-histórico por vezes já desconhecidos dos falantes, os quais podem guardar estreitas relações com as práticas culturais do presente, o que ratifica a importância da utilização das fontes primárias na investigação da língua e da cultura de um povo. As análises realizadas a partir dos estudos de onomástica atestam que, apesar das regularidades, o léxico de uma língua está sujeito a deslocamentos, ampliações ou reduções de sentidos dos contextos de referência ao longo do tempo, o que pode levar o pesquisador a equívocos em suas interpretações, caso desconsidere a importância do contexto em suas análises.

⁴ Cachaba – [do esp.] ant. *cachava*: bastão, cajado, bengala (DICCIONARIO, 2018).

O exame dos processos de nomeação de pessoas escravizadas na Bahia colonial, evidencia aspectos importantes da violência praticada contra os negros na diáspora África-Brasil em que se fez o apagamento dos nomes que foram anteriormente atribuídos a tais sujeitos, negando seus direitos à identidade e cultura, e silenciando, portanto, suas histórias e memórias. Observa-se que, por meio dos vários epítetos acrescentados aos prenomes em língua portuguesa impostos às pessoas escravizadas, com o objetivo principal de classificá-los como mercadorias, de modo a definir a sua natureza e adequação para o trabalho, é possível conhecer aspectos relevantes da sociedade do período, os quais ilustram as várias formas de violência praticadas pelo colonizador português, com a aprovação do Estado e da Igreja, em nome do enriquecimento do colonizador europeu, e que podem ser relacionadas entre as origens de muitos dos conflitos, tensões e preconceitos vivenciados ainda hoje.

Dessa forma, procurou-se desenvolver reflexões preliminares sobre a importância da edição criteriosa de documentos do passado para o estudo do léxico onomástico, considerando as especificidades do estudo dos processos de nomeação antroponímicos e toponímicos, visualizando que, antes de qualquer proposta teórica, metodológica e analítica dos dados linguísticos, é preciso considerar a reconstrução da memória por meio de elementos sociais, históricos, geográficos e culturais que estão registrados nos textos e fundamentam as formas de nomeação.

Nesse contexto, ratifica-se a relevância do diálogo entre a Filologia e a Onomástica, na produção de edições de fontes coloniais e, conseqüentemente, para a composição de *corpora* para o estudo das motivações e história que levaram à definição de diferentes funções semânticas e de diversos modos de nomeação por parte dos indivíduos, que explicam as diferentes experiências culturais para a composição dos nomes de pessoas e de lugares na Bahia colonial.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: EDUFPE/ FUNDAJ/ Massangana, 1994.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. *O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial*. Salvador: EDUFBA, 2013.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Recôncavo: território, urbanização e arquitetura. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (org.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 205-252.

BIDERMAN, Maria T. Camargo. O léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria P. Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: EDUFMS, 1998, p. 11-20.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. *Domínios de lingu@gem*. Revista Eletrônica de Linguística. São Paulo, Ano 1, n.1, 2007.

CARTA RÉGIA, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1811, 1 f - *Biblioteca Nacional* – Seção de Manuscritos – Série - II - 33. 21. 25.

CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. No entorno de Todos os Santos: tráfico ilegal e revoltas escravas no Recôncavo (Bahia: 1831-1850). In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (org.). *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 103 – 127.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux*. Paris: Libraire Delagrave, 1926.

DICCIONARIO de la lengua española. *Cachava*. Madrid: Real Academia Española, 2018. s.v. Disponível em: <<https://dle.rae.es/>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

DICK, M^a Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 91 – 117.

DICK, M.^a Vicentina de Paula do Amaral. Métodos e questões terminológicas na onomástica: estudo de caso. *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. v. 9, 1999.

DICK, M.^a Vicentina de Paula do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto de; ISQUIERDO, Aparecida Negri. (org.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*, volume II, 2 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998a, p. 77-88.

DICK, M.^a Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. *Acta semiótica et Lingvística*. João Pessoa, v.7, n.1, p. 97-122, 1998b.

DICK, M.^a Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*. São Paulo: /FFLCH/USP, 1990.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Edição de texto e aspectos da toponímia baiana em documentos históricos. *Cadernos do CNLF*, v. XXII, n. 03, Tomo II. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2018a. p. 397 – 405. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xxii_cnlf/>.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 153-174, ago./dez. 2018b. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v20i2p153-174>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. / Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958. v. XX/ XXI.

LIVRO I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador, Mosteiro de São Bento. Edição semidiplomática. Coord. Marla Oliveira Andrade, Salvador: Memória & arte, 2016. Disponível em: <<http://saobento.org/livrosdotombo/livros/livro-i/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

LIVRO II do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia. Salvador, Mosteiro de São Bento. Edição semidiplomática. Coord. Alícia Duha Lose, Salvador: Memória & arte, 2016. Disponível em: <<http://saobento.org/livrosdotombo/livros/livro-i/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

MACHADO, Ana P. S. R. Testemunhos da mente: elites e seus escravos em testamentos (fundo da Baía do Rio de Janeiro, 1790-1830). In: Demétrio, D. V.; SANTIROCCHI, Í. D.; GUEDES, R. (org.). *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: Brasil e Angola, séc. XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

MATORY, J. Lorand. Jeje: repensando nações e transnacionalismo. *Mana*. Rio de Janeiro v.5, n.1, p. 57-80, abr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131999000100003>. Acesso em: 27 ago. 2018.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. *História baiana: dos tempos pré-históricos ao Brasil reino*. Smões Filho: Kalango, 2017.

PEREIRA, Norma Suely da S. Práticas sociorreligiosas em documentos notariais *Cadernos do CNLF*, v. XXII, n. 03, Textos Completos, Tomo II. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2018, p. 709-719.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas de escravos nos engenhos baianos. *Afroásia*. Salvador, 1992; 15: 100 - 126.

REQUERIMENTO do cavaleiro professo na ordem de cristo, Raimundo Maciel Soares ao rei [D. José] solicitando provisão de licença para poder fundar um recolhimento na cidade da Bahia. AHU_ACL_CU_005, Cx. 117\Doc. 9141 (1), 1752.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (org.) *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

SILVA JÚNIOR, Carlos. Tráfico, escravidão e comércio em Salvador do século XVIII: a vida de Francisco Gonçalves Dantas (1699-1738). In: REIS, J.J.; AZEVEDO, E. (org.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 143-185.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

A MOTIVAÇÃO TOPONÍMICA DOS NOMES DAS RUAS DE CACHOEIRA-BA

*Raquel Fontes Santana
Maria da Conceição Reis Teixeira*

INTRODUÇÃO

Cachoeira, uma das primeiras vilas fundadas no Brasil, viveu o seu apogeu econômico, político e cultural na emergência da República. A construção da ponte D. Pedro II e a ampliação da malha ferroviária até Minas Gerais contribuíram significativamente para o seu desenvolvimento econômico e populacional, ganhando prestígio no cenário regional e nacional. Essa cidade também foi palco de muitos movimentos culturais e deu vazão às tradições religiosas cristãs, difundidas pelos portugueses, e às de matrizes africanas praticadas pelos afrodescendentes, atribuindo-lhes contornos singulares.

De acordo com observações *in loco* e consulta a documentos do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o município, diferentemente de outras urbes brasileiras, não possui organização espacial distribuindo os logradouros em bairros, mas em quarteirões e/ou zonas. Neste aspecto, atualmente, a cidade encontra-se estruturada territorial e administrativamente em três quarteirões, a saber: Caquende (1º quarteirão), Centro Histórico (2º quarteirão) e Recuada (3º quarteirão).

Em função de sua relevância histórica e cultural no cenário baiano e por acreditarmos que os topônimos guardam em si marcas muito particulares da

cultura e da sociedade que os empregam, estabelecemos como meta empreender estudo de caráter linguístico para inventariar os nomes das ruas do Caquende, primeiro núcleo de povoamento da cidade de Cachoeira, visando a identificar a motivação toponímica que conduziu às escolhas nominativas, quando do batismo dos logradouros, pelo poder público daquele município.

Espaço e cultura são indissociáveis, pois toda sociedade necessita de um espaço que possa lhe servir de suporte. Enquanto sujeito sociocultural, o ser humano se compreende no lugar em que habita, e pertencer a um local significa empoderá-lo, transformá-lo e humanizá-lo. Nomear lugares é um processo que adquire uma pluralidade de simbolismos e identidades corresponsáveis pelas manifestações dos costumes e das práticas culturais dentro de cada época, no qual estabelece e indica uma dominação de território e define espaços como pertencentes a determinado grupo social.

Os estudos em toponímia, subárea da onomástica, são de grande relevância para a preservação da história cultural de um povo, especialmente porque, através da análise dos topos, é possível avivar aspectos da sociedade que se encontravam “esmaecidos” em função da ação do tempo e, muitas vezes, da sobreposição de outras culturas e de outras formas de ver e conceber o mundo resultante da dinâmica evolutiva da humanidade e do contato entre culturas. Dessa forma, ao analisar as práticas de nomeação dos lugares, podem-se desvendar aspectos históricos, as relações estabelecidas pelo homem com o ambiente e, por conseguinte, entender as circunstâncias do processo de territorialização dos espaços. Nessa direção, Gonçalves (2007) afirma que, através do batismo dos nomes dos lugares, criaram-se identidades, pertencimentos e territorialidades que, aos poucos, foram sendo aceitas pela comunidade.

A análise que se almeja desenvolver aqui incide sobre dezesseis topônimos oficiais designativos de ruas que integram a zona Caquende, os quais foram categorizados e dispostos em fichas lexicográfica-toponímicas por Santana (2019), seguindo os princípios teóricos e metodológicos comumente empregados em estudos toponímicos no Brasil orientados pela classificação toponímica proposta por Dick (1992).

1 BREVES NOTAS SOBRE A CIDADE DE CACHOEIRA

Cachoeira, emancipada em 13 de março de 1837, é uma das cidades mais antigas do Brasil, com mais de 400 anos de história, isso sem levar em consideração o ano (1531) em que os primeiros portugueses chegaram à região

para povoá-la. A cidade ergueu-se em volta de pastos e estalagens de animais e pessoas que subiam e chegavam do sertão. O município desenvolveu-se economicamente por conta das atividades agrícolas do cultivo do açúcar e do tabaco.

Apesar de sua longevidade e história, atualmente, é um dos menores municípios da Bahia. Sua área corresponde aproximadamente a 398,5 km² (IBGE, CENSO, 2000). Cachoeira compreende uma faixa à borda da Baía de Todos os Santos, na zona dos solos massapê e zona elevada do recôncavo baiano, conhecida como zona dos tabuleiros, onde floresceu a agricultura canavieira para a produção do açúcar e o tabaco, respectivamente, primeiro e segundo produtos da economia baiana naquele período. Está localizada na zona do litoral oeste da Baía de Todos os Santos, na zona fisiográfica do Recôncavo, limitado a norte com o município de Conceição da Feira; a sul com Maragogipe; a leste com Santo Amaro; a oeste com São Felix, município que está separado pelo Rio Paraguaçu aproximadamente pela distância de apenas 300 metros.

É difícil dimensionar a sua magnitude, no que se refere à questão econômica, para a Bahia, sem levar em consideração sua posição eco geográfica com relação à Baía de Todos os Santos, isto é, com o principal porto brasileiro, que era o de Salvador, onde o rio Paraguaçu era um “braço de mar”, funcionando como meio de comunicação quase que obrigatório entre esse território.

Segundo relatos do cronista Silva (1942), a região do Caquende, objeto do presente estudo, teve origem quando da construção do convento da Ordem Terceira do Carmo. Acredita que naquele local vivia uma comunidade indígena, que exercia atividades de pescadores, de canoieiros e de artesãos. Por exemplo, a travessia de Cachoeira para São Felix pelo Rio Paraguaçu através de canoas era uma atividade desenvolvida pelos índios com a supervisão e a chancela da referida ordem. Essa prática sobreviveu até 1980 e todos os canoieiros, os artesãos, os ceramistas e os pescadores eram moradores do Caquende. Ainda segundo Silva (1942), na primeira metade do século XIX, essa região fazia parte das terras do antigo Engenho São Carlos do Navarro, que pertencia à esposa do falecido comendador Manuel Jacintho Navarro de Campos.

Como aconteceu em outras regiões do país, Cachoeira também recebeu um contingente significativo de africanos que foram trazidos para serem explorados no trabalho forçado especialmente nas diversas atividades do agronegócio açucareiro e fumageiro. Natural, portanto, que eles trouxessem consigo sua língua, sua cultura, suas crenças, seus valores. Em solo cachoeirano, homens e mulheres africanos ressignificaram a cultura local, enriquecendo-a, incorporando elementos de suas práticas culturais, nas festividades cívicas e religiosas, por exemplo.

As festas religiosas representam muito no que se refere às tradições de um povo, suas características, suas raízes. Muitas destas festas são marcadas pelo sincretismo religioso de prática cristã e de matriz africana, como o candomblé e a umbanda. Destacamos aqui a festa da Nossa Senhora da Boa Morte para ilustrar a forte presença do sincretismo religioso na cultura do povo cachoeirano.

A festa de Nossa Senhora da Boa Morte acontece todos os anos durante a primeira quinzena do mês de agosto em agradecimento a Nossa Senhora pela liberdade alcançada da escravidão a que estavam sujeitos no Brasil. A Irmandade da Boa Morte, composta apenas por mulheres de meia idade e afro-descendentes, organiza a celebração. Tudo é preparado antecipada e cuidadosamente para manter viva na memória dos mais jovens o sofrimento e luta de seus ancestrais.

O rito da celebração a Nossa Senhora da Boa Morte tem elementos da cultura africana e cristã portuguesa. A própria santa cultuada, Nossa Senhora, é Maria, a mãe de Jesus, que, em Cachoeira, recebe o nome de Nossa Senhora da Boa Morte. Além disso, elementos das práticas cristãs e práticas de matrizes africanas se entrelaçam em todo o ritual. Faz parte desse ritual uma procissão que percorre as principais ruas da cidade. Nela as mulheres, trajando ricas e luxuosas vestes e portando adereços e joias, cantam e rezam acompanhando o andor que segue à frente com a santa. Ao término da procissão, é servida uma ceia farta em comidas e bebidas típicas, enquanto os participantes cantam e dançam samba-de-roda, elemento típico da cultura afro-brasileira.

2 LÍNGUA, LÉXICO, CULTURA E O ESTUDO TOPONÍMICO

O homem utiliza-se da linguagem para se relacionar com seus semelhantes e para interagir com o mundo a sua volta. Acredita-se que ele não conseguiria viver sem a utilização da linguagem e sem a interação social. Nesse processo interativo, à medida que as relações vão se tornando mais complexas, faz-se necessária a criação de novos objetos e o estabelecimento de novas relações, criam-se novas necessidades, desejos e anseios. Para todas as coisas que são criadas, faz-se também necessária a atribuição de um nome para que a coisa, o objeto, os seres sejam identificados. Isso não é diferente com os elementos da natureza nem com os espaços ocupados pelo homem. Batizar com um nome é uma prática própria do ser humano.

Através do uso da linguagem, o homem deixa registrados sua história, sua cultura, sua língua, seus costumes, suas crenças, seus valores e suas formas

de ver e conceber o mundo circundante. Segundo Teixeira (2019), de todos os subsistemas da língua é o léxico o que possibilita o registro dos legados culturais elaborados pelas civilizações ao longo dos anos. Por isso, se quisermos conhecer um pouco da cultura de uma comunidade, do ponto de vista linguístico, necessário se faz estudar o léxico dessa comunidade. É por meio do léxico que podemos adentrar na estrutura social, nas teias culturais, nos contatos entre povos e verificar como as sociedades se organizam e como elas se relacionam com a natureza e com o próximo, por exemplo. Nesta direção, Sapir (1961) assevera que

O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado. (SAPIR, 1961, p. 45)

É incontestável a relação da língua com a cultura. É através da língua que o homem demonstra seus pensamentos e percepções, evidencia suas experiências da sociedade e reflete suas práticas culturais e significados compartilhados, por isso, ao considerar o caráter social da língua, devemos incluir a cultura como um elemento entre o aspecto social e o aspecto linguístico. Portanto, a língua é um fenômeno que permeia as manifestações culturais do ser humano. Nessa direção, Câmara Jr (1954, p. 193) afirma que “[...] a língua, considerada em sua essência, é mais do que uma simples manifestação cultural: é o veículo através do qual toda cultura se consolida, se intercambia e se transmite”. Biderman (1989, p. 399) parece comungar da mesma ideia, ao afirmar que

[...] o léxico é o tesouro vocabular de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não-linguísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade. Esse tesouro constitui um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos verbais da cultura.

Daí acreditarmos que realizar um estudo lexical é mergulhar na cultura, na história e na dinâmica social da comunidade que emprega esse léxico, pois este registra todos os padrões éticos, políticos, sociais, ideológicos, e todas as relações de poder intrínsecas nos agrupamentos sociais. Uma das formas de adentrar neste universo é empreendendo estudo onomástico, investigando os nomes próprios de pessoas – antroponímia – ou de lugares – toponímia.

Os nomes de pessoas ou de lugares refletem o modo de viver e os significados compartilhados por determinada comunidade. Para Dick (2007), estes são importantes instrumentos para a construção do perfil histórico de uma sociedade, pois são indícios de “[...] rumos tomados pelos falares ao

longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais valorizadas pela população” (DICK, 2007, p. 141). Ainda segundo Dick (2007), os nomes próprios personativos carregam todas as marcas da descendência gentílica:

[...] O nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade. (DICK, 2007, p. 218).

Os nomes de lugares, por sua vez, são, segundo Dick (1990, p.19), “[...] um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. [...] dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob as formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional”. Quando o homem batiza um lugar com um nome não o faz inconscientemente, pelo contrário, a escolha do nome é motivada e segue padrões já cristalizados no seio da sociedade da qual o denominador faz parte. Por isso, a prática da nomenclatura dos espaços geográficos pode ser considerada prática social e cultural. Adentrar no universo da pesquisa toponímica é enveredar pelos meandros das práticas culturais, analisando e mapeando as motivações que levaram aquela sociedade a dar nomes aos topos. Em função disso, Dick (1992, p. 112) considera os topônimos como sendo verdadeiras crônicas de uma comunidade, capazes de gravar o presente para que possa ser acessado pelas gerações futuras.

Entendendo que todo ato de nomeação é permeado pelos valores sociais, políticas e culturais da comunidade, Dick (1990), em conformidade com a natureza motivacional dos topos analisados em seus estudos sobre a toponímia brasileira, elaborou um modelo de classificação toponímica composto por vinte e sete *taxes*, sendo onze relacionadas ao ambiente físico e dezesseis relacionadas aos aspectos socioculturais e históricos ao qual o homem está inserido em sua vida em sociedade.

As onze *taxes* de natureza física, segundo Dick (1992), são astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimo, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos, zootopônimos. São *taxes* de natureza antropocultural: animotopônimo ou nootopônimo, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, dirrematopônimo, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, hierotopônimos, hagiotopônimos, mitotopônimos, historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos, somatopônimos.

3 UMA ANÁLISE TOPONÍMICA DAS RUAS DE CACHOEIRA

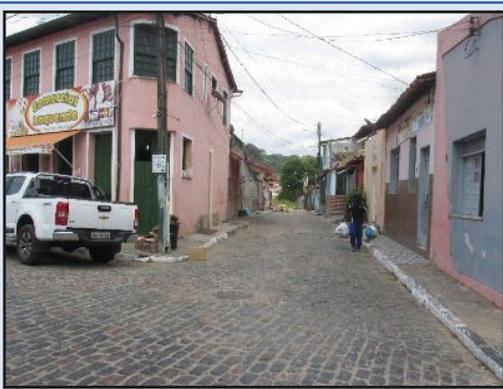
Como vimos nos parágrafos anteriores, realizamos investigações no âmbito da toponímia para decifrar, a partir de uma análise linguística e histórico-cultural dos nomes dos topos, as motivações que presidiram cada ato nominativo dos espaços pelo homem. No processo de mapeamento da motivação toponímica dos nomes de ruas de Cachoeira, além de adotarmos tal modelo de classificação taxionômica, utilizamos as fichas lexicográfico-toponímicas também sugeridas por Dick (1992) para os estudos realizados nesta área da onomástica.

Nas fichas lexicográfico-toponímicas constam informações sobre a etimologia, a estrutura morfológica e características culturais. Tais informações servem como instrumento de orientação ao pesquisador para a identificação do signo toponímico e de sua motivação, que pode estar relacionada a características do próprio espaço físico onde os topos se encontram ou relacionada a crenças, a impressões culturais, a sentimentos edificadas ao longo do tempo pela sociedade.

Para obtenção dos dados referentes à etimologia dos topônimos analisados, recorreremos ao auxílio de Cunha (1997) e Nascentes (1932), mas algumas vezes se fez necessário consultar lexicógrafos contemporâneos, como, por exemplo, Aulete (1986), Ferreira (2001), Houaiss (2009).

Nas fichas lexicográfico-toponímicas adotadas no presente estudo, constam os seguintes itens: TOPÔNIMO: neste campo, designa-se o nome do lugar que envolve o *corpus* da pesquisa; TAXIONOMIA: compreende as taxas ou terminologias de categorização dos topônimos propostas por Dick (1992); ACIDENTE: informa-se se são humanos – que resultam da ação humana – ou natural, quando tratar-se de nome que se refira a elementos da natureza física, seja ele do reino vegetal, seja do reino animal, seja do reino mineral; ORIGEM: informa a etimologia do topônimo; IMAGENS: apresentam-se fotografias do logradouro ou de placas constando o nome; ESTRUTURA MORFOLÓGICA: apresenta a composição dos topônimos, classificando-os em elemento específico simples, e elemento específico composto híbrido; HISTÓRICO: São registradas as alterações nomenclatórias que envolveram o topônimo pesquisado ao longo do tempo; INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: fornece informações sobre a história do topônimo. A figura 1 traz como ilustração o modelo de ficha lexicográfica-toponímica utilizada por Santana (2019) em sua dissertação de mestrado.

Figura 1 – Modelo de ficha lexicográfico-toponímica

<p>09 TOPÔNIMO: Rua Porto do Dendê</p>	<p>TAXIONOMIA: Sociotopônimo¹</p>
<p>ACIDENTE: Humano/rua</p>	
<p>ORIGEM: PORTO, do latim <i>portus, us</i>. Substantivo feminino ‘lugar da costa ou em um rio, lagoa etc., que pode oferecer às embarcações certo abrigo, lhes permite fundear e estabelecer contato com a terra. DENDÊ, do quimbundo <i>ne ‘ne – dedeZ EIRO 1844</i>. Substantivo masculino ‘palmeira africana, aclimatada no Brasil’ ‘o fruto dessa palmeira’ ‘o óleo que se extrai desse fruto’ 1844. (CUNHA, 1997)</p>	
<p>IMAGEM:</p>	
<p>Fonte: Santana (2019).</p>	
<p>ESTRUTURA MORFOLÓGICA: Elemento específico composto</p>	
<p>HISTÓRICO: Porto do Calão > Caieira > Rua Porto do Dendê Sociotopônimo > Sociotopônimo > Sociotopônimo</p>	
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Em 1897, o livro de “Lançamento de décimas”, Cachoeira 1897, acondicionado no Arquivo Público Regional de Cachoeira, na seção Documentos diversos não catalogados, datado de 1897, registra o nome Rua Porto do Dendê. Entretanto, não há outros documentos oficiais que atestem a denominação logradouro em pauta como sendo Porto do Dendê. Conforme informações colhidas <i>in loco</i>, essa localidade é também denominada de Porto do Calão, em função de, naquele local, próximo às margens do Rio Paraguaçu, serem construídas embarcações de pequeno calado, como, por exemplo a canoa e pequenos saveiros. Daí o emprego do termo Calão. Depois, naquele mesmo local, foi instalada uma fábrica de cal, dando origem ao topônimo Caieira.</p>	

Fonte: As autoras

¹ Sociotopônimos são aqueles nomes designativos das atividades profissionais, dos locais de trabalho e dos pontos de reunião de um grupo.

Na análise aqui empreendida, selecionamos apenas os dezesseis nomes designativos dos logradouros da zona Caquende em que figura o nome genérico rua. Todos os topos integrantes da amostra analisada foram categorizados de acordo com a nomenclatura taxionômica proposta por Dick (1992), consoante a sua natureza motivacional ter como base elementos da natureza física ou elementos de natureza antropocultural, sempre levando em consideração apenas os aspectos linguísticos e históricos culturais. O quadro 1 traz os topônimos que integraram a amostra aqui analisada, organizados conforme a sua classificação taxionômica.

Quadro 1 – Categorias taxionômicas dos nomes oficiais das ruas do Caquende

	CLASSIFICAÇÃO TAXIONÔMICA	TOPÔNIMOS
NATUREZA ANTROPOCULTURAL	Antropotopônimos	Rua Augusto Públio Rua Geraldo Simões Rua Manoel Santana Melo
	Axiotopônimos	Rua Conselheiro Virgílio Damásio Rua Doutor Inocêncio Boaventura Rua Doutor João Vieira Lopes
	Historiotopônimos	Rua Ana Nery Rua Ruy Barbosa Rua 15 de Novembro Rua 07 de Setembro Rua 13 de Maio Rua 13 de Março Rua 25 de Junho
	Sociotopônimos	Rua Correr da Serra Rua Porto do Dendê.
	Hierotopônimo	Rua do Rosário

Elaboração das autoras.

Com base nas referências taxionômicas, verificamos que os topônimos analisados foram todos de natureza antropocultural, ou seja, os nomes das ruas da zona do Caquende tiveram como motivação os elementos da cultura material, os nomes próprios individuais, os títulos, os movimentos de cunho histórico-social, os nomes sagrados e as atividades profissionais.

A prevalência das *taxes* de natureza antropocultural em detrimento das de natureza física parece ser recorrente na toponímia urbana brasileira. Oliveira (2014), ao analisar a toponímia urbana da região central da cidade de Campo Grande-MS, constatou a influência de condutas motivadoras de natureza antropocultural. O *corpus* estudado revelou que 79% dos topônimos pertenciam a esta categoria. Ainda no âmbito da toponímia urbana do estado de Mato Grosso do Sul, as investigações de Bittencout (2015) e de Cavalcante (2016) e em outros estados como Cioatto (2012) também apontam para a baixa produtividade dos topônimos de natureza física e maior incidência entre os de natureza motivacional antropocultural.

Merece aqui também menção a pesquisa realizada por Gomes (2017) que analisou 40 topos designativos de ladeiras da cidade do Salvador-BA. Os seus resultados apontam para o predomínio das *taxes* de natureza antropocultural. No que diz respeito aos nomes de ladeiras, constatou que 70% dos topos analisados pertenciam às categorias desta natureza, sinalizando mais uma vez para o contraste entre esta e a toponímia rural, cuja fonte motivadora é o meio ambiente, como, por exemplo, os minerais, a fauna e a flora que compõem toda a biodiversidade do espaço nominado, e a toponímia urbana.

Uma análise mais sistemática da amostra aqui estudada, observando as categorias taxionômicas, revelou a prevalência dos *historiotopônimos*, *antropotopônimos* e dos *axiotopônimos*. Os primeiros são nomes designativos de pessoas, de fatos históricos ou de datas que marcam a ocorrência de acontecimentos considerados relevantes na/para a história social, política e cultural da comunidade considerada. Os segundos são nomes próprios individuais atribuídos a pessoas, como, por exemplo, prenomes, apelidos de família e alcunhas, que foram homenageadas em função do seu prestígio social. Os últimos dizem respeito aos nomes próprios antecédidos de títulos ou dignidade, como doutor, conselheiro.

A reunião dos *antropônimos* (03 ocorrências), dos *axiotopônimos* (03 ocorrências) e dos *historiotopônimos* que designam personalidades históricas (02 ocorrências) perfaz um total de oito ocorrências. Em termos percentuais, este quantitativo corresponde a 50% do universo de 16. Na comunidade estudada, faz parte da prática denominativa dos logradouros a utilização de nomes de pessoas para batizar tais espaços como forma de render homenagens àqueles indivíduos que desempenharam papel significativo na sociedade.

Os resultados aqui encontrados nesta categoria também apontam para a convergência com os resultados dos estudos citados anteriormente. Cavalcante

(2016), por exemplo, afirma que, no âmbito da nomeação dos logradouros da região do Imbirussu-MS, os antropônimos (34,5%) foram a taxionomia mais recorrente, ratificando a tendência da toponímia urbana a homenagear pessoas. Quanto à utilização de nomes personativos na toponímia, Dick (1990) assegura que tais nomes exercem:

[...] o papel de verdadeiros registros do cotidiano, revelando em atitudes e posturas sociais, específicas de determinados grupos humanos, preservam, por isso mesmo, a memória coletiva, principalmente nas sociedades ágrafas, onde sua importância é muito notável pela ausência de outras fontes de análises. (DICK, 1990, p. 286)

Cabe observar que, dentre os oito nomes próprios empregados para nomear as ruas, apenas um era de mulher (Rua Ana Nery). Os demais, além de serem nomes de homens, fazem referência a pessoas que detêm poder político, econômico e social, revelando que o processo de denominação de espaços urbanos em Cachoeira é marcado por traços socioculturais da identidade do povo com base no papel social de prestígio dos sujeitos que ocupam tais espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos dados constantes nas fichas lexicográfico-toponímicas permitem-nos inferir que, no ato nominativo dos espaços urbanos, o denominador leva em consideração os valores sociais, culturais já cristalizados no seio da sociedade da qual fazem parte, revelando que o homem da *urbe* tem pouca percepção do ambiente circundante e, em contrapartida, interage de forma mais estreita com aspectos socioculturais. Na amostra analisada, não foram inventariados topônimos que rendessem homenagens aos elementos pertencentes ao reino animal, vegetal e mineral. Verificamos a presença significativa de topos pertencentes à categoria dos historiotopeônimos, que são aqueles topônimos com os quais o denominador rende homenagens a fatos históricos, seja ele no plano local, seja regional, seja nacional. Tal presença nos leva a crer que, pelo menos para aqueles que exercem o poder de nomear oficialmente os espaços, ainda permanecem cristalizados na memória do povo de Cachoeira os principais fatos e as principais personalidades que atuaram na tessitura histórica da cidade desde a sua fundação.

Os dados também apontaram para a presença significativa dos antropônimos. Os espaços urbanos são aglomerados humanos, natural, portanto, que seja comum, na prática de nomeação dos espaços, prestar homenagens a pessoas que tiveram presença significativa naquela sociedade.

Verificamos ainda o apagamento dos elementos da cultura afro-brasileira, uma vez que não foi inventariado nenhum topônimo de origem de uma língua africana ou que pertencesse às suas práticas culturais. Este apagamento é muito significativo, especialmente porque a região estudada foi construída pela expressiva presença física, intelectual, cultural, linguística e laboral de homens e mulheres oriundos do continente africano. Natural seria a sua presença também na prática denominativa dos espaços.

A compreensão desse apagamento só poderá ser entendida se concebermos o topônimo como fóssil linguístico. Diferentemente da toponímia rural e paralela, na toponímia urbana, quem tem o poder de atribuir e oficializar um nome de um logradouro público é aquele que exerce o poder político, econômico e social. A ausência dos fósseis linguísticos aponta para a construção do perfil histórico de uma sociedade que, consciente e arduamente, trabalhou para o silenciamento de muitas vozes, tomando posse simbólica e real dos espaços que, em essência, pertenciam a outros sujeitos.

REFERÊNCIAS

AULETE, F.J.C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Delta, 1986.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico: testemunho de uma cultura. In: *Anais do XIX Congresso internacional de Linguística e Filologia Românica*. Santiago de Compostela, 1989.

BITTENCOUT, Karla Porto. *Léxico toponímico urbano da cidade de Três Lagoas/MS: interfaces entre léxico, cultura e história*. 2015. 227f. Dissertação (Mestrado) – UFMS, Três Lagoas/MS, 2015.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico, 2000*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CÂMARA JR., J. M. *Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores da Língua Portuguesa*. 2. ed., rev. e aument. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.

CAVALCANTE, Lécia Barbosa da Silva. *Léxico toponímico urbano na cidade de Campo Grande/MS: região do Imburussu*. 2016. 272f. Dissertação (Mestrado) – UFMS, Campo Grande/MS, 2016.

CIOATTO, Fernanda Bassanessi. *Os nomes dos municípios de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas*. 2012. 102f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do estado de São Paulo, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

_____. Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II. In: *Revista Trama*, v. 3, n. 5. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007. p. 141-111.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. 2009. 3. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

GOMES, Marta Maria. *O sobe e desce soteropolitano: um estudo toponímico de ladeiras*. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

GONÇALVES, Teresinha Maria. *Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

OLIVEIRA, Lécia Alves Correia. *Toponímico urbano de Campo Grande/MS: um olhar etnodialectológico e linguístico*. 2014. 245f. Dissertação (Mestrado) – UFMS, Campo Grande/MS, 2014.

SANTANA, Raquel Fontes. *Histórias e memória das ruas e das praças de Cachoeira-Ba: um estudo toponímico*. 2019. 104f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.

SAPIR, Edward. *Língua e ambiente*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SILVA, Pedro Celestino da. *Datas e tradições cachoeiranas*. Tipografia Progresso, Salvador, Bahia. 1942.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Enveredando pela seara da flora e da fauna: um estudo lexicológico em Seara vermelha de Jorge Amado. In: MADUREIRA, André Luiz Gaspari; ABBADE, Celina Márcia de Souza; SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles. *Estudos de linguagem: léxico e discurso*. Curitiba: Appris, 2019.

A SEMÂNTICA COGNITIVA SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

A. Ariadne Domingues Almeida (UFBA)
Neila Maria Oliveira Santana (UNEB)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No capítulo ora iniciado, discutimos como a Semântica em Linguística Cognitiva é entendida, bem como tecemos considerações acerca da simbiose entre as dimensões social, histórica, cultural, além da dimensão cognitiva, na geração do significado, logo levamos em consideração a abordagem ecológica da cognição, compreendendo que o significado não pode ser dissociado das distintas dimensões da vida humana e que, sendo perspectivista, flexível e dinâmico, é construído nas interações das quais participamos, no devir da nossa história. Ademais, destacamos dificuldades existentes para composição de corpus em estudos da área, procurando demonstrar que obstáculos encontrados, como delimitação de uma amostra, podem ser sanados, se entendermos a linguagem e o próprio corpus (*corpora*) como fractais e se adotarmos a Técnica da Saturação. O capítulo reflete, então, acerca da tessitura do conhecimento científico sobre o significado em Linguística-Semântica Cognitiva, enfocando, ainda que parcialmente, seus postulados e aspectos metodológicos, assim como seu desenvolvimento, apontando desdobramentos, criados a fim de aprimorar o modelo. Para isso, além dessas considerações iniciais, das finais

e das referências, este texto é formado por três seções, nas quais expomos os fios tecidos em nossa argumentação. A seguir, na sua primeira seção, expomos premissas desse campo do conhecimento, bem como colocamos em destaque o termo que condensa algumas perspectivas teórico-metodológicas e tratamos de implicações epistemológicas atreladas a percepções metonímicas que sustentam a construção de saberes acerca do significado pela área.

1 LINGUÍSTICA-SEMÂNTICA COGNITIVA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Ferrari (2011) observa que o uso do termo Linguística Cognitiva para denominar o modelo teórico que surgiu na Linguística nos finais da década de 1970 poderia soar inadequado. Afinal, em Linguística, a perspectiva cognitivista foi inaugurada, nos finais dos anos 1950 por Chomsky. Ademais, desde a década de 1960, essa nomenclatura já se registrava, em estudos sobre a linguagem, de modo que não era propriamente original, não gozando, nas palavras da mesma autora, do frescor necessário para denominar esse novo campo do conhecimento pretendidamente interdisciplinar. Apesar da sua perspectivação metonímica que enfoca, apenas, uma dimensão do saber construído em Linguística Cognitiva, esse termo consolidou-se e, hoje, é usado sem objeções, em diferentes centros acadêmicos do planeta.

A Linguística Cognitiva, no entanto, não é exclusivamente cognitiva, como o termo que a denomina poderia fazer pensar alguém desavisado, então, estudiosos da área ressaltam que se trata de uma abordagem, além de cognitiva, social e cultural da linguagem. Silva (2010b), por exemplo, assinala que “a Linguística Cognitiva tem empreendido uma recontextualização [...] sócio-cultural, incorporando as dimensões sociais e culturais da linguagem” (SILVA, 2010b, p. 1551). Salomão, também, aponta que “existe hoje uma postura programática relativa ao tratamento dos fenômenos que compõem o portfólio analítico da LC¹ e que reivindica que esses fenômenos tenham como seus fundamentos constitutivos não apenas elementos cognitivos mas também sócio-culturais” (SALOMÃO, 2010, p. 21), o que a mesma autora já havia, anteriormente, postulado, no final da década de 1990 (SALOMÃO, 1999). Ibarretxe-Antuñano, por sua parte, considera que “a ideia principal que subjaz ao conceito de corporificação é que o significado está baseado na natureza dos nossos corpos e em nossa percepção e interação com o mundo físico, social e cultural que nos rodeia²” (IBARRETXE-ANTUÑANO,

¹ Neste capítulo, a abreviatura LC deve ser desdobrada em Linguística Cognitiva.

² Nas palavras da própria autora: “la idea principal que subyace a este concepto [corporeización] es que el significado está basado en la naturaleza de nuestros cuerpos y en nues-

2018, p. 40, tradução nossa). Assim, a autora ressalta que não se deve pensar sobre significação, desconsiderando a mente corporificada do conceptualizador-categorizador, em suas vivências cotidianas. Vereza (2016), ademais, problematiza a questão, ao tratar de uma possível dicotomização entre cognição e sociedade, assim como entre cognição e cultura:

Ao ser convidada para fazer parte de uma mesa-redonda intitulada *Cognição e Sociedade* [...] busquei, entre os estudos que desenvolvia, ou entre os que pretendia desenvolver, aquele que mais poderia contribuir para o tema proposto [...] No entanto, um dos fundamentos da Linguística Cognitiva (LC) que, inclusive, a distanciou da Linguística Gerativa [...] é justamente a inseparabilidade entre o cognitivo e o social. Sendo assim, a conjunção coordenativa aditiva “e” no título *Cognição e Sociedade*, juntamente com sua aparente implicação no estabelecimento de uma possível dicotomização entre os dois conceitos, colocou-se como um elemento potencialmente problematizável em si mesmo. No âmbito da Linguística Cognitiva, a cognição é vista como: inerentemente social e cultural, não apenas em termos de as pessoas compartilharem os tópicos ou os resultados de suas interações, mas em termos das práticas interpretativas por meio das quais as pessoas constituem os tópicos e os resultados de suas interações. (SAFERSTEIN, 2010, p. 113) [...] Com base nessas considerações, que emergiram da problematização de uma possível dicotomização conceitual entre “cognição e sociedade”, o objetivo deste trabalho foi redirecionado para uma breve reflexão em torno da relação entre os dois conceitos e, principalmente, como essa relação tem sido abordada em alguns estudos da área. (VEREZA, 2016, p. 561-563).

Por fim, a mesma autora ratifica a inseparabilidade entre cognição e sociedade:

Retomando um dos pontos centrais discutidos até o momento, ou seja, a dicotomização entre cognição e sociedade, reafirmamos que esta não encontra suporte nos postulados da Linguística Cognitiva, que tem a cognição corporificada como um de seus principais fundamentos. Isso não impede, no entanto, que essa dicotomização se “infiltre” em várias proposições encontradas nessa área do conhecimento [...] (VEREZA, 2016, p. 567).

As retomadas de pensamentos de distintos autores, aqui feitas, ratificam a inseparabilidade entre a linguagem e as dimensões cognitiva, social e cultural da vida, como elementos que, simbioticamente, possibilitam a construção de significados, no discurso, então, por isso, foram transcritas, de modo a corroborar com a linha argumentativa que seguiremos para pensarmos limites e desafios postos, teórica e metodologicamente, aos estudos em perspectiva semântico cognitiva sócio-histórico-cultural.

tra percepción e interacción con el mundo físico, social y cultural que nos rodea”. (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2018, p. 40).

Dito isto, avaliamos ser necessário destacar que as considerações, antes apresentadas em relação à Linguística Cognitiva, se estendem à Semântica Cognitiva, entendida, por vezes, como a própria Linguística Cognitiva, porque essa vertente da Linguística é semantocêntrica, pois prioriza o significado da linguagem, conforme já ressaltado por Batoréo (2000, p.131-132):

[...] a filosofia defendida é de tal maneira diferente de toda teoria anterior que podemos falar de uma verdadeira “revolução linguística”. A sua característica principal é tratar-se de uma área cognitiva que concebe os estudos linguísticos, muitas vezes apenas implicitamente, como fazendo parte da ciência cognitiva. É frequentemente denominada tanto como *lingüística*, como *semântica*, ou como *gramática cognitiva*, devendo-se a coexistência da multiplicidade dos termos ao facto de a “*semântica*” ser, aqui, entendida de um modo muito lato, isto é, estendendo-se não apenas às áreas lexicais – no sentido tradicional desenvolvido na semântica lexical – mas abrangendo, igualmente, a semântica dos marcadores gramaticais, isto é, morfemas gramaticais (flexionais e derivacionais), assim como marcadores suprasegmentais e pragmáticos, cobrindo, praticamente, quase toda a área dos estudos linguísticos.

A Linguística Cognitiva e suas ilhas teóricas, dentre essas, a Semântica Cognitiva, entendem, como já pontuado, que a cognição é situada. Logo, não nos cabe separar as dimensões da linguagem das demais dimensões da vida humana. Afinal, como postula Johnson,

a compreensão não consiste apenas de reflexões posteriores a experiências prévias; em um sentido mais profundo, é o modo (o meio pelo qual) temos essas experiências. É o modo como o nosso mundo se apresenta diante de nós, o qual é consequência do impressionante complexo da nossa cultura, língua, história e mecanismos corporais que se fundem para fazer de nosso mundo o que ele é³. (JOHNSON, 1987, p. 104, tradução nossa).

Nas palavras de Johnson, a dimensão histórica da vida, nem sempre destacada em estudos linguísticos cognitivos, logo, também, semânticos cognitivos, é posta ao lado da dimensão cultural e dos mecanismos corporais da nossa espécie, para que juntos façam surgir na e pela linguagem os nossos mundos possíveis.

Destacados aspectos do pensamento teórico da Linguística-Semântica Cognitiva, na próxima seção, abordamos a separação que ocorre entre seu arcabouço teórico e seus resultados, a fim de propormos reflexões que possam, de alguma

³ Nas palavras do próprio autor: “Understanding doesn’t consist merely on after-the-fact reflections on prior experiences; it is, more fundamentally, the way (or means by which) we have those experiences in the first place. It is the way our world presents itself to us. And this is the result of the massive complex of our culture, language, history, and bodily-mechanisms that blend to make our world what it is”. (JOHNSON, 1987, p. 104).

forma, contribuir para a elaboração de conhecimentos ecológicos acerca de como são construídas e funcionam as teias da linguagem e do significado, fenômenos ubíquos à existência humana, que, a partir de um conjunto de ações consensuais coordenadas, faz emergir a própria existência humana.

2 AUSÊNCIAS E URGÊNCIAS EM LINGUÍSTICA-SEMÂNTICA COGNITIVA

Como observa Silva (2009), o experiencialismo constitui a filosofia da Linguística Cognitiva. Entretanto, o entendimento de Lakoff e Johnson (1999) desvela, apenas, uma parcela do processo de conceptualização humana, já que

a tese da corporização (“*embodiment*”) do pensamento e da linguagem ou a filosofia na carne foca a vertente individual e universal da cognição humana (o corpo é um universal da experiência humana), o seu lado físico e neurofisiológico, recentemente explorado por Lakoff (2003) na sua Teoria Neural da Metáfora. Ora, tendo a experiência humana uma dimensão também colectiva e interactiva, social, cultural e histórica e, portanto, variacional, impõe-se não reduzir a filosofia experiencialista e o princípio da corporização a operações neurais meramente individuais [...] a natureza socialmente interactiva da linguagem e o seu ambiente cultural devem ser reconhecidos como elementos igualmente fundacionais da perspectiva cognitiva (SILVA, 2009, p. 4).

Silva (2009), entre outros estudiosos, põe em pauta a problematização teórica oriunda das tensões individual *vs* social e não-universal *vs* universal, isto porque, aqui e ali, fica explícito que o pensamento metonímico disciplinar, ainda, aflora em Linguística-Semântica Cognitiva, apesar de a área reconhecer as conexões existentes entre as dimensões da vida, para a geração da linguagem e do significado, portanto da própria vida e das diferentes práticas sócio-histórico-culturais realizadas pelos viventes. Então, em face dos dilemas enfrentados por uma perspectiva científica interdisciplinar que emerge de uma tradição disciplinar, a Linguística-Semântica Cognitiva procura vencer a secção, para entender como a linguagem e o significado emergem dessas conexões feitas nos distintos atos comunicativos dos quais participamos, enquanto seres individuais-sociais, no devir da formação histórica das nossas variadas sociedades-culturas.

Pesquisadores da área têm, assim, apontado para conexões que têm deixado de ser feitas, assim como têm procurado estabelecê-las, para atingirem um melhor entendimento das emergências que são a linguagem e o significado e, assim, alcançarem um conhecimento mais aproximado a propósito desses fenômenos. Desse modo, no que concerne ao estudo da inter-relação entre linguagem, cognição e sociedade, em 2009, portanto, há uma década, Silva escrevia: “existem, todavia, algumas resistências à inevitabilidade de integrar na agenda

da Linguística Cognitiva a variação lectal (dialectal, sociolectal, idiolectal) e outros aspectos sociais da linguagem” (SILVA, 2009, p. 511). E, em 2010, ainda, salientava urgências da área, particularmente, da Semântica Cognitiva:

[...] para conseguir cumprir integralmente o seu programa, a Semântica Cognitiva terá que integrar mais sistematicamente a situacionalidade sócio-cultural do significado [...]. Afinal, as perspectivas cognitiva, social e empírica têm de deixar de ser inimigas íntimas para se tornarem companheiras de armas (SILVA, 2010b, p. 52-53).

Também, por sua parte, Kövecses (2009, p. 264), nos anos 2000, ponderava:

as dimensões sociais incluem a divisão da sociedade entre homens e mulheres, jovens e velhos, classe-média e operários, e assim por diante. Os homens, os jovens ou a classe-média usam metáforas diferentes das que mulheres, os velhos ou os operários utilizam? Atualmente não dispomos de estudos sistemáticos realizados a partir da perspectiva da linguística cognitiva. Porém possuímos evidências de que alguns desses fatores podem produzir variação na conceitualização metafórica (KÖVECSES, 2009, p. 264).

O mesmo Kövecses (2009) coloca uma série de questões que o linguista cognitivo precisa responder, para compreender melhor a variação no âmbito do fenômeno metafórico, logo, semântico: “1) Quais metáforas são universais? Por quê? 2) Em que dimensões as metáforas variam? 3) Quais aspectos da metáfora são afetados pela variação metafórica? 4) Quais são as principais causas da variação? 5) Como as causas que produzem variação interagem com as que produzem universalidade?” (KÖVECSES, 2009, p. 259). Essas e outras questões foram e são colocadas para a área, de tal sorte que outros campos do saber foram criados como ilhas teórico-metodológicas da própria área, com a finalidade de respondê-las. Assim, surgiu, entre outras vertentes, a Sociolinguística Cognitiva que, como observa Pizarro Pedraza (2013), é uma proposta teórica e prática que vem sendo delineada, desde os anos 2000, a fim de inserir, de modo sistemático, informações sociolinguísticas na semântica.

Como assinala Pizarro Pedraza (2013), essa nova ilha teórico-metodológica, emergente no arquipélago da Linguística Cognitiva, objetiva explicitar, empiricamente, a base social da categorização, para, assim, revelar relações complexas entre cognição e sociedade, postulando que grupos distintos, em condições sociais, geográficas e diversas terão um conhecimento de mundo que implicará diferentes conceptualizações. A Sociolinguística Cognitiva compreende, por conseguinte, que o estudo da linguagem e do significado deve incluir a investigação de variáveis contextuais, sociais e regionais, com a finalidade de compreender como a variação semântica observada se deve a questões conceptuais e/

ou sociais. Atualmente, inclusive, autores, como a própria Pizarro Pedraza (2013) procuram agregar conhecimentos obtidos a partir de estudos da Terceira Onda da Sociolinguística, para entenderem a variação semântica.

Para além das lacunas existentes sobre como ocorrem as conexões entre sociedade e cognição e do exercício para o alcance de uma melhor compreensão dessas conexões, no âmbito da cultura e da cognição, também se acham omissões, bem como esforços de pesquisadores para gerarem conhecimentos aproximados sobre as relações que ocorrem entre essas duas dimensões da existência humana, por conseguinte, estudiosos das Ciências Sociais e da própria Linguística-Semântica Cognitiva refletem sobre a questão.

Sobre cognição e cultura, no tocante aos desafios postos, Leezenberg (2016 [2013], p. 25) observa que, “apesar do inegável sucesso da linguística cognitiva, sua concepção cognitiva de cultura continua insatisfatória, valendo-se de asserções românticas e obsoletas”, o que é, de algum modo, ratificado por Kövecses (2009), ao afirmar que, apesar de o livro *Metaphors we live by* ter inspirado antropólogos, não tardou para que pesquisadores da antropologia se dessem conta de que a obra não atendia a necessidades dessa área, isto porque linguistas cognitivos tenderam, de um lado, à superestimação da universalidade de estruturas metafóricas e, de outro, à subestimação da não-universalidade. Ademais, ainda, no seio da Linguística-Semântica Cognitiva, Ibarretxe-Antuñano (2018, p. 40, tradução nossa) pontua que,

apesar de o fator cultura está intimamente ligado ao fator corporificação, desde os primeiros estudos em linguística cognitiva, durante a primeira década dos anos 2000, alguns autores deste modelo teórico se centraram mais nos aspectos físicos e sensorio-motores da motivação do significado, deixando assim de lado o papel da cultura [...] Só basta dar uma olhada em alguns trabalhos básicos como o dicionário de termos da linguística cognitiva de Evans (2007) para ver que a cultura simplesmente desaparece da equação⁴.

Ibarretxe-Antuñano (2018) observa que os conceitos expressos pela linguagem se baseiam na experiência corporal e cultural do ser humano e são estruturados, sistematicamente, por meio de mecanismos cognitivos. Assim, quando pensa a

⁴ Nas palavras da própria autora: “A pesar de que el factor de la cultura está íntimamente ligado al de corporeización desde los primeros estudios en lingüística cognitiva, durante la primera década del 2000, algunos autores dentro de este modelo teórico se centraron más en los aspectos físicos y sensorio-motores de la motivación del significado, dejando así de lado el rol de la cultura [...] Solo hace falta echar un vistazo a algunos trabajos básicos como el diccionario de términos de lingüística cognitiva de Evans (2007) para ver que la cultura simplemente desaparece de la ecuación” (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2018, p. 40).

cultura, colocando-a em plano secundário, a Linguística-Semântica Cognitiva chega a resultados nem sempre positivos, como no caso das metáforas primárias, entendidas como universais, embora nem sempre sejam, de fato, universais. Para a compreensão mais aproximada da universalidade vs não-universalidade das metáforas, como postula a autora, devemos considerar, especialmente, que toda base experiencial se baseia em aspectos físicos e sensorio-motores da espécie, mas passa, também, necessariamente, por um filtro cultural, concebido como mecanismo ativo que manipula elementos culturais de duas maneiras, quer filtrando elementos culturais apropriados, no que concerne às premissas culturais da língua estudada, quer impregnando de informação cultural as correspondências culturais em determinados domínios particulares, diferenciando-as de outros sistemas culturais e sociais.

Além disso, sobre a interconexão entre cognição-cultura-linguagem e observando particularmente, a metáfora, Pérez (2018) pondera que, quando significados de uma cultura se manifestam por meio de uma metáfora, sua repetição funciona como ressonância cognitiva e os efeitos dessa ressonância, por sua vez, agem como fatores que contribuem para sedimentação ideologizada de uma realidade. Como ressalta a autora, as vicissitudes desse processo de repetição, sedimentação, fixação de metáforas relacionam-se a circunstâncias da vida dos povos, por conseguinte, a circunstâncias atreladas aos lugares de poder ocupado pelas pessoas conceptualizadoras-categorizadoras nas práticas sócio-histórico-culturais. E conforme a autora, as manobras para que uma metáfora se fixe ou seja desmontada revelam a importância desse fenômeno para a compreensão ideológica da realidade e provam que o discurso não é só a arena de luta, mas o próprio objeto da luta, em si. Então, a metáfora, nos discursos de um povo, tem capacidade ideológica de definir realidades. Assim, quando uma visão de um processo histórico é fixada, em expressões metafóricas, e essas circulam nos discursos como o único modo de ser entendido, então, será difícil construir outra visão desse mesmo processo (PERÉZ, 2018).

Peréz (2018), também, ressalta que metáforas, ao migrarem de uma cultura para a outra, cruzam fronteiras e o fato de adotarmos metáforas de outros discursos mostra a inter-relação entre metáfora-sociedade e, também, a relação com a história, pelo que pensamos; metáforas, tomadas de outras culturas, acabam sendo adotadas e adaptadas, de sorte a moldar nossa realidade, nosso modo de entendermos o mundo. Aqui, precisamos salientar a intrínseca inter-relação da história com a sociedade e com a cultura, não poucas vezes posta em plano secundário nos estudos do significado, produzidos em Linguística-Semântica

Cognitiva. Pérez (2018) também observa que metáforas inscrevem significados da cultura em que circulam, que são lidas e guardam relação de contiguidade com metáforas adjacentes, com aquelas que provêm de uma tradição que as acata ou mesmo que as contesta. Ademais, a autora (PERÉZ, 2018) ressalta que as metáforas usadas por um grupo social condensam suas crenças, suas visões de mundo; essas metáforas têm a capacidade de gerar e de fixar sentidos com função cognitiva-ideológica, na produção do discurso. Em seu percurso histórico, toda metáfora inscreve-se nas suas relações com outros discursos adjacentes e nas suas vinculações com a ordem social na qual é produzida, circula e propaga-se pela leitura.

A relação entre linguagem, cognição, sociedade e cultura é indiscutível e constrói-se no tempo. No entanto, a dimensão histórica do sistema conceptual e da linguagem, bem como do significado, geralmente, como antes já assinalamos, é, por vezes, obliterada, de tal modo que os efeitos da flecha do tempo, na constituição do sistema conceptual humano, logo, no sistema linguageiro, apenas, são enfocados em estudos especializados acerca da história da linguagem, por conseguinte, nem todo estudo produzido, no âmbito desse campo da ciência, enfoca a dimensão histórica, embora pesquisas acerca da linguagem no devir do tempo, sob sua égide, já sejam realizadas, desde a década de 1990, com um texto seminal de Geeraerts (1997).

Se partirmos da compreensão da cognição como situada, qualquer estudo em Linguística-Semântica Cognitiva deveria ser sócio-histórico, sendo elaborado não apenas com temporalidade, mas também com historicidade, sendo temporalidade e historicidade concebidas não necessariamente como lineares, mas antes como redes, entendendo que aquilo que é elaborado, hoje, na linguagem, é resultado de tramas que não têm causas únicas e lineares, conforme preconizado pela Teoria da Complexidade e disposto por Morin (2015 [1999], p.77):

[...] [É] preciso aprender a ultrapassar a causalidade linear causa → efeito. Compreender a causalidade mútua interrelacionada, a causalidade circular (retroativa, recursiva), as incertezas da causalidade (por que as mesmas causas não produzem sempre os mesmos efeitos, quando os sistemas que elas afetam têm reações diferentes, e por que causas diferentes podem provocar os mesmos efeitos).

Então, em Linguística-Semântica Cognitiva em perspectiva sócio-histórico-cultural,

o pensamento que une substituirá a causalidade linear e unidirecional por uma causalidade em círculo e multirreferencial; corrigirá a rigidez da lógica clássica pelo diálogo capaz de conceber noções ao mesmo tempo complementares e antagonistas,

e completará o conhecimento da integração das partes em um todo, pelo reconhecimento da integração do todo no interior das partes (MORIN, 2015 [1999], p. 92-93).

Tendo em conta a necessidade de alcançarmos conhecimentos mais aproximados da geração e funcionamento da linguagem e do significado, questões precisam ser postas na agenda dos estudos em Linguística-Semântica Cognitiva, dentre outras, citamos: Como as categorias se comportam no tempo? Como variam? Como se conservam? Como mudam? Como as dimensões social, cultural atuam na manutenção, variação e mudança do significado? Como estudar a significação sem mutilar suas dimensões constituintes no tempo? Como constituir *corpus/corpora* para elaborar estudos que visem a compreender as inter-relações entre as dimensões atuantes na geração da linguagem e do significado?

Isto posto, na seção a seguir, procuramos apresentar uma proposta metodológica para constituição de *corpus/corpora* para realização de pesquisa semântica em perspectiva cognitiva-sócio-histórico-cultural, focalizando, particularmente, o passado do sistema conceptual do ser humano e da sua linguagem, já que a dimensão histórica é menos desbravada, sendo, portanto, menos conhecida. Antes de apresentarmos a proposta, observamos que, embora haja outras vias metodológicas, também válidas, consideramos que a perspectiva aqui aduzida possui a vantagem de nos permitir controlar a constituição do material textual a ser pesquisado, não nos limitando ao léxico nem nos prendendo à visão de outro pesquisador que constitui *corpora* eletrônicos etc. Assim sendo, pensamos que essa proposta nos torna aptos a enfrentar questionamentos importantes que se colocam, diante de nós, quando nos disponibilizamos a adentrar na seara da significação, para gerarmos estudos interdisciplinares que procuram não partir os fios constituintes da teia do significado e da linguagem.

3 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA EM LINGUÍSTICA-SEMÂNTICA COGNITIVA

Nas linhas que se seguem, então, propomos pensar um caminho metodológico para o estudo do significado, pois a metodologia adotada implicará diretamente nos resultados a serem alcançados. Ao nos dedicarmos ao passado sócio-histórico-cultural da linguagem, nos debatemos com diversos obstáculos e a principal dificuldade refere-se à constituição da amostra para a realização das nossas investigações, uma vez que as informações disponíveis são escassas e incompletas. Nesse sentido, Conde Silvestre (2007) afirma que os textos remanescentes do passado apresentam dois problemas básicos: 1) a conservação por meio da escrita; e 2) a fragmentação da amostra. O primeiro diz respeito ao fato de os textos conservados no meio escrito aparecerem, não poucas vezes,

de forma isolada, desprovidos do contexto e da situação em que se originaram, o que gera, no mínimo, alguma dificuldade, já que quem se debruça sobre o passado da linguagem precisa ter conhecimento sobre o contexto social em que as pessoas produtoras dos textos estavam inseridas. Isso significa, por exemplo, que alguns fatores, como categoria social, escolaridade, podem deixar lacunas, pois, ao contrário do que ocorre no estudo de sincronias atuais, os chamados informantes não estão mais à disposição do investigador. O segundo problema refere-se à fragmentação da amostra, porque os textos do passado são restos textuais muito mais amplos, que sobreviveram por obra do acaso, “por azar” (ou sorte), até os nossos dias. (LABOV, 2008 [1972])

Além desses problemas, outra questão que consideramos, no estudo sócio-histórico-cultural do passado da linguagem, incide diretamente na representatividade da amostra, pois o trabalho dos pesquisadores está reservado ao que literalmente sobrou de um texto ou dos textos, com a passagem do tempo. Isso constitui um obstáculo para os estudos cognitivos em perspectiva sócio-histórico-cultural, visto que a quantidade e a qualidade dos textos variam consideravelmente de um recorte temporal para outro, mas sempre precisaremos fazer o melhor uso do que a documentação remanescente nos legou. Silva e Silva (2013) destacam que alguns autores consideram que quanto maior for um corpus maior será sua representatividade, outros consideram-no uma compilação finita, de qualquer tamanho, de material linguístico; desse modo, “não há consenso sobre o tamanho mínimo para que um corpus seja indicado como representativo” (SILVA; SILVA, 2013, p. 5). Ao tratar desta questão aplicada à pesquisa do passado da linguagem, Kabatek (2013) afirma que a constituição de um corpus representativo é, empiricamente, impossível. Primeiro, porque a língua não é a soma de textos nem é o mesmo que texto, vai além disso e, segundo, porque não é possível envolver toda a produção de textos existentes em uma língua, em uma investigação. Além disso, a construção de um corpus envolve a subjetividade que não possui parâmetros uniformes, em qualquer área do conhecimento, tendo em vista que a produção de saberes se dá a partir de um processo aproximativo e nunca definitivo e absoluto.

Diante das dificuldades, aqui resenhadas e enfrentadas por quem se dedica a estudar a linguagem de tempos pretéritos, em perspectiva sócio-histórico-cultural, Almeida (no prelo), pensando sobre a constituição de *corpora*, propõe a junção de princípios gerais da Teoria da Complexidade (MORIN, 2015 [1999]; CAPRA, 2006 [1996]) e elementos da Teoria dos Fractais (PAIVA, 2010; MORS, 2010), para, assim, discutir a construção de *corpus/corpora* de uma pesquisa

sócio-histórica-cognitiva⁵ e, também, priorizando a abordagem da qualidade, em vez de seguir o viés da quantificação.

Conforme indica Almeida (no prelo), pesquisadores, variadas vezes, compõem seu corpus privilegiando a quantificação, “desconsiderando que padrões de organização próprios do fenômeno, objeto de estudo, exatamente, por serem padrões de organização, ocorrerão em qualquer ‘pedaço de corpus’, isto se considerarmos o princípio ‘holográfico’ da complexidade” (ALMEIDA, no prelo), tanto para compreendermos a linguagem, quanto para entendermos o que é um corpus e/ou os *corpora*. Partindo do princípio holográfico, a autora mostra que, em um corpus constituído por cartas, por exemplo, uma carta possui o padrão de organização de todas as cartas, isto é, a configuração das relações responsáveis por propiciar a um sistema de cartas suas características essenciais, então, entende que, apenas, variará a estrutura da carta, ou seja, as realizações linguísticas, ou, por outras palavras, a incorporação física do seu padrão de organização; assim sendo, cada parte reflete a estrutura do todo. Desse modo, ela compreende que a parte está no todo e o todo está na parte. Nesse sentido, deixamos de ver as coisas somente quantitativamente e passamos a vê-las, também, com um olhar qualitativo; isso, segundo Almeida (no prelo), é pensado por meio do conhecimento matemático dos fractais; uma matemática gerada para dar conta de objetos fragmentados e irregulares, com estrutura que se repete em escalas distintas.

A Teoria dos Fractais é um modelo matemático desenvolvido na segunda metade do século XX, por Mandelbrot, para tratar de casos que a clássica Geometria Euclidiana não dava conta. O referido autor parte do princípio de que esta última não é capaz de descrever as formas e fenômenos complexos e irregulares encontrados na natureza, como as nuvens, as montanhas, as flores, as árvores etc., tratando-as como desvio do padrão e não um padrão repetidamente encontrado dentro de um sistema dinâmico. Um aspecto importante da forma dos fractais é a autossimilaridade que, de acordo com Capra (2006 [1996]), significa que cada parte de um fractal, em escala menor, é igual ou semelhante a todo o fractal, o que significa que podemos recorrer a um padrão dentro de outro padrão e assim por diante, partindo da complexidade maior do todo. Mandelbrot ilustra esta propriedade de autossimilaridade dos fractais, com o rompimento em pedaços de uma couve-flor, apontando que, por si mesma, cada parte pode ser vista como uma outra pequena couve-flor e, logo, cada pequena parte assemelha-se à

⁵ Anteriormente, Almeida (no prelo) não abordou a dimensão cultural do significado, diferente da proposta atual.

couve-flor inteira. Desse modo, pode-se demonstrar, matematicamente, que, na parte, já está inscrito o todo e, portanto, que a parte não somente é um todo em si mesmo, mas que ele é, ao mesmo tempo, uma réplica desse todo.

Outra característica importante de um fractal parte da ideia de interação, ou seja, a repetição infinita de um determinado padrão geométrico (CAPRA, 2006 [1996]). Assim, além da autossimilaridade e da irregularidade, os fractais possuem complexidade infinita. A partir dessas noções, segundo Almeida (no prelo), quando um corpus é entendido como um fractal, cada texto é um texto. Sendo assim, no caso específico do gênero carta, cada carta de amor é uma carta de amor, que, embora independentes, são semelhantes a todas as outras cartas de amor.

Ao se estudarem as conceptualizações do amor, do mesmo modo, os padrões de organização do amor podem estar presentes, em um número pequeno ou grande de cartas, assim como em seus fragmentos, como confirmado em Santana (2019), por exemplo, quando diz que uma metáfora como AMOR É OBJETO POSSUÍDO ou uma metonímia como APROXIMAÇÃO POR AMOR são parte do padrão de organização conceptual do AMOR instanciado na estrutura linguística das cartas de amor. Esses padrões estarão nas cartas de amor independente do lastro temporal em que foram escritas, do gênero, da classe social, da escolaridade e da naturalidade de quem as escreveu, conforme averiguado por Santana (2019). Dessa forma, as conceptualizações metafóricas e metonímicas, que constituem o padrão de organização do amor, nessas cartas, serão, também, independentes, mas similares em todas as cartas, ao menos nas cartas de amor estudadas por Santana (2019).

Tendo em vista dificuldades encontradas para composição de corpus/*corpora*, nos estudos cognitivos-sócio-histórico-culturais, para determinar o tamanho final de uma amostra, um caminho a ser seguido é associar a Teoria dos Fractais à Técnica da Saturação Teórica, como feito por Santana (2019). A Saturação Teórica é uma técnica utilizada em pesquisas de abordagem qualitativa, na qual, na coleta de dados, o tamanho da amostra não é definido pela quantidade, mas pelo critério da saturação. O termo saturação começou a ser explorado por Glaser e Strauss (1967), para indicar o momento da coleta em que o acréscimo de dados não traz informações novas ou relevantes que contribuam para o desenvolvimento da pesquisa; sendo assim, o levantamento de novos dados é suspenso, quando esses dados, na avaliação do pesquisador, começam a apresentar redundância ou repetição, não sendo produtivo dar continuidade na coleta, pois já se têm informações suficientes para uma investigação.

Os limites de um corpus e dos *corpora*, desse modo, não podem ser dimensionados a priori, pois “o pesquisador precisa coletar dados até que todas as categorias estejam saturadas, caso contrário, a teoria será construída de forma irregular e não terá densidade e precisão.” (STRAUSS; CORBIN, 2008, p. 205). Em vista disso, a avaliação da saturação teórica, a partir do estudo de uma amostra, é feita por um processo contínuo de estudo de dados, iniciado já no começo do processo de coleta, no qual o pesquisador deverá fazer seleção e estudo das ocorrências, concomitantemente. Godoi e Matos (2006, p. 309) observam que o critério de saturação “imprime rigor ao processo de amostragem qualitativa, indiferente à aleatoriedade representativa da amostra estatística, conferindo-lhe confiabilidade científica”. A fim de se obter êxito no uso da Técnica de Saturação, para coleta de dados, é necessária uma sistematização cuidadosa, pois, embora possa parecer um procedimento decorrente de uma constatação, facilmente, atingível, o pesquisador, segundo Stratuss e Corbin (2008), deve estar atento aos critérios utilizados na aplicação e busca da saturação na amostra.

Santana (2019) verificou que a aplicação da Técnica da Saturação, na composição de corpus/*corpora*, confirma a proposta de Almeida (no prelo) que muda a perspectiva da quantidade para qualidade, na composição de corpus/*corpora*, a partir da Teoria dos Fractais, pois cada carta de amor estudada é semelhante a todas as cartas de amor, nas quais a parte está inscrita no todo. Dito isto, a seguir, tecemos os últimos fios constituintes da nossa argumentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado, que geramos na e pela linguagem, é, como sabemos, uma emergência da interação de distintas dimensões constituintes da vida humana, de modo que, para construí-lo, procedemos a conexões entre o biopsíquico, algo privado, mas, também, em alguma medida, público, e o geo-sócio-histórico-cultural-político-ideológico, algo público, mas, também, individual, igualmente, em alguma medida. Entretanto, como antes demonstrado,

[...] habitualmente [tem] escapado à cogitação dos semanticistas (tanto formais como cognitivos) [...] o fato de que a *emergência do significado* – condição para que a comunicação se realize – tem necessariamente uma *dimensão pública*. As tendências analíticas classicamente prevalentes (o tratamento do sujeito cognitivo como *função monológica socialmente desenraizada* e a abordagem do contexto como *dimensão politicamente neutra*) negligenciam o reconhecimento de que a interpretação é *tanto ato cognitivo como ato social*. Portanto, o significado produzido interativamente não é apenas o significado possível, mas também o *significado aceitável conforme condições de arbitragem* operantes na situação (SALOMÃO, 1997, p. 33, grifos da autora).

Apesar dos seus quase 40 anos e dos esforços empreendidos por seus pesquisadores, a fim de elaborarem conhecimentos mais aproximados a respeito da linguagem e do significado, em Linguística-Semântica Cognitiva, ainda não vencemos, completamente, o pensamento que separa as teias constitutivas do fenômeno linguageiro e da significação. Então, a partir das nossas reflexões, concluímos que, ainda, precisamos ultrapassar barreiras impostas pelo pensamento dualista, enraizado na constituição da tradição dos estudos linguísticos.

Entre o que produzimos em ciência e o que fazemos com a linguagem, na nossa existência, ainda, há um largo espaço a ser estreitado, para produzirmos saberes mais aproximados sobre como criamos e agimos na e pela linguagem, pois se, como destaca Salomão (1999,p. 65), “[...] a linguagem existe para que as pessoas possam relatar a estória de suas vidas, eventualmente mentir sobre elas, expressar seus desejos e temores, tentar resolver problemas, avaliar situações, influenciar seus interlocutores, prever o futuro, planejar ações”, ainda, precisamos formular conhecimentos sobre como se dão as conexões das dimensões da vida, para gerar linguagem e significados. Em face dessa complexidade, isto é, desse tecido junto, conforme posto pela Teoria da Complexidade, nós não podemos destruir as teias constituintes do sistema linguageiro e da significação, sob pena de gerarmos saberes fragmentados que mutilam os significados que construímos, no nosso dia a dia. Afinal, a construção do significado é, variavelmente, inter-relacionada a práticas sócio-histórico-culturais orais-escritas, multimodais, e, também, interconectada a questões de autoridade social e de poder, localizada, espacialmente, impregnada por ideologias, fruto das culturas das pessoas e dos grupos sócio-histórico-culturais dos quais são partes constituintes.

E se, no exercício de nossa prática enquanto semanticistas, encontrássemos um pesquisador que nos indagasse se, em face da cognição situada, proposta por cientistas cognitivos, haveria, de fato, a necessidade de falarmos de uma Semântica Cognitiva Sócio-histórico-cultural, a resposta seria sim, embora alguns possam responder que não há razão para utilizarmos outro epíteto, além de cognitivo, para especificar, terminologicamente, a abordagem do significado que construímos. Todavia, pensamos que é fundamental marcar o nosso lugar de fala, de modo a realçar de onde e para quem falamos, explicitando, claramente, como concebemos os estudos semânticos em Linguística Cognitiva, já que nem sempre fica explícito, na produção acadêmica da área, pelo menos até onde consultamos, o entendimento da inviabilidade de tratar cognição independentemente das diferentes dimensões da vida que emerge da interação mente-corpo e ambiente, um modificando o outro.

Por fim, mas nem por isso menos importante, tecemos algumas palavras acerca da urgência de propormos metodologias que ultrapassem os limites impostos pelo léxico nos estudos do significado e que devolvam a autonomia do pesquisador, na constituição do corpus ou dos *corpora* de suas pesquisas, conseqüentemente, dos seus resultados. Logo, é premente que ocorra, conforme acentua Morin (2015 [1999]), a reintrodução do conhecimento no conhecimento, restaurando o sujeito e pondo em destaque o problema cognitivo central, qual seja: “da percepção à teoria científica, todo conhecimento é uma reconstrução/tradução feita por uma mente/cérebro, em uma cultura e época determinadas” (MORIN, 2015 [1999], p. 96), afastando-nos, assim, da doxa da quantificação, como exposto por Almeida (no prelo); dessa forma, poderemos ir além da quantificação para pensarmos, de modo mais afinado, nas questões que nos são postas pela abordagem qualitativa da linguagem e da significação humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. A tessitura do conhecimento: o corpus na construção de estudos semânticos sócio-histórico-cognitivos. *Anais do IX Seminário de Estudos Filológicos (IX SEF)*, Salvador-BA, no prelo.

BATORÉO, Hanna. J. *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: Caloust Gulbekian, 2000.

CAPRA, Frijot. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Trad. N. R. Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2006 [1996].

CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

GEERAERTS, Dirk. *Diachronic prototype semantics: a contribution to historical lexicology*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GODOI, Christiane K.; MATTOS, Pedro L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A.B. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*. São Paulo: Saraiva, 2006.

IBARRETXE-ANTUÑANO, Iraid. Significado y motivación: la importancia de la corporeización en la semántica. In: ALMEIDA, A. Ariadne Domingues.; SANTOS, Elisângela S. dos (Orgs.). *Linguística cognitiva: redes de conhecimento d'aquém e d'além mar*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 37-52.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: The University Chicago Press, 1987.

KABATEK, Johannes. ¿Es posible una lingüística histórica basada en un corpus representativo? *Iberoromania: Revista dedicada a las lenguas y literaturas iberorrománicas de Europa y América*, n. 77, p. 8-28, 2013. Disponível em: <<https://www.rose.uzh.ch/dam/jcr:fffff-f143-b75e-0000-00003aee8b86/C87.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

KÖVECSES, Zoltan. Universalidade versus não-universalidade metafórica. In: SIQUEIRA, Maity. (Org.). *Cadernos de Tradução*. Porto Alegre, n. 25, p.257-277, jul-dez, 2009.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. M. Bagno, M. M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LEEZENBERG, Michiel. Da linguística cognitiva à ciência social: 30 anos após Metáforas da Vida Cotidiana, 2016 [2013]. Trad.: MARTINS, Erik. M. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1618>>. Acesso em 12 jun. 2019.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Trad. E. Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand, 2015[1999].

MORS, Paulo. O Universo e seus fractais: a contribuição de Mandelbrot (entrevista concedida a M. Junges). *Revista do Instituto Humanista Unisinos*, São Leopoldo, ed. 349, ano x, p. 21-23, 2010. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3628-paulo-mors>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

PÉREZ, Elena. del C. La función de las metáforas en la construcción identitaria de Argentina. In: ALMEIDA, A. Ariadne Domingues; SANTOS, Elisângela. Santana dos (orgs.). *Lingüística cognitiva: redes de conhecimento d'aquém e d'além mar*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 53-70.

PIZARRO PREDRAZA, Andrea. Tabú y eufemismo en la ciudad de Madrid Estudio sociolingüístico-cognitivo de los conceptos sexuales, 2013. Disponível em: <<https://eprints.ucm.es/24937/1/T35255.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SALOMÃO, Maria Margarida M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/issue/view/1182>>. Acesso em: 26 maio 2019.

SALOMÃO, Maria Margarida M. Entrevista com Maria Margarida Martins Salomão sobre a linguística cognitiva e suas relações com outras ciências, *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição*, n. 41, p. 15-25, 2010. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/41/entrevista.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2019.

SALOMÃO, Maria Margarida M. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem, *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v.1, n. 1, p. 23-39, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25385>>. Acesso em: 25 maio 2019.

SANTANA, Neila Maria Oliveira. Estudo sócio-histórico-cognitivo das conceptualizações e categorizações do amor em cartas dos séculos XIX e XX. 212

f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura), Instituto de Letras – Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2019.

SILVA, Augusto Soares da. O que a semântica cognitiva pode dizer aos estudos dos *media*. In: SILVA, Augusto Soares da et al. (orgs.). *Comunicação, cognição e media*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 2010a. p. 1547-1567. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323116887_O_que_a_Semantica_Cognitiva_pode_dizer aos_estudos_dos_Media>. Acesso em: 26 maio 2019.

SILVA, Augusto Soares da. Palavras, significados e conceitos: o significado lexical na mente, na cultura e na sociedade, *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição*, n. 41, p. 27-53, 2010b. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/41/artigo1.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2019.

SILVA, Augusto Soares da. Sociolinguística cognitiva e o estudo da convergência/divergência entre o português europeu e o português brasileiro, *Veredas: revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1-2, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo035.pdf>>. Acesso em: 26.05.2019.

SILVA, Tayssa D. L. da; SILVA, Edcleide M. da. Mas o que é mesmo corpus? Alguns apontamentos sobre a construção de corpo de pesquisa nos estudos em Administração. *XXXVII Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, p. 1-15, set. 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1021.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2018.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Trad. Laura de O. da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

VEREZA, Solange C. *Cognição e sociedade: um olhar sob a óptica da linguística cognitiva*, *Linguagem em (dis)curso* [online], v. 16, n. 3, p. 561-573, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v16n3/1518-7632-ld-16-03-00561.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2019.

A EVOLUÇÃO DO ATO COMUNICATIVO EM TEMPOS DE INTERNET UMA VISÃO ECOLÓGICA

*Eduardo Alves da Silva
Paulo Henrique Duque*

INTRODUÇÃO

Roman Jakobson (1977), pensador e linguista russo, pontuava que a linguagem deve servir à intenção de seus falantes. O poeta da linguística foi o criador das célebres funções da linguagem, que servem às intencionalidades dos falantes. No entanto, quão específicos podem ser os usos da linguagem?

Para além de um paradigma formalista, a linguagem precisa servir a uma ou mais funções. O ato de comunicação está ligado a seus falantes e a sua estrutura contextual, não podendo ser categorizado de forma discreta. Nesse sentido, os falantes de uma língua estão inseridos em pacotes contextuais de ampla complexidade e sempre em movimento. A língua não é objeto estático e inerte. Sua dinâmica muda conforme os seres humanos mudam e seus contextos de aparecimento são igualmente dinâmicos.

A estrutura linguística deve ser considerada não antes de uma situacionalidade. Suas bases e movimento são frutos de um complexo processo que envolve entornos ambientais, culturais e sociais para sua concretude. Dessa forma, a função da linguagem que, em determinado instante, pode ser uma, num segundo depois, pode ser outra. Essa dinamicidade é característica ímpar da linguagem,

pois está sempre em situação de rearranjo e reconstrução, sofrendo pressões de várias ordens para a realização do ato de comunicar. A mudança linguística parece acompanhar a revolução tecnológica da internet, aspecto de destaque da sociedade da informação.

Sociedade da informação é um termo surgido no século 20 para denotar o quanto a sociedade evoluiu em relação ao uso da tecnologia. Esse crescimento, no tocante à tecnologia, levou o homem a desenvolver conjuntamente seu relacionamento com o conhecimento, com a informação e com a linguagem. A globalização levou a sociedade a acessar mais a informação e, conseqüentemente, ao uso qualitativo dela. A questão da linguagem tecnológica juntamente com seu real papel na sociedade é alvo de muita discussão. Também conhecida como sociedade do conhecimento, esse tipo de revolução cultural permitiu ao homem ampliar qualitativamente o seu ato comunicativo. Essa nova produção de sentido na internet tem crescido exponencialmente não só na comunicação informal, mas até mesmo na prática de conhecimento científico, uma vez que muitas revistas e institutos de produção científica priorizam e incentivam sua efetivação em meios eletrônicos.

Com o advento dessa revolução tecno-informativa, os aparelhos e interfaces virtuais de produção de comunicação também explodiram. Hoje, a internet, os *tablets*, *smartphones*, *videogames* e toda uma gama de aparatos tecnológicos estão não somente difundidos entre as pessoas, mas a serviço da comunicação.

É salutar considerar que, do mesmo modo, nossa maneira de pensar e praticar o ato comunicativo está mudando. O uso da tecnologia a serviço da linguagem está crescentemente ligado à prática de nossa comunicação. Da mesma maneira, nossos corpos e mentes mudam e passam a acompanhar essa nova miríade de possibilidades que a revolução tecnológica permitiu. Nossos corpos e mentes estão inseparáveis do mundo que nos cerca e, conseqüentemente, da tecnologia que permeia nossa prática comunicativa. Isso causa não só a evolução de nosso uso com essas tecnologias, mas também a evolução de nossos próprios corpos em direção a um conjunto imbricado entre cognição, tecnologia e informação. Como consequência disso, nossos corpos e mentes, interligados a um fluxo contínuo de disseminação de informação multimodal, nos levam a uma nova esfera comunicativa que só é possível dado esse novo contexto tecnológico no qual vivemos.

1 A TECNOEVOLUÇÃO DO ATO COMUNICATIVO

Desde os primórdios, o ato da comunicação evoluiu com a sociedade que nos cerca. Desde as primeiras evoluções dos nossos ancestrais pré-históricos em sua estrutura física para poderem articular a fala, o ato comunicativo se encontra num conjunto evolutivo com diversos fatores ambientais. O surgimento da fala para os humanos não veio apenas da necessidade de articular fonemas e sons, mas de coexistir em sociedade. Essa evolução veio não apenas de nosso inter-relacionamento com o outro, mas de nossa relação intersubjetiva com outros agentes ambientais formando um complexo conjunto com o nicho ecológico que nos rodeia:

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (LABOV, 2008, p. 21).

De Boer (2017) acredita que adaptações e mudanças em nossa estrutura biológica existem desde os tempos do homem de Neandertal para a evolução das vocalizações. Para o autor, seria improvável que a língua evoluísse em separado de um complexo sistema com nosso entorno físico-situacional. Esse conjunto ecológico incluiria fala, gestos, relacionamentos intersubjetivos e, principalmente, o ambiente à nossa volta. Nas palavras do autor:

[...] a co-evolução também deve ter desempenhado um papel ao permitir que adaptações cognitivas e anatômicas da linguagem e fala evoluíssem em paralelo. Embora esse cenário coevolutivo seja complexo, é inteiramente plausível do ponto de vista biológico (DE BOER, 2017, p.158, tradução nossa).¹

O que se percebe é que essa multidimensionalidade da evolução do ato comunicativo é consequência do próprio ritmo da evolução da sociedade, de nossa estrutura biológica e do nicho contextual no qual o homem vive. Sua evolução só é possível levando em consideração muitos elementos que vão além do relacionamento intersubjetivo entre falantes. O constante crescimento dos muitos modos com os quais a informação se apresenta, veiculada por aparatos tecnológicos, acabou por forçar o homem a se adaptar a essa nova realidade.

¹ [...] coevolution must also have played a role by allowing both cognitive and anatomical adaptations to language and speech to evolve in parallel. Although such a coevolutionary scenario is complex, it is entirely plausible from a biological point of view.

A evolução da sociedade também leva à evolução das práticas de comunicação. No império romano, patrícios escreviam o que pretendiam difundir entre seus correligionários através de mensagens a serem distribuídas numa espécie de pergaminho. Nada muito diferente do que vemos hoje em dia quando usamos o *Twitter* ou o *Instagram* para nossos amigos ou público que se deseja atingir. Sempre o ato comunicativo evoluiu com nosso entorno situacional e mudanças no nosso modo de lidar fisicamente com o *status* situacional dos fatos da língua parecem ser inevitáveis. Cada vez mais o ser humano muda seu modo de pensar a comunicação com o hipertexto porque seu uso é cada vez mais frequente e cada vez mais precoce.

Os jovens de hoje em dia estão mais “conectados” do que nunca. Em estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD) mostrou-se que três de cada quatro jovens usam a internet quase diariamente (OECD, 2019). Inclusive, a predileção dos jovens é mesmo pela escolha de interfaces eletrônicas para a linguagem e interação social, seja por redes sociais ou videogames (DURKEE, 2012). Esse crescente uso atinge não apenas os jovens, mas as crianças também, inclusive entre os de 0 a 8 anos de idade (HOOFT-GRAAFLAND, 2018).

O uso dos meios virtuais como prática comunicativa é cada vez mais constante. Deve haver uma nova forma de pensar o ato comunicativo, uma forma a se considerar com mais relevância o papel do hipertexto em contraste com o texto escrito. Hoje em dia, o texto escrito não pode mais ser o único objeto de estudo, conforme Bezemer e Kress afirmam:

Frequentemente, escrever agora não é mais o modo central de representação nos materiais de aprendizagem - livros didáticos, recursos baseados na *Web*, materiais produzidos por professores. Imagens estáticas (assim como em movimento) são cada vez mais proeminentes como portadoras de significado. Usos e formas de escrita sofreram profundas mudanças nas últimas décadas, o que exige uma explicação social, pedagógica e semiótica. (BEZEMER; KRESS, 2008, p.166, tradução nossa)².

O usuário da língua vai produzir muito mais texto no mundo da internet e midiático do que no papel. Assim, a própria internet e os ambientes por ela veiculados, em suas molduras, exigem outra formatação de texto e ele é ampla-

² Frequently writing is now no longer the central mode of representation in learning materials— textbooks, Web-based resources, teacher-produced materials. Still (as well as moving) images are increasingly prominent as carriers of meaning. Uses and forms of writing have undergone profound changes over the last decades, which calls for a social, pedagogical, and semiotic explanation.

mente multimodal. Bezemer e Kress, em seu estudo sobre o tema, levantam a importância da questão:

As pessoas, incluindo os jovens, sempre recorreram a uma gama de diferentes ‘modos’ - a escrita e a imagem entre eles, mas uma combinação de mudança social e novas tecnologias deu origem às possibilidades de um aumento em outros e maiores modos que estes, em novos ‘conjuntos’ de modos, e com funções distribuídas diferentemente. (BEZEMER; KRESS, 2014, p.1-15, tradução nossa)³.

O uso de rede sociais, e-mail e mensagens instantâneas, até mesmo o *curriculum vitae* (algo tido como essencialmente formal até pouco tempo atrás) já está sendo apenas viabilizado em forma digital ou em hipertexto. Portanto, o uso da linguagem avança no sentido ecológico de nossa cognição, pois devemos adaptar nossos usos físicos para utilizá-los, inclusive. Nossa prática comunicativa faz usos muito mais qualitativos com nosso entorno ambiental e tecnológico do que nunca. A consequência desses usos ecológicos de nossa cognição para o ato comunicativo tem levado a linguagem para um outro patamar de concretude.

Um fenômeno como esse implica na importância que a linguagem do hipertexto e da internet tem desempenhado nos dias atuais, sendo cada vez mais ampla e mais frequente. A utilização desse tipo de linguagem muitas vezes supera o registro formal tradicional que se utilizava no passado. Fabiana Komesu (2005), em seu artigo “Pensar em Hipertexto”, salienta a importância e riqueza do discurso materializado em ambientes virtuais:

Acredito que a questão da construção de sentido é indispensável em uma reflexão sobre o hipertexto. O epíteto “revolução das revoluções” é comumente atribuído ao hipertexto. Celebra-se a novidade desse espaço cujo traço principal seria a liberdade de expressão (do autor) e de escolha (do leitor), com a manifestação de práticas que estariam desvencilhadas das restrições do mundo impresso, e que seriam impulsionadas pela hiperídia e pela circulação das informações em rede mundial. (KOMESU, 2005).

A comunicação no meio virtual nos garante facilidade no alcance a diferentes pessoas, modos de pensar e agir sobre os fatos do mundo. As restrições geográficas deixam de ser uma variável importante quando realizamos nossa prática comunicativa. Comunicar pela internet tornou-se atraente. A

³ People, including young people, have always drawn on a range of different ‘modes’ - writing and image foremost among them, yet a combination of social change and new technologies have given rise to the possibilities for an increase in the use of more and other modes than these, in new ‘ensembles’ of modes, and with differently distributed functions.

possibilidade para o ato comunicativo tornou-se muito diversa com acesso a pessoas distantes, práticas de interação social, amizade e até dentro de sala de aula. Grupos de discussão ou estudo também podem crescer quantitativamente dentro dos ambientes virtuais, pois a abertura que a internet proporcionou em termos de possibilidades linguísticas é sem precedente.

Mesmo considerando suas faces negativas em relação a valores e distribuição de informação, a prática do ato comunicativo na internet encontra várias possibilidades. A informação disseminada na internet não sofre controle e pode ser praticada por qualquer pessoa. Distribuição de *fake news*, informações irrelevantes (*spam*), sexualização e pornografia, compra e venda de materiais ilegais e muitas outras atividades estão no rol de possibilidades informativas de quem usa os meios virtuais da internet para o ato comunicativo. Essas práticas, embora socialmente reprováveis, estão a serviço da comunicação independentemente de seu caráter sociocultural.

Dessa forma, vemos que, embora existam pontos positivos e negativos dentro da revolução informativa que vivemos hoje, o ato comunicativo não possui limites socioculturais para sua efetivação. Não é a aceitação de determinados atos em detrimento de outros ou sua aceitação moral que está em debate neste texto, mas como o alcance do ato comunicativo se expandiu em todas as direções. Essa expansão dimensional do ato de comunicar do ser humano também levou nossos corpos e mentes a evoluírem no mesmo sentido.

A sociedade tecnológica transforma nosso modo de comunicar, pensar e viver. Não apenas nosso modo de entender os fatos da língua muda, mas nossos corpos e mentes também. Nos admiramos quando, por exemplo, vemos uma criança que nem mesmo adquiriu totalmente suas competências linguísticas utilizar *tablets*, *smartphones* e outros aparelhos com a desenvoltura mais apurada que a de um adulto. É indiscutível que essa nova geração interconectada com a sociedade tecnológica se adaptou às mudanças juntamente com seus corpos e mentes.

Para entendermos como a evolução do ato comunicativo se constitui, é preciso levar em consideração muitos aspectos ecológicos. Entendam-se aspectos ecológicos aqui de forma a se pensar no nosso entorno situacional, incluídos aí nosso ambiente contextual, cibernético e, especialmente, o físico. Apenas uma teoria ecológica de linguagem conseguiria explicar de que forma nossos corpos e mentes acompanharam a evolução do ato comunicativo e em que medida nosso meio ambiente tem relação com essas questões. Na próxima seção vamos apresentar a teoria ecológica de linguagem, que concebe nossa

cognição e, conseqüentemente, nosso ato comunicativo, como parte integrante do nosso nicho ambiental.

2 O CARÁTER ECOLÓGICO DE NOSSA COGNIÇÃO EM RELAÇÃO À LINGUAGEM

Nosso aparato cognitivo e linguístico está totalmente ligado a nosso entorno situacional, ao mundo em que vivemos e os usos que fazemos dele. Nosso corpo se liga às possibilidades que as coisas do mundo nos oferecem e o que podemos fazer em contrapartida com o mundo por nossa vez. Este é o postulado principal da abordagem ecológica de cognição e linguagem (DUQUE, 2015a; 2016; 2017).

Nossa cognição está imbricada em nossos corpos e mentes. Sobre isso, de acordo com Gallese e Lakoff (2005, p.2): “se você não pode imaginar alguém pegando um copo ou ver alguém pegando, então você não pode compreender o significado dessa frase”⁴. Sem a participação de nossa atividade com o meio ambiente, não obteríamos sentido para os fatos da vida. Nosso cérebro é um aparelho que nos fornece respostas para acionamento de redes neurais para a execução de tarefas. Essas redes neurais são estruturas esquemáticas que reagem aos fatos do mundo para que nossas ações façam sentido. Cada rede neural (ou *frame*)⁵ é um enquadramento situacional formado por nossas experiências com o mundo. Nas palavras de Duque:

Quanto ao papel do cérebro dentro da abordagem ecológica de cognição, trata-se de um recurso de resposta rápida que coordena a montagem de dispositivos de tarefas específicas. Circuitos neurais (ou *frames*) são modelados e remodelados para dar conta da cognição distribuída (por todo o corpo) e estendida (para além do corpo) (DUQUE, 2017, p.23).

Nossa capacidade de ter consciência sobre determinada coisa se dá pela possibilidade de interagirmos com o ambiente e utilizarmos nossos corpos e mentes no processo (DAMASIO, 2000). Dessa forma, quando precisamos interagir com as muitas possibilidades multimídia nos ambientes virtuais, estamos utilizando além de nossos cérebros na captura da informação, nossos corpos, que ouvem áudios, veem vídeos e interagem das mais diversas formas.

O resgate dessas situações e experiências físicas ocorre por meio de simulação. Segundo Barsalou (1999), a simulação ocorre quando símbolos perceptuais

⁴ If you can't imagine picking up a glass or seeing someone picking up a glass, then you can't understand that sentence.

⁵ Estruturas cognitivas que possuem carga conceptual para definição das coisas do mundo. Para mais, ver Duque(2015b).

(imagens da experiência sinestésica) podem ser resgatados de experiências físicas prévias para se efetivarem na ausência de uma entidade conceptual previamente vivenciada. O autor elucida a questão dando um exemplo sobre automóveis. O indivíduo captura experiências de entrar no carro, de abrir sua porta e assim por diante. Num futuro em que a situação precisa ser lembrada, o ser humano resgata por simulação toda a entidade conceptual do carro apenas a partir de pequenas partes ou até mesmo a partir de pistas linguísticas:

No momento que o percebedor olha abaixo do capô, espia o porta-malas, e entra no lugar do passageiro, registros se tornam integrados. Como resultado da organização espacial dos registros perceptuais, os percebedores podem simular o carro na sua ausência (BARSALOU, 1999, p.586, tradução nossa).⁶

Desse modo, o processo informativo que o mundo da tecnologia nos apresenta deve estar em processo contínuo com nossos corpos e mentes sob pena de nulidade. Sem um conjunto complexo de fluxo de informação, corpos e ambiente, essa revolução tecnológica não faria sentido no ato comunicativo. Dessa forma, vemos que o ser humano se adapta às novas realidades comunicativas ao seu redor. Não apenas seu modo de agir e pensar a linguagem deve acompanhar essa mudança, mas seus corpos e mentes em relação a seu ambiente também. De que forma acontecem essas mudanças em nossos corpos e mentes?

Nosso sistema conceptual possui várias dimensões e se utiliza de muitos modos para atribuir sentido às coisas. Para tanto, nosso sistema conceptual se utiliza de emulação, que nada mais é do que o uso de nosso entorno ecológico imediato como plataforma para entender novas situações e conceitos. A emulação se efetiva com o uso de nossas experiências mais concretas para entender situações mais abstratas (DUQUE, 2016). Desse modo, podemos compreender cenários, entender metáforas e estender nosso entendimento das informações veiculadas pelas interfaces do hipertexto. Assim, nosso entendimento sobre o ato comunicativo nas redes sociais e dentro da sociedade da informação da internet passa a ganhar um sentido valorativo que nos parece qualitativo.

O uso da tecnologia está associado a mudanças episódicas e transientes que vão sendo incorporadas por nossas redes neurais num complexo fluxo de troca de experiências e informações com o ambiente por reentrada neural⁷ (EDELMAN;

⁶ As the perceiver looks under the hood, peers into the trunk, and climbs inside the passenger area, further records become integrated. As a result of organizing perceptual records spatially, perceivers can later simulate the car in its absence.

⁷ Processo de sinalização pluridirecional ao longo de conexões recíprocas do nosso cérebro. A reentrada é a troca de sinais ao longo de fibras axionais ligando várias áreas do cérebro.

TONONI, 2000). Essas alterações transientes incluem mudanças cerebrais em nível de humor, excitação e até mesmo de comportamentos em nossos cérebros e corpos (BAVELIER; GREEN; DYE, 2010).

O desenvolvimento e maturação do cérebro e do corpo ocorrem com maior rapidez durante a infância e adolescência. Nessa fase, o cérebro pode construir milhões de novas conexões por segundo e são essas conexões as responsáveis pelo desenvolvimento de funções indispensáveis para a cognição e até mesmo de tomada de decisões (para mais, ver *Center on the Developing Child*, 2009)⁸. As mudanças promovidas pelo crescimento e maturidade de nossos corpos e mentes, juntamente com a flexibilidade cognitiva, resultam de mielinização e poda neural (processo de reforço, eliminação e seleção neural) (PAUS, 2005). Toda essa complexa mudança, surgimento, reforço e eliminação de redes neurais, que nos permitem aprender novas coisas, são aparatos de nossos cérebros em busca da formação de sentido. Essas mudanças de ordem fisiológica ocorridas nos nossos cérebros e corpos podem ser fortemente influenciadas por experiências e fatores ambientais que afetam nosso desempenho futuro (IRWIN; SIDDIQI; HERTZMAN, 2007; PETANJEK, 2011).

Essas experiências ambientais também incluem nosso entorno virtual tecnológico. A definição de ambiente na abordagem ecológica é ampla e não deve ser confundida apenas com nosso entorno físico. Ambiente para essa perspectiva inclui nichos culturais, sociais, objetos, pessoas e toda a diversidade que o mundo ao nosso redor oferece em termos de possibilidades. Tanto aspectos internos quanto externos da comunicação humana fazem parte de nosso nicho ambiental. O sentido e função do ato comunicativo em tempos de modernidade tecnológica deve levar em consideração elementos situacionais. A cognição humana é imbricada ao mundo que nos cerca e só podemos obter sentido para os fatos da vida em um delicado equilíbrio entre corpo, mente e ambiente, seja ele físico ou virtual, no caso do ato comunicativo, dentro da revolução tecnológica. O sentido do texto só obteria seu substrato qualitativo dentro de uma perspectiva ecológica que considerasse fatores ambientais e, em especial, linguísticos. A forma como nossos corpos reagem ao ambiente não só dita nossa prática comunicativa, mas redefine nossos corpos e cérebros para

A hipótese é que grupos de neurônios alcançam um acionamento integrado e disparam de forma única quando uma determinada informação ao nosso redor está disponível, ou seja, possível de retomar mentalmente (EDELMAN; TONONI, 2010, SILVA; DUQUE, no prelo).

⁸ *Center on the Developing Child* (2009) é um site da Universidade de Harvard que divulga informações científicas de uma forma acessível a leitores leigos. Há uma equipe responsável pelo site, mas não há quem assine a postagens em especial. Por isso, não há como citar autor.

a consonância desse complexo processo que é a comunicação humana. Sobre isso, Barros (2005) afirma:

O texto só existe quando concebido na dualidade que o define — objeto de significação e objeto de comunicação — e, dessa forma, o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos só pode ser entrevisto como o exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação do sentido. (BARROS, 2005, p. 12).

O ambiente à nossa volta é um objeto extremamente diverso e nossos corpos acompanham sua dinamicidade para dar conta da prática do ato comunicativo. De tal forma, se o ambiente é tão dinâmico assim, como o ato comunicativo conseguiria entrar em sintonia num momento em que a evolução tecnológica ocorre tão depressa? A língua é um processo adaptativo complexo e está sempre em situação de reconstrução para se adaptar às novas realidades do mundo (DUQUE, 2016).

A língua está num processo de construção, desconstrução e reconstrução constante para dar conta das demandas promovidas pelo nosso entorno ecológico. O ato comunicativo, assim como a própria linguagem, está sempre em movimento, nunca possuindo uma configuração definitiva. Isso se deve porque a língua é um processo adaptativo complexo, parecendo que a melhor configuração possível para se estar é à beira do caos:

A visão de linguagem como sistema que emerge de um processo de auto-organização contínua nos obriga a admitir que a diversidade é crucial para a sua capacidade criadora e que, paradoxalmente, a desordem é condição necessária para a sua organização e reorganização constante (DUQUE, 2016, p.169).

Sempre que uma mudança contextual (ecológica) ocorre, o sistema linguístico se destrói e se reconstrói para atender às novas exigências daquele estado atual. Assim, a língua está sempre seguindo nossa cognição, que se adapta ao ambiente ecológico sofrendo mutações a todo momento para a concretude do ato comunicativo, inclusive nos ambientes tecnológicos.

Se o ato comunicativo (assim como a língua) fosse algo estático e inerte, não acompanharia as mudanças significativas da revolução tecnológica. A noção de língua temporalmente ideal é inconcebível, pois como a história mostra, todas as línguas mudam com o passar do tempo. Essas mudanças também ocorrem dentro de uma dada comunidade, pois essa nova comunidade também tem contextos culturais diferentes. A mudança de uma língua ocorre porque nossa cognição é ecológica e, a todo momento, estamos utilizando nossos corpos e mentes para a concretude do ato comunicativo.

A revolução tecnológica e a consequente evolução do ato comunicativo para dar conta dessa nova realidade, acaba por se moldar a nosso meio ambiente ecológico para construir novos sentidos. A explicação para as pessoas de hoje serem mais ou menos desenvolvidas em relação à tecnologia e seu próprio ato comunicativo se deve pela sua relação ecológica com o ambiente, acompanhando as mudanças e evoluindo com elas.

CONCLUSÕES

Nossos corpos e mentes estão inevitavelmente ligados a nosso entorno situacional, ao mundo no qual vivemos. A revolução tecnológica advinda da globalização e sociedade da informação nos levou a uma multidimensionalidade nas formas de praticar a linguagem. Essa multidimensionalidade só é possível graças a uma cognição que está entendida pelo corpo e para além do corpo, num conjunto harmônico entre homem, mente e ambiente.

A sociedade não é um objeto em estado de inércia. Na verdade, nossa sociedade está em constante mutação assim como a língua. Essa mudança é promovida pela nossa própria dinâmica e é impulsionada pelas novas tecnologias que surgem a cada momento abarcando pessoas cada vez mais jovens.

Considerando que o comportamento linguístico não ocorre por acaso, mas é motivado por fatores ecológicos, os aspectos sociais, estruturais, históricos e motivacionais que o uso do hipertexto demanda, contam especialmente com elementos de nosso entorno. São frutíferas as (re)significações de outros aspectos do ato comunicativo, como o tipo do texto, forma de interação e intenção comunicativa.

A metasssemântica da perspectiva ecológica de linguagem nos permite compreender como o ato comunicativo evolui conjuntamente com nossos corpos e mentes. Através de um delicado conjunto entre cérebro e nosso nicho ecológico é que podemos obter sentido para o ato comunicativo na revolução tecnológica. Em síntese, nossa relação com o ambiente é a válvula mestra dessa nova perspectiva de encarar a comunicação humana.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005.

BARSALOU, Lawrence. Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, n. 22, v. 4, p. 577-660, 1999.

BAVELIER, Daphne; GREEN, Shawn; DYE, Matthew. Children, wired: For better and for worse, *Neuron*, v. 67, n.5, p. 692-701, 2010.

BEZEMER, Jeff; KRESS, Gunther. Young people, Facebook and pedagogy: Recognizing contemporary forms of multimodal text making. In: KONTOPODIS, M.; VARVANTAKIS, C.; DAFERMOS, M.; WULF, C. *Youth, tube, media: qualitative insights and international perspectives*. Berlin: Waxmann, 2014, p.1-15.

BEZEMER, Jeff; KRESS, Gunther. *Writing in multimodal texts: a social semiotic account of designs for learning*. USA: SAGE Publications, 2008, p.166–195.

CENTER ON THE DEVELOPING CHILD. *Five numbers to remember about early childhood development*. Ebook, 2009. Disponível em: <<http://www.developingchild.harvard.edu>>. Acesso em 25 abr. 2019.

DAMÁSIO, Antonio. *O mistério da consciência: do corpo e das emoções do conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DE BOER, Bart. Evolution of speech and evolution of language. *Psychonomic Bulletin & Review February*. Springer: v.24, n.1, p. 158–162, 2017.

DUQUE, Paulo Henrique. De perceptos a frames: cognição ecológica e linguagem. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 21, n.41, p. 21-45. 2017.

DUQUE, Paulo Henrique. A emergência do comportamento linguístico. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. [s.l.], v.14, n.27 p.151-172. 2016. Disponível em: <<http://revel.inf.br/files/d7997737204fc17606236e3a7dd99081.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

DUQUE, Paulo Henrique. Por uma abordagem ecológica da linguagem. *Pontos de Interrogação*. Alagoinhas, v. 5, n.1 p. 55-78. 2015a.

DUQUE, Paulo Henrique. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. *Revista da ANPOLL*. Florianópolis, v.1, n.39, p. 25-48. 2015b.

DURKEE, Tony et al. Prevalence of pathological internet use among adolescents in Europe: demographic and social factors. *Addiction*, v. 107, n.12, p. 2210-2222, 2012.

EDELMAN, Gerald; TONONI, Giulio. *A universe of consciousness: how matter becomes imagination*. New York: Basic Books, 2000.

GALLESE, Vittorio; LAKOFF, George. The brain's concepts: the role of the Sensory-motor system in conceptual knowledge. *Cognitive Neuropsychology*. Taylor & Francis: v.22, n.3-4, p.1-25, 2005

HOOFT-GRAAFLAND, Julie. New technologies and 21st century children: recent trends and outcomes. *OECD Education Working Papers*. n.179: 1-60. Paris. OECD Publishing, 2018.

IRWIN, Lori; SIDDIQI, Arjumand; HERTZMAN, Clyde. Early child development: a powerful equalizer final report. *World health organization's commission on the social determinants of health*. Human Early Learning Partnership (HELP), 2007.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

KOMESU, F. Pensar em Hipertexto. In: ARAÚJO, J.C. & BIASI-RODRIGUES, B. (Org.) *Interação na internet: novas formas de usar a linguagem*. Rio de Janeiro: Lucerna, 87-108, 2005.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Ma. Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OECD. *Trends shaping education*. Paris: OECD Publishing, 2019.

PAUS, Tomas. Mapping brain maturation and cognitive development during adolescence. *Trends in Cognitive Sciences*. v.9, n.2, p. 60-68, 2005.

PETANJEK, Zdravko. Extraordinary neoteny of synaptic spines in the human prefrontal cortex. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. v.108, n.32, p. 13281-6, 2011.

SILVA, Eduardo; DUQUE, Paulo. *A noção de esquematicidade através do processo de reentrada: uma perspectiva ecológica de linguagem (no prelo)*.

LINGUÍSTICA FORENSE EM DIACRONIA

APONTAMENTOS TERMINOMÉTRICOS DA VARIAÇÃO *DEFLORAMENTO/ESTUPRO* NO SERGIPE OITOCENTISTA

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo

Natália Larizza Sanches de Souza

Mariana Augusta da Conceição Fonseca

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Linguística Forense é um campo de atuação da Linguística que se centra no estudo da linguagem da lei e dos tribunais, da polícia e prisões, ou seja, no estudo da linguagem usada nos mais diversos tipos de interações dentro do contexto jurídico. Apesar de as bases da linguística forense estarem assentadas e voltadas em sua grande maioria para uma visão sincrônica da linguagem jurídica, nossas pesquisas regridem temporalmente e, inseridos em uma visão diacrônico-sistemática, nos interessa não só uma descrição da estrutura e dos usos da linguagem de especialidade jurídica, mas também os movimentos de variação e mudança que encerram essa linguagem, seja do ponto de vista intrassistêmico – com vínculo direto com a socioterminologia sincrônica (FAULSTICH, 2002) e diacrônica (MARENGO; CAMBRAIA, 2016, MARENGO, 2016, 2017, 2018b) – seja do extrassistêmico, com relação às conformações das tradições discursivas (SIMÕES; KEWITZ, 2010) e com a história da cultura escrita (MARENGO, 2018a) desse tipo particular de objeto.

Caldas-Coulthard (2014) aponta que a Linguística Forense pode ser dividida em três grandes áreas de investigação:

- a) **A linguagem como prova/evidência**, representado pelo trabalho de perícia que realiza estudos e exames de evidência ou prova linguística, de ordem fonética, léxico-gramatical ou pragmática, para serem arrolados como prova/evidência nos mais variados tipos de conflitos jurídicos.
- b) **Interação em contextos forenses**, que reúne pesquisas centradas na linguagem oral das interações jurídicas produzidas em fóruns, delegacias de polícia e outros contextos legais.
- c) **Linguagem e Direito**, em que o principal foco de estudos é a linguagem escrita de documentos jurídicos, fonte de dados que o linguista forense utiliza para analisar a linguagem jurídica e suas características particulares.

No caso particular do nosso estudo, como as fontes primárias de século XIX são unicamente escritas, estamos circunscritos à área de “Linguagem e Direito”. No entanto, como nosso objetivo é mensurar a circulação dos termos jurídicos *defloramento/estupro* dentro de processos legais, que são tradições discursivas escritas conformadas de interações legais representadas por diferentes tipologias textuais, também nos inserimos em “Interação em contextos forenses”. Assim, já que nossa interação é de cunho escrito, estamos ampliando a definição de Caldas-Coulthard (2014), que restringe esse âmbito à oralidade.

O caráter terminométrico¹ do estudo em tela parte da nossa proposta maior de mapeamento, em tempo real de longa duração, da mudança léxico-semântica do par *estupro/defloramento* nos processos judiciais oitocentistas e novecentistas do Estado de Sergipe, levando em consideração seus usos por agentes especializados da interação (aqueles que têm formação jurídica, como juízes, advogados, promotores de justiça, por exemplo), por agentes semiespecializados (que não têm formação jurídica, mas convivem com grande frequência com os conceitos especializados, como os escrivães) e por agentes não-especializados (aqueles que não têm formação jurídica e que trazem conformações conceituais dos termos a partir do empirismo, como a ofendida e as testemunhas no processo). Dessa

¹ Entendemos por terminometria o procedimento metodológico pelo qual se tratam estatisticamente os termos de um *corpus* para que seja mensurada a trajetória dos conceitos a eles atribuídos.

forma, veremos como o conjunto termo-conceito circula, dentro de uma esfera de especialidade, de acordo com os interagentes.

Como estamos tratando de um fenômeno cuja base se assenta na sociolinguística, será essa a nossa abordagem. Acreditamos, portanto, que as nuances da mudança linguística no nível léxico-semântico serão condicionadas pelos usuários da língua, não só pelo seu grau de pertença a um grupo de especialidade, mas também pelo seu uso moldado por variáveis de gênero, etnia, idade, educação e profissão. Como a interação legal ocorre em ambientes sociais especializados, ricos em combinações dessas e de outras variáveis, ratificamos a grande importância da sociolinguística para a Linguística Forense.

1 OS CAMINHOS PARA UMA SOCIOTERMINOLOGIA DIACRÔNICA

Pensar um caminho para a Terminologia de viés diacrônico é algo bastante recente. A primeira vez que se tratou dessa possibilidade foi no Colóquio *Terminologia Diacrônica*, ocorrido na Bélgica, no ano de 1988. Segundo Hanse (1989, p.22), no seu discurso de abertura, o evento teve três eixos: (1) história da ciência dos termos; (2) história dos vocabulários; e (3) Terminologia diacrônica e suas relações com a sociedade². Até aquele momento, não se concebia validade científica aos estudos terminológicos em caráter diacrônico. Foi a partir desse colóquio que houve uma relativa mudança desse panorama. Como podemos verificar na fala de um dos congressistas:

Se concebermos a Terminologia como esta parte da epistemologia que estuda a relação entre o pensamento científico e linguagem científica, será assumido que a linguagem não pode ser concebida como diacrônica. A essência da ciência e da indústria é a sua dimensão de tempo (o famoso PROGRESSO) e pode-se estudar a linguagem da ciência através do estudo de seu desenvolvimento. [...] Este exemplo demonstra que um termo científico deve ser estudado pelo terminólogo em diacronia³. (BAUDET, 1989, p.64-65).

² “Ce colloque porte sur l’histoire de la terminologie. On a prévu trois perspectives historiques (histoire de la Science des termes, histoire de vocabulaires, terminologie diachronique et société) avant déboucher judicieusement sur une prospective”. (HANSE, 1989, p.22).

³ Tradução nossa. No original, “Si l’on conçoit la terminologie comme cette partie de l’épistémologie qui étudie la rapport entre pensée scientifique et langage scientifique, on admettra que la terminologie ne peut être conçue que comme diachronique. L’essence même de la science et de l’industrie est leur caractère temporel (le fameux PROGRÈS) et on ne peut étudier les langues de la science qu’en étudiant leur développement. [...] Cet exemple montre bien qu’un terme scientifique doit être étudié par le terminologue en diachronique.” (BAUDET, 1989, p.64-65)

A conferência proferida por Baudet explicita, de modo claro e com argumentos científicos sustentáveis, usando como exemplo a terminologia do campo siderúrgico, que a Terminologia pode e deve ser estudada em diacronia. Desse momento em diante, temos o que podemos nomear de o despontar da Terminologia diacrônica. Barros (2004), em sua periodização historiográfica dos estudos terminológicos, propõe que o estágio atual de investigações e estudos no campo terminológico começou na década de 1990. Na visão da autora, a partir daquele momento, os pressupostos teóricos e metodológicos das ciências passaram por revisões gerais em todo o mundo. O “[...] questionamento a respeito do modelo normalizador da Terminologia conduzem à Socioterminologia, à proposta de “libertação das amarras” da TGT e à proposta de um novo paradigma, expresso pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta por Maria Teresa Cabré.” (BARROS, 2004, p.36).

A Socioterminologia é a disciplina que tem por objetivo principal a identificação e a categorização das aparentes variantes linguísticas dos termos em contextos distintos, que se regulam por diferentes tipos de situação de uso da língua⁴. Já a TCT, de acordo com Cabré (1999), articula-se levando em conta o valor dos aspectos comunicativos das linguagens especializadas em detrimento dos propósitos normalizadores, bem como na compreensão de que as unidades terminológicas estão inseridas na linguagem natural e na gramática das línguas. O que é mais evidente, tanto na TCT quanto na Socioterminologia, e de extrema importância para trabalhos em (Socio)Terminologia diacrônica, é que essas teorias acolhem o princípio da variação em toda sua dimensionalidade, pois preconizam que a unidade lexical pode assumir uma função especializada ou não, admitindo, dessa feita, que o conteúdo do termo não é fixo.

É nesse ínterim que a Terminologia diacrônica intensifica seu espaço, dez anos depois da realização do Colóquio de Bruxelas. Dessa vez, na Espanha, na cidade de Barcelona, celebrou-se o Colóquio *A história das linguagens ibero-românicas de especialidade: séculos XII-XIX*. De acordo com Souza (2007, p. 53), o principal objetivo desse evento foi “[...] revisitar a concepção tradicional da Terminologia: apropriação e rupturas de epistemologias que norteavam a Terminografia do final da Idade Moderna, a partir de uma pesquisa diacrônica, tomando como essencial os conceitos e suas relações.” O colóquio, além de ocupar o espaço recente das pesquisas terminológicas em diacronia, também levantou pontos importantes como a influência da globalização nas perspectivas de estudos da área.

⁴ Posição também compartilhada por Cabré (1999) e Barros (2004).

A ideia de que o processo de globalização é o ponto norteador da Terminologia no século XXI é ponto pacífico no nosso estudo, uma vez que sabemos que as rápidas inovações tecnológicas, principalmente a popularização e acessibilidade à rede mundial de computadores, produziram uma revolução nos processos de intercâmbio das informações:

Razões de outra ordem também motivam o interesse pelo componente lexical especializado dos idiomas. Entre elas, destaca-se o processo de globalização que, incrementando as transações comerciais entre as nações, propiciou o surgimento dos atuais blocos econômicos, bem como de uma série de intercâmbios que ultrapassaram o âmbito comercial, expandindo-se para o mundo científico, tecnológico e cultural. [...] Nesse momento de globalização, também surge uma grande preocupação com a tradução dessas línguas de especialidade. Além disso, a inserção múltipla da tecnologia e de outras ciências faz com que os usuários se preocupem mais em saber utilizar os termos específicos. (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.27).

Com base nas afirmações das autoras supracitadas, podemos ratificar a posição de Anjos (2003, p.35), ao dizer que “[...] o grande desafio da Terminologia, que nasceu justamente de uma necessidade advinda da Revolução Industrial, é lidar com o Século da Informação e com uma rápida e constante evolução científica e técnica”.

2 VARIAÇÃO, MUDANÇA E SOCIOTERMINOLOGIA

Tratar de variação, principalmente de mudança, na Terminologia é algo relativamente novo. No Brasil, foi em 1989, um ano após a realização do Congresso de Bruxelas, que “[...] surgiram as primeiras ideias de que, no discurso, o termo apresentava variação” (FAULSTICH, 2001, p. 20). A partir de 1990, os estudos de variação terminológica ganham mais reforço, pois outros estudiosos da área também passam a assumir a variação como fenômeno ocorrente nas linguagens de especialidade, refutando, então, os postulados de Wüster, que afirmava que as variações terminológicas poderiam (e deveriam) ser eliminadas por meio da normalização dos termos.

Cabré (1993, p. 157) vai de encontro às proposições de perspectiva tradicional wüsteriana, ao afirmar que “[...] toda linguagem de especialidade, na medida em que é um subconjunto da língua comum, compartilha de suas mesmas características; trata-se, então, de um código unitário que permite variações”⁵. Endossando

⁵ Tradução nossa. No original, “[...] todo lenguaje de especialidad, en la medida en que es un subconjunto del general, participa de sus mismas características; se trata, pues, de un código unitario que permite variaciones.”

esse posicionamento, Faulstich (1998) desmistifica ainda mais a sistematização terminológica de Wüster ao afirmar que os termos de uma linguagem de especialidade são entidades variantes que se manifestam nos planos vertical, horizontal e temporal. Tanto Cabré quanto Faulstich adotam a orientação funcional das linguagens de especialidade, uma vez que admitem o texto e o discurso especializados como elementos centrais no desenvolvimento dos estudos terminológicos.

Apesar da persistência desse conceito, há alguns anos se começou a questionar certas afirmações sobre o unitarismo e se começou a desenvolver uma proposta de terminologia concentrada na análise textual dentro de um marco da comunicação especializada e viés cultural próprios das ciências da linguagem. Consequentemente, se começou a descrever o seu caráter variacionista. (CABRÉ, 1999, p. 166)⁶.

Nesse contexto, ratificando as palavras da autora supracitada, Faulstich afirma que a polifuncionalidade da unidade lexical é capaz de produzir mais de um registro ou mais de um conceito para o mesmo termo, uma vez que será esse o espaço em que as variantes serão “[...] resultantes dos diferentes usos que a comunidade, em sua diversidade social, linguística e geográfica, faz do termo” (FAULSTICH, 2001, p.22). Ao tratar dos diferentes usos de uma comunidade, é necessário ressaltar que estamos usando o conceito de comunidade de práticas. Chamamos atenção para esse fato, pois ele também se constituiu como determinante para a escolha do nosso alinhamento com uma metodologia e abordagem de estudos sociolinguísticos de terceira onda propostos por Eckert. Nesse sentido, nos esclarece Eckert (2004) que

O termo comunidade de fala tende a implicar uma coalescência de residência e atividade diária, mas os falantes se movem dentro e fora da comunidade. Desde que nos concentramos em uma comunidade como uma unidade estática que, em última análise, se opõe à mudança, é essencial visualizar comunidades como criações sociais. [...] A comunidade de prática é um agregado de pessoas que se reúnem em torno de algum empreendimento. Unidos por esse empreendimento comum, as pessoas vêm para desenvolver e compartilhar maneiras de fazer as coisas, maneiras de falar, crenças, valores - em suma, práticas - como uma função de seu engajamento conjunto em uma atividade. Simultaneamente, as relações sociais se formam em torno das atividades e as atividades se formam em torno dos relacionamentos. Tipos particulares de conhecimento, experiência, e formas de participação se tornam parte de identidades

⁶ Tradução nossa. No original, “Malgrat la persistència d’aquesta concepció, des de fa pocs anys s’han començat a posar em qüestió determinades afirmacions unitaristes i s’ha començat a desenvolupar una proposta de la terminologia concentrada en la seva anàlisi en un marc textual dins de la comunicació especialitzada i amb el biaix cultural propi de les ciències del llenguatge. En conseqüència, s’ha començat a descriure el seu caràter variat.”

individuais e lugares na comunidade. (ECKERT, 2004, p. 34-35)⁷.

Assim sendo, afirmamos que os termos *defloramento/estupro* pertencem ao rol da linguagem de especialidade jurídica e são partilhados, dentro de um processo-crime, por diferentes comunidades de práticas: os agentes especializados da lei, os agentes semiespecializados da lei e os agentes não-especializados, como apontamos ao início do nosso texto. Essa delimitação é necessária porque, segundo Faulstich (2002, p. 66), “[...] é fundamental que o especialista em terminologia conheça o perfil do usuário, para que o repertório terminológico [...] se transforme num instrumento de trabalho e seja fonte de informação lexical e semântica das áreas específicas do conhecimento”. Ademais, é importante afirmar que os conceitos que os termos portam são fruto de atividades cognitivas e interativas compartilhadas entre sujeitos. A conceptualização de mundo bem como o modelo mental que se cria a partir dele são, em grande parte, partilhadas entre os sujeitos, construindo-se, assim, a base do entendimento mútuo (KLEIBER, 1999).

Assim, notamos a importância dos sujeitos na comunicação especializada, uma vez que são eles que geram e usam os conceitos e sua materialização expressa no léxico de uma língua. Não se pode desprezar o fato de que tanto os sujeitos quanto suas manifestações linguísticas estão circunscritos à sociedade. Desse modo, a linguagem que usam, seja geral ou de especialidade, não só reflete as construções cognitivas individuais e partilhadas pela coletividade, mas também aponta para o modo como essa comunidade mapeia o mundo ao seu redor. Matoré (1953) nos afirma que

Na realidade, as palavras não exprimem as coisas, mas a consciência que os homens têm delas. Para a lexicologia, os fatos sociais têm, com efeito, o aspecto de *coisas*, mas das coisas vistas, sentidas, compreendidas pelos homens; nossa disciplina deverá então visar às realidades sociológicas das quais o vocabulário é a “tradução”, ao mesmo tempo objetivamente, como realidades independentes do indivíduo, e subjetiva-

⁷ Tradução nossa. No original, “The term speech community tends to imply a coalescence of residence and daily activity, but speakers move around both inside and outside the community. Since we focus on a community as a static unit, we ultimately preclude change, it is essential to view communities as social creations. A community of practice is an aggregate of people who come together around some enterprise. United by this common enterprise, people come to develop and share ways of doing things, ways of talking, beliefs, values – in short, practices – as a function of their joint engagement in activity. Simultaneously, social relations form around the activities and activities form around relationships. Particular kinds of knowledge, expertise, and forms of participation become part of ‘individuals’ identities and places in the community.”

mente, em função dos seres que vivem em um meio concreto, em certas condições sociais, econômicas, estéticas, etc. (MATORÉ, 1953, p.43)⁸

Assim, se tomamos o par termo-conceito, veremos que a atribuição de um conceito ao termo, ou a criação de um termo para expressar dado conceito, não se realiza somente por fatores internos da língua, “[...] eles são, no entanto, influenciados pelos contextos sociais e culturais que, muitas vezes, leva a diferentes categorizações⁹” (ISO 1087-1, 2000, p.02). Não é nosso intuito, nesse momento, trabalhar com as construções conceituais para os termos *estupro/defloramento* e como esses conceitos foram alterados ao longo do tempo. Como já expressamos anteriormente, nosso objetivo aqui é tão somente quantitativo¹⁰.

Sabendo que a linguagem de especialidade leva em conta os sujeitos, os contextos sociais e o momento temporal em que são produzidos os discursos, Faulstich (1998a) propõe um modelo de análise das variações terminológicas considerando que os itens do léxico especializado, como entidades históricas, devem ser analisados tanto no plano sincrônico quanto no diacrônico para que se possa ter dimensão total da evolução que o termo sofreu através dos tempos. Como sustentação às palavras da autora, Boulanger (1991, p.19) nos diz que “[...] a variação terminológica é necessária e é óbvio que a variação lexical ou linguística é vista em qualquer língua fragmentada no tempo, no espaço e na sociedade. Essas variações diacrônicas, diatópicas e diastráticas formam a essência da Socioterminologia¹¹”. Ainda segundo Faulstich (1998a, p.03), “[...] nos percursos temporais da língua, o termo é uma entidade do discurso independentemente de sua realização no plano sincrônico e no plano diacrônico e, por isso, passível de

⁸ Tradução de Cambraia (2013). No original, “En réalité, les mots n’expriment pas les choses, mais la conscience que les hommes en ont. Pour la lexicologie, les faits sociaux ont en effet l’aspect de choses, mais ce sont des choses vues, senties, comprises par des hommes; notre discipline devra donc envisager les réalités sociologiques dont le vocabulaire est la “traduction” à la fois objectivement, comme des réalités indépendantes de l’individu, et subjectivement, en fonction d’êtres vivant dans un milieu concret, dans certaines conditions sociales, économiques, esthétiques, etc.”

⁹ Tradução nossa. No original, “They are, however, influenced by the social or culture background which often leads to different categorizations.”

¹⁰ Obviamente, a matematização das frequências dos termos abre um caminho importante para a observação da mudança conceptual e, por conseguinte, semântica.

¹¹ Tradução nossa. No original, “La variation terminologique est aussi nécessaire et évidente que la variation lexicale ou linguistique observée pour toute langue fragmentée dans le temps, dans l’espace et dans la société. Ces variations diachroniques, diatopiques et diastratiques forment l’essence même de la socioterminologie.”

apresentar variantes antigas e atuais”. É com base nessas premissas de Faulstich que tomamos as variantes concorrentes¹² *estupro/defloramento*.

3 SOBRE O *CORPUS* E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para este texto, tomamos um pequeno conjunto documental composto de três processos-crime de defloramento da cidade de Aracaju, que estão alocados no Centro de Documentação Histórica do Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. As fontes remanescentes são todas manuscritas e estão datadas entre os anos de 1891 e 1894, a saber:

Quadro 1 - Informações estruturais de alocação do *corpus*

ANO	COTA	OFENDIDA
1891	Cx 2544 A1-M7-P11 -01	Idalina Cardoso Barretto
1893	Cx 2544 A1-M7-P11 -02	Leopoldina Leite do Espírito Santo
1894	Cx 2544 A1-M7-P11 -04	Alice Ramalho Porto

Fonte: Banco de dados do PHPB/SE

Para fins de preparação do *corpus*, todos os processos foram transcritos e, posteriormente, editados por meio do programa *e-dictor*. As edições semidiplomáticas seguiram as normas de edição do Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (MARENGO; FREITAG, 2016).

Para obter máxima precisão e avaliar a frequência dos termos *defloramento/estupro*, optamos pelo uso da ferramenta computacional *WordSmith Tools 7.0* (doravante WST). Nossos passos posteriores, a partir das edições geradas, consistiram em gerar listas de palavras por meio do WST: a) de cada processo completo individualmente; b) de cada processo, individualmente, por partes processuais codificadas; c) pelo conjunto de processos como um todo; e d) pelo conjunto de processos por partes processuais codificadas.

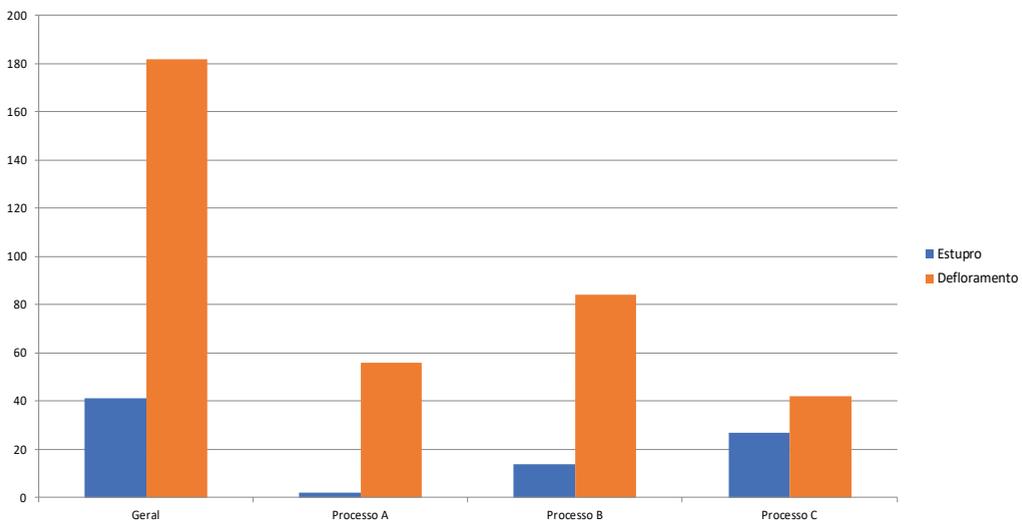
¹² Variantes concorrentes são aquelas que podem concorrer entre si, ou que podem concorrer para um processo de mudança. São classificadas como variantes formais, isto é, são formas linguísticas ou exclusivas de registro que correspondem “[...] a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado” (FAULSTICH, 2002, p.77).

Ao distribuir a amostra por esses quatro grupos, prosseguimos à análise da distribuição dos termos jurídicos *estupro/defloração* dado o seu uso pelas três comunidades já mencionadas: a jurídica especializada (de juízes, promotores e advogados com voz nos processos), a intermediária (de escrivães, que apesar de terem contato contínuo com o “juridiquês” não possuem formação específica daquela comunidade de práticas), a não-especializada (das demais pessoas envolvidas no texto processual e que não possuem formação na área jurídica e nem estão em constante contato com a terminologia da lide jurídico-processual).

4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a aplicação do tratamento terminométrico do *corpus*, chegamos aos resultados apresentados no gráfico 1. Verificamos que o *defloração* (182) é muito mais incidente que o termo *estupro* (41) no início do Brasil República na cidade de Aracaju. Ao estendermos o tratamento mais geral a cada um dos processos que compõe o nosso estudo, observamos que não há assimetria em termos de usos. Em cada um dos processos, o termo *defloração* possui maior frequência frente ao termo *estupro*.

Gráfico 1- Tratamento terminométrico geral dos termos defloração/estupro



Fonte: Autoria própria

Ao olharmos mais atentamente para o que nos revelam os dados do gráfico 1, veremos que a relação matemática entre os usos dos termos concorrentes *estupro/defloramento* vai aumentando ao longo do período estudado. No processo de 1891, a relação é de 0,035 (2/56); em 1893, é de 0,166 (14/84), e, por fim, em 1894, é de 0,642 (27/42).

Essa elevação da razão matemática está mais atrelada ao crescimento de uso do termo *estupro*. Verificamos, no gráfico 1, que as ocorrências do termo *defloramento* são relativamente equilibradas e estáveis ao longo do lapso temporal estudado. No entanto, o mesmo não se verifica com o termo *estupro*, que apresenta uma crescente em seu uso. Ao buscarmos uma possível justificativa para tal fenômeno, nos voltamos para os instrumentos jurídicos daquela época. A legislação penal vigente estava reunida no código Penal de 1890 que foi elaborado, segundo Hendz e Dornelles (2012), com o propósito de fazer a “construção da ordem legal republicana”.

Nesse contexto, o fim da escravidão e o início do desenvolvimento urbano foram alguns dos fatores determinantes que justificaram a necessidade de publicação desse código pelos detentores do poder, no sentido de ter um conjunto de leis que regesse e determinasse as relações sociais de uma nova proposta de sociedade (HENDZ; DORNELLES, 2012, p. 300).

O código em questão traz uma seção em que estabelece, conceitua e penaliza os *crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor*. O crime de estupro faz parte dessa seção que apresenta em seus artigos,

Art. 267 – Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude.

Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta.

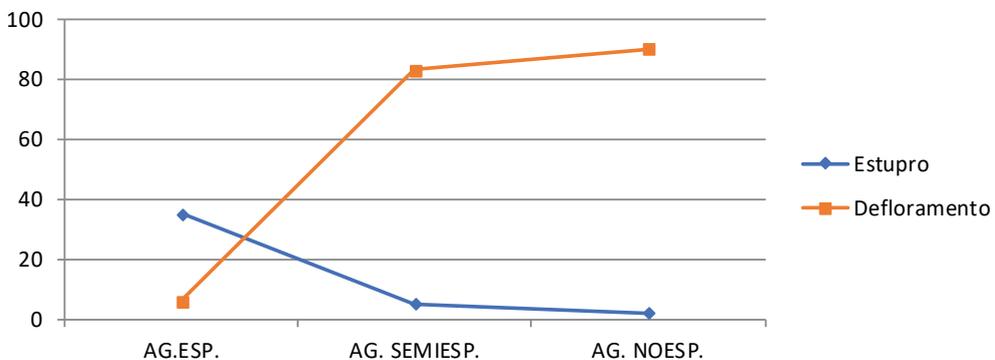
Art. 269. Chama-se estupro o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. Por violência entende-se não só o emprego da força física, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psíquicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como seja o hipnotismo, o clorofórmio, o éter, e em geral os anestésicos e narcóticos. (BRASIL, CÓDIGO PENAL, 1980).

Comparado ao Código vigente no Brasil durante o período colonial e imperialista, o código de 1890, além de trazer o crime de estupro, também o define. O instrumento legal anterior a ele, apesar de apontar o crime de estupro, tinha 02 particularidades linguísticas que chamam atenção: (1) não trazia a definição precisa do crime e; (2) o verbo empregado ao acometimento do crime expresso por um substantivo era sempre *deflorar*. Como podemos verificar, o primeiro Código da República já porta o verbo *estuprar*. Chamamos atenção

para esse fato, pois notamos que os verbos que apontam a ação do crime são os que, possivelmente, condicionam os seus usos terminológicos em diferentes esferas sociais. Por isso, durante todo o século XVIII (com a manutenção e aplicação jurídica por meio das *Ordenações Filipinas*), e, em XIX (perpassando pelo uso do Código Penal de 1830 até a publicação do de 1890), vemos um crime ser registrado como *defloramento* (derivado do verbo deflorar) e não *estupro* como nas leis vigentes. Isso ocorre na quase totalidade das fontes remanescentes dessa tipologia com as quais estamos trabalhando.

Assim, mesmo que a terminologia jurídica em sua natureza tenha um caráter normalizador e normatizador, os usos sociais em diferentes esferas de circulação e em distintas comunidades de práticas são mais fortes e impulsionadores do seu uso. Dessa feita, pensando nessa circulação e nas formas de possíveis difusões e encaixamentos dos termos e de seus conceitos específicos no seio social, é que acreditamos ser relevante quantificar esses usos terminológicos em comunidades de práticas que se expressem em semas como [+ jurídico], [-jurídico], [+poder] e [- poder]. Portanto, para observar o índice terminométrico das nossas amostras, dividimos nossos agentes em: (1) Especializados ([+ jurídico], [+poder]); (2) Semiespecializados ([+ jurídico], [-poder]); e (3) Não- especializados ([- jurídico], [- poder]). Os resultados obtidos podem ser observados no gráfico 2.

Gráfico 2 - Índice terminométrico de amostras por comunidades de práticas



Fonte: Autoria própria

Ao observarmos os usos dos termos na nossa amostra, verificamos que os agentes especializados, com formação e instrução jurídica formal¹³, preferem

¹³ Obviamente, em estudos posteriores, teríamos que considerar que rúbulas ocupassem a posição de agentes especializados, ainda que não tenham formação e instrução jurídica formal.

quase totalmente a nomeação do crime dado pelo instrumento jurídico em vigor, ou seja, *estupro* (35/41). Assim, à luz da socioterminologia, a forma de maior ocorrência se alinha com o esperado de uso por sua comunidade de práticas. No outro extremo, é possível notar que os agentes não-especializados preferem quase totalmente o uso da forma mais difusa socialmente e não marcada terminologicamente como a designação do crime. De um universo de 90 ocorrências para uso de *defloramento*, houve somente 02 incidências para *estupro*. É curioso notar que as únicas duas aparições deste último termo por agentes não-especializados se deram em contexto de interação em que as perguntas realizadas eram:

Perguntado se sabia algo sobre o estupro na pessoa da ofendida respondeu que nada sabia sobre o estupro. (PROCESSO B, 1893, fól. 27r)

Perguntado se tomou conhecimento da história do estupro cometido contra a ofendida, respondeu que havia ouvido algo sobre isso, mas nada sabia sobre o estupro. (PROCESSO C, 1894, fól. 23v)

Os casos demonstrados possivelmente se explicam pela teoria da acomodação (GILES; COUPLAND, 1991), mas, como nosso intuito nesse estudo é somente quantitativo, não adentraremos nessa questão.

Por último, os usos feitos pelo agrupamento de agentes semiespecializados (escrivães) ficam em nível intermediário entre os dois já reportados. Esse lugar ocupado no meio de um fenômeno de variação nos dá indícios importantes sobre a figura dos escrivães e tabeliães na escrita da documentação jurídica de séculos pretéritos. Se tomarmos o que nos aponta o quantitativo terminométrico deste estudo, veremos que há um alinhamento maior com os usos não-especializados:

Obviamente que inferir a língua falada através da escrita num tipo de documentação oficial e relacionar questões lingüísticas e extralingüísticas requer talvez um tipo de metodologia própria. Entretanto, negligenciar indícios através de inferências de dados que possam ser significativos, ainda que relativamente escassos, é negligenciar talvez uma das possibilidades de se chegar a variedades históricas diversas do português brasileiro. Pelo menos, foi o que o contato inicial com a documentação oficial nos levou a pensar (CARNEIRO; ALMEIDA, 2002, p. 480-481)

É importante ressaltar que é esse grupo de agentes que faz, na maioria das vezes, a intermediação dos usos lingüísticos por meio da escrita. São essas questões lingüísticas e extralingüísticas advindas desse tipo de escrito, apontadas por Carneiro e Almeida (2002), que procuraremos desvendar. Por isso, acreditamos

No entanto, como não é o caso do corpus com o qual estamos trabalhando, isso não entrou em questão. Mas, é importante frisar que esses aspectos são importantes para que pensemos o conceito de comunidades de práticas em um viés diacrônico.

que os índices terminométricos são de extrema importância para iniciar esse estudo. Os dados nos mostram que é justamente esse grupo intermediário que sustenta o fenômeno de variação léxico-semântico. Os demais agentes, como vimos, estão em posições praticamente categóricas nos usos de *deffloramento/estupro*. Como uma espécie de Hermes, mensageiro entre os deuses do Olimpo e os mortais da Terra, os agentes semiespecializados é que conduzem o fenômeno da variação. Essa assertiva nos leva a dois pontos importantes a serem pensados nos estudos terminológicos, principalmente aqueles de viés diacrônico:

- (1) se os escrivães e notários representam a categoria entre os usos léxico-semânticos especializados e não-especializados, é possível, a partir de um estudo mais detalhado de sua escrita, mensurarmos o fluxo de um item lexical entre a linguagem geral e a de especialidade. Certamente, esse tipo de estudo nos levaria à compreensão mais acurada de variações e mudanças semânticas em âmbito terminológico;
- (2) Cabré e Gómez de Enterría (2006, p. 21) entendem que a linguagem de especialidade é um “subconjunto de recursos específicos, linguísticos e não-linguísticos, discursivos e gramaticais que são usados em situações consideradas especializadas por suas condições comunicativas.”¹⁴

Sendo assim, os comportamentos linguísticos dos termos não poderiam ser diversos daqueles desempenhados pelos itens lexicais da linguagem comum e, portanto, alguns dos pressupostos já assentados na sociolinguística precisariam ser comprovados por meio de dados no rol da socioterminologia:

- (a) A transição não-abrupta na linguagem geral no processo de mudança linguística (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968) seguiria o mesmo padrão no âmbito especializado, afrontando, assim, o próprio caráter normatizador e impositivo da Terminologia clássica wüsteriana e das proposições da Lexicologia Social (MATORÉ, 1953);
- (b) A hipótese curvilínea (LABOV, 2001) afirma que a mudança não tem suas origens nas classes sociais mais altas ou mais baixas, mas em grupos centralmente localizados na hierarquia socioeconômica. Logo, a mudança linguística que vem de baixo tem sua origem num grupo social central, localizado no interior de uma hierarquia socioeconômica (LABOV, 2001, p.188). Se essa é uma verdade já amplamente comprovada nos estudos

¹⁴ Tradução nossa. No original, “subconjuntos de recursos específicos, linguísticos y no linguísticos, discursivos y gramaticales que se utilizan en situaciones consideradas especializadas por sus condiciones comunicativas.”

sociolinguísticos para a linguagem geral, certamente a socioterminologia precisa investir em estudos que validem essa assertiva para as linguagens de especialidade.

Tanto (a) quanto (b) requerem um estudo mais detalhado da comunidade de práticas dos escrivães e tabeliães/notários. Como nossos dados iniciais demonstraram, a chave para o entendimento dos fenômenos de variação e mudança terminológicas está centrada na classe de agentes semiespecializados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com textos de especialidade não é uma tarefa fácil, já que demanda que o linguista conheça bem os códigos da linguagem de especialidade. A Linguística Forense permite o diálogo profícuo entre as áreas de Letras e Direito, não só em sincronia presente como em passadas também. O conhecimento contextual da produção dos processos-crime nos permite, pelas sendas da História Social e Cultural, alcançar os modos de construção de ideias por meio da linguagem. No nosso caso específico de Sergipe oitocentista, tanto as ações comerciais e agrícolas quanto o deslocamento da capital acarretaram uma grande conurbação de pessoas oriundas de locais distintos. Esse amálgama humano e, por conseguinte, cultural criará um ambiente novo e propício para o aparecimento de conflitos que, pela letra da lei, serão mediados pela autoridade estatal, por meio da força policial, e pela jurídica. É esta última que nos interessa mais de perto, uma vez que os processos-crime de diferentes tipologias, além de serem fontes importantes para o desenho da história social e cultural do Sergipe no século XIX, também são importantes objetos para a (re)construção da situação linguística daquele momento.

O período cronológico que apontamos nesse estudo é bastante interessante devido à sua complexidade: em primeiro lugar, estamos recém-ingressos em um quadro político republicano e, posteriormente, do ponto de vista jurídico estamos trabalhando com um Código Penal de publicação bastante recente. Esses dois fatos, somados aos vários campos de exploração da história (econômica, social, cultural etc.), nos remetem a um ambiente bastante rico e favorável para entender como os usos e significados de *estupro/defloramento* se constroem e são construídos, significam e são significados em diferentes segmentos sociais em Aracaju de fins do século XIX.

A terminometria é um dos caminhos que podemos usar na tentativa de entender os usos léxico-semânticos e o caminho percorrido na trajetória da mudança

linguística. Concluindo, vimos que o trabalho da socioterminologia diacrônica dialoga com várias outras áreas de especialidade e isso nos leva a uma reflexão histórica e cultural que pode apontar tanto para as alterações do conceito atribuído a um termo quanto para sua criação lexical de um novo termo que expresse as variações conceituais (MARENGO, 2016). Além disso, esse movimento nos permite entender o meio sociocultural no qual circulam as linguagens de especialidades. Como bem nos afirma Kacprzak (2011), as análises diacrônicas em terminologia se assentam como importantes fontes de conhecimento sobre a maneira de como as gerações anteriores projetavam o mundo e, portanto, sobre a cultura partilhada em épocas passadas.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Eliana Dantas dos. *Glossário terminológico ilustrado de movimentos e golpes da capoeira: um estudo término-lingüístico*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). São Paulo: FFLCH- USP, 2003.

BARROS, Lídia Almeida. *Curso básico de terminologia*. São Paulo: EdUSP, 2004.

BAUDET, Jean-Claude. Histoire du vocabulaire de spécialité, outil de travail pour l'historien des sciences et des techniques In: SCHAETZEN, Caroline de (Org.) *Terminologie diachronique*. Actes du colloque organisé à Bruxelles les 25 et 26 mars 1988. Bruxelles: Conseil international de la langue française/ Centre de Terminologie de Bruxelles/ Institut Libre Marie Haps, 1989.

BOULANGER, Jean-Claude. Une lecture socio-culturelle de la terminologie. *Cahiers de Linguistique Sociale, Terminologie et Sociolinguistique*, 18. Université de Rouen/Mont-Saint-Aignan: GRECO-IREN, 1991. p. 13-30.

CABRÉ, María Teresa. *La terminología: representación y comunicación - elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

_____. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

CABRÉ, María Teresa.; GOMEZ DE ENTERRÍA, Josefa. *La enseñanza de los lenguajes de especialidad: la simulación global*. Madrid: Gredos, 2006.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. ReVEL na Escola: O que é a Linguística Forense?. *ReVEL*, vol. 12, n. 23, 2014.

CAMBRAIA, César Nardelli. Da lexicologia social a uma lexicologia sócio-histórica: caminhos possíveis. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 21, n. 1, jan./jun. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2013. p. 157-188

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais.; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes de. Notícias sobre o banco de textos de Feira de Santana e Cachoeira. In: ALKIMIN, Tânia Maria. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002, v. 3, p. 465-488.

ECKERT, Penelope. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

FAULSTICH, Enilde. *Variação terminológica: algumas tendências no português do Brasil*. In: *Cicle de conferencies 96-97: lèxic, corpus i diccionaris*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

_____. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. *Conferência Magistral apresentada no VI simpósio da Rede Iberoamericana de Terminologia (RITERM)*. Havana, Cuba, 1998a.

_____. Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. *Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia. TRADTERM*, nº 7. SP: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 11-40.

_____. Variação em terminologia. Aspectos de socioterminologia In: RAMOS, Gloria Guerrero; PÉREZ LAGOS, Manuel Fernando.(coord.). *Panorama Actual de la Terminología*. Granada: Editorial Comares, 2002. p.65-91.

GILES, Howard.; COUPLAND, Nicolas. *Language: contexts and consequences*. Pacific Grove (Ca): Brooks, Cole, 1991.

HANSE, Joseph. Allocutions d'ouverture In: SCHAETZEN, Ca roline de (Org.) *Terminologie Diachronique*. Actes du colloque organisé à Bruxelles les 25 et 26 mars 1988. Bruxelles: Conseil international de la langue française/ Centre de Terminologie de Bruxelles/ Institut Libre Marie Haps, 1989.

HENDZ, Aquéle.; DORNELLES, Jônatas Herrmann. O Código Penal de 1890 e a construção das relações de gênero, no julgamento dos processos-crime de homicídios, entre 1900 e 1940, na Comarca Caxias. *MÉTIS: história & cultura* – v. 11, n. 21, p. 297-314, jan./jun. 2012. p.297-314.

ISO 1087-1 (E/F). *Terminology work - Vocabulary, Part 1: theory and application / Travaux terminologiques - Vocabulaire - Partie 1: théorie et application*. Genève: International Standard Organization, 2000.

KLEIBER, Georges. *Problèmes de sémantique: la polysémie en questions*. Lille: Ed. du Septentrion, 1999.

KOCOUREK, Rostislav. *La langue française de la technique et de la science, vers une linguistique de la langue savante*. Wiesbaden: Brandstetter Verlag GmbH und Co. KG, 1991.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

MARENCO, Sandro Marcio Drumond Alves. *Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

_____. Crítica textual e linguística histórica em manuscritos militares. *Revista da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*, Paraná, UFPR. n.16 (3), 2017. p.245-264.

_____. Mudança linguística à luz da socioterminologia diacrônica: a história da cultura escrita como fator extralinguístico. *REVEC- Revista de Estudos de Cultura*, v. 3, 2018a. p. 59-76.

_____. Instruções militares que contém os princípios geraes de tactica (FBN-I-14, 01, 039): edição semidiplomática e glossário terminológico. In: XI-MENES, Expedito Eloísio.; NUNES, Ticiane Rodrigues (orgs). *Estudos filológicos e linguísticos na Bahia, no Ceará e em Sergipe*. Fortaleza: EdUECE, 2018b.

MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves; CAMBRAIA, César Nardelli. Estudo socioterminológico da variação/mudança em manuscritos militares os séculos XVIII e XIX. *Revista Interdisciplinar*, São Cristóvão, Sergipe, Ano XI, v. 24 jan./abr, 2016. p.203-224.

MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves; FREITAG, Raquel Meister Ko. Para uma história do português brasileiro em Sergipe: organizando as fontes manuscritas e suas edições. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 1, n. 46, 2016. p.116-129.

MATORÉ, Georges. *La méthode en lexicologie*. Domaine Français. Paris: Libraire Marcel Didier, 1953.

SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena. Recortes temáticos e mapeamento de tradições discursivas no corpus do PHPB In: HORA, Dermeval da; SILVA, Camilo Rosa da (orgs.). *Para a História do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Ideia/Editora da UFPB, v. VIII, 2010. p.21-28.

SOUZA, Ivan Pereira de. *Do engenho à usina: estudo diacrônico da terminologia do açúcar*. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). São Paulo: FFLCH- USP, 2007.

WEINREICH, Weinreich; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for theory of language change. In: LEHMANN, Paul; MALKIEL, Yakov. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p.95-188.

CARTAS DE SISAL (BAHIA) UMA ANÁLISE SOCIOPRAGMÁTICA DO SISTEMA DE TRATAMENTO¹

*Elane Santos e Santos
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro*

PALAVRAS INICIAIS

O estudo sobre as formas de tratamento no português brasileiro (PB) tem sido escopo de diversas pesquisas no âmbito da Linguística, especialmente em razão das mudanças ocorridas ao longo do tempo e dos seus efeitos nos diversos níveis gramaticais da língua.

Castilho (2010) aborda os argumentos da tradição gramatical ocidental para a especificação da classe dos pronomes, que apresentam características semânticas, discursivas e gramaticais. No enfoque semântico-discursivo, os pronomes constituem as pessoas do discurso, pelo viés da dêixis, e concedem a retomada de integrantes, por meio da foricidade. Na perspectiva gramatical, essa classe expressa características morfológicas de caso, pessoa, número e gênero. Sobre o caso, o autor enfatiza que – apesar de o português ser uma língua de caso abstrato – a categoria dos pronomes pessoais manteve a distinção de casos herdada do latim vulgar, a partir da marcação de seus lexemas. “[...] É o caso dos itens nominativos (*eu, tu, ele, nós*), o acusativo (*o*), os acusativos-dativos (*me, te, se,*

¹ Este estudo apresenta um recorte da dissertação de Mestrado de Santos (2019).

nos), e o dativo (*mim, ti, si, lhe*). Essa marcação de caso particulariza os pronomes pessoais dentre os demais” (CASTILHO, 2010, p. 475).

Com a entrada do *você* no quadro pronominal do PB em referência à segunda pessoa do discurso, observa-se uma série de acontecimentos nas demais classes gramaticais. Essa forma tem origem nominal no tratamento *Vossa Mercê* e surge gramaticalizada a partir de alterações ocorridas nos seguintes domínios: alterações fonológicas bilineares (derivação de *Vossa Mercê* > *vos-mecê* > *você* > *ocê* > *cê*; alterações sintáticas (em que um sintagma nominal passa a ser utilizado como pronome pessoal); e alterações pragmáticas (inicialmente, o tratamento *Vossa Mercê* era destinado aos reis; posteriormente, com a ampliação dos domínios da burguesia, passou a ser utilizado por essa classe também, como forma de respeito; o *você*, contudo, oriundo do tratamento *Vossa Mercê*, é utilizado para referência entre iguais, e a forma o/a senhor(a) se configurou como tratamento cerimonioso.

Visando a contribuir para o entendimento do quadro pronominal atual, este texto apresenta uma análise sobre o uso das formas de tratamento na posição de *sujeito*, em cartas produzidas durante o século XX (1906-2000), por sertanejos baianos semialfabetizados, oriundos das localidades de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Essa documentação epistolar foi editada por Santiago (2012), que caracteriza os remetentes como *inábeis* (MARQUILHAS, 2000), isto é, redatores adultos situados em fase inicial de aquisição da escrita.

As cartas de Sisal são representativas do português popular brasileiro (PPB). Para Mattos e Silva (2004), essa vertente do português tem como antecedente histórico o português geral brasileiro, difundido aqui pela população africana e afro-brasileira, no período colonial. Sendo assim, estudos que apresentem documentos representativos do PPB são de essencial importância para a Linguística Histórica, pois, notadamente, auxiliam na recomposição de aspectos sócio-históricos e linguísticos dessa vertente.

1 O ESTUDO DO SISTEMA DE TRATAMENTO: UMA AGENDA DO PHPB

O Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) tem três agendas gerais: (i) constituição de *corpora* diacrônicos do português brasileiro; (ii) estudo sobre a história social linguística do Brasil; (iii) estudos linguísticos (MATTOS E SILVA, 2002). O presente estudo contempla dois aspectos da agenda: o segundo (ii), por abordar o perfil sociocultural dos remetentes, e o terceiro (iii), por

fazer um estudo linguístico das formas de tratamento em referência à segunda pessoa do discurso nas cartas de Sisal.

Em publicação recente, Lopes *et al.* (2018), no âmbito do Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), abordam questões relevantes para o estudo da mudança linguística em quatro classes gramaticais: pronomes, verbos, advérbios e preposições. No capítulo 1, é apresentado um estudo diatópico-dia-crônico em referência à 2ª pessoa do discurso no singular, em *corpora* escritos de mesma natureza, produzidos por brasileiros de diferentes estados, desde a segunda metade do século XIX ao século XX. Os autores buscaram traçar um panorama de uso do sistema pronominal do PB, em posição de sujeito de 2ª pessoa, que, atualmente, revela o emprego de três subsistemas: *você exclusivo*, *tu exclusivo*, *você~tu coexistindo* (LOPES E CAVALCANTE, 2011).

Scherre *et al.* (2015) reorganizam a proposta de mapeamento da alternância *tu/você* no PB, apresentada em Scherre *et al.* (2009), chegando a seis subsistemas, que levam em conta a concordância feita pelo pronome: só *você*, mais *tu* com concordância baixa, mais *tu* com concordância alta, *tu/você* com concordância baixa, *tu/você* com concordância média, *você~tu* sem concordância; os dados utilizados nesse mapeamento foram extraídos de estudos orientados pela sociolinguística laboviana, com base em amostras orais. Lopes e Duarte (2007) relatam que, por meio da união do paradigma de 2ª com o de 3ª pessoa do singular e com a supressão do paradigma de 2ª pessoa do plural, por meio das possibilidades combinatórias de *você* com *te~lhe*, *teu~seu/tua~sua*, etc., e de *vocês* com *lhes~vocês*, etc., o pronome *você* já se encontra “[...] perfeitamente integrado ao sistema de pronomes pessoais, substituindo *tu* em grande parte do território nacional ou convivendo com *tu* sem que o verbo traga a marca distintiva da chamada ‘segunda pessoa direta.’” (LOPES; DUARTE, 2007, p. 1). Além disso, estudos recentes também apontam que as formas do paradigma pronominal *tu* mostram-se vivas no uso do clítico *te* (e variantes), que se revela vigoroso. Sendo assim, nota-se que os resultados da variação existente entre as formas de tratamento em referência à segunda pessoa do singular no Brasil apresentam particularidades a depender do contexto em que são utilizadas.

2 O SERTÃO BAIANO EM FOCO: AS CARTAS DE SISAL

A documentação analisada pertence ao acervo *Cartas de Sisal: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu*, editada por Santiago (2012). É composto

por 91 cartas² pessoais, escritas entre 1906-2000, por 43 sertanejos (23 mulheres e 20 homens). Os homens são lavradores, trabalham na agricultura e na criação de animais e possuem poucos recursos financeiros; as mulheres desempenham atividades domésticas e muitas se dedicam ao trabalho no campo e criação de animais. Os redatores são oriundos da zona rural dos municípios de Riachão de Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu, localizados na região do semiárido baiano.

Os municípios analisados são circunvizinhos; Riachão do Jacuípe, todavia, faz parte do Território Bacia do Jacuípe, e as cidades de Conceição do Coité e Ichu localizam-se no Território do Sisal. De acordo com Santiago (2012), esses municípios contemplam historicamente relações políticas, econômicas e sociais; Riachão do Jacuípe – mesmo não pertencendo ao Território do Sisal – também apresenta, em menor escala, o seu cultivo e uma grande identificação histórico-cultural com os municípios de Conceição do Coité e Ichu. Dessa forma, os remetentes, em sua totalidade, fazem parte do mesmo contexto sociocultural.

Conforme Santiago (2012), a grande maioria dos redatores possui pouca escolaridade, tendo ocorrido em casa o primeiro acesso às letras, já que o acesso pela população rural ao ambiente escolar era difícil. Desse modo, o nível de escolaridade dos missivistas foi subdividido em: *estudou pouco em casa* (26 remetentes), *estudou apenas os primeiros anos* (2 remetentes), *estudou até a quarta série* (6 remetentes), *aprendeu através da convivência com amigos e leitura da Bíblia* (1 remetente), *sem identificação* (8 remetentes).

3 OS CAMINHOS DA ANÁLISE: UMA ABORDAGEM SOCIOPRAGMÁTICA

Este estudo insere-se no âmbito da Linguística Histórica sócio-histórica, conforme Mattos e Silva (2008), que considera os fatores extralinguísticos ou sociais e os intralinguísticos; a análise dos dados é feita de acordo com os princípios da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1994).

Também se levou em consideração a utilização de teorias sociopragmáticas, no intuito de correlacionar a utilização das formas de tratamento e as relações sociais entre remetentes e destinatários. Com base na *Teoria do Poder*

² As cartas fazem parte do banco de dados do projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)* (Fapesb 5566/2010 – Consepe 202/2010), coordenado pelas Professoras Doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, na Universidade Estadual de Feira de Santana.

e *Solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960), as relações sociais foram divididas entre assimétricas (descendente e ascendente) e simétricas; e, com base na *Teoria da Polidez* (BROWN; LEVINSON, 1987), buscou-se averiguar o emprego dos pronomes como estratégias de polidez positiva ou de polidez negativa.

Para a análise quantitativa dos dados, as ocorrências selecionadas foram codificadas e submetidas ao software *GoldVarb X³* (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005); dado o limite de páginas, serão apresentadas apenas algumas das variáveis consideradas por Santos (2019), a saber:

Quadro 1 – As variáveis em análise

VARIÁVEL DEPENDENTE	Referência à 2 ^a pessoa do discurso no singular
VARIÁVEIS INDEPENDENTES LINGÜÍSTICAS	VARIÁVEIS INDEPENDENTES EXTRALINGÜÍSTICAS
Paralelismo discursivo	Relação entre remetente e destinatário
	Tipologia das cartas

Fonte: Santos (2019)

4 O QUE DIZEM AS CARTAS DE SISAL SOBRE O SISTEMA DE TRATAMENTO

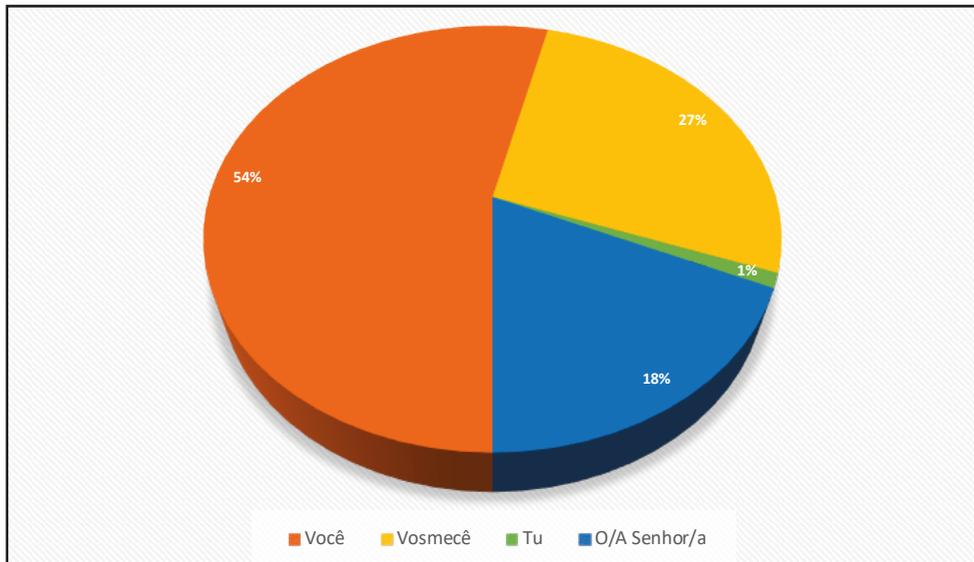
A seguir, alguns resultados obtidos sobre o sistema de tratamento na posição de sujeito, nas cartas de Sisal.

4.1 A posição de sujeito

O levantamento das formas tratamentais plenas encontradas no *corpus* revelou a utilização de quatro pronomes: *o/a senhor/a*, *vosmecê*, *ocê* e *tu*; contudo, nota-se que a variação concentra-se entre os dados de *o/a senhor/a*, *vosmecê* e *ocê*, como demonstra a Figura 1, a seguir:

³ Em razão da pouca quantidade de ocorrências e por estar trabalhando com uma variável dependente enéaria, decidiu-se não utilizar a “rodada” dos pesos relativos, trabalhando apenas com a frequência de uso dos dados.

Figura 1- O tratamento na posição de sujeito nas cartas de sertanejos baianos



Fonte: Santos (2019)

Os resultados gerais apresentaram um total de 93 ocorrências de formas de tratamento encontradas em posição de sujeito. A forma *você* obteve maior destaque, com 54% de produtividade (50 ocorrências), seguida da forma *vosmecê*, com 27% (25 ocorrências), e o tratamento *o/a senhor/a*, com 18% (17 ocorrências). O pronome *tu* registrou apenas uma ocorrência em posição de sujeito e, por esta razão, não se consideraram, em sua análise, todas as variantes em estudo. Assim, os resultados encontrados corroboram os de pesquisas que indicam que, a partir do século XX, o pronome *você* passa a ocupar os mesmos contextos funcionais do *tu*, que entrou em desuso em boa parte das regiões brasileiras (MACHADO, 2006; RUMEU, 2013; SILVA, 2012; entre outros). A seguir, apresentam-se os resultados da variável linguística paralelismo discursivo.

4.1.1 Paralelismo discursivo

Esta variável proporcionou controlar a combinação de formas tratamentais em uma mesma carta. Nesse sentido, buscou-se testar a hipótese de Martins (2010), segundo a qual a análise deste grupo se sustenta “[...] na premissa de que a produção linguística de uma série de referências pronominais de segunda pessoa pelo mesmo falante tende a favorecer a repetição do primeiro da série” (MARTINS, 2010, p. 74). A Tabela 1, abaixo, exhibe os resultados:

Tabela 1 - O paralelismo discursivo nas cartas de sertanejos baianos

Fatores	Formas			Total
	Você	O/A Senhor/a	Vosmecê	
<i>Primeiro da série não precedido</i>	14/22 (63%)	6/22 (27%)	2/22 (10%)	22/92 (24%)
<i>Isolado não precedido</i>	5/8 (62,5%)	2/8 (25%)	1/8 (12,5%)	8/92 (8,7%)
<i>Precedido de você</i>	31/31 (100%)	-	-	31/92 (33,7%)
<i>Precedido de o/a senhor/a</i>	-	8/8 (100%)	-	8/92 (8,7%)
<i>Precedido de vosmecê</i>	-	1/23 (4,3%)	22/23 (95,7%)	23/92 (25%)
Total				92/92 (100%)

Fonte: Santos (2019)

Na Tabela 1, observa-se que o fator *primeiro da série não precedido* apresenta uma maior utilização da forma *você*, com 63% de frequência (14 ocorrências), em relação ao tratamento *o/a senhor/a*, que exibe 27% de produtividade (6 ocorrências), e *vosmecê*, que expôs 10% de frequência (2 ocorrências). No que tange aos dados gerais, nota-se que o *corpus* apresenta maior índice percentual de uso da forma *você*; com isso, segundo a hipótese testada, a realização de uma série de referências à segunda pessoa pelo mesmo falante tende a propiciar a repetição do primeiro elemento da série, que, nesse caso, apresentou maior produtividade da forma *você*.

O fator *isolado não precedido* evidenciou que, dos oito dados encontrados, cinco correspondem à forma *você* (62,5%); dois referem-se à forma *o/a senhor/a* (25%), e apenas um dado diz respeito ao tratamento *vosmecê* (12,5%). Apesar da pouca quantidade de dados, pode-se inferir que, na amostra em análise, quando o tratamento utilizado se encontra isolado de outras formas, o pronome *você* demonstra uso preponderante. O fator *precedido por você* denota que, quando tal forma é utilizada, há uma inclinação à sua reutilização, o que pode ser percebido através do uso categórico de *você* (100%) nesse fator, com 31 ocorrências.

O fator formas *precedidas de o/a senhor/a* também apresentou uso categórico do tratamento *o/a senhor/a*, com produtividade de oito dados. Esses resultados também contribuem para confirmar a hipótese inicial de que formas pronominais precedentes tendem a propiciar o prosseguimento das mesmas formas; é necessário, contudo, considerar que, na amostra em análise, também foram encontradas séries em que há alternância de variantes, pois o fator formas precedidas de *vosemecê* apresentou emprego majoritário dessa forma nominal de tratamento (95,7% - 22 ocorrências) e a utilização do tratamento *a senhora* (4,3% - 1 ocorrência). Esse fato pode ter ocorrido em razão da forma *vosemecê* – utilizada especialmente nas cartas do início do século XX (1906-1910) – ainda resguardar um caráter cerimonioso da sua antiga forma nominal *vossa mercê*, especialmente por ter sido encontrada em relações *simétricas menos solidárias* (aspecto a ser analisado em subseção posterior); esse traço de cortesia também é característico da forma *o/a senhor/a*, reconhecida como tratamento polido/cerimonioso.

Apresentam-se, na sequência, os resultados da variável relação entre remetente e destinatário.

4.1.2 Relação entre remetente e destinatário

Para análise desta variável, adotou-se a proposta de divisão dos dados, a partir dos pressupostos da *Teoria do Poder e Solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960), que busca averiguar como determinados fatores linguísticos estão relacionados a estruturas sociais de poder ou solidariedade, assim como a readaptação dos eixos sociais proposta em Lopes (2001), na qual as relações sociais de inferior para superior são denominadas de *assimétricas ascendentes*(↑); de superior para inferior denominam-se de *assimétricas descendentes*(↓); e as relações entre membros do mesmo grupo social são intituladas de *simétricas*. Propôs-se também constatar a distinção entre as relações *mais solidárias* [+ *sol.*] e *menos solidárias* [- *sol.*], sendo a primeira instituída a partir do grau de intimidade demonstrado entre remetente e destinatário das cartas ou relação familiar mais próxima, como: amigos íntimos, namorados, cônjuges, irmãos, mãe-filha, filho(a)-mãe, cunhados(a), sobrinho(a)-tio(a), afilhado(a)-madrinha, nora-sogra; as relações consideradas *menos solidárias* foram as relações de amizades menos privadas e as relações familiares mais distantes, como: futuro sogro-futuro genro, futuro genro-futuro sogro e amigos pouco íntimos.

A Tabela 2, a seguir, demonstra as frequências de uso nas relações sociais das formas nominais e pronominais de tratamento em cartas de sertanejos baianos do século XX.

Tabela 2 - O uso das formas de tratamento nas relações sociais entre remetentes e destinatários.

Relação social	Formas Tratamentais				Total
	<i>Você</i>	<i>Tu</i>	<i>O/A Senhor/a</i>	<i>Vosmecê</i>	
Simétrica [+sol.]	47/81 (58%)	1/81 (1,2%)	11/81 (13,6%)	22/81 (27,2%)	81/93 (87%)
Simétrica [-sol.]	-	-	1/4 (25%)	3/4 (75%)	4/93 (4,3%)
Assimétrica ↓[+sol.]	3/3 (100%)	-	-	-	3/93 (3,2%)
Assimétrica ↓[-sol.]	-	-	-	-	-
Assimétrica ↑[+sol.]	-	-	5/5 (100%)	-	5/93 (5,4%)
Assimétrica ↑[-sol.]	-	-	-	-	-
Total	50/93 (53,8%)	1/93 (1,1%)	17/93 (18,3%)	25/93 (26,9%)	93/93 (100%)

Fonte: Santos (2019)

De acordo com os resultados expostos pela Tabela 2, nota-se que a relação *simétrica mais solidária [+sol.]* foi a que mais se destacou, apresentando o uso de todas as formas de tratamento encontradas na amostra. O grande uso de formas tratamentais nessa esfera já era esperado, pois, como já mencionado, o *corpus* em questão é composto por cartas pessoais trocadas entre amigos, compadres, namorados, familiares muito próximos, entre outros, o que demonstra que os remetentes e destinatários fazem parte do mesmo contexto social em que não se verifica hierarquia. Observa-se que a forma *você* é utilizada em relações *mais solidárias simétricas [+sol.]* (58% de produtividade – 47 ocorrências) e *assimétricas descendentes (↓) mais solidárias [+sol.]* (100% de produtividade – 3 ocorrências), ratificando os resultados de Martins *et al.* (2015, p. 32): “[...] na Bahia, a forma *você* parece ter entrado no sistema pronominal da 2ª pessoa por relações assimétricas descendentes e simétricas”.

A forma nominal *vosmecê*, estágio anterior do *você*, é utilizada, primeiramente, na relação *simétrica mais solidária [+sol.]* (27,2% de produtividade – 22 ocorrências), seguida da *relação simétrica menos solidária [-sol.]* (75% de produtividade – 3 ocorrências), o que denota o uso de formas relacionadas a *você*, especialmente nos contextos situacionais de intimidade/proximidade. As formas *o/a senhor/a* são encontradas em relações da esfera *simétrica mais solidária*, apresentando 13,6% de produtividade (11 ocorrências), e em relações da esfera

assimétrica ascendente (↑) *mais solidária*[+sol.], com 100% de produtividade (5 ocorrências). Desse modo, essa forma demonstra conservar aspectos de formalidade ou cerimoniosidade, especialmente por ser encontrada em relações de inferior para superior (*assimétrica ascendente* (↑)); pode também funcionar como estratégia de preservação da face do emissor durante a interação social.

Não houve ocorrências de formas de tratamento na posição de sujeito, em cartas pertencentes às relações *menos solidárias* [-sol.] *assimétricas descendentes*(↓) e *assimétricas ascendentes*(↑). Portanto, os resultados apresentados pelas cartas de sertanejos baianos corroboram as pesquisas segundo as quais, no decorrer do século XX, a forma tratamental *você* desassocia-se decisivamente do traço de polidez da sua forma de tratamento original *vossa mercê* e passa a ocupar os mesmos contextos funcionais de uso do pronome *tu*.

4.1.2.1 As estratégias de polidez nas relações sociais dos sertanejos baianos

De acordo com Brown e Levinson (1987), em uma situação comunicativa, o desejo de preservação das faces é uma propriedade universal, sendo a *face positiva* o desejo de aceitação social, e a *face negativa* o desejo de não ter as suas ações contrariadas, impedidas. Logo, os atos de fala empregados podem desempenhar ameaças tanto para o locutor quanto para o interlocutor. Desse modo, busca-se analisar, neste tópico, a partir das relações sociais *assimétricas* e *simétricas*, os atos de polidez positiva e polidez negativa encontrados em algumas cartas.

A esfera *assimétrica descendente* (relações de superior para inferior) apresenta apenas três cartas, sendo duas de vínculo entre mãe-filha (carta 63 e 87) e uma carta redigida pelo futuro sogro-futuro genro (carta 26); apenas as cartas enviadas de mãe-filha apresentaram ocorrências de formas tratamentais. As cartas escritas por redatores pertencentes a essa relação social apresentaram apenas a utilização da forma *você*, que aparece como pronome de 2ª pessoa no singular [+ solidário]; nessa posição, essa estratégia atua como parâmetro de polidez positiva, ou seja, de atenuação dos atos de ameaça à face positiva do destinatário, o que leva a diminuir o grau de imposição do ato de fala.

Já as doze cartas pertencentes à relação *assimétrica ascendente* (relações de inferior para superior) apresentaram utilização categórica, da forma respeitosa/cerimoniosa *o/a senhor/a*. Percebe-se o emprego da forma cerimoniosa como estratégia de polidez positiva, ou seja, os traços de personalidade são conhecidos e respeitados durante a interação. Grande parte das cartas pertencentes à amostra em análise são de relações sociais do tipo *simétrica* (76 cartas): cartas

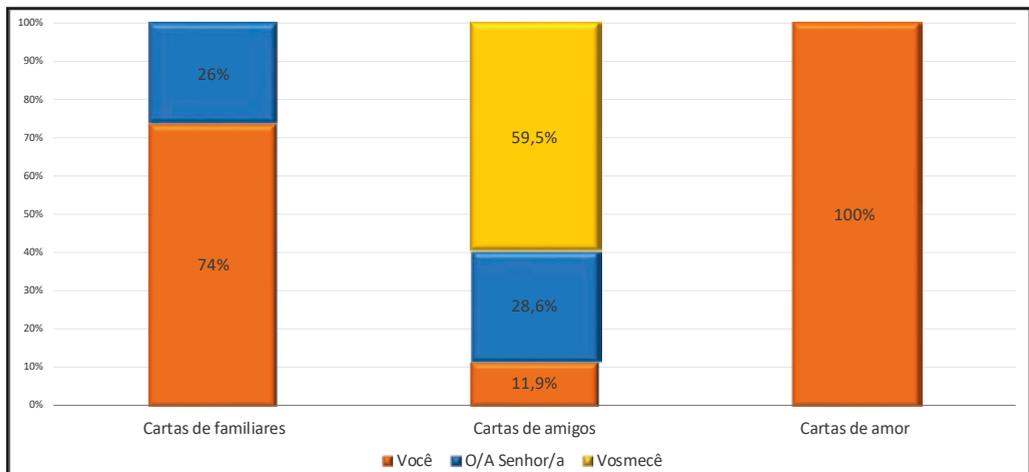
de amor, cartas de amigos e cartas para familiares (aspectos a serem explorados na subseção seguinte). Assim, nessa relação social, houve o emprego majoritário da forma *você*, que alternou com as formas *vosmecê* e *o/a senhor/a*. O emprego do *você* é visto como uma estratégia +solidária entre interlocutores que integram a mesma esfera social; essa forma atua nos mesmos contextos funcionais do pronome *tu*⁴.

A seguir, apresentam-se os resultados da variável *Tipologia das cartas*.

4.1.3 Tipologia das cartas

Com a análise dessa variável, buscou-se verificar se o teor das cartas influencia na utilização das formas de tratamento. Trabalhou-se, então, com base na hipótese formulada por Pereira (2012), segundo a qual as cartas familiares e amorosas possuem uma tendência à utilização de estratégias mais íntimas, ao passo que as cartas que abrangem pedidos tenderiam ao uso de formas cerimoniais. Logo, a variável em questão é constituída por três fatores: *cartas de amigos*⁵(26 cartas), *cartas de familiares* (28 cartas) e *cartas de amor* (12 cartas). A Figura 2 apresenta o uso das formas treatmentais encontradas nos tipos de carta em análise:

Figura 2-As formas de tratamento em função da variável tipologia das cartas



Fonte: Santos (2019)

⁴ Para mais detalhes sobre as estratégias de polidez na amostra em questão, consultar a dissertação de Santos (2019).

⁵ As 25 cartas do remetente Antonio Fortunato da Silva, escritas para o seu compadre/amigo João Carneiro de Oliveira, foram retiradas da análise geral, no intuito de evitar um possível enviesamento dos resultados; por esta razão, as correspondências de amigos foram quantificadas apenas com 26 cartas.

De acordo com a Figura 2, o fator *cartas de amigos* apresenta a utilização de todas as formas tratamentais encontradas na amostra, sendo a grande maioria, 25 dados (59,5%), referente à forma *você* (único fator a apresentar utilização de tais formas), seguida do tratamento nominal *o/a senhor/a* com 12 ocorrências (28,6%). O pronome *você* apresentou pouca produtividade entre as cartas dessa esfera, com apenas 5 ocorrências (11,9%). O único dado de *tu* na amostra foi perceptível em cartas dessa tipologia, o que reforça a visibilidade do uso de um tratamento respeitoso entre os interlocutores que fazem parte do mesmo campo social. Nas *cartas de familiares*, a forma *você* foi mais empregada, com 74% de produtividade (14 ocorrências), ao lado do tratamento *o/a senhor/a*, com 26% de frequência (5 ocorrências), utilizado em relações do tipo *assimétrica ascendente*, como as de: filho(a)-mãe, sobrinho(a)-tio(a), nora-sogra, afilhada-madrinha. Nas *cartas de amor*, observou-se apenas a utilização da forma *você*, com 31 ocorrências (100%).

Portanto, os fatores analisados nessa variável indicam que o *você* é amplamente empregado em cartas da esfera íntima, ou seja, cartas de familiares e amorosas. Esses resultados também sugerem que, nas cartas de sertanejos baianos, o *você* ocupa os mesmos contextos funcionais do pronome *tu*, ocorrendo especialmente na esfera íntima.

5 PRINCIPAIS RESULTADOS E PERSPECTIVAS DE ESTUDO

Neste trabalho, apresentaram-se alguns aspectos da variação entre as formas de tratamento em referência à segunda pessoa do discurso, na posição de sujeito, em cartas de sertanejos baianos semialfabetizados. De modo geral, os resultados evidenciaram o emprego majoritário de *você* nas cartas, que demonstra ser o pronome de intimidade, atuando como estratégia mais solidária. Assim, a análise aqui apresentada – pautada na proposta de Lopes e Cavalcante (2011) e Scherre *et al.* (2009; 2015) – destaca que o subsistema de tratamento preponderante nas cartas de Sisal, é o de *você-exclusivo*. Pesquisas com dados recentes afirmam que, na capital baiana, o subsistema que vigora também é o de *você-exclusivo* (CARDOSO, 2014); no interior, entretanto, verifica-se a presença do subsistema *você/tu sem concordância* (SCHERRE *et al.* 2015). Em vista disso, apesar de ter sido encontrado, no *corpus* em análise, apenas um raríssimo dado de *tu*, na sua forma plena, os pronomes-complementos pertencentes ao seu paradigma continuam bem atuantes nas cartas sertanejas (cf. SANTOS, 2019), através da forma *te*, o que está também evidenciado pelas pesquisas de Lopes e Cavalcante (2011),

Lopes, Rumeu e Carneiro (2013), Andrade, Carneiro e Lacerda (2016), entre outros.

É notória a necessidade de ampliação dos estudos que visem a mapear o sistema de tratamento no PB. As pesquisas nas regiões Norte e Nordeste têm avançado muito nos últimos anos, segundo Scherre *et al.* (2015), que apresentam dados de oralidade, salientando que, em tais regiões, há uma maior variedade de subsistemas, com o emprego de seis subsistemas na região Norte e de quatro subsistemas na região Nordeste.

Novas pesquisas, com base especialmente em *corpora* de fala, poderão trazer novos dados para discussão sobre o sistema de tratamento no sertão baiano.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aroldo Leal de; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. Formas treatmentais em cartas baianas: sujeito e outras funções. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 58, n. 2, p. 257-76, mai./ago. 2016. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/5114/5458>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEEK, T. (Org.). *Style in language*. Cambridge-Mass: MIT Press, 1960, p. 252-81. Disponível em: <https://www.ehu.eus/seg/_media/gizt/5/5/brown-gilman-pronouns.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: some universal in language usage*. Cambridge: Cambridge University, 1987.

CARDOSO, S. A. M *et al.* *Atlas linguístico do Brasil: cartas linguísticas* 1. vol. 2. Londrina: EDUEL, 2014.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português*. São Paulo: Contexto, 2010.

LABOV, William. *Principles of linguistic change: internal factors*. Blackwell: Oxford, 1994.

LOPES, Celia Regina dos Santos. *Processo evolutivo de ‘vossa mercê’ > ‘você’ (português) e ‘vuestramerced’ > ‘usted’ (espanhol)*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA, 2., 2001, Fortaleza.

LOPES, Celia Regina dos Santos; DUARTE, Maria Eugênia L. Notícias sobre o tratamento em cartas escritas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. In: RAMOS, Jânia M.; ALKMIM, Mônica A. (Org.). *Para a história do português brasileiro: estudos sobre mudança linguística e história social*. v. 1. Belo Horizonte: Ed. FALE/UFMG, 2007, p. 28.

LOPES, Celia Regina dos Santos; CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. A cronologia do vozeamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico -te. *Linguística*. v. 25, p. 30-65, 2011. Disponível em: <http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/25_linguistica_030_065.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

LOPES, Celia Regina dos Santos; RUMEU, Márcia Cristina de Brito; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. A configuração diatópico-diacrônica do sistema de tratamento do português brasileiro. *Revista do Gelne*, p. 187-2012, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9416/6770>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

LOPES, Celia Regina dos Santos et al. A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: a posição de sujeito. In: CASTILHO, Ataliba T. de; LOPES, Célia R. dos S. (Coord.). *História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 24-141.

MACHADO, Ana Carolina Morito. *A implementação de “você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINS, Germano Ferreira. *A alternância tu/você/senhor no município de Tefé – estado do Amazonas*. 2010. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6996/3/2010_GermanoFerreiraMartins.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v. 1. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002. p. 443-64.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Thiago Laurentino de. *Entre o linguístico e o social: complementos dativos de 2ª Pessoa em cartas cariocas (1880-1980)*. Dissertação (Mestrado) – UFRJ / Faculdade de Letras / Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: 2014.

PEREIRA, Rachel de Oliveira. *O tratamento em cartas amorosas e familiares da família Penna: um estudo diacrônico*. 2012. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.laborhistorico.lettras.ufrj.br/Mestrado/PereiraRO.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. *Língua e sociedade: a história do pronome “você” no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. Tu’ ou ‘você’, ‘te’ ou ‘lhe’? A correlação entre as funções de sujeito e complemento verbal de 2a pessoa. *Linguística (Madrid)*, v. 31, n. 2, p. 83-109, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v31n2/v31n2a07.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali A; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SANTIAGO, Huda da Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de mãos “cândidas” do sertão baiano*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012 [inédito]. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/monografias/SANTIAGO_H-Mestrado-2012.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SANTOS, Elane Santos e. *Para a história do português popular brasileiro: o sistema de tratamento em cartas baianas do século XX*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2019. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/12gtRcGL95JEmjVpg4j1S4iTkxuYZdF9Q/view>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

SCHERRE, Maria Marta Pereira et al. *Usos dos pronomes “você” e “tu” no português brasileiro*. In: SIMELP, 2., 2009, Portugal. Anais... Évora: Universidade de Évora, 2009.

SCHERRE, Maria Marta Pereira et al. Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, Marco Antonio; ABRAÇADO Jussara (Org.). *Mapeamento socio-linguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 131-72.

SILVA, Paula Fernandes. *O tratamento no início do século XX: uma análise sociopragmática das cartas da família Land Avellar*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Camila Duarte de. *Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você: a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980)*. Dissertação (Mestrado) – UFRJ / Faculdade de Letras / Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. Rio de Janeiro: 2014.

ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS NO *INSTAGRAM* ANÁLISE DE 3 PUBLICAÇÕES NO PERFIL DE UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE SAÚDE E ESTÉTICA

*Alessandra Lopes Fontoura
Gilberto Nazareno Telles Sobral*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o avanço da tecnologia e a constante presença da *internet* na vida das pessoas, a propaganda precisou adaptar-se, bem como buscar novas formas de atingir seu público-alvo. Em paralelo a isso, os avanços tecnológicos permitiram, por exemplo, que diversas funções fossem agregadas aos telefones celulares, tornando-os verdadeiros *smartphones*, remodelando os hábitos de consumo dos indivíduos que estão, a cada dia, mais *online* em seus telefones móveis, utilizando-se dos diversos aplicativos que estão disponíveis para serem utilizados.

Nesse cenário, há o aplicativo *Instagram*, criado em 2010, e que hoje já foi baixado mais de 1 bilhão de vezes em todo mundo e possui milhões de contas ativas atualmente. Originalmente, essa ferramenta foi desenvolvida para o compartilhamento de fotos, mas hoje se mostra como um dos principais instrumentos para divulgação de marcas e produtos. Em essência, cada usuário desse aplicativo pode seguir todos aqueles que de alguma forma o interessarem e, a partir daí, passará a ver as publicações desse perfil seguido. Dessa forma, quando encarada como mídia publicitária, pode-se dizer que cada usuário do *Instagram* tem como seu público-alvo seus seguidores diretos e que esse universo pode ser

ampliado, aumentando o alcance das publicações através da utilização de técnicas conhecidas como *repost*⁶ e utilização de *hashtags*⁷. Assim, faz-se necessário entender quais estratégias podem maximizar os resultados da propaganda nesse aplicativo e, ainda, que elementos argumentativos surtem maior efeito quando bem utilizados.

Temos, então, a empresa Nudik (2016), localizada em Salvador/Bahia, que atua no segmento de saúde e estética, a partir de uma visão diferenciada no tratamento aos seus pacientes, cujo foco de atuação para promover resultados mais satisfatórios é um trabalho integrado, associando diversas áreas da medicina, nutrição e fisioterapia. A clínica defende que o corpo humano é um conjunto e, para obtenção de resultados estéticos mais efetivos e duradouros, é necessário que todo esse conjunto seja trabalhado. No que se refere ao público-alvo, a clínica visa ao atendimento de homens e mulheres adultos, da classe A (até por não aceitar planos de saúde e só fazer atendimento particular). A referida clínica é usuária do *Instagram* desde a sua inauguração e utiliza esse aplicativo como principal forma de divulgação de seus serviços entre a empresa e seu público-alvo.

Dessa forma, surge um interesse em entender como a publicidade tenta interferir e induzir as pessoas a consumirem seus produtos através do *Instagram*. A partir desse panorama, objetiva-se, neste capítulo, estudar as estratégias argumentativas utilizadas pela empresa em três peças publicitárias veiculadas, entre março e maio de 2016, para entender que recursos podem maximizar os resultados da propaganda nesse aplicativo. Toma-se como base o *Tratado da Argumentação: a nova retórica* de Perelman e Olbrecht-Tyteca (2005), para o estudo do *logos*, além dos estudos de Farina (1997), Guimarães (2004), entre outros, para análise das cores presentes nas peças, elemento importante em peças publicitárias.

No intuito de alcançar o objetivo proposto neste texto, foi realizada uma pesquisa do tipo qualitativa através da análise de um *corpus* composto por anúncios publicados, pela empresa observada, na plataforma *Instagram*. O perfil dessa empresa no referido aplicativo tem três anos de existência e já conta com cerca de 600 publicações. Diante da grande quantidade de anúncios exis-

⁶ Espécie de compartilhamento de uma publicação em um perfil do *Instagram* por outros usuários em seus perfis pessoais.

⁷ Palavras-chave utilizadas para categorizar as publicações. Ao final da legenda o usuário pode inserir palavras ou expressões precedidas de #, a partir daí as imagens podem ser encontradas através de buscas pelas palavras que foram cadastradas.

tentes, como não seria possível realizar um estudo que abarcasse todos eles, foi necessário estabelecer alguns parâmetros para a seleção daqueles que fariam parte deste estudo.

O primeiro parâmetro estabelecido foi a definição do período de publicação, assim todas as peças selecionadas deveriam ter sido publicadas entre 01 de março de 2016 (data em que o perfil foi criado no *Instagram*) e 31 de maio de 2016, o primeiro trimestre da conta da referida empresa no aplicativo. Após a aplicação desse primeiro requisito, restaram 66 publicações. Como o número ainda era bastante elevado, optou-se, para esse capítulo, por selecionar uma peça para cada mês do período, perfazendo assim 3 peças no total.

Para a seleção dessas três publicações, foram utilizados os seguintes filtros:

- (1) Anúncio com texto além da imagem: como o aplicativo é bastante visual, é comum a presença de publicações que trabalhem apenas com imagem. Assim, só foram considerados anúncios que tivessem, além da imagem, algum tipo de texto (seja título na imagem ou na legenda);
- (2) Possuir 5 (cinco) ou mais palavras: ainda em decorrência do apelo visual do *Instagram*, mesmo quando há a presença do texto, é frequente a utilização apenas de uma palavra em conjunto com a imagem. Para evitar análises de peças desse tipo, foi estabelecido o critério de que as publicações selecionadas deveriam ter ao menos 5 palavras (no título ou na legenda);
- (3) Ter uma publicação para cada mês do período estudado (em meses com mais de uma publicação que se encaixou nos outros pré-requisitos, foi selecionada aquela que parecia oferecer mais elementos textuais).

A partir da seleção das peças, foram estabelecidas etapas de análise que também acabaram por auxiliar na sistematização do trabalho. As etapas definidas foram:

- Observação de cada publicação em separado;
- Verificação e descrição dos elementos visuais presentes na peça, primeiramente o cenário e, posteriormente, as cores utilizadas (qual foi a imagem utilizada, que elementos ela apresenta e o que eles podem significar, que significação essas cores poderiam oferecer);
- Observação do texto (qual o texto presente na imagem, principalmente no título);
- Identificação das possíveis conexões da imagem e texto com elementos de fora da publicação e que dão embasamento à mensagem veiculada

(informações, fatos, teorias já conhecidas que respaldem ou validem o que foi publicado);

- Identificação dos tipos de argumento presentes na peça.

1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ARGUMENTATIVOS NAS PEÇAS PUBLICITÁRIAS QUE COMPÕEM O *CORPUS* DO TRABALHO

A primeira peça publicitária analisada, intitulada *Saúde e estética – Unimos o melhor dos dois mundos para você* (Figura 1), utiliza-se de uma imagem composta por elementos variados como maçã, balança, fita métrica e parte de um corpo aparentemente magro.

Figura 1 – Publicação Saúde e Estética

The image shows a screenshot of an Instagram post. The top part of the post is a composite image with a light beige background. On the left, a person's waist is being measured with a blue measuring tape. On the right, there is a yellow apple and a white scale. The text 'Saúde e estética. Unimos o melhor dos dois mundos para você.' is written in a clean, sans-serif font. The NUDIK logo is visible in the bottom left of the image. Below the image are the standard Instagram interaction icons: a red heart, a speech bubble, a paper plane, and a bookmark. The caption reads: 'Curtido por chizuoriental, dradanielabarros e outras 15 pessoas nudik360 Corpo bonito é um corpo saudável de dentro para fora. Pensando nisso, aqui na NUDIK você encontra profissionais de diversas áreas de saúde e estética com tratamentos integrados e pensados especialmente para atender às suas necessidades. Marque agora sua avaliação conosco! (71)3052-0800/(71)99312-1141 #Nudik360 #ClínicaConceitoSalvador #EstéticaSalvador #SaúdeSalvador 9 DE MARÇO DE 2016 - VER TRADUÇÃO'.

Fonte: www.instagram.com/nudik360

Todos os referidos elementos associam-se ao controle de peso ou à busca por um corpo magro, considerado como ideal. A maçã faria alusão a uma

alimentação saudável que dê prioridade ao consumo de frutas e legumes, já a balança se relaciona ao controle de peso e a necessidade de ter um corpo magro. Quanto à fita métrica, também se configura num elemento para controle de peso, já que é utilizada para verificar as medidas corporais e confirmar se elas estão dentro da normalidade. Finalmente, foi utilizada a imagem de um corpo feminino totalmente dentro dos padrões estabelecidos (magro e jovem) como uma referência ao tipo de resultado que o consumidor deve almejar e conseguir com o auxílio da empresa anunciante.

A partir do texto apresentado como título e subtítulo da publicação, fica subentendido que saúde e estética compreendem mundos distintos trabalhados normalmente de forma separada. No entanto, o discurso da empresa (identificado não apenas nesse anúncio) reforça a teoria de que a beleza (que se refere ao mundo da estética) é uma consequência de um corpo saudável, então quem busca ser bonito deve primeiramente almejar possuir saúde. Partindo dessa premissa, a empresa oferece pacotes de tratamentos integrados que conciliam a atuação de profissionais dos dois mundos e assim seriam mais eficazes para atender as necessidades de seus pacientes.

Em relação às cores trabalhadas, há uma predominância por tons pastéis, nada que possa chocar o público-alvo, destacando o branco, o azul claro (presente na fita métrica), o amarelo (na fruta) e um pouco de vermelho e preto (na balança). O branco se faz presente possivelmente para transmitir leveza e também conferir ao anúncio um clima ameno, que não agrida o consumidor, até porque o tema “busca pelo peso ideal” por si só já é algo que mexe com sentimentos conflitantes, a pessoa que tem o peso como um problema comumente já sofre de angústia e ansiedade.

A utilização do azul, ainda como um detalhe, dá à imagem um clima de calma e relaxamento, algo bastante necessário ainda mais quando utilizado num objeto que é temido pelos que precisam perder medidas (a fita métrica), já o amarelo confere à imagem o foco, necessário para qualquer um que pretende se submeter a qualquer tipo de tratamento para emagrecer. Finalmente, o vermelho e o preto podem ser encarados como significado de força, também importante característica quando se trata da luta pela perda de peso. Nesse sentido, é possível afirmar que houve uma preocupação em utilizar predominantemente cores funcionais já que elas atuaram como elementos de reforço da função comunicativa do produto anunciado (BERGSTRÖM, 2009).

No que se refere ao tipo de argumentação utilizada, é possível identificar, inicialmente, a presença do argumento pragmático, que se refere a “apreciar um

ato ou acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 303), uma vez que, através do texto, a beleza é apresentada como consequência de saúde, e, se a primeira é algo positivo e almejado pelas pessoas, automaticamente a causa também será. Por conta disso, as pessoas se sentiriam motivadas a mudar hábitos alimentares e se submeter a algumas restrições a fim de atingir os resultados desejados.

Destaca-se, também, o argumento de sacrifício, que trata do tipo de esforço que um indivíduo estaria disposto a se submeter no intuito de alcançar algum tipo de resultado (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Assim, quando se fala em beleza e saúde, e são apresentados elementos visuais que remetem aos prováveis sacrifícios pelos quais o indivíduo precisará passar para alcançar o corpo saudável, belo e magro, certamente fica clara a relação entre o esforço e a consequência dele. Por fim, há a presença do argumento causal, que, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), considera um determinado ato como maneira de atingir um fim estabelecido, algo que também está evidente na publicação, cuja prática de hábitos saudáveis levaria o público-alvo a conquistar o ideal de beleza imposto pela sociedade.

Figura 2 – Publicação Criowave



Fonte: www.Instagram.com/nudik360

A segunda publicação analisada, com o título *Você sabe o que é criowave*, utiliza a imagem de uma mulher deitada, em posição que sugere estar realizando um procedimento estético. Em destaque, há parte de um equipamento com as mãos de um provável profissional, responsável pela realização do tratamento oferecido pelo anúncio. Apesar de não ser possível ver o corpo da mulher totalmente, alguns detalhes não passam despercebidos, como o fato de parecer jovem, ter um rosto aparentemente bonito - segundo os padrões da classe dominante (representado pelos olhos e sobrancelhas bem delimitadas), bronzeada e, ainda, é possível notar que se trata de uma mulher relativamente magra. No que se refere às cores encontradas, destacam-se o branco, marrom, vermelho e dourado que formam uma paleta capaz de criar a atmosfera adequada para o consumo do serviço apresentado (BERGSTRÖM, 2009).

O branco é uma cor sempre utilizada em peças desse segmento possivelmente por promover sensação de honestidade, paz, harmonia e, ainda, por ser uma cor que é muito associada a assuntos ligados à saúde. O vermelho tem um papel importante na imagem, já que é responsável por levar a sensação de movimento, dando a entender que a máquina está em funcionamento e, além disso, passa ao consumidor força, energia, ação, que são características positivas em se tratando da mensagem pretendida com a publicação. Por se tratar de uma cor quente, é responsável por estimular o consumidor, atraindo o mesmo para uma ação desejada (FARINA, 1997; 2006).

A utilização do marrom confere ao anúncio, principalmente, o teor de solidez e confiabilidade, características extremamente importantes especialmente numa publicação que trata de divulgar um lançamento, um tratamento ainda desconhecido e, talvez por isso, desperte a desconfiança dos possíveis consumidores. A presença do dourado, ainda que apenas como detalhe, traz à imagem elementos como o luxo (o que é totalmente pertinente já que a empresa tem como público-alvo pessoas de alto poder aquisitivo) e sabedoria.

A partir de uma avaliação mais criteriosa sobre o texto presente na publicação, em conjunto com a imagem, foi possível identificar a existência de dois tipos de argumento. Inicialmente, levando em consideração os efeitos da peça sobre aqueles que conhecem a empresa e sua posição como referência na área em que atua, destaca-se o argumento de autoridade, que parte da utilização de teses já consolidadas como fundamentação de suas ideias (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), já que, no anúncio, é feita a apresentação de um tratamento e a comprovação de sua eficácia se dá a partir de pesquisas científicas realizadas. Na verdade, na publicação em questão, não há uma

apresentação direta da pesquisa científica que comprova os resultados oferecidos pelo equipamento, mas, em postagens anteriores, foram divulgados diversos dados que demonstram que tudo oferecido na clínica é devidamente pautado por pesquisas científicas.

Outro aspecto relevante, nessa peça publicitária, é a afirmativa de que a empresa faz parte de um pequeno grupo de clínicas na Bahia que dispõe dessa tecnologia, informação que reafirma o seu posicionamento pioneiro no segmento, responsável por trazer o que há de mais novo no mercado, assumindo uma postura de referência para os outros profissionais do mercado. O orador assim se posiciona como precursor, um modelo a ser seguido, responsável por direcionar todas as empresas da área em que atua.

Além disso, há também a presença da argumentação pelo exemplo, que trata da definição de um princípio utilizando-se de casos particulares (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), já que, de forma geral, tudo que é oferecido na área de estética se respalda pela aplicação do tratamento em algumas pessoas e, a partir da resposta positiva obtida nesses casos, há a generalização e oferecimento do mesmo tratamento para terceiros. Quando, no texto, fala-se em perda de gordura localizada de forma efetiva, parte-se do pressuposto de que já houve casos anteriores em que a *criowave* foi utilizada e trouxe os resultados almejados. Ainda é importante destacar a presença de um empréstimo linguístico na criação do nome do tratamento, já que *criowave* foi um nome criado para nomear o tratamento, a partir da junção dos termos criolipólise (tratamento já conhecido para combater as gorduras localizadas e até comercializado como uma espécie de lipoaspiração sem cortes) e do termo em inglês *wave* (ondas).

A terceira peça analisada apresenta um formato muito utilizado pela empresa e visa a apresentar resultados reais de pacientes não identificados que se submeteram a algum tratamento oferecido por ela. Com o título de *antes e depois*, o objetivo central da publicação é comprovar a eficácia dos protocolos oferecidos e, ainda, a partir das boas evoluções apresentadas, conquistar novos clientes. O anúncio em questão apresenta um tratamento realizado em um homem e mostra, através da legenda, que é um público muito atendido pela clínica, conferindo a ela um domínio em relação a um segmento mais específico de pacientes. Finalmente, a peça também informa o segredo para os bons resultados alcançados, que resumidamente seriam graças ao trabalho multidisciplinar, nesse caso específico composto pelo tratamento, alimentação adequada, atividade física e conhecimento fisiológico. Por se tratar de uma ilustração de antes e depois, a única imagem trabalhada consiste em parte do corpo do paciente, dando destaque à área tratada.

Por ser um anúncio que prioriza uma imagem real de tratamento, as cores em destaque são as do corpo humano em questão, bem como de vestimentas que a pessoa usava no momento (portanto pretende-se passar a ideia de que não foram escolhidas de forma proposital). No entanto, houve uma preocupação com a cor de fundo, moldura e outros detalhes que deram um acabamento à imagem. Inicialmente, é possível identificar o marrom claro, que se apresenta para levar confiabilidade ao conteúdo. Foi possível visualizar, também, a presença do dourado e do amarelo, ambos como detalhes, que dão ao anúncio as sensações de otimismo, foco, luxo e sabedoria (FIGUEIRÊDO, 2016).

Figura 3 – Publicação Antes e Depois

The image displays two screenshots of an Instagram post from the account 'nudik360'. The left screenshot shows a 'Before and After' comparison of a man's waistline, with 'ANTES' on the left and 'DEPOIS' on the right. The right screenshot shows a close-up of the man's waist in jeans, with the NUDIK logo and contact information below it. The post includes 24 likes and several comments.

Left Screenshot: Shows a 'Before and After' comparison of a man's waistline. The left side is labeled 'ANTES' and the right side is labeled 'DEPOIS'. The man is wearing dark pants and a belt. The NUDIK logo and contact information (71) 3351-0800 / (71) 99312-1141 are visible at the bottom.

Right Screenshot: Shows a close-up of the man's waist in jeans. The NUDIK logo and contact information (71) 3351-0800 / (71) 99312-1141 are visible below the image. The post has 24 likes and several comments.

Comments:

- andre_fons** Os tratamentos estéticos da @nudik360 são 📈. Eu sou cliente e estou super satisfeito com os resultados obtidos. #euindico
- nudik360** @andre_fons Querido muito obrigada pelo seu Feedback! Ficamos felizes com seu retorno! 😊

Post Text:

nudik360 Terminamos o dia com esse resultado incrível masculino, temos bastante pacientes homens! Nosso sucesso é conquistado em conjunto! Alta tecnologia Estética + conhecimento fisiológico + Alimentação adequada + atividade física = SUCESSO! 😊 #esteticaderesultado #conceito360 #esteticaesaudavel #alimentacaosaudavel #eatclean

Fonte: www.Instagram.com/nudik360

Quando se trata de uma publicação que apresenta resultados em uma área que ainda desperta muita desconfiança, passar sensações de confiabilidade, sabedoria, otimismo, por exemplo, pode, em alguma medida, auxiliar o público-alvo a absorver o conteúdo de forma mais positiva e sem questionamentos acerca da veracidade do que está sendo apresentado.

No que se refere à argumentação, foi possível identificar, no anúncio, a existência de três tipos de argumento. Em primeiro lugar, conforme categorização de Perelman e Olbreschts-Tyteca (2005), há o argumento pela comparação já que, como estratégia para promover a persuasão do consumidor, há uma relação comparativa entre a realidade de não ser submetido ao procedimento (antes) e a de ter sido realizado o tratamento (depois). Na medida em que aquilo que é apresentado como ‘depois’ se configura num cenário mais atrativo, então o consumidor é levado a confiar na eficácia do que é oferecido e, portanto, motiva-se a contratar o serviço.

O orador, nessa publicação, utiliza também a argumentação pelo sacrifício, uma vez que são enumerados os diversos percalços que o consumidor ilustrado enfrentou para alcançar os resultados, ficou claro que não foi apenas a utilização dos recursos estéticos, mas também efeito de um plano alimentar (certamente com restrições) em conjunto com atividade física que resultou na imagem apresentada. Assim, a empresa se valeu da apresentação de uma série de sacrifícios que o seu cliente se submeteu em prol de um resultado que almejava e, de certa forma, já antecipa ao seu público-alvo que tipo de concessões deverão se submeter em vista de atingir uma meta estética.

Finalmente, houve também uma argumentação pelo exemplo, já que o orador se utiliza do caso particular apresentado nas imagens para defender a tese de que os tratamentos estéticos oferecidos pela clínica associados a alimentação saudável e atividade física efetivamente dão resultado. Em vista disso, o consumidor que tem acesso ao conteúdo veiculado passa a aderir à tese apresentada já que visualiza o exemplo divulgado como uma comprovação de que o tratamento oferecido é verdadeiramente eficaz.

Após a análise das 3 publicações em separado, foi possível identificar o uso de pelo menos 6 tipos diferentes de argumentos, todos relacionados ao processo de ligação, pertencentes aos 3 subgrupos existentes, a saber: os argumentos quase-lógicos (representados no *corpus* pelo argumento de comparação e pelo argumento do sacrifício), os argumentos baseados na estrutura do real (através do uso da argumentação causal, do argumento pragmático e do argumento de autoridade) e os argumentos que visam a fundar a estrutura do real (através da utilização da argumentação pelo exemplo).

O segmento estético encontra, ainda hoje, a desconfiança por parte de muitos consumidores potenciais, apesar dos avanços realizados na área. Assim, uma estratégia que parece promover um maior grau de adesão do auditório é aquela que se baseia na apresentação de resultados positivos (através de comparação,

ligações de causa e efeito, por exemplo), ou que mostre que as práticas adotadas pelo orador são respaldadas pela ciência ou profissionais de grande renome (através do argumento de autoridade) que deixam mais garantidos, na mente no consumidor, os resultados que ele alcançará através dos tratamentos oferecidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, antes mesmo deste trabalho ser iniciado, já se sabia que não seria possível desvincular a publicidade e a propaganda da retórica, através dele ficou ainda mais evidente que, com o uso de técnicas argumentativas mais adequadas ao tipo de mensagem anunciada, a persuasão do auditório é maximizada.

A publicidade e a propaganda visam a divulgar ideias, produtos e serviços com fins comerciais, gerando demanda para o que é anunciado. Assim, para que um anúncio alcance de fato os objetivos do orador, não basta apenas ser composto por um texto bem redigido e de uma imagem bem produzida, mas sim ter uma imagem prévia do auditório a que se dirige a fim de que, efetivamente, consiga persuadi-lo a responder à tese proposta da forma esperada. É fundamental, portanto, avaliar quais técnicas argumentativas são capazes de promover esse maior nível de persuasão de acordo com o auditório almejado.

Em virtude dos diferentes tipos de estratégias argumentativas encontradas, foi possível concluir que o segmento de estética, por despertar, ainda, a desconfiança acerca da eficácia dos tratamentos oferecidos, precisa estar atento às características de seu auditório, empregando argumentos que deem credibilidade ao serviço oferecido. No presente estudo, verificou-se a utilização de diferentes argumentos a depender daquilo em que se buscava a adesão do auditório. Para a apresentação de resultados de sucesso, visando a garantir que os serviços oferecidos dão o retorno prometido, observou-se, exemplificando, o emprego da argumentação pelo exemplo. Também a título de ilustração, comprovou-se que a presença do argumento de autoridade é uma forma de tentar validar aquilo que é comunicado pelo orador, fazendo com que o seu auditório receba a informação de forma mais segura e livre de muitos questionamentos.

A partir deste estudo, também foi possível perceber como as cores exercem forte influência na construção da mensagem que se pretende passar ao auditório e por isso são selecionadas de acordo com o perfil do orador, da imagem que ele quer passar para o seu auditório, bem como com elementos relacionados ao tipo de produto ou serviço comercializado no anúncio e no ambiente propício para o consumo do mesmo. Nesse sentido, em se tratando do segmento de estética e

levando em consideração que a empresa analisada tem como público-alvo pessoas de alto poder aquisitivo, evidenciou-se a preferência pela utilização de cores que dialogavam com essa realidade, transmitindo harmonia, saúde, mas também luxo e riqueza.

Por fim, ratificamos a importância da escolha dos argumentos a depender da situação argumentativa, sempre levando em consideração o auditório.

REFERÊNCIAS

BERGSTRÖM, Bo. *Fundamentos da comunicação visual*. São Paulo: Rosari, 2009.

FARINA, Modesto. *Psicodinâmica das cores*. 4ª ed. São Paulo: Blücher, 1997.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 5. ed. ver. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

FIGUEIRÊDO, Eduardo. A influência das cores na publicidade e propaganda. *Marketing moderno*. 28/12/2016. Disponível em: <<http://www.marketingmoderno.com.br/a-influencia-das-cores-na-publicidade-e-propaganda/>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. 3ª ed. Pinheiros: Annablume, 2004.

INSTAGRAM. Disponível em: <www.Instagram.com>. Acesso em: 13 jun. 2016.

NUDIK. *Saúde e estética integrada*. Disponível em: <www.nudik.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PERELMAN, C.; OLBRECHTSTYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005

USOS DE *ONDE* NA ESCRITA MULTIFUNCIONALIDADE, ABSTRATIZAÇÃO SEMÂNTICA E GRAMATICALIZAÇÃO

*Ilana Guimarães de Souza
Cristina dos Santos Carvalho*

INTRODUÇÃO

Na literatura linguística, a gramaticalização, em sentido restrito, tem sido vista como um processo através do qual itens lexicais, em determinados contextos linguísticos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; BYBEE *et al.*, 1994; MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996, dentre outros). Esse processo tem sido descrito a partir de *continua* unidirecionais de abstratização semântica (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991) e mudança categorial (HOPPER; TRAUOGOTT, 2003[1993]).

No presente capítulo, investigamos os usos - gramaticalizados ou não - do item *onde* na modalidade escrita do português brasileiro. Assim, pretendemos observar a gradual mudança categorial de item menos gramatical para mais gramatical, a partir da ampliação de seus valores semânticos. Nesse contexto, os diferentes empregos do *onde*, além de demonstrarem essa mudança categorial, constituem indícios de que há, em curso, uma abstratização de sentidos desse item gramatical. As ocorrências de (1) a (4), que exemplificam, respectivamente,

valores de espaço físico, espaço virtual ou abstrato, tempo e explicação/causa, servem como ilustração dessa abstratização semântica.

- (1) Este problema está causando sérios conflitos, na maioria dos locais *onde* este tipo de poluição ocorre, pois não afeta só a saúde do dono do carro, mas a todos que ouvem e os que são obrigados a ouvir. (SOUZA, 2018, R273)
- (2) [...] temos um órgão publico chamado SUCOM que cuida desses chamados “paredoes” o que não adianta muito pois eles sempre mudam de lugares, agora como o carnaval *onde* temos trio eletrico que são controlados pela SUCOM [...]. (SOUZA, 2018, R6)
- (3) Na era medieval a sociedade era principalmente rural, pessoas viviam no campo, onde a calmaria era quebrada em certas épocas *onde* haviam festejos de colheitas e em comemorações, como torneios oferecidos pelo rei [...]. (SOUZA, 2018, R357b)
- (4) Com tudo, com o crescimento no abuso sonoro urbano, a falta de intimidade, particularidade e paz atualmente é algo perdido *onde* os limites não são respeitados e o costume já foram adotados causando não só prejuizo a quem usa, mas principalmente a quem sofre com os danos causados. (SOUZA, 2018, R387b)

Para a discussão da multifuncionalidade, abstratização semântica e gramaticalização do *onde*, neste capítulo, assumimos, como arcabouço teórico, os pressupostos do funcionalismo linguístico, mais especificamente, os da vertente norte-americana associados à abordagem da gramaticalização (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 2003[1993], dentre outros). Para a análise do objeto em estudo, baseamo-nos em dados reais do português brasileiro escrito, examinados por Souza (2018)⁸.

Este capítulo está organizado em duas seções. Na primeira, contemplamos, de modo sucinto, alguns pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico (com ênfase na vertente norte-americana) e da abordagem da gramaticalização. Na segunda, descrevemos os usos de *onde* encontrados quanto ao seu

⁸ Neste texto, discutimos alguns resultados da pesquisa de mestrado sobre usos de *onde*, defendida em 2018, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por Ilana Guimarães de Souza e orientada por Cristina dos Santos Carvalho. Nessa pesquisa, o item *onde* foi examinado a partir de um *corpus* formado por 400 redações produzidas durante o processo seletivo de vestibular da UNEB para o ano de 2014. A proposta da redação foi a produção de um texto argumentativo a respeito do crescimento exagerado do barulho nas áreas urbanas.

valor semântico-pragmático e à sua categoria gramatical e estabelecemos uma relação entre esses usos, possíveis deslizamentos semânticos e trajetórias de gramaticalização. Em seguida, apresentamos as considerações finais a respeito do fenômeno investigado, os usos atestados nos dados analisados e o processo de gramaticalização.

1 FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO E ABORDAGEM DA GRAMATICALIZAÇÃO: ALGUNS POSTULADOS TEÓRICOS

Na história dos estudos linguísticos, tendo em vista a ênfase em aspectos da função ou da forma dos elementos linguísticos, tem-se considerado que existem duas possibilidades de se descrever a língua, que têm sido designadas, respectivamente, de abordagens funcionalistas e formalistas. Nesta seção, centramos nossa atenção no primeiro tipo de abordagem.

A análise funcionalista diverge da perspectiva formalista tanto na concepção de língua adotada quanto no objeto de estudo. Os funcionalistas concebem a língua como um instrumento de interação social e, com base nessa concepção, analisam a língua dentro do contexto de uso, levando em consideração os falantes que participam da interação e suas intenções comunicativas. Quanto ao objeto de estudo, ampliam o escopo de análise, indo além da mera descrição da estrutura linguística para a investigação do contexto discursivo, o qual é visto como elemento motivador para emergência de estruturas gramaticais.

Tomando aqui emprestadas as palavras de Furtado da Cunha (2008), podemos dizer que o objetivo do funcionalismo é, pois, analisar a relação entre estruturas gramaticais e os contextos comunicativos em que elas são produzidas. Tal objetivo se aplica a qualquer vertente (norte-americana, holandesa etc.) do modelo funcionalista. Nos termos de Pezzati (2011, p. 25-26), “toda e qualquer abordagem funcionalista leva em consideração o uso que os falantes fazem de sua língua com o objetivo de interagir e se comunicar com seus semelhantes”.

Dentre as vertentes funcionalistas, destacamos aqui a norte-americana (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; HOPPER, 1991, HOPPER; TRAU-GOTT, 2003[1993], dentre outros), que, como já explicitado na introdução, constitui o enquadre teórico em que nos baseamos para explicarmos os usos de *onde*, sua abstratização semântica e gramaticalização. Entre os pressupostos adotados pelo funcionalismo norte-americano, considera-se que, em virtude de contínuos processos de interferência de situações contextuais na estrutura da língua, a gramática de uma língua é variável. Nessa linha teórica, assume-se,

então, a concepção de gramática como *estrutura maleável* (BOLINGER, 1977) ou *gramática emergente* (HOPPER, 1987). Assim, as estruturas linguísticas estão em contínuos processos de adaptação, os quais são motivados por relações entre cognição e necessidade comunicativa, interação social e cultura, mudança e variação (GIVÓN, 1995). Em outros termos, são as funções impostas pelas necessidades comunicativas que geram as estruturas linguísticas e não o contrário.

Outro pressuposto está intimamente relacionado à rejeição do dogma estruturalista de arbitrariedade do signo linguístico: postula-se que as estruturas linguísticas não são arbitrárias nem objetos autônomos. Advoga-se, então, a favor da atuação, nas línguas, do princípio de iconicidade (que estabelece uma correlação direta entre os elementos linguísticos e os sentidos por eles expressos, uma maior motivação entre forma e função). Nesse sentido, entende-se que a dinamicidade da língua é evidentemente motivada, havendo constantes motivações pragmáticas durante o processo de interação comunicativa. Por exemplo, admite-se que existe uma relação entre sintaxe e uso: “[...] ou seja, a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelo falante no momento da interação discursiva” (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 23-24).

Ainda sobre motivação icônica, segundo Bolinger (1977), é condição natural de uma língua manter uma forma para um sentido. Todavia, em muitos casos, formas/expressões linguísticas usadas na interação social tendem a se modificar em sua forma e/ou função e sofrer reanálise categorial, o que tem sido estudado, no funcionalismo (sobretudo na vertente norte-americana), a partir da abordagem da gramaticalização. Assim, dentro da concepção funcionalista, a gramaticalização tem sido um dos fenômenos mais produtivos e aceitos como evidência da não-estaticidade da gramática, o que tem sido associado à noção de gramática emergente (HOPPER, 1987).

Na literatura sobre abordagem da gramaticalização, atribui-se a Antoine Meillet o papel de cunhador do termo *gramaticalização*, com a seguinte definição: “atribuição de caráter gramatical a uma palavra antes autônoma”⁹ (MEILLET, 1912, p. 131). Em estudos posteriores sobre gramaticalização (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991; BYBEE *et al.*, 1994; MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996; HOPPER; TRAUOGOTT, 2003 [1993]), a definição desse processo, entendido como unidirecional, passa a abranger dois tipos de reanálise categorial, quais sejam: (i) mudança de um item lexical a gramatical, como aconteceu na reanálise do substantivo *tipo* (‘indivíduo’) na conjunção *tipo* com valor de

⁹ L’attribution du caractère grammatical a un mot jadis autonome (MEILLET, 1912, p. 131).

comparação; e (ii) mudança de um item já gramatical, que passa a adquirir funções ainda mais gramaticais, como ocorre com o item *onde* na mudança, por exemplo, de pronome relativo para conjunção.

No primeiro momento, os estudos sobre gramaticalização enfatizam a reanálise categorial de itens específicos. Nessa fase inicial, conforme mencionam Rosário e Oliveira (2016, p. 235), “é marcante o privilégio da pesquisa de itens isolados, do foco nos aspectos funcionais ou na trajetória específica destes itens”. Essa é a perspectiva - atualmente considerada como abordagem clássica da gramaticalização - assumida neste texto, que se centra em trajetórias de abstratização semântica de *onde*. Posteriormente, tal abordagem passa a considerar a construção ou o contexto morfossintático em que os itens em processo de mudança ocorrem. Assim, definições de gramaticalização passam também a sinalizar que o ponto de partida desse processo pode ser tanto um item como uma construção:

Gramaticalização é geralmente considerada como um subconjunto de mudanças linguísticas em que **um item ou construção lexical** em determinados usos assume características gramaticais, ou através do qual um item gramatical se torna mais gramatical (HOPPER; TRAUGOTT, 2003[1993], p. 2, tradução e grifo nossos)¹⁰.

Ademais, construções são consideradas não só a fonte mas também o resultado da gramaticalização: “[...] construções com seu próprio significado independente também podem se tornar o resultado de processos de gramaticalização” (BISANG, 1998, p. 14)¹¹. É o que podemos observar na gramaticalização do verbo *ver* no contexto de terceira pessoa do singular, na forma perifrástica de futuro, seguido da conjunção *que*, mais especificamente, na construção *vai ver que*, com uso equivalente a um advérbio de dúvida no português brasileiro (cf. CARVALHO, 2004).

O reconhecimento da importância do contexto morfossintático para a gramaticalização assinala uma mudança de perspectiva de análise – de itens específicos para construção¹² – na abordagem desse fenômeno e implica também uma

¹⁰ “Grammaticalization is usually thought of as that subset of linguistic changes whereby a lexical item or construction in certain uses takes on grammatical characteristics, or through which a grammatical item becomes more grammatical” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003[1993], p. 2).

¹¹ “[...] constructions with their independent meaning themselves can also become the result of processes of grammaticalization” (BISANG, 1998, p. 14).

¹² Nesse caso, ainda não estamos nos referindo à tendência atual do funcionalismo de orientação norte-americana (designada de Linguística Funcional Centrada no Uso), que, em interface com a linguística cognitiva, em uma perspectiva construcional da gramática, tem tratado da gramaticalização como um caso de *construcionalização* (um tipo de mudança linguística

nova definição da gramaticalização como “mudança através da qual, em certos contextos linguísticos, os falantes usam (parte de) uma construção com uma função gramatical, ou atribuem uma nova função gramatical a uma construção já gramatical” (TRAUGOTT, 2009)¹³.

A gramaticalização, como processo de mudança linguística, está relacionada aos processos de regularização do uso da língua. Sobre essa questão, Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2003) descrevem a trajetória desses processos no que concerne à gramaticalização: “tudo começa sem regularidade, [...]. mas se regulariza com o uso, com a repetição, que passa a exercer uma pressão tal que faz com que o que no começo era casuístico se fixe e se converta em norma, entrando na gramática (gramaticalização)” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 50).

Nos processos de regularização do uso da língua, conforme explicam Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2003), há ainda um momento de estabilização, em que ocorre um nível de iconicidade maior entre expressão e conteúdo. No entanto, segundo os autores, essa estabilidade é relativa e aparente, pois o que era constante começa a se desgastar e a entrar em um progressivo processo de esvaziamento semântico, chegando a um nível em que alcança uma maior abstratização. Tal processo pode ser ilustrado com deslizamentos semânticos de *onde*, que representam mudanças de valores semânticos mais concretos para mais abstratos, implicando, em alguns casos, reanálise categorial e, por conseguinte, gramaticalização. Na próxima seção, tendo em vista esses deslizamentos semânticos e o processo de gramaticalização, apresentamos uma descrição dos usos de *onde* registrados em textos escritos com base nos resultados de Souza (2018).

2 ONDE NA ESCRITA: USOS E TRAJETÓRIAS DE DESLIZAMENTOS SEMÂNTICOS E GRAMATICALIZAÇÃO

Nos estudos funcionalistas sobre o processo de gramaticalização, há a proposição de distintas trajetórias de deslizamentos semânticos e/ou gramaticalização dos itens, em que se evidencia a unidirecionalidade da mudança como um processo contínuo. Nesse caso, com a postulação da atuação do princípio da

que atinge as propriedades formais e funcionais de uma construção), Para maiores informações sobre construcionalização, conferir Traugott e Trousdale (2013).

¹³ The change whereby in certain linguistic contexts speakers uses (parts of) construction with a grammatical function, or assign a new grammatical function to already grammatical construction (TRAUGOTT, 2009, p. 91).

unidirecionalidade na gramaticalização, parte-se do pressuposto de que a mudança percorre uma determinada direção que não pode ser revertida¹⁴. Quanto aos deslizamentos semânticos no processo de gramaticalização, assume-se que a mudança se dá em um percurso de abstratização semântica crescente, tendo como ponto de partida valores concretos que se tornam abstratos ou valores já abstratos que passam por novas abstratizações semânticas.

Os dados de escrita analisados por Souza (2018) atestam não só a multifuncionalidade do *onde* quanto aos seus valores semânticos e à sua categoria gramatical mas também uma abstratização semântica desse item. No *corpus*, os usos de *onde* distribuem-se pelos seguintes valores semânticos: espaço físico (5); espaço virtual ou abstrato (6); instrumental (7); tempo (8); objeto (9); pessoa (10); explicação/causa¹⁵ (11); resultado/consequência (12).

(5) a. Mostrar ao mundo o que se gosta não é errado, mas desta forma, agredindo os ouvidos das pessoas, é um crime, ao meu ver.

E se formos pensar, tendo como base o ditado popular: “Os incomodados que se mudem”, vamos para *onde*? (SOUZA, 2018, R32a)

b. Dentre as várias figuras causadoras de ruídos excessivos, se encontra a dos condutores de veículos automotivos, que causam barulhos exagerados com seus carros cheios de alto falantes. Por *onde* passam deixam um rastro de desrespeito e desvalorização do silêncio. (SOUZA, 2018, R121)

c. Temos que nós mesmo como cidadãos de respeito impor o limite vê direitinho o local *onde* estamos, saber se pode colocar o som alto e observa os horários para que tudo sai bem e na lei. (SOUZA, 2018, R391b)

(6) [...] Enfim, vivemos em uma sociedade *onde* reeducar é preciso; para à vida, à sociedade, o próximo, e, principalmente, para si. (SOUZA, 2018, R39)

(7) Por conseguinte chegar a uma conciliação, *onde* todos chegarão ao mesmo denominador comum. Através disso as pessoas passarão a ter um pouco

¹⁴ Como existem algumas contraevidências da unidirecionalidade do processo de gramaticalização, há autores (CAMPBELL, 2001; CAMPBELL; JANDA, 2001, dentre outros) que questionam esse princípio.

¹⁵ Neste texto, tomamos a decisão metodológica de não fazer a distinção, nos dados, entre causa e explicação. Também não distinguimos a causa de acordo com o tipo de domínio em que ela pode atuar: domínios referencial e epistêmico e atos de fala, conforme proposto por Sweetser (1990).

mais de educação, respeitando tanto o espaço de um quanto o espaço do outro. (SOUZA, 2018, R206c)

- (8) No mundo contemporâneo, *onde* as pessoas possuem diversos aparelhos eletrônicos que emitem sons e automóveis com buzinas altas e equipamentos de som e vídeo super potentes, é quase impossível manter silêncio. (SOUZA, 2018, R24a)
- (9) E esta poluição se concentra nas grandes cidades, onde se observa um elevado crescimento do barulho, proporcionado, principalmente, por carros que trazem em seus portas-malas, verdadeiros trios elétricos, *onde* param na calçada e fazem até uma disputa de espaço sonoro; [...]. (SOUZA, 2018, R46b)
- (10) Fatos como esses, que podemos observarmos, que com o crescimento dos automóveis, esse fator de uma maior educação por parte desses frequentadores, *onde* elevam os sons dos seus carros, portanto causando em todas as vizinhanças muitos problemas de saúde, no tange nas perdas de audição desencadeado doenças metais, e também psicológica, gerado pelo auto índice de decibéis produzidos pelos seus carros. (SOUZA, 2018, R36)
- (11) Hoje a capital baiana é a campeão do barulho, pois a cada esquina, tem pessoas com seu carro utilizando seus rádios com o som nas alturas, fazendo competições entre se transtornos para a população. Meios de combates são feitos para amenizar esse sofrimento urbano, *onde* muitas vezes não são respeitados os direitos alheios, mas a cada dia que passa esse processo saem piorando pois não se tem fiscalização rigorosa pela cidade. (SOUZA, 2018, R133)
- (12) A vida moderna num país capitalista, leva o homem a um labor constante, *onde*, as suas emoções ficam legadas a segundo plano, face à correria em busca da sobrevivência. (SOUZA, 2018, R197a)

Os valores semânticos ilustrados nos exemplos de (5) a (12) se distribuem por diferentes categorias gramaticais: pronome/advérbio interrogativo, advérbio relativo, pronome relativo e conjunção.

Podemos observar que valor semântico espaço físico pode ser codificado por pronome/advérbio interrogativo (5a), advérbio relativo¹⁶ (5b) e pronome relativo

¹⁶ Seguindo Medeiros Junior (2009) e Lima e Coroa (2013), consideramos como advérbios relativos os casos em que *onde* introduz as chamadas orações relativas sem antecedente, também chamadas de relativas livres.

(5c). Em (5b), embora não identifiquemos uma expressão a que o *onde* faça uma referência explícita, podemos ver que esse item, pronome/advérbio interrogativo, funciona como complemento de um verbo transitivo circunstancial (*ir*), cujo complemento requer o valor semântico de lugar. Em (5b), percebemos que o advérbio relativo *onde* também complementa um verbo transitivo que requer um circunstancial com essa noção de lugar concreto. Em (5c), como pronome relativo, *onde* remete ao sintagma nominal *o local*.

De (6) a (10), *onde* é categorizado como pronome relativo. Em (6), remetendo ao sintagma preposicionado *em uma sociedade*, *onde* indica um espaço com sentido mais abstrato, virtual. Em (7), *onde* se refere a *uma conciliação* e ocorre com o valor semântico instrumental: nesse caso, pode ser parafraseado, nos termos de Lima (2007), por *através da qual* ou *por meio da qual*. Em (8), *onde*, ao fazer remissão a uma expressão temporal (*no mundo contemporâneo*), também possui valor temporal. Em (9), *onde* apresenta valor semântico de objeto, tendo como referente o sintagma nominal *carros que trazem em seus portamalas verdadeiros trios elétricos* (retomando, mais especificamente, o núcleo *carros*). Em (10), *onde possui* valor semântico de pessoa, remetendo ao sintagma nominal *esses frequentadores* (pessoas que frequentam os bares e restaurantes anteriormente citados no texto).

Em (11) e (12), *onde* funciona como conjunção ou operador argumentativo. Em (11), esse item introduz a oração *muitas vezes não são respeitados os direitos alheios*, que indica uma causa ou explicação para a criação de mecanismos de combate ao sofrimento urbano, ideia presente na oração anterior ao *onde*. Já (12) exemplifica *onde* introduzindo uma sentença com valor de resultado/consequência (*as suas emoções ficam legadas a segundo plano, face à correria em busca da sobrevivência*). A atribuição desse sentido pode ser confirmada quando, adotando a estratégia proposta por Lima (2007), substituímos *onde* pelas locuções conjuntivas *de (tal) modo que* e *de (tal) maneira que*.

Em relação aos usos de *onde* aqui descritos, seus valores semânticos e categorias gramaticais, assumimos um *cline* de gramaticalização que se inicia com seu valor mais concreto, evidentemente locativo, como pronome ou advérbio interrogativo sem antecedente (5a), passando por advérbio relativo (5b) e por pronome relativo (expressando não só a ideia de espaço físico (5c), mas também noções abstratas como espaço virtual (6), instrumento (7), tempo (8)), até o emprego como conjunção ou operador argumentativo, exprimindo sentidos ainda mais abstratos como explicação/causa (11), resultado/consequência (12) etc.

Quanto aos resultados quantitativos, na amostra analisada por Souza (2018), há o total de 137 ocorrências de *onde*, distribuídas pelos oito valores semânticos supracitados, como mostram os dados da tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos valores semânticos do *onde* no *corpus*

Valores semânticos do <i>onde</i>	Nº	%
Espaço físico	72	52,6
Espaço abstrato	25	18,2
Instrumental	12	8,8
Tempo	5	3,6
Pessoa	3	2,2
Objeto	3	2,2
Explicação/Causa	11	8
Resultado/Consequência	6	4,4
Total	137	100

Fonte: Souza (2018, p. 105).

Pelos dados apresentados na tabela 1, notamos que a maior parte dos usos (52,6%) se concentra no valor semântico espaço físico (valor mais concreto e sentido fonte de *onde*). Esse resultado confirma o que outros estudos (COELHO, 2001; SOUZA, 2003; SIQUEIRA, 2009; ASSIS, 2016, entre outros) já detectaram a respeito do uso majoritário desse valor semântico do *onde*. Apesar disso, verificamos um percentual importante de outros usos do *onde* com valores mais abstratos (espaço abstrato, instrumental, tempo, explicação/causa e resultado/consequência): todos esses casos somados correspondem a 43% do total. Nesse percentual, apenas não estão inclusos os usos com valores mais concretos de *onde*, indicando pessoa e objeto, que representam um percentual de 4,4%.

Passamos agora a estabelecer uma relação entre os valores semânticos registrados por Souza (2018) para *onde* e duas trajetórias de gramaticalização propostas por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), que descrevem os *continua* de gradual abstratização semântica de formas linguísticas:

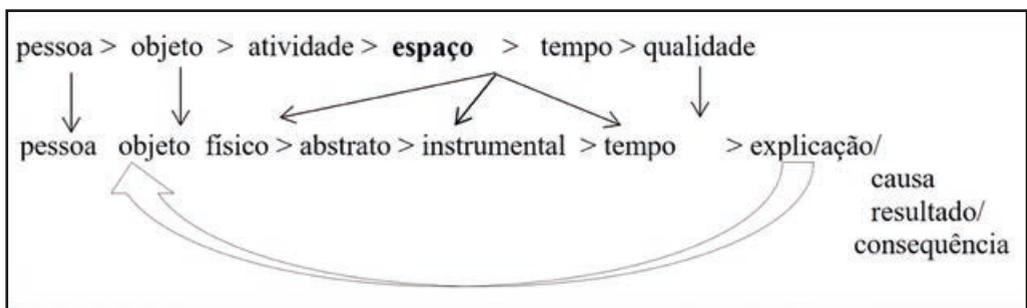
(a) pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Nesse *continuum*, o processo da gramaticalização é descrito, a partir de categorias cognitivas, por uma trajetória que propõe a passagem das noções mais concretas para as mais abstratas. A maioria dos usos encontrados no

corpus da pesquisa pode ser alocada nessa trajetória de categorias cognitivas porque dá conta dos valores semânticos de pessoa, objeto, espaço e tempo, deixando de contemplar atividade e qualidade. Nessa trajetória, o ponto de partida para a análise do item *onde* é a noção de espaço, categoria cognitiva na qual também pode ser incluído o valor semântico aqui referido como instrumental (adotando aqui a posição de Lima (2007) e Lima e Coroa (2013)), pois o *onde* rotulado com esse sentido remete a um referente com uma noção locativa mais abstrata, em alusão a um meio através do qual se realiza a ação indicada na sentença. Há, portanto, a expansão semântica do *onde* espaço físico no sentido de maior abstratização de sentidos.

No entanto, além de *onde* acionar sentidos mais abstratos, há indícios de que esse item gramatical tem desempenhado a função de um “relativo curinga” (ASSIS, 2016), a ponto de poder remeter também a sentidos considerados mais concretos, como os de pessoa e objeto. No caso de *onde*, portanto, como o sentido fonte é de espaço, os valores semânticos de pessoa e objeto, embora comumente sejam relacionados a estágios mais anteriores nas trajetórias de gramaticalização, podem ser tomados como sentidos ainda mais gramaticalizados do que a noção de tempo, por exemplo. Dessa forma, ao se compararem os usos encontrados em Souza (2018) e o *continuum* postulado por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), é possível constituir a seguinte trajetória:

Figura 1 - Trajetória de abstratização semântica dos usos encontrados no *corpus* a partir da proposta de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991).



Fonte: Elaboração própria.

É possível reconhecer, nos estágios indicados por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), quase todos os valores semânticos do *onde* identificados por Souza (2018): apenas os usos com sentido de explicação/causa e resultado/consequência não são cobertos pela trajetória mencionada. Diante disso, por seguir uma

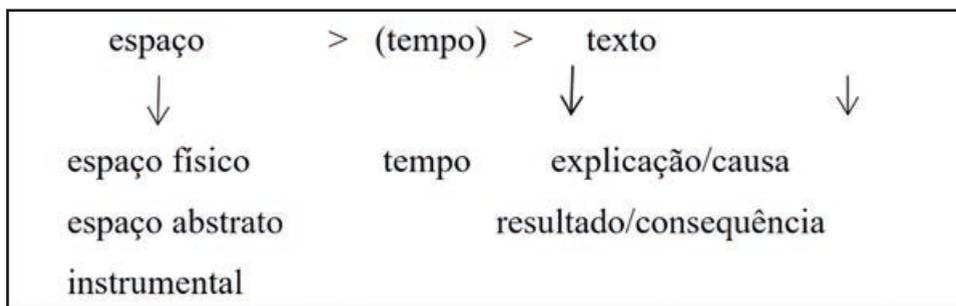
trajetória de abstratização semântica, constatamos, em textos escritos, o caráter multissêmico do *onde*, já verificado em outros estudos baseados em dados de escrita (LIMA, 2007; FIORAVANTE, 2011, dentre outros).

(b) espaço > (tempo) > texto

Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), considerando que o *continuum* pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade seria insuficiente para ilustrar o processo de gramaticalização dos conectores, propõem um novo percurso de deslizamento semântico, o qual pode ser melhor relacionado às etapas de gramaticalização do *onde*. Para os autores, os itens que se referem a espaço, por transferência metafórica, começam a ser usados como referências temporais e, em um estágio mais avançado, como organizadores do espaço textual. Há ainda a possibilidade de o percurso seguir do espaço externo (físico) diretamente para o espaço textual.

Podemos alocar nessa trajetória a maioria dos casos de *onde* encontrados por Souza (2018). Na categoria de espaço, além dos valores semânticos de espaço físico, espaço abstrato, aqui se enquadram também os casos de valor instrumental, porque remetem a expressões que funcionam metaforicamente como um caminho abstrato por meio do qual é possível realizar uma ação. Os usos categorizados com o valor semântico de tempo correspondem ao mesmo rótulo na trajetória agora tomada como referência. Os casos de *onde* com sentido de explicação/causa e resultado/consequência são alocados no estágio indicado como *texto* por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991). Cruzando-se, então, os usos registrados por Souza (2018) e a trajetória proposta por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), podemos estabelecer o seguinte *continuum*:

Figura 2 - *Continuum* de abstratização dos usos encontrados no *corpus* a partir da proposta de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991)



Fonte: Elaboração própria.

Os casos registrados de *onde* remetendo a pessoa e objeto, no entanto, não são cobertos por essa trajetória. A esse respeito, Ferreira (2003, p. 87 apud ABRAÇADO, 2006, p. 137) defende a revisão das trajetórias unidirecionais de ampliação semântica:

[...] as hipóteses de trajetórias unidirecionais de desenvolvimento semântico-sintático precisam ser enfraquecidas, na medida em que, muitas vezes, configurações semântico-sintáticas supostamente “mais jovens” (porque mais abstratas) são observadas na sincronia mais remota coexistindo ao lado de configurações mais concretas, que, por sua vez, permanecem desafiando todas as pressões históricas e culturais que poderiam ter levado ao seu desaparecimento ou mudança. Resta-nos então perguntar como isso acontece. (FERREIRA, 2003, p. 87 apud ABRAÇADO, 2006, p. 137)

Os usos de *onde* introduzindo orações com sentido de explicação/causa e resultado/consequência, ainda que com baixo número de ocorrências, indicam que o item estudado, de fato, representa outra categoria gramatical (conjunção), que se encontra no estágio final da trajetória de gramaticalização aqui examinada, funcionando como articulador textual. Apesar disso, os usos relacionados a espaço – físico e abstrato – são bastante significativos, presentes no *corpus* em quantidade muito maior. Dessa forma, constatamos que *onde* ocupa, numa mesma sincronia, os três estágios da trajetória de gramaticalização aqui referenciada. Essa constatação reforça o que é previsto pelo *princípio da divergência* (HOPPER, 1991), que propõe que, mesmo com a gramaticalização de um item/construção, a forma/construção fonte ou conceito fonte permanece na língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, orientando-nos por pressupostos funcionalistas, principalmente os da vertente norte-americana, examinamos, na modalidade escrita do português contemporâneo, os usos do item *onde* no que diz respeito à sua trajetória de abstratização semântica e mudança categorial. A análise dos dados permitiu evidenciar a multifuncionalidade desse item gramatical quanto à categoria gramatical (pronome/advérbio interrogativo, advérbio relativo, pronome relativo e conjunção) e aos seus valores semânticos (espaço físico, espaço virtual ou abstrato, instrumental, tempo, pessoa, objeto, explicação/causa, resultado/consequência).

A coocorrência, no *corpus*, do valor semântico espaço físico (sentido fonte) com os demais valores semânticos (usos gramaticalizados) se coaduna com o que prevê o princípio da divergência, proposto por Hopper (1991) ao descrever o processo de gramaticalização. Segundo esse princípio, mesmo após a

gramaticalização de uma determinada forma, ela pode continuar presente na língua com o seu sentido fonte, ao lado da forma gramaticalizada. Diante disso e das evidências de um processo de ampliação de sentidos, podemos afirmar que, com base nos resultados encontrados na amostra analisada, os usos de *onde* configuram um indício de gramaticalização.

Acerca dessa ampliação de sentidos, os dados indicaram uma tendência à abstratização, acionando valores semânticos como espaço virtual ou abstrato, tempo, instrumental, explicação/causa e resultado/consequência. No entanto, também encontramos casos que ilustram um caminho de referência a entidades mais concretas, como objeto e pessoa. Tais casos representam, pois, uma reversão na trajetória de abstratização semântica, o que funcionaria como uma contraevidência do princípio da unidirecionalidade.

O fato de *onde* remeter também às noções de pessoa e objeto, apesar de serem essas mais concretas do que as demais, sinaliza que esse item gramatical tem ampliado sua possibilidade de atuação, com funcionamento semelhante ao do item gramatical *que*, cuja variedade de valores semânticos é ainda mais ampla. Essa constatação reforça o que mencionam Souza (2003), Lima (2007) e Assis (2016) a respeito do que eles chamam de “relativo universal” ou “relativo curinga” e permite afirmar que *onde* tem sido usado como item ainda mais gramatical. Dessa maneira, embora não atendam à trajetória unidirecional de abstratização semântica proposta por Heine, Claudi e Hunnemeyer (1991), os usos de *onde* remetendo a objeto e pessoa podem ser interpretados como mais uma sinalização da gramaticalização de *onde*.

Os resultados aqui apresentados também corroboraram o que evidenciaram Coelho (2001), Souza (2003), Lima (2007), Silva (2008), Siqueira (2009), Xavier da Silva (2011) e Lima e Coroa (2013) a respeito do caráter multicategorial do *onde* e da confirmação das trajetórias de gramaticalização propostas por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991).

O item gramatical *onde*, embora já tenha sido bastante estudado, continua a despertar interesse de muitos estudiosos do português brasileiro, pois a descrição do caráter multifuncional desse item ainda constitui um desafio para os que se dedicam à análise dos contextos motivacionais de usos considerados mais gramaticalizados. Esperamos que a discussão aqui apresentada possa ser útil para aqueles que se propõem a estudar o funcionamento do *onde*, em especial na perspectiva funcionalista. Esperamos também que esta discussão possa motivar o surgimento de novas pesquisas que tomem como objeto de investigação esse item, com novos *corpora* e em outras sincronias.

REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, Jussara. A unidirecionalidade e o caráter gradual do processo de mudança por gramaticalização. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 130-148, 1º sem. 2006.
- ASSIS, Jacqueline Borges. Expansão semântica do onde: para onde está indo? *Domínios de Linguagem*. Uberlândia, v. 10, n. 3, p. 927-956, jul./set. 2016.
- BISANG, Walter. Grammaticalization and language contact, constructions and positions. RAMAT, Anna Giacalone; HOPPER, Paul J. (eds.). *The limits of grammaticalization*. v. 37. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1998. p. 13-58.
- BOLINGER, Dwight. *Meaning and form*. London: Longman, 1977.
- BYBEE, Joan. et al. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.
- CAMPBELL, Lyle; What's wrong with grammaticalization?. *Language Sciences*, Amsterdam, v. 23, p. 113-161, 2001.
- CAMPBELL, Lyle; JANDA, Richard, Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, Amsterdam, v. 23, p. 93-112, 2001.
- CARVALHO, Cristina dos Santos. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. Campinas: UNICAMP, 2004 (Tese de Doutorado).
- COELHO, Maria Sueli. *Uma análise funcional do onde no português contemporâneo: da sintaxe ao discurso*. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

FIORAVANTE, Keylla Manfili. *A multicategorialidade do onde na escrita de usuários com formação básica em Português*. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; COSTA, Marcos Antônio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2003. p. 29-55.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike.; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul J. Emergent Grammar. *Berkeley Linguistic Society*, 1987, p. 139-153.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT Elizabeth C.; HEINE, Bernd. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins, 1991. v. 1. p. 17-35.

HOPPER, Paul. J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge University Press, [1993]2003.

LIMA, Sostenes C. *Impacto do vernáculo sobre o uso do onde na escrita monitorada*. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LIMA, Sostenes; COROA, Maria Luiza M. S Recategorização, semantização e discursivização na trajetória de gramaticalização do *onde*. *Via Litterae*, Anápolis, v. 5, n. 2, p. 307-333, jul./dez. 2013.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 27-44.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola, 2003, p. 17-28.

MEDEIROS JUNIOR, Paulo. Sobre orações relativas livres em posição de adjunto: considerações sintático-semânticas acerca das construções com *quando* e *onde*. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2009.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. *Scientia*, 12.26:6, 1912, p. 384-400. Repr. in A. Meillet, *Linguistique historique et linguistique général*, 1:130-148. Paris: Champion, 1948.

PEZATTI, Erotilde Goreti. GDF: Uma teoria gramatical ou uma teoria do uso? *Guavira Letras*. Três Lagoas, v. 12, n.1, jan./jul. 2011, p. 25-35. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/40/Vol.40-n.1-Integra.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2014.

ROSÁRIO, Ivo da Costa do; OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, 60.2: 233-259, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1608-1>>. Acesso em 10 dez. 2016.

SILVA, Fernanda Cunha Pinheiro da. *O percurso de mudança do item onde na perspectiva da gramaticalização*. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SIQUEIRA, Sirley Ribeiro. *Usos do elemento onde: trajetória e funcionalidade*. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal Fluminense, 2009.

SOUZA, Emília Helena Portella M. de. *A multifuncionalidade do onde na fala de Salvador*. 2003. 284 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SOUZA, Ilana Guimarães de. *Usos de ONDE em redações do vestibular da UNEB: uma análise sociofuncionalista*. 2018. 139 p. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2018.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 23-48.

TRAUGOTT, Elizabeth C. Grammaticalization and construction grammar. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira (Org.). *História do português paulista*. Campinas: UNICAMP/IEL, 2009, p. 91-101.

TRAUGOTT, Elizabeth C.; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013. 278 p.

XAVIER DA SILVA, Tatiane. *A multifuncionalidade do onde e sua trajetória de gramaticalização para a construção de sentidos de textos falados e escritos do português brasileiro*. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau de Ferros, 2011.

SOBRE OS AUTORES

A. ARIADNE DOMINGUES ALMEIDA

É Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia, com estágio pós-doutoral em Linguística pela Universidade do Estado da Bahia (PNPD-CAPES). É Professora Associada do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, atuando na Graduação em Letras e no seu Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. Coordena o Grupo de Estudos em Semântica Cognitiva (GESCOG), associado ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). Integrou o PARFOR e o PROESP, além de ter sido parecerista e assessora do PNLD-MEC/FNDE. Dedicou-se ao estudo dos seguintes temas: sistemas adaptativos complexos, categorização, conceptualização, metáforas, metonímias, multimodalidade e história do sistema conceptual. Organizou coletâneas e escreveu artigos que constam de livros e periódicos. Orienta estudos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3595025364584601>

E-mail: ada.domingues@gmail.com

ALESSANDRA LOPES FONTOURA

É Mestre em Estudo de Linguagens e Especialista em Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Tem como foco principal de pesquisa: Discurso e Argumentação, Análise do Discurso, Publicidade e Propaganda e Internet, além de Comunicação e Tecnologia.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2079521594379371>

E-mail: alefontoura@gmail.com

ALINE DE SOUSA RESENDE

É Mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Língua Portuguesa e Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tem como foco principal de pesquisa: Linguagem e Sociedade, bem como a Variação e a Mudança Linguística.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7557504041314734>

E-mail: nineresende@hotmail.com

ANGÉLICA RODRIGUES

É Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Realizou estágio Pós-doutoral na Universidade de Amsterdã e na Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente, ocupa o cargo de Professor Assistente Doutor na Faculdade de Ciências e Letras da Unesp - *Campus* de Araraquara, onde atua nos níveis de graduação e pós-graduação. Tem experiência na área de Letras-Língua Portuguesa e Libras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: sociolinguística, variação e mudança linguísticas, gramaticalização, gramática das construções, articulação de cláusulas e estudos descritivos de línguas de sinais (Libras).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8679140755332930>

E-mail: angelica.rodrigues@unesp.br

ANTONIO FÉLIX DE SOUZA NETO

É Doutor e Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). É Professor do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: fonologia, sociolinguística, línguas crioulas e *papiamentu* de Curaçao.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3436540563226193>

E-mail: antfelixsouza@gmail.com

CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO

É Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da

Bahia (UFBA). Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando na graduação e pós-graduação. É docente permanente do Programa de Estudo de Linguagens (PPGEL), da UNEB. Coordena o projeto *Construções parentéticas epistêmicas em variedades do português: variação e mudança* e é membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Fala e Contexto no Português Brasileiro – GconPort (UNEB). Desenvolve pesquisa nos seguintes temas: variação e mudança linguísticas, funcionalismo, gramaticalização e abordagem construcional da gramática.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7686080661637664>

E-mail: crystycarvalho@yahoo.com.br

EDUARDO ALVES DA SILVA

É Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Currículo Lattes: 7590795980230024

E-mail: edugrunge@hotmail.com

ELANE SANTOS E SANTOS

É Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e Graduada em Letras Vernáculas pela UEFS. Foi bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), na área de Linguística Histórica, trabalhando com análise de documentação epistolar do século XX e com edição de *corpus* oral representativo do Português Popular Brasileiro, da década de 90 do século XX. Foi premiada, em 2014, no XVIII Seminário de Iniciação Científica da UEFS, e é integrante do projeto de pesquisa *Corpus* Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/UEFS). Atualmente, desenvolve pesquisa no âmbito da Linguística Histórica e da Sociolinguística Quantitativa.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0615674506125404>

E-mail: lanysnts@gmail.com

ELIANA CORREIA BRANDÃO GONÇALVES

É Doutora em Linguística Histórica e Mestre em Letras - Crítica Textual pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professora Adjunta do Instituto de Letras da UFBA, onde atua como docente na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC - UFBA). É integrante do Grupo de Pesquisa *Nova Studia Philologica*, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPQ, no âmbito do qual coordena o grupo *Estudos Filológicos e Lexicais*. Tem experiência na área de Filologia e de Linguística, com ênfase em Filologia Românica, Lexicografia, Lexicologia, Terminologia e Linguística Histórica, atuando, principalmente, nos seguintes temas: edição de textos e estudo léxico-semântico, léxico, violência e resistência étnico-racial e de gênero, vigilância, violência e escravatura, lexicografia, onomástica, terminologia, edição de textos e estudos históricos e paleográficos, discurso e cultura e guerras e revoltas em textos históricos.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2864195573613178>

E-mail: elianabrand7@gmail.com

GILBERTO NAZARENO TELLES SOBRAL

É Doutor e Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Realizou Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É Professor Titular da UNEB onde atua como docente na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens e líder do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos Interdisciplinares em Língua, Linguagem e Cultura – GELLC/UNEB (Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: argumentação, análise do discurso, crítica textual, documentos brasileiros.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7536345919376488>

E-mail: gsobral@uneb.br

ILANA GUIMARÃES DE SOUZA

É Mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora dos colégios Antônio Vieira, Integral e da Rede Municipal de Salvador. Tem experiência na área de Letras, com ênfase

em Língua Portuguesa. Desenvolve trabalhos na área da Linguística Funcional, Sociolinguística Variacionista e Gramaticalização.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2748633090154642>

E-mail: ilanaguimaraes_@hotmail.com

LORENA CRISTINA RIBEIRO NASCIMENTO

É Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui graduação em Licenciatura, Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (2013.2). Foi bolsista de Iniciação Científica na área da Sociolinguística, durante dois anos, sob orientação da professora Norma Lopes. Recebeu, em 2012, prêmio em segundo lugar na área de Linguística, Letras e Artes na XVI Jornada de Iniciação Científica da UNEB.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7110186274232554>

E-mail: lcristinarn@yahoo.com.br

MARCELA MOURA TORRES PAIM

É Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Pós-Doutora pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestrado em Letras e Linguística pela UFBA. É Professora Associada II de Língua Portuguesa do Instituto de Letras, Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA, Diretora Científica do Projeto de pesquisa Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Atua como pesquisadora do Projeto NURC – Salvador. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Dialetologia, Sociolinguística, Atlas Linguísticos, Língua Portuguesa e Variação.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7491110175871163>

E-mail: marcelamtpaim@yahoo.com.br

MARIA DA CONCEIÇÃO REIS TEIXEIRA

É Doutora e Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É Especialista em História da Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e Especialista em Marketing, Comunicação e Negócio pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas

Socioeconômicos (INBRAPE). É Bacharel e Licenciada em Letras Vernáculas pela UFBA. É Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando como pesquisadora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL-UNEB). É líder do Grupo de Pesquisa Edição e Estudos de Textos (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: Resgate cultural, Escritor regional, Edição crítica.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9718069524723302>

E-mail: mteixeira@uneb.br

MARIANA AUGUSTA CONCEIÇÃO DE SANTANA FONSECA

É Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Graduada em Letras Estrangeiras pela UFS. É membro do Projeto Para a História do Português Brasileiro de Sergipe (PHPB/SE). Foi bolsista durante 3 anos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)/2012/CAPES da UFS - Os materiais Didáticos de Língua Espanhola no Ensino Básico sergipano: Relações do Processo de ensino-aprendizagem e Educação Linguística com o PNLD. Foi pesquisadora do grupo: Ensino-aprendizagem do espanhol em Sergipe e o Espaço Intercultural da América Latina.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0261233790449882>

E-mail: naninhaaugusta@yahoo.com.br

MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA

Possui Graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado e Doutorado em Linguística pela mesma instituição, com estágio de doutoramento no Centro Linguístico da Universidade de Lisboa, financiado pela CAPES. É Professora Titular da subárea de Linguística Histórica e Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Coordena o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP) e é co-coordenadora do projeto CE-DOHS - *Corpus* Eletrônico de documentos Históricos do Sertão (FAPESB). Integra, ainda, a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), coordenando a Plataforma de *Corpora* Bahia e a equipe

do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR-UFBA), onde é coordenadora do Banco Informatizado de textos (BIT). Possui experiência como docente na área de Letras, com ênfase na história da língua portuguesa, constituição de bancos eletrônicos, diversidade linguística, sintaxe, semântica, produção de texto e ensino de língua portuguesa.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6332025713585581>

E-mail: marianafagundes@uefs.br

NATÁLIA LARIZZA SANCHES DE SOUZA

É Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Graduada em Letras Estrangeiras pela UFS. É Membro do Projeto Para a História do Português Brasileiro de Sergipe (PHPB/SE). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em (Socio)Linguística Histórica e Crítica Textual, atuando principalmente nos seguintes temas: Edições de textos manuscritos dos séculos XVIII a XX e descrição e análise linguística com foco em Lexicologia/Terminologia sócio-históricas.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2526260489940779>

E-mail: natlarizza@gmail.com

NEILA MARIA OLIVEIRA SANTANA

É Doutora em Língua e Cultura e Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), lotada no Departamento de Educação – *Campus XIV* – Conceição do Coité. Fez parte da equipe de professores do PARFOR e do PROESP, além de ter sido parecerista do Programa Nacional do Livro Didático (MEC/FNDE). É membro do Grupo de Estudos em Semântica Cognitiva (GESCOG), associado ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), e realiza pesquisas nas áreas de Semântica Cognitiva e Sociolinguística.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5651338190605266>

E-mail: neila.santana@hotmail.com

NORMA DA SILVA LOPES

É Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Pós-doutora pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS). É Professora Plena da Universidade do Estado da Bahia, onde atua na graduação e na pós-graduação, como professora permanente do Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), da UNEB, na área de Sociolinguística. É líder do grupo Fala e Contexto no Português Brasileiro (GconPort), cadastrado no CNPQ e dedica-se a estudos sobre a sócio-história do português e a variação morfossintática do português brasileiro.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9488074821600029>

E-mail: nlopes58@gmail.com

NORMA SUELY DA SILVA PEREIRA

É Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É Professora Associada do Instituto de Letras da mesma instituição, onde atua como docente na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC - UFBA). É integrante do Grupo de Pesquisa Nova *Studia Philologica*, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPQ no âmbito do qual coordena o grupo *Escrita e práticas culturais*. Tem experiência na área de Filologia e de Linguística, com ênfase em Filologia Românica e Lexicografia, atuando, principalmente, nos seguintes temas: edição de textos e estudos paleográficos, lexicografia, onomástica e estudo das práticas culturais na Bahia colonial, com foco no estudo do enclausuramento de mulheres e práticas relativas à escravidão, além de dedicar-se à pesquisa sobre abreviaturas em documentos da área da saúde.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6685590594527900>

E-mail: normasuelypereira@yahoo.com.br

PAULO HENRIQUE DUQUE

É Doutor e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL), do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Modelo Baseado no Uso, atuando principalmente nos

seguintes temas: linguística cognitiva, construções gramaticais, semântica da simulação, e discurso e cognição

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0409894285408135>

E-mail: duqueph@gmail.com

RAFAEL DE ALMEIDA ARRUDA FELIX

É Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), *Campus* de Araraquara. Graduado em Licenciatura Plena e Bacharel em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, *Campus* de Araraquara. Atualmente, é docente no Centro Universitário Barão de Mauá, onde leciona no curso de graduação em Letras.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5534239465569891>

E-mail: rafael.felixx@hotmail.com

RAQUEL FONTES SANTANA

É Mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista na área de Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça (UFBA) e Graduada em Pedagogia pela Faculdade Adventista da Bahia. Possui experiência profissional em docência do Ensino Superior e Ensino fundamental.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5183117532594031>

E-mail: raquelfsantana@hotmail.com

RAQUEL MEISTER KO. FREITAG

É Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora do Departamento de Letras Vernáculas e dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Coordena os projetos de pesquisa *Saliência, percepção e atitudes sociolinguística* e *Falares Sergipanos virtual: variedade, diversidade, contato e os direitos linguísticos*. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2582841591375626>

E-mail: rkofreitag@uol.com.br

SANDRO MARCÍO DRUMOND ALVES MARENGO

É Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pós-Doutor em Linguística Histórica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É Mestre e Graduado em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ). É Professor de Linguística do Departamento de Letras Vernáculas e dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* acadêmico (PPGL) e Profissional em Letras (ProfLetras), da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É membro correspondente da Cátedra Eugênio Tavares de Língua Portuguesa da Universidade de Cabo Verde, vinculada ao Instituto Camões. Tem experiência na área de Linguística e Linguística Aplicada com ênfase em (Socio)Linguística Histórica, Crítica Textual e Materiais Didáticos, atuando principalmente nos seguintes temas: Edições de textos românicos medievais e modernos; Lexicologia e Terminologia sócio-históricas; e produção de materiais didáticos para o ensino do léxico em línguas românicas. Atualmente, é o coordenador regional do Projeto Para a História do Português Brasileiro de Sergipe (PHPB/SE).

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6298566119978760>

E-mail: drumondalves@gmail.com

THAÍS REGINA ANDRADE CORRÊA

É Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), na área de concentração Estudos Linguísticos, com bolsa CAPES. Licenciada em Letras Vernáculas pela UFS. Foi bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CAPES/UFS). Membro do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade - GELINS.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8838616973771031>

E-mail: thayss_andadre@hotmail.com

ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO

Possui Doutorado em Linguística e Pós-Doutorado em Linguística de *Corpus* pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Graduação em Letras com Inglês pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atualmente, é Professora Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana, onde coordena o projeto CE-DOHS – *Corpus* Eletrônico de Documentos Históri-

cos do Sertão (FAPESB) e atua como Membro Permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e no Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). É Membro Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC), atuando como co-coordenadora do Banco Informatizado de Textos do Programa para a História da Língua Portuguesa (BIT-PROHPOR/UFBA). Integra, também, a equipe de pesquisadores do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), onde é co-coordenadora da Plataforma de *Corpora* Bahia.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5992506414152580>

E-mail: zenaide.novais@gmail.com

